

REVISTA DE COMUNICAÇÃO E LINGUAGENS



Cidades do Futuro

Cities of the Future

(Ed.)

Catarina Patrício

Ficha Técnica

Revista de Comunicação e Linguagens
– Cidades do Futuro
Journal of Language and Communication –
Cities of the Future

Diretoras:

Margarida Medeiros
Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de
Ciências Sociais e Humanas. CIC.Digital Pólo
NOVA FCSH/ Instituto de Comunicação da
NOVA

Maria Teresa Flores
Universidade Lusófona de Humanidades e
Tecnologias. CIC.Digital Pólo NOVA FCSH/
Instituto de Comunicação da NOVA

Editora:

Catarina Patrício
Universidade Lusófona de Humanidades e
Tecnologias. CIC.Digital Pólo NOVA FCSH/
Instituto de Comunicação da NOVA

Endereço da Redacção

Instituto de Comunicação da NOVA
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa
Avenida de Berna, 26-C, sala 3.20 | 1069-061
Lisboa
e-mail: icnova@fcsch.unl.pt | URL:
www.icnova.fcsch.unl.pt

©2018, ICNOVA
Todos os direitos reservados

Capa: «A hora do cometa», grafite sobre papel,
150x90 cm. Catarina Patrício. 2018

ISSN 2183-7198
Abril de 2018

Revista de Comunicação e Linguagens
disponível em:
<http://www.fcsch.unl.pt/rcl/index.php/rcl/index>
Edições anteriores:
<https://www.cecl.com.pt/pt/publicacoes/revista-de-comunicacao-e-linguagens>

Conselho Consultivo | Advisory Board

Andrea Pinotti, Università degli Studi di Milano
Andrew Fisher, Goldsmiths University of London
Antonio Somaini, Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3
Claudio Rozzoni, IFNova
Graham M Jones, MIT, MA
Gustav Frank, Ludwig-Maximilians-Universitaet-Muenchen
Sophie Mayer, Universidade de Cambridge
Rosana Monteiro, Universidade Federal de Goiás
Teresa Castro, Université Sorbonne Nouvelle - Paris III, France
Ruth Rosengarten, PhD, Investigadora independente

Comissão editorial | Editorial comission

José Bragança de Miranda, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa
Carlos Smaniotto Costa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa
José Pinheiro Neves, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga
Jorge Martins Rosa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa
João Borges da Cunha, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa
Michiel de Lange, Media and Cultural Studies, Utrecht University, Utrecht
Christoph Breser, Institute of Urban and Architectural History, Graz University of Technology, Graz

Coordenação electrónica | Technical staff

Patrícia Contreiras, ICNOVA- Instituto de Comunicação da NOVA, Portugal

A Revista de Comunicação e Linguagens (ISSN: 2183-7198) está incluída nos catálogos LATINDEX e ProQuest / CSA (Cambridge Scientific Abstracts).

The journal of Language and Communication (ISSN: 2183-7198) is index in LATINDEX and ProQuest/CSA (Cambridge Scientific Abstracts).

Índice

Cidades do Futuro: Introdução do Editor

Cities of the Future: Editor's Introduction

Catarina Patrício

1

A Cidade do Futuro (Revisitada)

The city of the future (revisited)

Luís Cláudio Ribeiro

19

Depois da Metrópole, as redes info-ecológicas e o fim da experiência urbana

After the metropolis, the info-ecological networks and the end of urban experience

Massimo di Felice

31

O fim da natureza: paradoxos e incertezas na era do Antropoceno e do Geo-construtivismo

The end of nature: paradoxes and uncertainties in the era of the anthropocene and geo-constructivism

Manuel Bogalheiro

48

Cityspaces as interior settings: on an *inside out* effect in the cities under New Capitalism

A paisagem urbana como cenário interior: Um efeito verso-reverso na cidade sob o regime do novo capitalismo

João Borges da Cunha

67

As Cidades Inteligentes e as Narrativas de Futuro

Smart cities and the narratives of the future

Herlander Elias

78

Pólis, Política e Protesto

Polis, politics and protest

Filipe Pinto

89

Das cidades inteligentes às metatopias urbanas

From smart cities to the urban metatopias

José Pinheiro Neves

106

Moving towards a green tomorrow: Urban Allotment Gardens and the “new green city”

Nicola Charlotte Thomas

123

Reframing Digital Practices in Mediated Public Open Spaces associated with cultural heritage

Carlos Smaniotto Costa, Georgios Artopoulos, Aleksandra Djukic

143

Would Urban Cultural Heritage Be Smart? Culture as a land factor and Italian cities' smartness

Mario Neve

163

The New (Public) Space: On Cities, Shopping Centers, Political Demonstrations and the Future of Public Uses

O novo espaço (público): Sobre cidades, centros comerciais, manifestações políticas e o futuro dos espaços públicos

Miguel Silva Graça

191

Future Cities of Loneliness: Dysfunctional Urbanities on Filmic Mars

Denis Newiak

208



Catarina Patrício «A hora do cometa», grafite sobre papel, 150x90 cm, 2018.

CIDADES DO FUTURO: INTRODUÇÃO DO EDITOR

Catarina Patrício

Universidade Lusófona e CIC.Digital Polo FCSH-UNL, Lisboa [PT]

catarinapatricioleitao14@gmail.com

It is the business of the future to be dangerous; and it is among the merits of science that it equips the future for its duties.

Alfred North Whitehead, *Science and the Modern World* (1925)

Na capa deste número da Revista de Comunicação e Linguagens, vê-se um homem e um cão¹. Encontram-se num mesmo gesto, quase uma mesma natureza. Entrepõem-se escombros, são eles o elemento revelador: talvez aqui os *últimos habitantes da Terra*.

O problema da extinção da humana, não sendo da ordem da experiência, obriga a uma permanente renegociação ontológica porquanto converte a nihilização do existente num instrumento do pensamento. Essa inteligibilidade da extinção² diremos que serve para incidir criticamente sobre um certo antropocentrismo, inexorável efeito vindo da facticidade das leis da ciência³ e que tem marcado a Modernidade enquanto complexo técnico e político. Num momento em que se manifestam crises de todo o género, tomar o fim por princípio evidencia-se uma atitude politicamente necessária.

Presente. Toda a ocorrência no presente é processual e manifesta-se em devir. Revelando-se, coloca-se também ela entre uma multiplicidade de outras tantas coisas sem as quais não poderia *ser* (Whitehead, 1925: 176). Futuro. Tudo o que está por vir existe em

¹ O leitor reconhecerá que se trata de uma montagem de uma cena do filme *Damnation* (1987) de Béla Tarr sobre um cenário extraído de *Blade Runner* (1982) de Ridley Scott. Ao desenho assiste-lhe um método, o *cut-up*, uma potente técnica proposta por William S. Burroughs que supõe entremear inscrições com outras tantas. Texto, som, imagem, tudo pode ser arrolado, cortado e montado. Refeito em novo objeto, é pela montagem que se tensiona o presente enquanto se distendem linhas para um futuro. Como Burroughs dissera algures, “*when you cut into the Present the Future leaks out*”.

² Veja-se Brassier, R. 2007. *Nil Unbound: Enlightenment and Extinction*. London: Palgrave Macmillan.

³ É esta a tese de Quentin Meillassoux em *Après la Finitude*. A esse programa antropocêntrico que refuta, Meillassoux chama-lhe correlacionismo: um anel metafísico que o ser humano ergueu em torno de si e que força a co-extensividade entre ser e pensamento. Mas em vez de apontar para o problema da extinção, como fará posteriormente Brassier, Meillassoux procura o domínio da ancestralidade (*arque-fóssil*) de forma a anular o excesso de confiança e peso humanos sobre a história, a ciência e a metafísica (Cf. Meillassoux, Q. 2006. *Après la Finitude. Essai sur la nécessité de la contingence*. Paris: Seuil).

associação, colocando-se também entre uma multiplicidade de futuros possíveis – aí temos a contingência. O presente, sempre a deixar de o ser, ativa ligações que não são apenas estabelecidas com base na lateralidade da co-presença, na medida em que um qualquer acontecimento ou entidade perfaz-se enformando uma antecipação, traduzindo dentro de si mesmo aspetos de como o futuro vai remetendo para o presente (Whitehead, 1925: 74). Se, como diz Whitehead, *o ofício do futuro é ser perigoso e um dos méritos da ciência é equipar o futuro para os seus deveres*, isso significa comprometer o presente, do menor ao mais complexo gesto, com uma ciência que se espera preparada para lidar com dilemas em curso e por vir. Tudo se joga no presente; é aí que está um futuro a fazer-se.

Pensar as cidades do futuro implica, por isso, proceder a cortes no presente. Percorram-se algumas das linhas que o executam, comprimem e distendem, isto porque as cidades do futuro estão já sujeitas a determinações, muitas feitas no presente. As razões são múltiplas e inescapáveis.

Crescentemente mediada e orientada por dispositivos técnicos, em que máquinas sensíveis na forma de imagens visuais e sonoras vêm à frente “*onde quer que alguém e um aparelho estejam*” (Valéry, 1928: 313), a experiência da cidade não se livrou de uma mobilização generalizada para a experiência⁴, que a transforma como lugar de cruzamentos (Cf. RCL 48 L. C. Ribeiro). Nos transportes e comunicações, e se “*a cidade é [ainda] um correlato da estrada*” (Deleuze e Guattari, 1972; 551), depois da supressão das distâncias pela aceleração da viagem ou na comunicação instantânea que revolucionaram o século XX, a convergência tecnológica estimula a coalescência entre elementos. É neste campo que os *drones*, por exemplo, se têm constituído como uma das faces mais visíveis de um embate que se espera polémico: tanto projeteis como veículos, também “máquinas de visão”⁵ e de registo, simultaneamente comercializados ao nível militar e civil, está ainda por perceber a forma como irão incidir sobre as cidades. É também neste momento, em que se lança uma espécie de monitorização geral decorrente da rastreabilidade da informação (que *alcança* todos, do indivíduo comum às megaestruturas), que se agudizam debates em torno da propriedade, do espaço público e do destino do privado. A trama adensa-se ainda com a miniaturização de objetos, que se infiltram nos espaços e nos corpos pelas nano-

⁴ Trata-se aqui de perceber a “*realidade cinética da Modernidade enquanto mobilização*” (Sloterdijk, 1989: 27).

⁵ Fazendo aqui uma alusão ao título *La Machine de Vision*, onde Paul Virilio comenta criticamente a forma como os novos mecanismos de percepção e representação absorvem as distâncias (Cf. Virilio, P. (1988). *La Machine de Vision*. Paris: Galilée).

tecnologias, conduzindo a uma nova viragem nas *antropotécnicas*⁶, i.e., as possibilidades do homem se fazer a si próprio – da escrita (também em algoritmos) à manipulação genética. Revelam-se ainda, entre outros traços, a precariedade do trabalho, a insustentabilidade do Estado Social, o aumento de fluxos migratórios e de mobilizações sociais. Os conflitos agravam-se. E, de uma maneira ainda mais global, instabiliza-se o ambiente natural do planeta – só por si, as alterações climáticas significarão mais e mais guerras em torno do território, novos fluxos de refugiados, maior pressão sobre os recursos, crises mais devastadoras.

É com a Terra entretecida nas malhas do ciberespaço, toda ela perscrutada e cartografada de micro- a macro-cartografias⁷, que se percebe a natureza reticular do espaço, ele que se nos “*oferece sob a forma de relações de colocação*”⁸. Descobrir a rede é então descobrir o mundo na sua finitude e impossibilidade de expansão – eis a grande ansiedade do século XXI, justamente o limite da extensão. Pois até o armazenamento na *cloud* pressupõe servidores, e esses estão na terra – enterrados e refrigerados como nos gigantescos Data Center da Google, Microsoft ou Facebook.

Face à insuperabilidade do espaço real, vem à lembrança o conto “Billenium” (1962) de J. G. Ballard – a ficção também se constitui como um canal de antecipação exploratória. Num mundo com 20 mil milhões de habitantes encurralados na vastidão de grandes áreas urbanas, cada indivíduo pode apenas dispor de cerca de 4 metros quadrados de habitação. Dado o aumento da população, intensifica-se drasticamente a pressão sobre o espaço e sobre os recursos: nas cidades, os monumentos foram há muito destruídos para construir mais e mais zonas de alojamento; no campo, os antigos prados foram convertidos em imensas áreas de produção altamente mecanizada, interdita e vigiada. Crê-se já não haver floresta nem reservas naturais. Perante uma questão tão primordial quanto o encurtamento do território, a rivalidade económica e ideológica entre Estados há muito havia esmorecido.

⁶ Aquilo a que Sloterdijk chamou de “Regras para o Parque Humano” (Cf. Sloterdijk, P. (1999). *Regeln für den Menschenpark: Ein Antwortschreiben zu Heideggers Brief über den Humanismus*. Frankfurt/M: Suhrkamp).

⁷ As consequências são profundas: “A visão panóptica da Terra sofre uma convulsão essencial na modernidade, como a sua transformação num mero planeta, completamente cartografado, apropriado, escrutinado via satélite, cablado por uma rede de computadores, etc. Trata-se de uma Terra recriada tecnicamente que é representada como um mero «planeta», um astro entre imensos outros.” (Miranda, 2005: 25)

⁸ Restitua-se a passagem completa: “[o] problema da colocação humana não se resume apenas à questão de saber se haverá espaço suficiente para o homem no mundo – problema esse que é, afinal, bem importante –, é também o problema de saber que relações de vizinhança, que tipo de armazenamento, de circulação, de captação, de classificação dos elementos humanos devem ser escolhidos preferencialmente em tal ou tal situação para chegar a tal ou tal fim. Vivemos numa época em que o espaço se nos oferece sob a forma de relações de colocação”(Foucault, 1984: 244).

De “Billenium” é possível extrair alguns sinais do futuro e o seu comprometimento no presente. Desde logo se percebe como está em causa o modelo do habitar (Cf. RCL 48, M. Felice): quando a população mundial ultrapassa já os 7 mil milhões de habitantes, metade dos quais a viver em zonas urbanas, a tendência para as chamadas cidades inteligentes perfila-se para a gestão do espaço urbano diante de tal desafio. Porém, a cidade não está confinada aos seus limites e *toca* também no que lhe está fora, comprometendo necessariamente outras parcelas de terra pela exploração agrícola e energética – é preciso alimentar a cidade: dentro de anos será inevitável falar na produção artificial de proteína e, potencialmente, a fusão nuclear será o próximo paradigma energético. Daí que, dada a dilatação da forma-cidade, se possa prenunciar um fim da natureza no seu estado selvagem – a problematização da entrada no Antropoceno é sintoma disso mesmo, ainda que esta se mantenha ativa enviando tempestades de toda a ordem (RCL 48, M. Bogalheiro). Mas para lá de uma incomensurável pressão sobre a Terra, o conto de J. G Ballard dá ainda a entrever a dissolução dos Estados, particularmente a conformação moderna do Estado-Nação⁹, que colapsa ante a prioridade para uma ligação colectiva e planetária na resolução de um problema comum.

Neste início de milénio, com a emergência de *translocalidades*, i.e. formações pós-nacionais decorrentes da produção de localidade num mundo global¹⁰, é de esperar que se possa fender a estrutura do Estado-Nação¹¹. Trata-se de uma crise que também resulta da importância crescente das cidades. Cada vez mais libertas da forma Estado, grandes metrópoles tendem para uma autorregulação, conectando-se entre si de forma corporativa e global, por vezes mais do que ao território da Nação – num processo de inversão de colocações próprio ao capitalismo na sua etapa mais especulativa (RCL 48, J. B. Cunha). Uma desterritorialização que acontecia nas cidades portuárias (Deleuze e Guattari, 1972: 553), mas que se intensificou com a circulação e abarca o mundo inteiro.

⁹ Resultante de um conjunto de diplomas abrangidos na chamada Paz da Vestefália (1648) e que veio a constituir o Estado Moderno, fundamento político e jurídico assente na soberania territorial, não-intervenção e territorialidade (Estado) com etnicidade e solo (Nação).

¹⁰ O movimento humano intensifica-se e é gerador de *translocalidades* (Appadurai, 2003). Este compreende a emigração por oportunidade económica, ainda a circulação de trabalhadores especializados (como os soldados das Nações Unidas, técnicos, diplomatas, etc.), grandes movimentos decorrentes de crises humanitárias (guerras, fomes, catástrofes naturais ou outras formas de crise decorrentes das alterações climáticas), e envolve também novas formas de trabalho, e ainda outras formas de movimento, como o turismo.

¹¹ É essa a leitura de Arjun Appadurai em “Sovereignty without Territory: Notes for a Post-National Geography” (2003). Mas para o futuro estar para lá das nações, teria de se rarefazer esse “universo imaginado” que é um Estado-Nação.

Esta *rede*, que coloca uma cidade em relação com outras, forma uma *transconsistência* e distribui os fluxos num plano horizontal. Um Estado procede de modo distinto. É uma *intraconsistência*, operando por *estratos* que formam “um conjunto vertical e hierárquico que atravessa as linhas horizontais em profundidade” – “o centro não está no meio, mas em cima visto que não pode reunir o que isola senão por subordinação” (Deleuze e Guattari, 1972: 552). Talvez as cidades, na reticularidade que desenham, estejam mais bem preparadas para gerir os fluxos migratórios, tecnológicos, económicos, ideológicos e culturais que caracterizam o mundo global do que a rigidez ortogonal de um Estado-Nação. Os Estados são *integrações globais*, e *não locais*, são “cortes verticais em profundidade, cada um separado dos outros, enquanto a cidade é inseparável da rede horizontal das cidades” (Deleuze e Guattari, 1972: 552), trabalhando numa lateralidade que acentua a circulação em vez de a procurar travar à força – abre-se aqui uma possibilidade de passagem do paradigma dos Estados-Nação para o paradigma das Cidades-Estado, ligadas entre si. Certo é que quando o mundo aperta, as fronteiras entre Estados colidem¹².

Talvez no futuro, numa constelação de cidades inteligentes ligadas entre si, se possa encontrar o caminho para o “Planetário”, tornando possível a paz mundial pela ligação que a técnica permite – o *Eros Planetário*¹³ a que Walter Benjamin exortara.

A rede agrega e as associações que constituem o social (Latour, 2005) devem ser pensadas a partir dos fluxos que aí se instalam. O capitalismo e o seu incessante movimento de auto-valorização, para muitos a fórmula maximamente planetária, pôs em marcha uma política que enredou a cidade com migrações, média, e transações, conferindo uma globalidade à figura da cidade, talvez a maior construção física e metafísica da humanidade, agora tornada o objeto-fetice de digitalização e de efabulação do futuro (RCL 48, H. A. Elias). Aqui temos as *smart cities*.

Uma cidade inteligente constitui-se como uma trama para onde tudo parece tender. É um ambiente técnico e um dispositivo, “*uma meada composta por linhas de natureza diferente*” (Deleuze, 1989) sujeita a atualizações (*upgrade*), e que *orienta* indivíduos, *determinando*,

¹² Traçando uma genealogia jurídica, Carl Schmitt propõe em *Der Nomos der Erde* que o *Jus Publicum Europaeum*, seminal momento do direito internacional, institucionalizou a guerra apoiada num novo ordenamento do espaço que pressupôs a expansão da Europa para o solo “livre” do continente americano. Assim se terá mitigado a guerra na Europa (Cf. Carl Schmitt. [1950] 2008. *Le Nomos de la Terre dans le droit des gens*. Paris: Quadrige/PUF).

¹³ Como diz Benjamin: “De fato, o êxtase é a única experiência na qual nos asseguramos do que há de mais próximo e mais longínquo, e nunca de um sem o outro. Isto porém quer dizer que só em comunidade o homem pode comungar em êxtase com o cosmos. É ameaçadora a desorientação dos modernos em considerar esta experiência como irrelevante e desprezável e relegá-la para a paixão de cada um em belas noites estreladas” (Benjamin, 1929: 107).

controlando, capturando e modelando os seus gestos e ações (Agamben, 2006). É uma rede que organiza e centraliza informação, prometendo uma eficiência agregada entre equipamentos e procedimentos. Mas quanto maior é a convergência de informação, mais complexa é a sua manutenção, e mais sensível será a perturbação das suas linhas. Certo é que dela emergem novas semiologias: há uma ressonância de informação entre indivíduos e equipamentos, ferramentas, máquinas, redes, a convergir para os “mix-active hubs of arphid data, repeaters, relayers, linked to a global network” (Sterling, 2005: 91) – chegados à Internet das Coisas (Internet of Things, IoT), como lhe chamara Bruce Sterling, em que se intensifica uma espécie de recrutamento universal, uma *mobilização infinita* (Sloterdijk, 1989) enfatizado pela prontidão de todas as coisas, entidades humanas e não humanas¹⁴, as quais estarão definitivamente interligadas entre si. Uma relação fluida e imediata, em que “*a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas*” (Marx, 1867: 113) se materializa em zeros e uns.

Ao espaço colou-se uma película de informação integrada (Castells 1989), que pode não ser inclusiva, como no racional espaço público habermasiano. Pelas formas de exclusão (não só de indivíduos, mas também de equipamentos, como um *hardware* que não suporta uma atualização), também na cidade inteligente se encontram renovadas algumas estratégias de governamentalidade, portanto ainda um dispositivo de controlo, agravado com meios tecnológicos que permitem a criação de enormes bases de dados – não apenas enquanto anúncio do fim da privacidade, mas sobretudo porque a gestão da informação se tornou o alvo preferencial da máquina capitalista¹⁵.

Contudo, importa reconhecer não só os aparelhos de poder, mas também as resistências que necessariamente o atravessam. As *linhas* que irrigam um dispositivo podem ser sempre interceptadas, interrompidas, transgredidas e boicotadas (RCL 48, F. Pinto) – eis aqui as *linhas de fratura*, ou as “regras de orientação de si próprio” (Deleuze, 1989: 87) a enformar uma subjetivação. Emergem novas comunidades, fundam-se ecologias democráticas (RCL 48, J. P. Neves) desencadeadas por movimentos sociais apoiados em

¹⁴ Tomar tudo por máquina é a interessante proposta de Levi Bryant, na senda aliás de Bruno Latour, que problematizara a noção de ator social no sentido em que todas as entidades (pessoas, folhas de cálculo ou programas) podem ser atores. Tudo depende da natureza da associação. Bryant, associado com o movimento OOO (object-oriented ontology), propõe a adoção de uma MOO (machine-oriented ontology) (Cf. Bryant, Levy. 2015. *Onto-Cartography: An Ontology of Machines and Media*. Edinburgh University Press).

¹⁵ O que também obrigará a recomposições no trabalho: deve esperar-se o fim de alguns ofícios e o emergir de novos. Sobre esse aspeto, é importante este apontamento de Whitehead: “[...] the rate of progress is such that an individual human being, of ordinary length of life, will be called upon to face novel situations which find no parallel in his past. The fixed person for the fixed duties, who in older societies was such a godsend, in the future will be a public danger” (Whitehead, 1925: 196).

novas estratégias e que reclamam novas formas de construir (Cf. RCL 48, N. C. Thomas). Toma-se o espaço público através de plataformas participadas, orientadas para os cidadãos (Cf. RCL 48, C. S. Costa), numa *aplicação* geral que oscila entre a subjetivação e o controlo, tensionando o *lugar* da especificidade de cada cidade e até o seu património (Cf. RCL 48, M. Neve). Assim se tem conferido um carácter heterotópico ao espaço público (Cf. RCL 48, M. S. Graça).

Há um certo sentido de urgência, especialmente insistente nesta questão porque envolve a Terra inteira. Daí que as cidades do futuro devam ser tomadas enquanto programa politicamente orientado e não apenas enquanto cosmética urbana.

Ainda que Marte apareça no horizonte das expectativas (Cf. RCL 48, D. Newiak), achamo-nos absolutamente na Terra. Isto porque até agora a conquista espacial apenas nos fez recair mais sobre o planeta¹⁶ – *forçados a estar na Terra, sem cura para isso*¹⁷.

Este volume da *Revista de Comunicação e Linguagens* reúne um conjunto transversal de discursos e ideias a convergir num debate onde se cruzam os desafios ao futuro das cidades e as potencialidades das cidades do futuro. Aos autores, pelo sério contributo que deram, deixo o meu agradecimento. Aqui também uma palavra especial à comissão científica, constituída por José Bragança de Miranda, Carlos Smaniotto Costa, José Pinheiro Neves, Jorge Martins Rosa, João Borges da Cunha, Michiel de Lange e Christoph Breser, também às diretoras da RCL, Margarida Medeiros e Teresa Mendes Flores, e ao coordenador do CIC.Digital, Francisco Cádima. Endereço ainda um particular agradecimento a Patrícia Contreiras pela coordenação editorial.

¹⁶ É essa a ideia que fecha *The Genesis of the Copernican World* de Hans Blumenberg: “Returning to the Earth could not have been had except by leaving it [...]. It is only as an experience of turning back that we shall accept that for man there are no alternatives to the Earth” (Blumenberg, 1975: 685). Apesar das interessantíssimas manobras da SpaceX, está ainda por perceber se o corpo aguenta viver noutra corpo celeste.

¹⁷ Lembrando *End Game* (1957) de Beckett.

Referências

Datas entre parêntesis reto dizem respeito à data original.

Agamben, Giorgio. [2006] 2009. «What is an apparatus?», in *What is an apparatus? and other essays*. pp. 1-23. Stanford: Stanford University Press.

Benjamin, Walter. [1929] 1992. «Planetário». In *Rua de sentido único*. pp. 107-108. Lisboa: Relógio D'Água.

Appadurai, Arjun. 2003. “Sovereignty without Territory: Notes for a Postnational Geography.” In *The Anthropology of Space and Place*, ed. S. Low and D. Lawrence-Zúñiga, 337-49. Oxford: Blackwell.

Blumenberg, Hans. 1975. *The Genesis of the Copernican World*. Cambridge: MIT Press.

Bryant, Levi. 2014. *Onto-Cartography: An Ontology of Machines and Media*. Edinburgh University Press.

Castells, Manuel. 1989. *The Informational City: Information, Technology, Economic Restructuring and the Urban-Regional Process*. Oxford & Cambridge: Blackwell Publishers.

Deleuze, Gilles. [1989] 2015. “O que é um Dispositivo?, *O Mistério de Ariana*, 83-96. Lisboa: Nova Vega.

Deleuze, Gilles e Guattari, Félix. [1972] 2007. *Mil Planaltos: Capitalismo e Esquizofrenia 2*. Lisboa: Assírio e Alvim.

Foucault, Michel. [1984] 2005. «Espaços Outros». In *Revista de Comunicação e Linguagens*, 34/35, ed. J. A. Bragança de Miranda e E. Prado Coelho. 243-252. Lisboa: Relógio d'água.

Latour, Bruno. [2005] 2012. *Reagregando o Social: Uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia.

Marx, Karl. [1867] 1974. *O Capital: Crítica da Economia Política*. (Vol. I). Coimbra: Centelha.

Miranda, José Bragança. 2005. “Introdução: Geografias – Imaginário e Controlo da Terra”. In *Revista de Comunicação e Linguagens*, 34/35, ed. J. A. Bragança de Miranda e E. Prado Coelho. 11-42. Lisboa: Relógio d'água.

Sloterdijk, Peter. [1989] 2002. *A Mobilização Infinita: Para uma Crítica da Cinética Política*. Lisboa: Relógio d'Água.

Simondon, G. [1958] 1980. *On the Mode of Existence of Technical Objects*. London (CAN): University of Western Ontario.

Sterling, Bruce. 2005. *Shaping Things*. Cambridge: MIT Press.

Valéry, Paul ([1928] 2005) «A Conquista da Ubiquidade», *Revista de Comunicação e Linguagens*. 34/35 ed. J. A. Bragança de Miranda e E. Prado Coelho. 313-315. Lisboa: Relógio d'Água.

Whitehead, Alfred. [1925] 1948. *Science and the Modern World – Lowell Lectures 1925*. New York: Pelican Mentor.

Catarina Patrício desenvolve a sua atividade entre a prática artística, o ensino e a investigação científica. Investigadora em Pós-Doutoramento com bolsa FCT no polo FCSH-UNL do CIC.Digital, com o programa de trabalhos «Smart City: Cinema, Utopicidade e Governamentalidade na Cidade Pós-Industrial». Professora de Antropologia do Espaço no departamento de Arquitetura e Urbanismo da ECATI-ULHT desde 2010. Doutorada em Ciências da Comunicação pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2014), na especialidade Cultura Contemporânea e Novas Tecnologias, com uma investigação sobre Técnica, Guerra e Cinema financiada pela FCT. Mestre em Antropologia dos Movimentos Sociais pela FCSH-UNL (2008), Catarina Patrício é licenciada em Pintura pela Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa (2003) e estudou fotografia ao abrigo do programa Erasmus na Fachhochschule Bielefeld (2000).

<https://catarinapatricio.weebly.com/>

CITIES OF THE FUTURE: EDITOR'S INTRODUCTION

Catarina Patrício

Lusófona University and CIC.Digital FCSH-UNL, Lisboa [PT]

catarinapatricioleitao14@gmail.com

It is the business of the future to be dangerous; and it is among the merits of science that it equips the future for its duties.

Alfred North Whitehead, *Science and the Modern World* (1925)

On the cover of this issue, one sees a man and a dog¹. They find themselves in the same gesture, almost a same nature. Debris are interposed, and these are the revealing element: perhaps here *the last inhabitants of the Earth*.

The problem of human extinction, not being of the order of experience, forces a permanent ontological renegotiation since the nihilization of existence remakes itself as an instrument of thought. This intelligibility of extinction² serves to discard a certain anthropocentrism, an inexorable effect of the facticity of the laws of science³ and that has marked Modernity as a technical-political complex. At a time when all sorts of crises are unfolding, assuming the end as a principle is a politically necessary attitude.

Present. Every occurrence in the present is processual and manifests itself in becomingness. Revealing itself, it posits itself amongst a multiplicity of other things, things without which it could not be (Whitehead, 1925: 176). Future. Everything that is to come exists in association, also placing itself amongst a multiplicity of possible futures – there we have contingency. The present, always ceasing to be, activates connections that are not

¹ The reader will recognize that this is a montage from a scene from Béla Tarr's *Damnation* (1987) on a scenario extracted from Ridley Scott's *Blade Runner* (1982). A method assists the drawing, the *cut-up*, a powerful technique proposed by William S. Burroughs that supposes interweave inscriptions with many others. Text, sound, image, everything can be enrolled, cut and assembled. Rebuilt in a new object, it is through montage that the present is tensioned while stretching lines for a future. As Burroughs once said somewhere, "when you cut into the Present the Future leaks out."

² Cf. Brassier, R. 2007. *Nil Unbound: Enlightenment and Extinction*. London: Palgrave Macmillan.

³ This is the thesis of Quentin Meillassoux in *Après la Finitude*. Meillassoux calls correlationism to this anthropocentric program, which he refutes. But instead of aiming at the problem of extinction, as Brassier will later do (Brassier is his translator to English), Meillassoux seeks the domain of ancestrality (*arche-fossil*) in order to reverse human overconfidence and weight over history, science and metaphysics. Cf. Meillassoux, Q. 2006. *Après la Finitude. Essai sur la nécessité de la contingence*. Paris: Seuil.

only established on the laterality of co-presence, insofar as any event or entity has anticipation, translating within itself aspects of how the future throws back on to the present (Whitehead, 1925: 74). If, as Whitehead says, *it is the business of the future to be dangerous; and it is among the merits of science that it equips the future for its duties*, this means compromising the present, from the smallest to the most complex gesture with a science that is expected to be prepared to deal with on going and forthcoming dilemmas. Everything is played in the present; this is where the future is being made.

Thinking about the cities of the future implies, therefore, to make cuts in the present. One has to go through the lines that execute, compress and distend it, because the cities of the future are already subjected to some determinations, many of them made in the present. The reasons are manifold and inescapable.

Increasingly mediated and guided by technical devices, where sensitive machines in the form of visual and auditory images come forward “wherever someone and a certain apparatus happen to be” (Valéry, 1928: 313), the experience of the city did not discard itself from a generalized mobilization for experience⁴, which transforms it as a place of entanglements (Cf. RCL 48 L. C. Ribeiro). In transport and communications, and if “the city is [still] a correlate of the road” (Deleuze and Guattari, 1972, 551), after the suppression of distances through acceleration or in the instantaneous communications that revolutionized the twentieth century, technological convergence stimulates the coalescence between elements. In this field drones as an example constitute one of the most visible aspects of a quarrel that is expected to be controversial: both a projectile and a vehicle, also a “vision machine”⁵ and recorder device, simultaneously commercialized for civil and military purposes, it is still unclear how it will affect cities. It is also at this moment, when a kind of general monitoring is launched due to the traceability of information (which touches everyone, from the common individual to megastructures) that debates on property, public space and the destiny of the private intensify. Moreover, with the miniaturisation of objects, that infiltrate spaces and bodies through nanotechnologies, leading to a new turn in the *anthropotechnics*⁶, i.e., mankind possibilities for self-creation – from writing (also in algorithms) to genetic manipulation. Among other traits there will be

⁴ It is a matter of perceiving the *kinetic reality of Modernity as mobilization*. Cf. Sloterdijk, P. (1989). *Eurotaoismus: Zur Kritik der Politischen Kinetik*. Frankfurt/M: Suhrkamp.

⁵ Alluding here to *La Machine de Vision*, where Paul Virilio critically comments on how the new mechanisms of perception and representation absorb distances (Cf. Virilio, P. (1988). *La Machine de Vision*. Paris: Galilée).

⁶ Cf. Sloterdijk, P. (1999) *Regeln für den Menschenpark: Ein Antwortschreiben zu Heideggers Brief über den Humanismus*. Frankfurt/M: Suhrkamp.

more job insecurity, Welfare State unsustainability, increase of migratory flows and of social mobilizations. Conflicts will be worse. And even more globally, the planet's natural environment is destabilized – climate change alone will mean more and more wars around territory, new flows of refugees, increased pressure on resources, crises will be more devastating.

It is with Earth interwoven in the meshes of cyberspace, all of it scanned and mapped from micro- to macro-cartographies⁷, that one perceives the reticular nature of space, which is given to us in the form of *emplacement* relations⁸. To discover the network is to discover the world in its finitude and impossibility of extension – herein the great anxiety of this century, precisely the edge of extension. For even *cloud* storage requires servers, and they are in land – buried and refrigerated like the gigantic Google, Microsoft, or Facebook Data Centres.

Faced with the insuperability of real space, the short story “Billenium” (1962) of J. G. Ballard comes to the mind – fiction also constitutes a channel of exploratory anticipation. In a world with 20 billion people trapped in vast urban areas, each individual can only have about 4 square meters of housing. Given the population increase, the pressure on space and on resources has drastically boosted: in the cities, monuments have long been destroyed to build more and more housing areas; in the countryside, the old meadows were converted into immense areas of highly mechanized, interdicted and monitored production. One supposes that there is no forest or natural reserves left. Confronted with a question as primordial as the shortening of the territory, the economic and ideological opposition between States had long since faded.

From “Billenium” several signs of the future and its commitment in the present can be extracted. From the outset one can see how the housing model is at stake (Cf. RCL 48, M. Felice): when the world population exceeds 7 billion people, half living in urban areas, the tendency towards so-called smart cities seems to arise to manage the urban space in face of such a challenge. However, the city is not confined to its limits and also touches

⁷ Hence implicating deep consequences: “The panoptic vision of the Earth undergoes an essential convulsion in Modernity, like its transformation into a mere planet, completely mapped, appropriated, scrutinized by satellite, wired by a computer network, etc. It is a technically recreated Earth that is represented as a mere ‘planet’, a star among many others” (Miranda, 2005: 25, my translation).

⁸ “This problem of human emplacement is not simply the question of knowing whether there will be enough space for man in the world – a problem that is certainly quite important – but it is also the problem of knowing what relations of vicinity, what type of storage, circulation, spotting, and classification of human elements should be adopted in this or that situation in order to achieve this or that end. We are in an epoch in which space is given to us in the form of relations between emplacements”(Foucault, 1984: 244, my translation).

what is outside, necessarily compromising other parcels of land by the agricultural and energetic exploitation – it is necessary to feed the city; within years artificial production of protein will be inevitable and, potentially, nuclear fusion will be the next energetic paradigm. Hence, given the dilation of the city-form, an end of nature at its wild state can be foretold – the problematization of the Anthropocene is already a symptom of this, even if nature remains active sending all kind of storms and catastrophes (Cf. RCL 48, M. Bogalheiro). But beyond an immense pressure over the Earth, Ballard's story also glimpses the dissolution of states, particularly the modern formation of the nation-state⁹, which collapses before the priority for a collective and planetary connection in the resolution of a common problem.

At the beginning of the millennium, with the emergence of translocalities, i.e. post-national formations resulting from the production of locality in a global world¹⁰, the structure of the nation-state is expected to fracture¹¹. It is a crisis that also results from the growing importance of cities. Increasingly freed from the State-form, large metropolises tend to self-regulation, connecting with each other in a corporate and global way, more than to the hinterland. A deterritorialization that happened with maritime and commercial cities (Deleuze and Guattari, 1972: 553) but that intensified with the circulation, and covers the whole world¹².

This network, which places a city in relation to others, forms a *transconsistency*, and distributes flows in a horizontal plane (Deleuze and Guattari, 1972: 551). A State proceeds otherwise. It is an *intraconsistency*, operating by strata that form “a vertical and hierarchical set that crosses the horizontal lines in depth” – “the centre is not in the middle, but above,

⁹ Covered in the Westphalian peace settlements (1648) that was to shape the Modern State, political and legal foundation based on territorial sovereignty, non-intervention and territoriality (State) with ethnicity and soil (Nation).

¹⁰ Human movement intensifies and generates translocalities (Appadurai, 2003). This includes economic emigration, the movement of specialized workers (such as UN soldiers, technicians, diplomats, etc.), major movements resulting from humanitarian crises (wars, famines, major catastrophes or climate change crisis) but also involving new forms of work, and other forms of movement such as tourism.

¹¹ This is the reading of Arjun Appadurai in “Sovereignty without Territory: Notes for a Post-National Geography” (2003). But for the future to be beyond the nations, this “imagined universe” that a Nation-State is would have to be rarefied.

¹² Arjun Appadurai identifies five currents that generate cultural landscape - this is a fluid-mapping form of the associations that constitute the global world: (1) *ethnoscapes*, the human landscape defined by migratory flows; (2) *technoscapes*, which comprises the overall configuration of the use of technology; (3) *financescapes*, which corresponds to capital flows; (4) *mediascapes*, here the role of the media (also television, advertising and cinema) in the distribution of images received collectively; (5) *ideoscapes*, that is, the global shape of ideologies and the appropriation of “key terms” such as freedom, the welfare state, human rights and democracy by state apparatus and mega companies. Cf. Arjun Appadurai ([1996] 2005), *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalisation*. Minneapolis, University of Minnesota Press.

because the only way it can recombine what it isolates is through subordination” (Deleuze e Guattari, 1972: 552). Perhaps cities, in their reticularity, are better prepared to manage the migratory, technological, economic, ideological, and cultural flows that characterize the global world than the orthogonal rigidity of a Nation-State. Each State is a *global*, not a *local* integration, it is “vertical cuts in depth, each separated from others, whereas the city is inseparable from the horizontal network of cities” (Deleuze and Guattari, 1972: 552), working on a laterality that accentuates the circulation rather than seeking to stop it – perhaps here a delineation of the passage from the Nation-State paradigm into Cities-State paradigm, linked together. But when the world tightens, the borders between states collide¹³.

Perhaps in the future, in a constellation of intelligent cities linked together, one can find the way to the “Planetarium”, achieving a worldly peace made possible through the connection that technology allows – the *Planetary Eros*¹⁴ to which Walter Benjamin had exhorted.

The network aggregates and the associations that constitute the social (Latour, 2005) must be thought from the flows therein installed. Capitalism and its incessant movement of self-valorisation, for many the utmost planetary formula, set in motion a procedure that entangled the city with migrations, media and transactions, giving a globality to the figure of the city, the greatest physical and metaphysical creation of the human being, now turned into the fetish object of digitalization and of the efabulation of the future (Cf. RCL 48, H. A. Elias). Here we have the *smart cities*.

A smart city is a web to where everything seems to converge. It is a technical milieu (Simondon, 1958) and an apparatus (*dispositif*), “it is a tangle, a multilinear ensemble composed of lines, each having a different nature” (Deleuze, 1989) subjected to *upgrades*, that guides individuals, *determining, controlling, capturing* and *modelling* their gestures and actions (Agamben, 2006). It is a network that organizes and centralizes information, promising an aggregate efficiency between equipment and procedures. But the greater the

¹³ Tracing a juridical genealogy, Carl Schmitt proposes in *The Nomos of the Earth* that the *Jus Publicum Europaeum*, a seminal moment of international law, institutionalized war based on a new spatial order that entailed the expansion of Europe to the “free” soil of the American continent. Thus was mitigated war on Europe. Cf. Carl Schmitt. (1950) *Der Nomos der Erde im Völkerrecht des Jus Publicum Europaeum*. Köln: Greven.

¹⁴ As Benjamin says: “The ancient intercourse with the cosmos had been different: the ecstatic trance [Rausch]. For it is in this experience alone that we gain certain knowledge of what is nearest to us and what is remotest from us, and never of one without the other. This means, however, that man can be in ecstatic contact with the cosmos only communally. It is the dangerous error of modern men to regard this experience as unimportant and avoidable, and to consign it to the individual as the poetic rapture of starry nights.” (Benjamin, 1929: 107).

convergence of information, the more complex it is to maintain and the more sensitive it will be to the disturbance of its lines. It is certain that new semiologies emerge: there is a resonance of information between individuals and equipment, tools, machines, networks (Simondon, 1958), converging “into the mix-active hubs of arphid data, repeaters, relayers, linked to a global network” (Sterling, 2005: 91) – arriving to Internet of Things (IoT), as Bruce Sterling called it, in which a kind of universal recruitment intensifies, an *infinite mobilization* (Sloterdijk, 1989) emphasized by the readiness of all things, human and nonhuman entities¹⁵, which will be definitively interconnected. A fluid and immediate relationship, in which “the phantasmagoric form of a relation between things” (Marx, 1867: 113) is materialized in zeros and ones.

An integrated information layer (Castells 1989) was attached to space, which might not be inclusive as in the ideal habermasian public space. Through policies of exclusion (not only of individuals but also of equipment, such as an hardware that can not endure an upgrade), also in the smart city some governmentality strategies are renewed. It will be a control device, aggravated with technological means that allow the creation of enormous databases – not only as an announcement of the end of privacy, but especially because information management has become the preferred target of the capitalist machine¹⁶.

However, it is important to recognize not only the power apparatus, but also the resistances that necessarily cross it. The lines that irrigate a device can always be intercepted, interrupted, transgressed and boycotted (Cf. RCL 48, F. Pinto) – here are the lines of fracture, or the optional rules of self-orientation that constitute a subjectification (Deleuze, 1989: 87). New communities emerge; democratic ecologies are founded (Cf. RCL 48, J. P. Neves) triggered by social movements that are supported by new strategies, and protesting for new ways of building (Cf. RCL 48, N. C. Thomas). The public space is taken through participatory platforms, oriented to citizens (Cf. RCL 48, CS Costa), in a general *appification* that ranges from subjectification to control, coercing the *local*

¹⁵ To take everything as a machine is the interesting proposal of Levi Bryant – indeed following Bruno Latour who problematized the notion of social actor, since all entities (people, spreadsheets or programs) can be actors. It all depends on the nature of the association. Bryant, related with *object-oriented ontology* (OOO), proposes a *machine-oriented ontology* (MOO). Cf. Bryant, Levy. 2015. *Onto-Cartography: An Ontology of Machines and Media*. Edinburgh University Press.

¹⁶ This will also lead to recompositions in the world of labour - one must expect the end of some professions and the emergence of new ones. On this aspect, this note from Whitehead is important: “[...] the rate of progress is such that an individual human being, of ordinary length of life, will be called upon to face novel situations which find no parallel in his past. The fixed person for the fixed duties, who in older societies was such a godsend, in the future will be a public danger.” (Whitehead, 1925: 196)

specificity of each city and even its heritage (Cf. RCL 48, M. Neve). Therefore, a heterotopic character has been assigned to the public space (Cf. RCL 48, M. S. Graça).

There is a certain sense of urgency, especially insistent on this matter because it involves the entire Earth. Hence the cities of the future should be taken as a politically oriented program and not just as an urban cosmetic.

Though Mars appears on the horizon of expectations (Cf. RCL 48, D. Newiak), we find ourselves absolutely on Earth. So far the space odyssey has only made us fall further on the planet¹⁷ – *forced to be on Earth, with no cure for that*¹⁸.

This issue of the Journal of Communication and Language brings together a transversal set of discourses and ideas converging in a debate where the challenges to the future of cities meet the potentialities of cities of the future. To the authors, for the serious contribution they gave, I leave here my acknowledgments. I also leave a special word to the scientific committee, José Bragança de Miranda, Carlos Smaniotto Costa, José Pinheiro Neves, Jorge Martins Rosa, João Borges da Cunha, Michiel de Lange and Christoph Breser, also to the directors of the RCL, Margarida Medeiros and Teresa Mendes Flores, and to the coordinator of CIC.Digital, Francisco Cádima. I address also a special thanks to Patrícia Contreiras from the editorial coordination.

¹⁷ This is Hans Blumenberg's closing idea in *The Genesis of the Copernican World*: "Returning to the Earth could not have been had except by leaving it [...]. It is only as an experience of turning back that we shall accept that for man there are no alternatives to the Earth" (Blumenberg, 1975: 685). Despite the very interesting manoeuvres of SpaceX, it remains uncertain if a human body can live in another astronomical object.

¹⁸ Recalling Beckett's *End Game* (1957).

References

Dates given in-text between square brackets refer to the date of the original publication.

- Agamben, G. [2006] 2009. «What is an apparatus?», in *What is an apparatus? and other essays*. pp. 1-23. Stanford: Stanford University Press.
- Benjamin, W. [1929] 1992. «Planetário». In *Rua de sentido único*. pp. 107-108. Lisboa: Relógio D'Água.
- Appadurai, A. 2003. "Sovereignty without Territory: Notes for a Postnational Geography." In *The Anthropology of Space and Place*, ed. S. Low and D. Lawrence-Zúñiga, 337-49. Oxford: Blackwell.
- Blumenberg, H. 1975. *The Genesis of the Copernican World*. Cambridge: MIT Press.
- Bryant, L. 2014. *Onto-Cartography: An Ontology of Machines and Media*. Edinburgh University Press.
- Castells, M. 1989. *The Informational City: Information, Technology, economic Restructuring and the Urban-Regional Process*. Oxford & Cambridge: Blackwell Publishers.
- Deleuze, G. [1989] 2015. "O que é um Dispositivo?, *O Mistério de Ariana*, 83-96. Lisboa: Nova Vega.
- Deleuze, G. e Guattari, F. [1972] 2007. *Mil Planaltos: Capitalismo e Esquizofrenia 2*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Foucault, M. [1984] 2005. «Espaços Outros». In *Revista de Comunicação e Linguagens*, 34/35, ed. J. A. Bragança de Miranda e E. Prado Coelho. 243-252. Lisboa: Relógio d'água.
- Latour, B. [2005] 2012. *Reagregando o Social: Uma Introdução à Teoria do Ator-Rede*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia.
- Marx, K. [1867] 1974. *O Capital: Crítica da Economia Política*. (Vol. I). Coimbra: Centelha.
- Miranda, J. B. 2005. "Introdução: Geografias – Imaginário e Controlo da Terra". In *Revista de Comunicação e Linguagens*, 34/35, ed. J. A. Bragança de Miranda e E. Prado Coelho. 11-42. Lisboa: Relógio d'água.
- Sloterdijk, P. [1989] 2002. *A Mobilização Infinita: Para uma Crítica da Cinética Política*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Simondon, G. [1958] 1980. *On the Mode of Existence of Technical Objects*. London (CAN): University of Western Ontario.
- Sterling, Bruce. 2005. *Shaping Things*. Cambridge: MIT Press.
- Valéry, P. [1928] 2005. "A Conquista da Ubiquidade", *Revista de Comunicação e Linguagens*. 34/35 ed. J. A. Bragança de Miranda e E. Prado Coelho. 313-315. Lisboa: Relógio d'Água.
- Whitehead, A. [1925] 1948. *Science and the Modern World – Lowell Lectures 1925*. New York: Pelican Mentor.

Catarina Patrício develops her activity between artistic practices, teaching and scientific research. Post-doctoral researcher with a FCT fellowship at the CIC.Digital (FCSH-UNL), with the program “Smart City: Cinema, Utopicity and Governamentality in the Post-Industrial City”. Professor in Anthropology of Space in the Department of Architecture and Urbanism of ECATI-ULHT since 2010. PhD in Communication Sciences by the Faculty of Social Sciences and Humanities of the Nova University of Lisbon (2014), specialized in Contemporary Culture and New Technologies, with research on Technique, War and Cinema financed by FCT. She holds a Master's Degree in Anthropology of Social Movements by FCSH-UNL (2008), Catarina Patrício also holds a degree in Painting from the Faculty of Fine Arts of the University of Lisbon (2003) and has studied photography under the Erasmus program at Fachhochschule Bielefeld (2000).

<https://catarinapatricio.weebly.com/>

A CIDADE DO FUTURO (REVISITADA)*THE CITY OF THE FUTURE (REVISITED)***Luís Cláudio Ribeiro**

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa [PT]

luis.claudio.ribeiro@ulusofona.pt

Resumo

Alguém sai de casa, entra no automóvel e instantaneamente o rádio fica ligado. O mesmo indivíduo entra no emprego e escuta música a partir dos seus headphones. E se decide andar pela cidade, não se esquece de os ligar. Este comportamento do homem urbano constitui um corte com o espaço de cruzamento que caracteriza a cidade; um corte com a constituição de um real feito a partir da vigilância da visão e do reconhecimento dos outros; e uma alteração substancial da percepção do sujeito sobre a paisagem urbana, esse novo físico, arquitetónico que sempre compôs a cidade.

A constituição da urbanidade é feita aqui sobre objetos sonoros que obrigam a uma desapareição parcial do reconhecimento visual e do espaço acústico. A constituição do sujeito no espaço público, que também é um espaço de troca de sinais, de conhecimentos e de afetos, faz-se pela desinstalação do aparelho de reprodução sonora. E nesta ação abre-se à rua o canal óptico.

O homem urbano de Aristóteles, um ser vivente (*ζῷον*) feito para a vida da cidade (*bios politikós*) está em alteração por efeito dos aparelhos móveis de reprodução sonora. E esta alteração atinge a substância da cidade, o seu urbanismo e arquitetura, isto é, a sua fisicalidade.

Palavras-chave: som, dispositivo, móvel, percepção, urbano

Abstract

Someone leaves home, enters their car and the radio is turned on instantly. The same person enters the office and listens to music from the headphones. And if they decide to walk around, they do not forget to turn them on. This behaviour represents an incision in the crossing space that characterizes the city; a break with the constitution of a reality made from vision surveillance and acknowledgement of the other; and a substantial change in the subject's perception of the urban landscape, that physical, architectural entanglement that has always made up the city.

The constitution of urban data is made here upon sound objects that require a partial disappearance of the visual recognition and the acoustic space. The constitution of the subject in the public space – a space for exchanging signals, knowledge and affection – is done by uninstalling the sound playback device: this action opens up the optical channel to the street.

*Aristotle's urban man, a living being (*ζῷον*) made for city life (*bios politikós*), is changing as a result of mobile devices of sound reproduction. And this change affects the substance of the city, its urban planning and architecture, its physicality.*

Keywords sound, device, mobile, perception, urban

1. É importante começar pela cidade, esse lugar criado e habitado pelos homens que ao longo dos tempos se fez espaço de encontros, desencontros e desenvolvimento. E se quisemos começar por aqui interessa encontrar uma época em que tudo se começou a alterar por influência da acelerada mecanização dos meios de produção e eletrificação da vida e do corpo humano. Voltemos à década de 1920. Há menos de um século as coisas estavam a mudar vertiginosamente, não à mesma velocidade de hoje, mas numa aceleração não natural que provinha da otimização dos dispositivos de escuta, onde se inclui a rádio, telefones, fonógrafos e gramofones, bem como os avanços para sincronizar, na película, imagem e som.

Berlim desempenha aqui um papel fundamental. Artistas como Walter Ruttmann ou Bertold Brecht, vivendo e amando esta cidade, interessaram-se em constituir através do som, ou da sua expressão silenciosa, obras que marcaram aquela época. Em *Berlim: Sinfonia para uma Grande Cidade* (1927), peça fílmica não sonora, e na peça radiofónica *Fim-de-Semana*, Ruttmann conseguiu criar, primeiro apenas com imagem, e depois só com os ruídos da cidade, o território sonoro de Berlim e dos seus limites. Se na *Sinfonia para uma Grande Cidade* detetamos o crescimento da cidade, a sua mecanização, o homem na multidão que enche as ruas (o mesmo do conto de Edgar Allan Poe, 1840), ou o homem sozinho em deambulação pela cidade, com *Fim-de-semana* chega-nos o itinerário dessa multidão, do habitante, que da cidade regressa a uma paisagem sonora cheia do mundo rural em oposição aos sons da cidade, imersa em ruído, o som do que está vivo, do que é material e tem movimento. Todas as cidades queriam atingir o mais rapidamente possível aquele lugar próprio ao bem-estar dos seus cidadãos: a qualidade de vida deveria ser oferecida a todos, burgueses ou operários. Podemos imaginar as outras grandes metrópoles e sentir aquelas ruas vazias pela madrugada, ou apinhadas de gente na entrada para o comércio e serviços ou simplesmente «flanando». As grandes metrópoles ocidentais são o apogeu da Atenas de Péricles. E como tudo o que é vivo ou impulsionado pelo vivo, a atmosfera foi ficando densa de sons que interessava gravar, unir aos materiais e aos dispositivos, criar relações de analogia, para assim criar relações de parentesco e com elas fundar comunidades.

A cidade tornou-se o meio adequado ao surgimento de lugares identitários, históricos e relacionais (na definição de Marc Augé, 1995), mas também de lugares híbridos ou de limbo, já que é da natureza da cidade a sua constante transformação e metamorfose.

As formações da cidade estão sempre em evolução e para que fosse possível constituir com elas uma evidência, era necessário, e sempre em urgência, unir-lhes o que desde sempre

interessou pouco aos humanos, o que não se via, a voz e os sons, já que imersos, desde os gregos, no desejo de cartografar o mundo, sistematizar e organizar o que estava diante de nós, tínhamo-nos esquecido da audição. A percepção visual deparou naqueles tempos com um facto inadiável: a aparição da cidade faz-se sempre sobre dois grandes sentidos: a visão e a audição (como nos dá a entender muito bem o livro de Emily Thompson, *The Soundscape of Modernity*, 2002).

Nenhum artista, que tem na sua natureza acompanhar a evolução da sua época, poderia ficar à margem do que estava a acontecer na *polis*. O que definitivamente se corta na década de vinte do século passado é o fundamento da percepção, que deixou de ser apenas visual para passar a ser também auditivo e acústico. E isso mudou radicalmente a forma como constituímos a cidade. À perspetiva visual, que imobiliza a cidade e a aproxima do estertor da morte, une-se agora, por influência constante dos dispositivos de mediação, que evoluíram como nunca no século XX, um território sonoro no qual estamos instalados, fazendo parte da nossa interioridade já que recriamos a cidade acústica a partir de dentro, complementando a exterioridade ocular. Este movimento de escuta, que é sempre uma tensão de dentro para fora (Nancy, 2007), organiza mapeamentos distintos da cidade que não são idênticos àqueles que estamos habituados a traçar ou imaginar sobre o efeito da luz que recria diariamente as suas opacidades e que serviu de guia ao pensamento ocidental, desde as mais breves intuições ao imaginário coletivo.

Os novos modos de escuta, pela inserção contínua de outros dispositivos entre a fonte e o ouvido, i.e., entre o microfone e o altifalante, produziu alterações substanciais nas formas da percepção em que recriamos a cidade. De um afastamento obrigatório por parte da visão no reconhecimento do que é natureza e urbano, a cidade foi «obrigando» o seu habitante a tornar-se mais próximo e táctil. E esta condição é uma imposição do acionamento de outros sentidos, nomeadamente, a audição. Para que a cidade se erga em nós, ela tem que cair primeiro para dentro de nós, e a força desta queda faz-se naturalmente pela escuta, já que a visão afasta e não envolve. Estes modos de escuta, que como sabemos alteraram também outros elementos nas artes do som, como a composição e o tempo, virão a modificar-se ao longo do século por efeitos da transformação contínua de meios de gravação e reprodução sonoros. As indústrias, sem esquecer a função primeira dos meios, começaram a *naniçar* os objetos, a aumentar a sua capacidade de armazenamento e a sua portabilidade. O efeito destas três qualidades ainda o sentimos hoje em dia em todos os meios de comunicação, sobretudo naqueles que usam o som. O efeito fez-se sentir com

mais intensidade a partir da década de 1970, contribuindo para potenciar esse efeito a eletrónica e a computadorização do quotidiano. De um fonógrafo em cada lar, como publicitava Edison, chegamos a um computador em cada casa, como publicitava a Microsoft e a Apple.

Com estes elementos, damos-nos conta que algo se perde na relação ancestral entre o humano e a natureza, e entre a natureza, o meio e o homem. Se no início o enigma da voz se fundava na repetição do que se ouvia; se nas artes a mimetização do real possibilitava a convergência da analogia para o artificial, com a inclusão de mediadores entre o corpo e a natureza, houve depois um desvio: começamos a ouvir a partir da reprodução e este facto alterou o nosso sentido de escuta. Enquanto meio, que se intercala entre uma fonte e um destino, há sempre uma diferenciação entre o que se grava e o que se escuta. Isso sucede com todos os meios, sejam sonoros ou de imagem. Não deixamos ainda de estar conectados com o real produtor de sons, de identificar e mapear. Mas já se adivinham alterações no nosso comportamento com os meios e, através deles, com a comunidade e o real.

2. O desvelamento que a técnica introduz, isto é, tornar presente o que antes se escondia, é, como sabemos, a qualidade que a tecnologia instalou em muitas áreas do saber humano: na biopolítica, na arqueologia e na antropologia. Foucault, Heidegger e Agamben, entre outros, tentam unir sobre a mesma designação, dispositivo, a reunião de elementos discursivos ou não, linguísticos ou não, humanos ou não. Este dispositivo é a tecnologia da reunião. O dispositivo no seu acentramento une o que, à partida, parecia ser impossível de reunir nas conceções modernas do humano: técnica e comunidade. E mais paradoxal, este dispositivo une em rede, mas numa dimensão que pode ir de um território real, um lugar, ao virtual. Aliás é para aqui que caminhamos, numa evaporação constante das relações materiais, biológicas e orgânicas que fundam a comunidade dos vivos.

O som e as tecnologias que fazem uso dos seus atributos acompanharam desde sempre esta passagem da comunidade do estado sólido a líquido e deste a gasoso. Aliás, os objetos técnicos que utilizam o som como elemento de comunicação, desde há muito, pelas características próprias do elemento sonoro, constituíram uma habitação parcial no éter. Esta habitação tem vários nomes, mas começemos por lhe chamar desterrítório, se pensarmos no processo de desterritorialização que os primeiros inventos introduzem na constituição do real, de Edison a Marconi, de Martinville a Bell e Tesla. O século XX foi apenas a constatação que o que aconteceu no século XIX não foi mais do que a

apresentação em técnica de um imaginário antigo que envolve a telepresença, a desterritorialização e a comunicação à distância (Dyson, 2009). O que o século XX fez foi apurar estas qualidades a partir do dispositivo tecnológico. Tal como é afirmado em Foucault, mas sobretudo em Agamben (2009), o equipamento marca uma nova percepção do real mas, sobretudo, desvia o fluxo do tempo e do espaço, fragmentando-os e pondo cada indivíduo, cada subjetivação, numa relação espaço-temporal que perdeu há muito a sua unidade. Os efeitos desta perda, e aqui não há nenhum preconceito, fazem-se sentir hoje de uma forma cada vez mais acelerada nas relações estabelecidas pelos humanos no uso de equipamentos de comunicação, nomeadamente o telefone, a rádio e os novos suportes tecnológicos unidos em rede e num tempo real.

A voz e o som são aqui elementos prioritários de repetição de um real a que não temos acesso direto a partir dos sentidos mas apenas a partir das materialidades da comunicação, para o qual se desenvolveram novas técnicas de comunicação, novos dispositivos, novas relações de poder e, sobretudo, novas hermenêuticas. A voz que fundou a repetição e por ela a linguagem articulada, as artes e a religião, bem como os primeiros instrumentos, servindo a comunicação mas também o ritual, vê-se agora representada, juntamente com o som (uma presença imprescindível à voz), num conjunto vasto de arquivos a que todos temos acesso sem já nos interessar o tempo da sua concretização, gravação, interessando-nos apenas o tempo da sua reprodução, o que elucida o fragmento em que vivemos.

O fragmento é aqui sinal afetivo do modo como sobrevivemos no quotidiano. Perdida a unidade que fazia o lugar, o humano e a comunidade, o sujeito procura de todos os modos, a partir da técnica, refazer não a totalidade mas uma microunidade, que é ele e o seu dispositivo de escuta. A *Stimmung* de Heidegger, uma atmosfera, uma esfera, é o princípio dessa unidade que se torna efetiva na sintonização. A palavra «atmosfera» reúne nas novas gerações, e não só, valências semânticas que pareciam perdidas. Ela é, simultaneamente, atmosfera, ar e médium reunidas no verbo *Estar*. E esta atmosfera coloca o homem em escuta e sintonizado num estado de vibração, que pode ser entendido como uma passagem. Ser no mundo é, sobretudo para as novas gerações, a constituição de uma «bolha» que acompanha o transeunte nos seus itinerários pela cidade. E esta constituição tem algumas qualidades que interessa relevar:

- é individual;

- é voluntária;
- é causada pelo uso de um dispositivo de escuta;
- está unida a um arquivo individual ou colectivo virtual;
- promove o velamento das materialidades.

É esta última característica que nos interessa desenvolver já que é a principal a introduzir alterações nas formas do movimento, espaço, tempo, isto é, no real quotidiano. Desde os gregos o que interessou ao humano foi o desvelamento do que é físico. Interessou desde então encontrar nomes, linguagem e uma organização: um sistema e uma taxinomia. Depois veio a geometria e a organização dos grandes espaços. Depois veio a *polis* e o homem na cidade. E daqui não saímos. Derrubaram-se todos os sistemas, a própria noção de sistema filosófico perdeu o seu vigor e capacidade de circunscrever uma forma de o humano ou o mundo ser. Há muitas razões para termos chegado a um beco sem saída que, na época em que vivemos, o virtual e a técnica pretendem resolver. Importa, no entanto, entender esta resolução a partir dos dispositivos atuais de escuta.

3. Os auriculares, que são uma invenção da comunidade, começaram por ser, no início, um modo de não incomodar o outro: uma escuta individual. Hoje, os auriculares permanecem uma escuta individual (e no carro para um pequeno grupo) mas a sua funcionalidade não está na convivência pacífica da comunidade, mas sim no fechamento quase total ao exterior, não sendo ainda total por impossibilidade atual da técnica. Este fechamento ao exterior é, no fundamento, um fechamento ao ruído da cidade. Porém, sendo o ruído a base de tudo o que está vivo e é sonoro, o fechamento ao ruído é o fechamento à cidade e à sua produção de vida. O fragmento é agora uma atmosfera com o sujeito em deambulação. Claro que esta bolha pode a todo o momento rebentar pela diminuição do volume ou desobstrução do canal auditivo, mas que a todo o momento pode ser refeita pelo aumento do volume ou uso dos *earphones*.

Se há alguns anos víamos os jovens com auriculares entre a casa e a escola ou o emprego, hoje já vimos uma parte substancial da população com os mesmos dispositivos no trabalho ou mesmo nos restaurantes. Os telemóveis, tendo-se tornado dispositivos em rede, são agora usados para a sincronização a uma *playlist* ou a uma estação de rádio. Estes aparelhos transformaram-se nos últimos anos em *iPods*, embora sem algumas das características destes aparelhos. A comunicação à distância e a urgência da escuta, estar disponível para o outro à distância, tornou-se uma qualidade do homem contemporâneo.

Com esta urgência da escuta facilmente encontramos quebras na constituição do que era entendido até há bem pouco tempo como o espaço público e o privado. Também aqui houve uma rápida miscigenação no espaço público por força da entrada do que antes pertencia por inteiro ao privado. Ainda nos lembramos dos velhos telefones fixos que ficavam num espaço próprio da casa, corredor (normalmente), evitando que as conversas ao telefone pudessem ser partilhadas, ouvidas pelos outros que habitavam o mesmo lugar. O telefone fixo criava, ele-mesmo, um espaço em que o privado se desdobrava noutra valência. Hoje já não vemos telefones fixos, são poucos os que resistiram à comunicação móvel, e os que existem é por impossibilidade tecnológica ou por conservação. O mesmo aconteceu no espaço público da cidade. Todas as grandes metrópoles tinham, em cada esquina, cabines de telefone. Estas foram desmanteladas com o avanço dos telefones privados e mais tarde com a sua portabilidade. A cidade perdeu uma marca, que era o lugar, num espaço público, de reunião, por via sonora, com o privado: um lugar simbólico, seja de postais ilustrados, seja no imaginário citadino. O que hoje temos é um museu, uma intervenção sobre o objeto que afasta a sua função de comunicação, permanecendo apenas como objeto imaginário, portanto, visual.

O que era sólido, fixo, começou por ser descontinuado e a sua função evaporou-se (o que nos faz lembrar a obra *Tudo o que é Sólido dissolve-se no Ar*, de Marshall Berman). É esta a situação contemporânea: somos herdeiros de Édipo, esse que se soltou e começou a caminhar - um errante moderno - para a cegueira, sem o saber. O que temos vindo a assistir desde meados do século XX é a criação de um percurso muito próprio da tecnologia que desagua, como verificamos hoje, na imaterialidade. Esta imaterialidade atinge todos os elementos técnicos, desde o ficheiro ao espaço de armazenamento. Se quisermos pensar já num futuro próximo, no que alguns designam como o pós-humano, podemos imaginar a figura do *cyborg*, o excesso do humano, como o «éter, quintessência» (Haraway 1991, 153). Esta noção do humano a caminho de uma figura etérea já está realizada na noção de som e do seu uso nos variados equipamentos: o humano tornou-se éter e híbrido antes do momento de o ser plenamente.

O que era imóvel tornou-se móvel; o que estava distante tornou-se próximo; o que estava distante e tinha uma presença fez-se imagem em nós. E todas estas qualidades reúnem-se no *médium* sonoro. Com o equipamento de gravação, reprodução ou escuta de sons promoveu-se alterações substanciais no modo como o humano constitui noções elementares para a sua sobrevivência:

- a) O espaço é agora não uma perspectiva a partir de camadas contínuas de imagens, mas uma circunferência em cujo centro está o próprio corpo mediatizado;
- b) O tempo continua a ser importante, já que exprime a viagem e a sua duração entre dois pontos, ou do próprio dia, se o escutante está imóvel. Mas o tempo é ele mesmo não uma continuidade mas a fusão de diferentes tempos, que provêm da escuta do dispositivo, da própria cidade e doutros equipamentos de comunicação;
- c) O corpo, esse elemento de união, é agora um corpo reconfigurado, que passa facilmente de uma linearidade a um corpo com ritmo e um movimento distintos do habitual: a cidade para alguém em escuta sonora transforma-se numa espécie de palco onde o corpo reage, ligeiramente, ao meio ambiente e, sobretudo, ao ritmo do que escuta.

Um corpo em escuta não pode ter a mesma percepção da cidade de um corpo em observação e audição (ouvir). Claro que o *organum* permanece o mesmo mas os elementos de alerta que reúnem e reconstroem a realidade diferenciam-se, o que é organicamente natural. Um corpo imerso num processo de escuta, a todo o tempo ou ocupando partes significativas do tempo quotidiano, é um conjunto de órgãos que mapeia o real a partir desse modo de escuta unido às qualidades inatas da audição: a imersão e o fantasmático (a criação de imagens a partir da voz ou do som).

Podemos pensar este processo tal como Proust descreveu a acção de telefonar no seu livro da *Recherche*, *O Lado de Guermantes*: o telefone incorpora em quem escuta a totalidade do outro, o seu habitat e o velamento significativo das feições do rosto (que não existe no face-a-face), aparecendo na voz isolada o que a vida faz ao corpo¹. Nesta passagem o *Narrador* dá conta que em presença, a voz, a que transporta o sentido, desaparece para dar lugar à significação mas volta inteira na comunicação oral à distância. Se isto acontece com o telefone também acontece em quem usa *earphones* ou escuta atentamente o rádio do seu carro. E o que acontece ao espaço e ao tempo? Se o corpo já não é o lugar privilegiado, promontório ou miradouro a partir do qual a visão constitui mapeamentos do mundo, mas o centro de uma circunferência móvel, o espaço é uma distância e o que o preenche é um borrão semelhante a uma paisagem visualizada a partir de um autocarro ou comboio, tornando-se o tempo numa fragmentariedade provinda de diferentes unidades de percepção.

¹ São apenas duas ou três páginas, conforme a edição e a tradução, mas interessantes para entender a noção de voz, distância e comunicação naquela segunda década do século XX (a primeira edição é de 1920). E tal como o futuro que aqui tentamos antever, também o *Narrador* joga com oposições: *Présence réelle que cette voix si proche – dans la séparation effective ! Mais anticipation aussi d'une séparation éternelle*.

O urbanismo e a arquitetura tornam-se, sob a força e o domínio da escuta, elementos de uma composição em dispersão: tal como acontece em quem fala ao telemóvel que se esquece das elementares regras de circulação no espaço público. O que temos vindo a assistir com a proliferação dos dispositivos de escuta em mobilidade urbana é uma alteração substancial do olhar na cidade e, por esta alteração, da própria noção de território que agora se une fortemente a uma noção ancestral de território sonoro marcada, sobretudo, pela audição, donde se destacam as seguintes características:

- Dissolução das materialidades;
- Esbatimento das formas;
- Mobilidade de um corpo centrado;
- Criação de forças centrífugas a partir do movimento do sujeito;
- Criação de imagens acústicas que se sobrepõem às do território.

Esta caracterização do território sonoro urbano a partir do sujeito em escuta e percepção assemelha-se a uma alucinação fónica (se entendermos que as imagens criadas pela escuta se oferecem, por vezes, mais nitidamente que os objetos reais) que marca uma cisão entre a vida urbana e o indivíduo. A percepção do audível é uma percepção do subjetivo. Diferente da imagem, o som conduz-se por duas vias: ou tem uma fonte sonora visível e a sua forma constitui-se pela visão, ou a forma nasce na ausência de uma fonte sonora. Este «aparecer» da forma é que é subjetivo, no sentido em que parte da percepção individual das formas. E o modo de se constituir é simples: o que está dentro aparece e afasta o que está fora para prevalecer o som.

Parece ser da ontologia humana que o que não é visível mas audível aconteça sempre sobre um «chão» real ou imaginado. Ao contrário da imagem, o som parte do rarefeito para o chão e deste para a forma: é sua condição um território (e a morte a cada instante). O que os nossos olhos e ouvidos levam ao cérebro têm necessidades distintas: a fisicalidade quer ganhar o etéreo e o etéreo quer circunscrever o que é físico. O som morre em si e a imagem morre consumado o seu desejo (e cai): a imagem é Ícaro e o som é a memória dele (como terá pensado Brueghel no seu célebre quadro «Paisagem com a queda de Ícaro»). A partir da utilização intensiva de dispositivos de escuta e gravação móveis e em meio urbano, o etéreo circunscreve o que é físico e projeta-o para fora do que é denso. Não se pretende introduzir aqui nenhum preconceito a este comportamento mas apenas antever as relações das futuras comunidades com a urbanidade e a imposição de distorções nas

materialidades que atingem, obviamente, as noções fundantes da fisicalidade e das inter-relações humanas.

4. O homem urbano de Aristóteles, um ser vivente (*zōon*) feito para a vida da cidade (*bios politikós*) está em alteração por efeito dos aparelhos móveis de reprodução sonora. E esta alteração atinge a substância da cidade, o seu urbanismo e arquitetura, isto é, a sua fisicalidade. Mas o filósofo grego vai mais longe na sua obra *Política*: « A city-state is among the things that exist by nature, that a human being is by nature a political animal (*phusei politikon zōon*), and that anyone who is without a city-state, not by luck (*tikê*), but by nature, is either a poor specimen or else superhuman. Like the one Homer condemns, he too is ‘clanless, lawless, and homeless’ » (Aristotle 1998, 1253a3-5).

O que entendemos por quotidiano, um conjunto de atividades e «encenações» que acontecem no dia, está hoje ligeiramente mudado. O aparecimento dos novos suportes tecnológicos e a nossa presença na rede alteraram ligeiramente a semântica da palavra «quotidiano». Agora o acontecer do dia é um acontecer, simultaneamente, real e virtual, bem como visível e audível e, mais importante, existe numa miscigenação das ações: podemos estar a andar numa rua a ouvir Beatles ou enviar mensagens ou notícias para diferentes suportes. A relação do homem na cidade está por isso, natural e voluntariamente, alterada. Somos agora, como nunca, produtores-distribuidores de imagens e sons.

Há, no entanto, os que, voluntariamente, em alguns momentos do dia, sobretudo em itinerário urbano, no trabalho e no restaurante, prescindem da produção e se colocam integralmente na escuta. Ao colocar-se nesta situação, o homem perde parte do que Aristóteles e a civilização ocidental consideraram como qualidade de quem habita a cidade. Perde os vínculos sensíveis com a cidade e com os outros, quer pelo tato, quer pela visão; desobedece aos protocolos do contacto com a urbanidade e com os outros; constitui-se numa percepção auditiva solipsista. A percepção, enquanto lugar primeiro da experiência do mundo, altera-se profundamente. De uma forma radical este transeunte qualifica-se como Homero qualificava o condenado: sem família, sem lei e sem casa.

E é pelo facto de ganhar, temporariamente, estas qualidades que a cidade se abre a uma nova perspectiva. E aqui podemos introduzir uma das valências aristotélicas daquele que não habita a *polis*, ou que não faz parte dela: pelo artifício e as qualidades do dispositivo de escuta este homem torna-se um sobre-humano. Tudo o que vê faz parte de um quotidiano que se tornou líquido e que encetou o caminho do gasoso, e tudo o que sente provém do que escuta e imagina. Este homem transforma-se, momentaneamente, num fantasma (em-si, não para os outros) produtor de fantasmas que nunca saberemos o que

são. Arrastado pela massa sonora que o cérebro recebe, o que é físico perde as suas ligações e relações e desloca-se a caminho do etéreo, o mesmo acontecendo também com as relações afetivas que aconteciam no espaço público através dos olhos ou do toque.

O homem em deambulação pela cidade tornou-se parte do *médium* que é, simultaneamente, reprodutor e mediador, mas mediador sem um vínculo aos elementos naturais da mediação localizados no quotidiano. O homem é agora parte de um voo que começa no caminhar urbano e que desconstrói o campo de percepção e dos seus atributos e instala-se numa exceção (solidão, sentido e atos individuais) que, ao contrário do que nos diz Aristóteles, nunca será uma catástrofe. A matéria torna-se por isso outra.

Mesmo que o homem isolado pelos dispositivos de escuta regresse à comunidade, por ora a cidade poderá ser pensada pelos arquitetos sobre diferentes formas, por exemplo a partir da expressão «a cidade sou eu».

Referências

- Agamben, Giorgio. 2009. *O que é o Contemporâneo? – E outros ensaios*, trad. Vinicius Nicastro Honesko, Chapecó: Argos.
- Aristotle. 1998. *Politics*. Trad. C.D.C.Reeve. Indianapolis-Cambridge: Hackett.
- Augé, Marc. (1992). *Non Lieux – Introduction à une Anthropologie de la Surmodernité*. Paris: Le Seuil.
- Berman, Marshall. 1982. *All That is Solid melts into Air – the experience of Modernité*. New York: Simon and Shuster.
- Bull, Michael. 2000. *Sounding out the City*. Oxford and New York: Berg.
- Dyson, Frances. 2009. *Sounding New Media*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press.
- Haraway, Donna. 1991. *Simians, Cyborgs and Women: the Reinvention of Nature*. New York: Routledge.
- Heidegger, Martin. 1996. *Being and Time*. Trad. Joan Stambaugh, New York: University of New York Press.
- Ihde, Don. 2007. *Listening and Voice – Phenomenologies of Sound* (2ª ed). New York: State University of New York Press.
- Nancy, Jean-Luc. 2007. *Listening*. Trad. Charlotte Mandell. New York: Fordham U.Press.
- Stankievec, Charles. 2007. *From Stethoscopes to Headphones: An Acoustic Spatialization of Subjectivity*, Leonardo Music Journal, Vol.17, pp-55-59.
- Sterne, Jonathan. 2012. *MP3-The Meaning of a Format*. Durham and London: Duke University Press.

Thibaud, Jean-Paul. 2003. The Sonic Composition of the City in *The Auditory Culture Reader*, Michael Bull e Les Back (eds), Oxford and New York: Berg.

Thompson, Emily. 2002. *The Soundscapes of Modernity: Architectural Acoustics and Culture of listening in America, 1900-1933*. Cambridge: MIT Press.

Luís Cláudio Ribeiro é professor de Estudos do Som e diretor do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, em Lisboa. Doutorado e Agregado em Ciências da Comunicação, desenvolve investigação no campo da epistemologia dos media e do som. As suas mais recentes obras focam-se na identificação e caracterização das alterações produzidas pelos mediadores sonoros na sociedade contemporânea: *O Mundo é uma Paisagem Devastada pela Harmonia* (Lisboa: Vega, 2011) e *O Som Moderno – Novas formas de criação e escuta* (Lisboa: Edições Lusófonas, 2011). É Investigador Principal dos projeto “Lisbon Sound Map” (<http://www.lisbonsoundmap.org> and <http://lisbonsoundmap.wordpress.com/>) e “A Técnica e os Media como Problema” (CIC-DIGITAL-CICANT). Paralelamente à sua atividade académica é escritor. As suas obras literárias mais recentes são: *Sucede no entanto que o Outono veio*, romance (Lisboa: Veja, 2013) e *Um Jardim Abandonado que Desbota*, poesia (Lisboa:2014).

Luís Cláudio Ribeiro is professor of Sound Studies and head of Communication Sciences Department at Lusófona University, in Lisbon. PhD in Communication Sciences, develops research activity in the field of media epistemology and sound. His recent books focus on the medium, identification and characterization of changes by the use of sound mediators in contemporary society: *O Mundo é uma Paisagem Devastada pela Harmonia* (Lisboa: Vega, 2011) e *O Som Moderno – Novas formas de criação e escuta* (Lisboa: Edições Lusófonas, 2011).). He is the main investigator of the project *Lisbon Sound Map* (<http://www.lisbonsoundmap.org> and <http://lisbonsoundmap.wordpress.com/>) and *The Technique and the Media as a Problem* (CIC-DIGITAL-CICANT). In addition to the academic activity, he is also a poet and novelist. The most recent books are *Sucede no entanto que o Outono veio* (Lisboa: 2013) and *Um Jardim Abandonado que Desbota* (Lisboa:2014)

Artigo por convite

Article by invitation

DEPOIS DA METRÓPOLE, AS REDES INFO-ECOLÓGICAS E O FIM DA EXPERIÊNCIA URBANA

AFTER THE METROPOLIS, THE INFO-ECOLOGICAL NETWORKS AND THE END OF URBAN EXPERIENCE

Massimo Di Felice

Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo [BR]
massimo.atopos@gmail.com

Resumo

A crise ecológica contemporânea que gerou cúpulas e debates, que culminou nas últimas reuniões internacionais organizadas pelas Nações Unidas COP (Conferência das Partes sobre Mudanças do Clima) e que começou a inspirar políticas globais, tanto governamentais quanto de gestão empresarial, é provavelmente uma das expressões máximas da crise do imaginário urbano, baseado na centralidade da ação humana e na separação entre o sujeito e a natureza. A crise definitiva desta concepção antropocêntrica, que marcou a tradição filosófica, política e social do Ocidente, encontra suas origens nas novas formas de conexão possíveis após a difusão das redes ecológicas digitais, isto é, nas diversas formas de conexão de vários tipos de superfícies (Internet de coisas) que permitiram a emissão de informações, em tempo real na rede, de uma infinidade de informações, provenientes de todos os tipos de superfícies e substâncias, vegetais, animais e minerais. Essa inovação desencadeou, em todo o meio-ambiente, uma comunicação generalizada que alterou nossa relação com o meio-ambiente criando info-ecologias, isto é, habitat reticulares complexos que conectam os indivíduos e os espaços físicos a redes de dados e de substâncias diversas. Supera-se, assim, a forma urbana ocidental, baseada na antropomorfização do espaço e na sua reificação. Às paisagens urbanas sucedem as info-ecologias e as redes conectivas, portadora de uma nova contratualidade entre indivíduo, espaço e informação.

Palavras-chave: Habitar; Redes Digitais; Info-Ecologia;

Abstract

The contemporary ecological crisis that has given rise to summits and debates, culminating in the recent international meetings organized by the United Nations COP (Conference of the Parties on Climate Change) and which has begun to inspire global government and business management policies, is probably a of the maximum expressions of the crisis of the urban imaginary, based on the centrality of human action and the separation between the subject and nature. The definitive crisis of this anthropocentric conception, which marked the philosophical, political and social tradition of the West, finds its origins in the new forms of connection possible after the diffusion of digital ecological networks, that is, in the various forms of connection of various types of surfaces (Internet of Things) that allowed the transmission of information in real time in the network of a multitude of information, coming from all types of surfaces and substances, vegetables, animals and minerals. This innovation has triggered a widespread communication throughout the environment that has altered our relationship with the environment by creating info-ecologies, that is, complex reticular habitats that connect individuals and physical spaces to data networks and

diverse substances. The urban form of the West is thus overcome, based on the anthropomorphism of space and its reification. To the urban landscapes succeed the info-ecologies and the connective networks, bearer of a new contractuality between individual, space and information.

Keywords: *Inhabit; Digital Networks; Info-Ecologies.*

1. A crise da ideia ocidental do habitar

A etimologia da palavra urbano (do latim *urvum*) indicava o ato de tração o canal que os romanos faziam antes de começar a construção de uma cidade para delimitar o seu perímetro. A forma urbana de habitar em sua tradição ocidental apresenta-se como uma antropomorfização do território e como uma forma de domínio do sujeito humano sobre o espaço. A experiência urbana baseia-se, em seus diversos formatos, no pressuposto de uma separação do sujeito humano do território e no processo de modificação e assujeitamento deste por parte dele. A cidade tornara-se ecologias e palco da atuação dos cidadãos e de suas opiniões através das atividades política, entendida como as atividades de trocas e competição das ideias dos indivíduos.

Dentro da tradição do pensamento ocidental, a relação entre o homem e o meio ambiente - entre o sujeito e o território natural - sempre foi delineada de modo dialético.

Seja na tradição bíblica quanto naquela filosófico-literária helênica, o ambiente natural e o território aparecem como entidades separadas e externas ao homem.

Alguma coisa que, não só não é parte integrante do sujeito, como elemento constitutivo, mas apresenta-se a este como algo antes dele, às vezes como uma ameaça, às vezes, como matéria-prima, substância mais facilmente modificável, flexível, disponível para a ação e para o fazer do sujeito racional.

Na Gênese, a relação entre homem e natureza é representada através da reprodução da relação entre Javé-criador e a criatura humana. Em forma análoga àquilo por meio do qual Deus realiza sua função criativa sobre sua criatura humana, este último é chamado a exercer, por sua vez, sua ação dominante sobre toda a criação, sujeita a ele. Apresenta-se neste contexto a origem de um relacionamento hierárquico e separador, capaz de distinguir a qualidade da natureza humana, diferenciando-a da do resto da criação.

A divisão e o conflito entre o homem e a natureza também aparecem evidentes no trabalho "mãe" de todas as narrativas de ocidente, no qual descreve-se a interminável jornada de retorno de Ulysses, caracterizada por uma luta sem fim que vê, de um lado, o homem racional e, do outro lado, as forças desconhecidas da natureza, movidas pelos deuses.

Desde a Atenas de Péricles, à República de Platão, às atividades geométricas e à fórmula do ordenamento do espaço, criados por Hipódamo e louvadas por Aristóteles, emergiram as características de um território antropopoiético, resultado de uma concepção opositiva entre o homem e o território que será a origem da forma de urbana do habitar.

Como aconteceu no mito greco do encontro a Mecone desde então, homem e deuses, homens e natureza, ordem e caos, paisagem urbana e paisagem natural, se separarão para sempre. O prolongamento desta concepção, dentro da história da cultura ocidental, baseado no mito da oposição da razão humana com as forças misteriosas e violentas da natureza, manterá suas características intactas durante séculos.

Mesmo o desenvolvimento da racionalidade científica não será imune a ele. A separação cartesiana entre "*res cogitans*" e "*res extensa*" consolida e transporta as características opositiva do pensamento ecológico ocidental ao longo do tempo, proporcionando, a este, novos argumentos. A visão bíblica da natureza como uma criação passiva e inferior, em oposição à natureza do homem, criado à imagem e semelhança de Deus, será traduzida no pensamento científico moderno com a representação da natureza como "objeto", uma entidade submissa, uma matéria menor, cuja identidade e cujas características eram definidas, de tempos em tempos, pela interpretação da razão humana:

"A natureza da matéria ou do corpo tomado em geral não consiste nisso, que é uma coisa dura, pesada e colorida ou que toca nossos sentidos de alguma outra maneira, mas somente nisso, que é uma substância prolongada com largura e profundidade (...) Sua natureza consiste somente nisso: que é uma substância que tem extensão" (Descartes, 1983, p. 279).

A concepção da separação oposta entre o homem e o meio ambiente continuará, portanto, a se espalhar em mudanças históricas, assumindo diferentes formas, até que, em

tempos mais recentes, irá a tomar novas dimensões encontradas dentro do espírito do positivismo e, acima de tudo, no mito do progresso ilimitado.

No interior do pensamento ocidental será o filósofo Martin Heidegger a introduzir uma crítica articulada à ideia ocidental do Habitar.

O conceito do habitar é examinado pelo filósofo alemão como um conceito chave no âmbito da sua teoria do Ser. Esta última, desenvolvida com o objetivo de superar a concepção própria da tradição filosófica ocidental que atribuía a este uma dimensão metafísica e a-histórica, baseia-se sobre o conceito da quadratura expresso por Heidegger com o termo “Geviert”. Segundo este conceito o Ser alcança sua dimensão específica de maneira relacional, isto é, enquanto expressão e forma de “quadratura” composta por céu, terras, deuses e mortais. Em lugar de uma entidade conceitual e abstrata o Ser em Heidegger descreve-se como uma possibilidade, isto é, um Ser em situação no mundo, isto é, como um “Dasein” cuja tradução proposta pelo filósofo Gianni Vattimo é “Ser aí”:

"O Dasein (...) expressa bem o fato de que a existência não é definida apenas como superação, que transcende a realidade dada na direção da possibilidade, mas que esta superação está sempre superando algo, é sempre concretamente situada, lá. Existência, estar lá, ser no mundo são, portanto, sinônimos. Todos os três conceitos dizem que o homem está dinamicamente situado, isto é, na forma de ser, ou mesmo (...) na forma de projeto" (Vattimo, 1989, p.56)

Portanto, a quadratura, além de representar uma forma de Ser não metafísico e autorreferencial, convida a aceitação de um conjunto de significados bastante incomuns dentro do pensamento ocidental.

Se, de fato, o "estar aí" humano encontra o mundo através das coisas e nestas mesmas se reproduz a quadratura, as coisas como os espaços, não são mais definíveis por si só.

O habitar, portanto, mais do que um estado ou uma essência da condição humana, é uma abertura para a quadratura e um "cuidado" de seu devir.

Desta maneira o pensamento do filósofo alemão abre-nos à perspectiva de pensar o habitar como uma realidade não apenas humana nem apenas existencial. Mas como o advento de uma ecologia emergente que em associar entidades humanas e não atribui ao habitar uma condição específica e mutante.

A tal propósito Heidegger apresenta num seu famoso texto a metáfora da ponte:

“A ponte desdobra-se leve e poderosa no topo do rio. Ele não apenas conecta duas beiras existentes. A conexão estabelecida pela ponte - acima

de tudo - faz com que as duas beiras apareçam como beiras. É a ponte que as opõe uma à outra. Uma beira é separada e se opõe à outra em virtude da ponte. As beiras, então, não cobrem simplesmente o rio com bordos de terra indiferenciados. Com as beiras, a ponte leva também ao rio a extensão da paisagem por trás deste. (...) A ponte reúne a terra como uma região ao redor do rio. Assim, leva o rio através dos campos. Os pilares da ponte, firmemente plantados no leito do rio, apoiam o impulso dos arcos, que deixam o caminho limpo para as águas. (...) A ponte deixa o rio livre e, em conjunto, garante aos mortais a maneira como podem ir de uma região para outra.

As pontes conduzem de várias maneiras. (...) A ponte reúne no caminho, a terra e o céu, o divino e os mortais." (Heidegger, 1971, p. 57).

Na metáfora usada por Heidegger, a ponte não ocupa um lugar, mas cria e constitui, dando-lhe uma nova identidade: "Então a ponte não chega a um lugar que já está lá, mas o lugar é originário da ponte. A ponte é uma coisa, ela reúne a Quadratura, mas ela também a junta, no sentido de que associa à quadratura um lugar" (Heidegger, 1971, p. 61).

O habitar, no pensamento do filósofo alemão, deixa de ser como na tradição ocidental, uma relação do humano com o espaço externo, algo, portanto, que tenha a ver com proximidade e distâncias físicas. Em Heidegger o habitar é algo diverso de suas dimensões geográficas e mensuráveis. Mais especificamente e completa oposição à tradição opositiva, o habitar torna-se a forma e a expressão, ao mesmo tempo, de uma interação comunicativa entre diversos elementos: coisas, espaços e quadraturas (céu, terra, mortais e divinos):

"Os espaços que atravessamos todos os dias são organizados e abertos por lugares; e a essência destes é baseada em coisas como a ponte. (...) Não há homens e, além destes, o espaço; pois se eu disser um homem e quero dizer com esse termo aquela entidade que é à maneira do homem e que é o que ele habita, com isso eu já indiquei com o termo um homem a permanência em Quadratura perto das coisas. Mesmo quando nos relacionamos com coisas que não estão em um bairro acessível, ainda ficamos nas mesmas coisas. (...) Os espaços são abertos em virtude do fato de serem permitidos dentro da habitação do homem. Os mortais devem

dizer que, ao habitarem, abraçam espaços e mantêm-se neles com base na sua permanência em coisas e lugares " (Heidegger, 1971, p. 73)

A não separação entre espaço, homem e quadratura, abre a possibilidade de pensar em um habitar como resultado de uma interação ecológica, plural e dinâmica, cujo cumprimento inevitavelmente depende da comunicação entre os diferentes elementos e não apenas da dimensão humana ou da essência de uma identidade pré-definida e separada.

2. As redes de Gaia e o fim da civilização urbana

A determinar a crise da forma urbana do habitar, que marca toda a história da civilização, além dos pressupostos filosóficos, que apresentamos brevemente, em época recente encontramos um ulterior argumento que aponta para a alteração da nossa ideia de planeta. Fazemos referência à teoria de Gaia, isto é, as descobertas realizadas por James Lovelock e premiado com o prêmio Nobel, segundo a qual o nosso planeta não seria apenas um globo terráqueo, mas um organismo vivo, composto, como todos os organismos, por redes interagentes de entidades de diversos tipos. Segundo tal teoria, a história da vida em nosso planeta não foi formada, como aprendemos na escola, através da evolução separada de um conjunto de espécies diferentes e isoladas, pelo contrário, dentro da biosfera, cada animal, cada planta e cada elemento geológico conseguiram sobreviver e evoluir, somente enquanto entidades abertas, comunicantes e alteráveis através das mesmas interações desenvolvidas entre si. Esta nova concepção levou, nas últimas décadas, a uma mudança importante em comparação com a velha ideia da formação da vida e da morfologia do nosso planeta. A terra, o globo terrestre, nosso planeta, *pachamama* e, finalmente, Gaia, assumiram, como resultado dessas novas interpretações, as formas de uma outra ecologia, não mais apenas geográfica ou material, nem externa enquanto paisagem, mas viva e interagente.

O primeiro cientista a pensar a terra como a um organismo vivo foi o russo Vladimir Vernadsky, que faz referência a este conceito em seu livro *Biosfera* de 1926. Neste trabalho, a biosfera é descrita como uma membrana fina cuja espessura é considerada como uma extensão incluída entre 45 e 60 km, que medem o comprimento do fundo do mar até a estratosfera e dentro do qual todas as formas de vida estão incluídas. Será esta superfície, que envolve o nosso planeta como uma membrana, a receber o nome de Gaia, que lhe confere a identidade de um organismo vivo. Devemos a James Lovelock o refinamento deste conceito, cujos estudos, a partir dos anos setenta, descreveram Gaia como um organismo, formado

por um corpo unitário composto por flora, fauna e diferentes componentes geoquímicos, que interagindo contribuíam para a formação do clima do planeta e a perpetuação das condições de vida neste, mantendo um nível de equilíbrio climático. De acordo com a teoria desenvolvida por Lovelock em Gaia, existe uma estreita conexão entre os mundos animal, vegetal e mineral. O oxigênio e o nitrogênio que existem no ar vêm, de fato, de animais e plantas, bem como, de forma semelhante, os depósitos de calcário presentes no solo e nas rochas são apenas o resultado da sedimentação de diferentes microrganismos e de decomposição óssea de carcaças de animais. A partir destas considerações segue que a evolução da atmosfera e a das rochas e da biodiversidade, não somente devem ser consideradas como inseparáveis uma da outra, mas como entidades e partes de um único organismo, intervindo em sua temperatura e em seu nível geral de equilíbrio.

"Gaia é uma fina concha esférica de matéria que envolve o interior incandescente; Começa aonde as rochas crustais conhecem o magma do interior quente da Terra, a cerca de 100 milhas abaixo da superfície, e prosseguem a mais 100 milhas para fora através do oceano e do ar até a mais quente temperatura no limite do espaço. Inclui a biosfera e é um sistema fisiológico dinâmico que manteve o nosso planeta apto para a vida por mais de três bilhões de anos. Eu chamo Gaia sistema fisiológico porque parece ter o objetivo inconsciente de regular o clima e a química em um estado confortável para toda as formas de vida. Seus objetivos não são pontos definidos, mas ajustáveis para qualquer que seja o ambiente atual e adaptáveis a qualquer forma de vida que ele carrega ". (J. Lovelock, 2006, p. 96)

Os estudos de Lovelock produziram um conjunto de perspectivas perturbadoras, além de uma alteração qualitativa da perspectiva ecológica, com base na alteração de uma condição de vida antropocêntrica para outra geocêntrica, na qual a espécie humana já não ocupa mais o centro, nem o ápice da pirâmide. Um dos mais conhecidos aspectos desta teoria é, sem dúvida, aquele que se relaciona com a consciência do advento de uma alteração climática e a consequente provável extinção de nossa espécie. Mas, sobretudo, será a alteração da nossa condição habitativa que nos vê passar de moradores de cidades e espaços urbanos a partes de um organismo vivo e interagente. A difusão das culturas ecológicas contemporâneas, as práticas e a difusão da cultura sustentável nos mais diversos setores da sociedade, tem origem, provavelmente, nesta importante mudança cultural.

As nossas cidades e os nossos espaços urbanos tornaram-se, em pouco tempo, além de espaços de interação e participação entre indivíduos, lugares de produção e compartilhamento energético, territórios para a experimentação de interações ecológicas entre materiais e entidades de diversos tipos.

3. As info-ecologias

Além da crise da ideia ocidental de ecologia e das transformações no imaginário ecológico, produzidas pela difusão da teoria de Gaia, a crise da civilização urbana encontra uma ulterior causa nas características conectiva das info-espacialidades contemporâneas, surgida em seguida aos adventos da banda larga e da *Internet of things*. Esta última caracteriza-se como “uma infraestrutura de rede global baseada em protocolos de comunicação em que as coisas físicas e virtuais passam a ter identidades, atributos físicos e personalidades virtuais, usando interfaces inteligentes e integradas em redes telemáticas” (Lemos, 2013, p.78).

A expressão de internet das coisas, utilizada pela primeira vez por Kevin Ashton, pesquisador do MIT em 1999, nos leva a pensar que a conexão ocorre entre objetos e coisas de vários tipos que, graças à instalação de sensores, começam a receber e transmitir informações na rede via ondas rádios RFID (*Radio-Frequency IDentification*), criando assim formas de interação, capazes de estabelecer relacionamentos e assim desenvolver uma interação social dos objetos. Os semáforos nas interseções das estradas, conectados à web, podem transmitir informações de tráfego que, juntamente com uma série de outros sensores, especialmente instalados em outros locais, podem fornecer informações úteis em tempo real para melhorar a circulação do tráfego, influenciando assim as decisões e a movimentação dos cidadãos que estão conectados às redes. Da mesma forma, a divulgação em tempo real das vendas de um determinado produto no mundo pode ser capaz de indicar mudanças nos gostos e preferências dos consumidores, direcionando a produção e otimizando custos e impactos e contribuindo, ao mesmo tempo, com a redução de riscos e, finalmente, o bem-estar da economia.

As info-ecologias, construídas pelas diferentes formas de conexão e os diferentes circuitos que reúnem objetos, sensores, dispositivos, dados e humanos são responsáveis pelo advento de um novo tipo de habitar interativo e não mais apenas material.

Nas info-ecologias cada substância está conectada a uma rede complexa que, como visto, altera sua condição original inserindo-a em uma ecologia informática. O mesmo se

aplica às coisas e superfícies conectadas através de códigos RFID, uma vez que a conexão e a capacidade comunicativa são adquiridas, estas passam a assumir uma nova identidade, tornando-se algo diferente de um objeto inanimado, mesmo que continuem a ter a forma e as dimensões originais. Nossos smartphones, objetos e superfícies conectadas, através da web, às redes expressam um novo tipo de materialidade estendida e ilimitada. Deste ponto de vista, podemos considerar a digitalização como um processo qualitativo que abre uma nova fase, não só no processo comunicativo, mas também no seu estado ecológico, capaz de conectar e fazer interagir territorialidades.

O processo de digitalização, portanto, não diz respeito apenas ao conjunto de relações sociais e apenas à quantidade infinita de fluxos de informação (Big data), mas, também, tem a ver com um processo de transformação do "meio ambiente", das superfícies e dos ecossistemas na circulação de informações, disponíveis e manipuláveis. Desse ponto de vista, o processo de digitalização não pode ser entendido apenas como um fenômeno social. Não pode, portanto, ser entendido, na sua qualidade, através da linguagem das ciências sociais que observam e descrevem os fenômenos que ocorrem na sociedade. O processo de digitalização é o advento de um novo estado da natureza, uma transformação ecológica que acontece, como a que já aconteceu com o alfabeto que permitiu nomear e identificar a realidade em torno do homem, tornando a mesma natureza, paisagem e entidades distribuídas aos seus arredores. Pelo contrário, o processo de digitalização, pelo menos em sua última fase, permitiu, através das alterações descritas acima, não apenas a conexão, mas a possibilidade de interação de tudo e dos diversos tipos de superfícies, nas ecologias digitais.

Os fluxos de informação, de fato, começaram a permitir um novo tipo de comunicação que oferece, através dos bits e da conexão, a possibilidade de transmissão de dados para cada entidade. Se escrevendo, nomeando e identificando a criação de uma ecologia centrada no assunto que se opõe ao humano para o mundo, o processo de digitalização parece propor o advento de uma interação que ocorre, não no nível da linguagem humana, mas através da sinergia de dados e informações publicadas em redes e em ecológicas interativas. A temperatura da água do oceano, o nível da espessura das geleiras do Ártico, as mudanças climáticas, são fenômenos que não somente nos acompanham através do monitoramento digital de dispositivos e tecnologias de mídia que continuamente transmitem essas informações, mas que conseguem expressar a voz de entidades não humanas em sua própria língua, que pode ser obviamente, como sublinhado por B. Latour, ampliada ou traduzida por porta-vozes humanos, mas que pode nos alcançar e se tornar visível somente após o processo de digitalização. Esta informação torna-se imagens e dados,

que não se expressam através uma linguagem alfabética, mas algorítmica, alfa numérica, visual, etc. Desta forma, o surgimento de uma nova ecologia que conecta e permite a interação de diferentes entidades (humanos, minerais, animais, plantas, etc.) está relacionado à ocorrência de um novo tipo de linguagem que reúne diferentes “alfabetos”, dados números alfa, códigos, algoritmos, imagens, animações, etc. que deslocam a vida além da dimensão antropomórfica da natureza e da ecologia alfabética.

As novas formas de conexão que produzem redes ecológicas, conectando a biodiversidade, coisas e superfícies de todos os tipos, produzem um novo tipo de ecologia comunicativa e interativa que supera a dimensão social e urbana, ampliando nosso “comum” ao nível da biosfera. Para a concepção dos sistemas operacionais sociais, devemos, portanto, substituir o dos sistemas operacionais ecológicos.

4. Nem campo, nem cidade: as arquiteturas pós-urbanas e as info-ecologias do terceiro milênio

A sabedoria da cidade tornou-se quase inteiramente centrada nos problemas das relações humanas, em contraste com a sabedoria de qualquer grupo tribal natural, onde os relacionamentos com o resto do mundo animado e inanimado ainda são devidos.

J. Lovelock

Como pensar a interação com o meio-ambiente numa perspectiva não urbana? Como se darão nosso habitat depois da metrópole e das formas arquitetônica construídas de tijolos e cimento? Em seguida mostraremos alguns exemplos deste novo habitat feito de informação, energias e redes.

Info-ecologia I - Dos espaços urbanos para as redes energéticas distribuídas

Para Jeremy Rifkin, historicamente a humanidade conseguiu fazer pulos para frente e alterar qualitativamente suas formas de vida e de organização quando na sociedade mudaram, ao mesmo tempo, dois fatores: o tipo de energia utilizada e a forma de se comunicar.

“Na história as grandes revoluções econômicas verificam-se quando novas tecnologias de comunicação juntam-se a novos regimes energéticos, criando assim um novo paradigma econômico... assim a imprensa introduziu uma forma de comunicação que combinando-se alguns séculos depois com as tecnologias do vapor e carvão proporcionou o início da revolução industrial. (...) Assim como um século depois, o telégrafo e a eletricidade foram as tecnologias que junto ao petróleo possibilitaria a evolução plena da sociedade industrial” (Rifkin, 2011, p.46)

No momento presente estaríamos novamente perante de uma nova alteração paradigmática dos dois fatores, pois estaríamos passando do petróleo para as energias renováveis e da comunicação centralizada e disseminativa para a comunicação em rede.

As energias renováveis funcionam exclusivamente em rede e encontram nas arquiteturas de interação digitais reticulares o modelo idôneo para sua propagação. A geração de energia distribuída baseia-se numa rede que conecta ao mesmo tempo os indivíduos, as fontes energéticas (sol, vento, biomassas, hidrogênio etc), aos circuitos de distribuição em rede. O indivíduo deixa de ser apenas um consumidor de energia e se torna também um produtor da energia que utiliza, tornando possível, assim, a conexão de milhões de instalações de produção e distribuição de energias. Esta será para Rifkin a próxima grande revolução energética mundial: tecnológica e comunicativa.

A era dos combustíveis fósseis produziu novos modos de organizar a sociedade através de instituições baseadas em arquiteturas comunicativas centralizadas: as empresas, o estado-nação, os aglomerados urbanos e metropolitanos. A sociedade em rede baseada em energias renováveis poderia mudar completamente as infraestruturas energéticas, as instituições econômicas, a sociedade e as formas de habitar. Se cada ser humano passasse a ser o produtor da energia que consome, o sistema inteiro mudaria.

A era dos hidrocarbonetos levou a humanidade a se concentrar em grandes megalópoles e a produzir uma grande quantidade de mercadoria e de energia com consequente incremento sem precedentes de poluição.

As redes poderão superar a condição habitativa da metrópole criando redes energéticas e culturais distribuídas e ecológicas, marcando a passagem da condição habitativa política (*polis*) para a condição habitativa da biosfera. O Hidrogênio é o mais leve elemento químico utilizado como fonte de energia, é inexaurível e não contendo um único átomo de

carbônio não emite CO₂. O Hidrogênio (como a informação nas redes digitais) se encontra em qualquer lugar.

Se por todo o século passado a energia elétrica foi gerada e distribuída em grandes centrais e transportada por longa distância até o consumidor, através das linhas de transmissão, através o emprego de grandes investimentos de capitais para construir uma grande central de produção e uma rede nacional de distribuição, a nova arquitetura de geração de energia distribuída produz energia como informação, a partir de várias fontes inesgotáveis e pondo a mesma em círculo, tornando, assim, desnecessária a mediação de grandes infraestruturas.

Tal revolução energética e comunicativa será possível através a transformação dos edifícios e dos prédios em centrais energéticas. A identificação da energia com a informação, implicará a mudança dos espaços urbanos e do habitat, transformando os espaços em fluxos e oferecendo novos significados a interação com o meio-ambiente e os territórios. Nesta concepção, mais que de lugares físicos e espaços arquitetônicos, o ambiente metropolitano passa a ser entendido como uma rede de energias e de fluxos informativos.

“A Terceira Revolução Industrial terá um impacto tão significativo no século XXI quanto a Primeira Revolução teve no século XIX. E como nas duas primeiras revoluções industriais ela provocará mudança fundamental de cada aspecto do nosso trabalho e vida. A organização convencional de cima para baixo, da sociedade que caracterizou muito da vida econômica, social e política das revoluções industriais baseadas em combustíveis fósseis, está cedendo as revoluções colaborativas e distribuídas da era industrial verde, emergente. Estamos no meio de uma mudança profunda na maneira como a sociedade é estruturada, distante do poder hierárquico e rumo ao poder lateral”. (Rifkin, 2011, p. 57).

Na sua obra J. Rifkin identifica os cinco pilares responsáveis para a passagem do espaço urbano para as redes energéticas distribuídas:

- I - A mudança para as energias renováveis;
- II - Transformação do patrimônio imobiliário de cada continente em micro-geradores de energia para coletar energias renováveis no local;
- III - O emprego do Hidrogênio e outras tecnologias de armazenamentos em todas as edificações e todas as infraestruturas para armazenar energias intermitentes;

IV - Uso da tecnologia da internet para transformar a rede elétrica de todo continente em uma rede de compartilhamento de energia que age como a internet (quando milhões de edificações estão gerando uma pequena quantidade de energia no local, elas podem vender o excedente para a rede e compartilhar eletricidade);

V - Transição da frota de transporte para veículos movidos a células de combustíveis ou elétricos que podem comprar e vender eletricidade em uma rede de eletricidade interativa inteligente.

A passagem dos espaços urbanos arquitetônicos para aqueles fluxos das redes de energias, exprime uma qualitativa alteração da condição habitativa e da relação dos indivíduos com o meio-ambiente.

Info-ecologia II - City Forest

A primeira *City Forest* será realizada em 2020 em Liuzhou - na China – numa das partes mais poluídas do planeta, em uma área de 175 hectares na beira do rio Liujiang, situado na província de Guangxi Zhuang, nascerá a primeira cidade a impacto zero. Hospedará mais de 30 mil humanos, mais de um milhão de árvores que, além de parques e áreas, cobrirão também a fachadas dos prédios com o objetivo de purificar o ar. Chamada de cidade-floresta este novo tipo de assentamento, projetado pelo arquiteto italiano Stefano Boeri, calcula-se será capaz de absorver a cada ano “10 mil toneladas de CO₂ e 57 toneladas de pó fino. Cada edifício será abastecido através fontes renováveis (solar, biomassa, eólico etc.) e será, assim, autônomo e capaz de produzir a energia necessária à realização de suas atividades”. (Boeri 2017 p.34) Todos os carros que circularão nas suas ruas serão também movidos à energia limpa. Uma utopia bem diversa daquelas da República de Platão e das diversas cidades ideais elaboradas ao longo da história de ocidente. Mais que uma ideia de justiça e de ética humano-cêntrica e abstrata, próprias da tradição política das experiências urbanas ocidentais, estes novos habitats exprimem um novo tipo de contratualidade, estendida aos elementos atmosféricos, (oxigênio, luz solar etc.) e as entidades não humanas experimentando um novo tipo de contratualidade entre superfícies e substâncias de diversas naturezas. Uma primeira consideração a se fazer é aquela relativa à qualidade desta arquitetura não mais delimitada à configuração arquitetônica e contratual da *polis*, mas estendida aos elementos e às entidades consideradas extra-urbanas da tradição ocidental. Mais que resultados de políticas urbanísticas eticamente orientadas, tais tipos de habitat parecem resultados de tecnologias e de dinâmicas de interação entre inteligências de diversos tipos que ao conectar-se produzem um tipo de ecologia não mais humano-cêntrica e política, no sentido etimológico, isto é,

limitada ao âmbito da polis e das ecologias humanas. Mais que sociedade habitada por cidadãos, estes novos ambientes resultados das sinergias fértil de inteligências diversas, a inteligência do clima, a da técnica, a humana, as dos fluxos energéticos etc., parecem formar ecologias complexas e híbridas capazes de proporcionar uma condição habitativa sem sujeito nem objeto, baseada em interações emergentes e sustentáveis.

Info-ecologia III - Do contrato social para os novos pactos entre bio-diversidade, espaços e informações

O meio-ambiente considerado, até então, externo e passivo, transformado em fluxo de informações e dados, tornou-se assim comunicante. A temperatura das águas dos oceanos, as emissões de CO₂ no ar, tornaram-se sujeitos atuantes no *convivium* social e capazes de influenciar as escolhas e políticas dos governos, empresas e cidadãos. O resultado é uma reviravolta na morfologia social que se tornou muito maior que as formas urbanas, típicas dos estados nacionais e das respectivas esferas públicas nacionais. Do ponto de vista de Michel Serres e Bruno Latour, os atores humanos e não humanos teriam aberto um "parlamento das coisas" para discutir estratégias de mediação e estabelecer novas formas de negociação com o objetivo de evitar as ameaças da ruptura dos níveis sustentáveis de equilíbrio. Nesta perspectiva as diversas reuniões mundiais patrocinadas pela ONU seriam a expressão, aparentemente, de um novo tipo de contrato natural (M. Serres), não mais socialmente antropocêntrico, mas cosmopolita (I. Stenger).

De acordo com esses pontos de vista, o "parlamento das coisas" constituiria um novo tipo de polis, também estendido aos não-humanos, no qual os próprios seres humanos irão realizar acordos e entrando em um diálogo de negociação com elementos não humanos e as mesmas forças da natureza. Latour escreve:

"A continuidade do coletivo é recomposta em seu recinto. Não há mais verdades nuas, mas, ao mesmo tempo, não há mais cidadãos nus. O mediador tem todo o espaço. As luzes finalmente encontraram seu lugar. As diferentes naturezas estão presentes, mas através de seus representantes, os cientistas que falam em seu nome. As sociedades estão presentes, mas através dos objetos que sempre as apoiaram. Pouco importa que um dos representantes fala sobre o buraco do ozônio, que outro representa a indústria química, que um terceiro representa os trabalhadores da indústria química, um quarto dos eleitores, um quinto da meteorologia das regiões polares, que outro você fala em nome do estado;

não estamos interessados no pacto de que todos eles estão pronunciando tudo sobre o mesmo, isto é, respeitar este quase objeto que eles criaram juntos, essa sociedade objeto-discurso-natureza cujas novas propriedades assustam a todos e cuja rede se estende da minha geladeira para a Antártica através da química, do direito, do estado, da economia e dos satélites. As malhas de redes que não tinham um lugar agora possuem todo o espaço. É isso que deve ser representado, é em torno disso que, a partir de agora, o parlamento das coisas se encontra.” (Latour, 2004, p. 87)

A ideia de reunir as diferentes entidades, humanas e não humana, em um parlamento, apesar das premissas anti-modernistas feitas por Latour, acaba por transformar os homens, as coisas, os animais e as diversas entidades em seres dialogantes, propondo o debate e as trocas (parlamentar) de proposições e propostas entre si:

“Como explicar as associações de humanos e não humanos desses coletivos de agrupamento? O termo que usamos aqui parece ser infeliz, já que ninguém imagina virar um buraco negro, um elefante, uma equação, o motor de um avião saudando-o com um cidadão redundante! (...) Nós escolhemos para este fim a palavra proposições, nós diremos que um rio, um rebanho de elefantes, um clima, El Nino, um ministro, um município, um parque, apresentam às coletividades propostas (...) Mais uma vez não se trata de ontologia, nem mesmo de metafísica, mas apenas de ecologia política. Usar a palavra proposta permite, simplesmente, não usar o antigo sistema de expressão através do qual os humanos falaram no respeito por um mundo externo, do qual foram separados por um abismo.” (Latour, 2004, p. 89)

Como pensar em uma ou mais propostas que sejam capazes de expressar sem recorrer ao idioma humano, ou seja, sem formular os enunciados? Este Latour não nos explica, ao contrário, elevando a bandeira da ecologia política e conduzida por uma retórica dialética. Não há mundo e linguagem para a ecologia política – a não ser o mundo parlamentar das proposições.

O atalho feito por Latour não parece nos levar a nenhum lado, nem nos parece estar situado numa perspectiva não moderna, existe talvez algo mais ocidental e moderno que um parlamento?

Embora explicitamente declarado como não moderno, a proposta de Latour parece-me que não consegue narrar uma ecologia qualitativamente diferente daquela dialética e antinômica própria da ecológica ocidental.

Por isso é proposta de B. Latour dos parlamentos das coisas para a descrição das formas pós-urbanas de interações que acontecem entre humanos e não humanos preferimos o conceito de info-ecologias capaz de expressar uma interação entre entidades conectadas através das linguagens algorítmicas e alfa-numérica.

Perderemos as cidades e os espaços urbanos mas, afinal, não será uma grande perda. Pois como acontece a todas as espécies, encontraremos formas de adaptação novas e biologicamente mais inteligentes.

Referências

Descartes, R. (1983). “Regole per la guida dell’intelletto”, in: G. Reale, D. Antisteri. *Il pensiero occidentale dalle origini ad oggi*. Brescia: La Scuola editrice, vol. II, 1983.

Di Felice, M. (2012). *Paisagens pós-urbanas: o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do Habitar*. Lisboa: Ed. Vega, 2012.

Di Felice, M., (2012) *Redes Digitais e sustentabilidade*, S. Paulo: Ed. Annablume (2012).

Di Felice, M., (2017) *Net-ativismo, da ação social para o ato conectivo*, S. Paulo: Ed. Paulus (2017)

Heidegger, M. (2002). “Construir, habitar e pensar”. In: *Ensaio e Conferências*. Petrópolis: Vozes. 2ª ed. 2002.

Latour, B. (2004). *Políticas da natureza*. São Paulo: EDUSC, 2004.

Lemos, A. (2013). *A comunicação das coisas: Teoria ator-rede e cibercultura*. São Paulo: Annablume, 2013.

Lovelock, J. (2006) *A vingança de Gaia*, São Paulo, Intrínseca editora 2006

Rifkin, J. (2012). *A terceira revolução industrial*. São Paulo: M Books, 2012.

Serres, M. (1994) *O Contrato natural*, Lisboa: Instituto Piaget editora, 1994

Stengers, I. (2011) *Cosmopolitics II. (Posthumanities)*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011.

Vattimo G. (1989). *Introdução à Heidegger*. Lisboa: Edições 70, 1989.

Massimo Di Felice, Sociólogo pela Un. La Sapienza di Roma, Doutor pela Eca-USP, pós doutor pela Un. Sorbonne e Livre docente pela Escola de Comunicações e arte da USP. É coordenador do centro internacional de pesquisa Atopos da USP, diretor científico do Instituto Toposofia de Roma e fundador do Observatório Internacional *Sustenibilia* da Un. La Sapienza di Roma. Autor de livros e ensaios publicados em diversos idiomas entre eles Paisagens pos-urbanas o fim da experiência urbana e as forças comunicativas do habitar (traduzido em 6 idiomas) Net-ativismo dall'azione sociale all'atto connettivo, Ed. Estemporanee e Net-ativismo, redes digitais e novas práticas de participação ed. Papyrus. É também idealizador do manifesto mundial de cidadania digital.

Sociologist by Un. La Sapienza di Roma, Doctor by Eca-USP, doctor by Un. Sorbonne and Professor at the USP Communications and Art School. Coordinator of the Atopos International Research Centre of USP, scientific director of the Institute Toposofia in Rome and founder of the International Observatory *Sustenibilia* da Un. La Sapienza di Roma. Author of books and essays published in several languages among them Post-urban landscapes the end of the urban experience and the communicative forces of inhabiting (translated into 6 languages) Net-activism dall'azione sociale all'atto connettivo, Ed. Estemporanee and Net-activism, digital networks and new practices of participation ed. Papyrus. It is also the idealizer of the worldwide manifesto of digital citizenship.

Artigo por convite
Article by invitation

O FIM DA NATUREZA: PARADOXOS E INCERTEZAS NA ERA DO ANTROPOCENO E DO GEO-CONSTRUTIVISMO

THE END OF NATURE: PARADOXES AND UNCERTAINTIES IN THE ERA OF THE ANTHROPOCENE AND GEO-CONSTRUCTIVISM

Manuel Bogalheiro

Universidade Lusófona do Porto, Porto [PT]

manuel.bogalheiro@gmail.com

Resumo

Um desconcertante paradoxo assombra a situação actual do Homem na Terra: o momento em que se percebe que a acção humana sobre o planeta e sobre os seus ecossistemas se transformou na sua principal força de constituição – artificial – e inaugurou uma nova época geológica – o Antropoceno – é também o momento em que se percebe que – apesar de nos parecer reforçada a nossa posição antropocêntrica no controlo do planeta – se está perante uma circunstância de extrema precariedade ecológica do mundo.

Em causa estão não apenas as condições de sustentabilidade do meio natural, como também um repensar do conceito de natureza, a qual, ora eufórica ora tragicamente, tem sido vaticinada a um fim precoce. Por um lado, declara-se o fim da natureza porque, como que perdendo a sua causalidade própria, terá deixado de ser o plano de fundo, o meio envolvente e autónomo *contra* o qual exercemos a nossa actividade enquanto humanos. Por outro, o fim da natureza significa a entrada numa fase histórica em que, como se o processo de modernização estivesse completo, se pode instaurar uma segunda natureza, uma natureza híbrida, humanizada, artificializada. Perante o alarme da falência do planeta, responde uma mitologia geo-construtivista: a Terra como um novo planeta pós-natural que pode ser reconstruído e pilotado através dos potenciais de uma engenharia absoluta.

Em suma, o invocado *fim da natureza* não significa o seu desaparecimento, mas a consciência de que na era geológica do Antropoceno, a natureza, numa espécie de ciclo vicioso, não pode mais ser vista sem que seja em colapso e/ou em reconstituição.

Reduzindo à escala urbana o fenómeno planetário, o movimento das cidades inteligentes exemplifica crise ambivalente. Enquanto complexos de soluções optimizadas para a gestão dos recursos naturais ou para a redução dos efeitos de poluição, as novas cidades ecológicas propõem-se como o principal reduto para inverter a tendência de degradação natural da Terra. Ao mesmo tempo – e sobretudo se tivermos em conta os complexos urbanos construídos de raiz, como Songdo (Coreia do Sul), Dongtan (China) ou Masdar (Abu Dhabi) – as cidades inteligentes reflectem por excelência a concretização de ambientes totalmente computarizados, interligados e sinteticamente controlados, do trânsito à vegetação ou à meteorologia. Regidos por um planeamento técnico ubíquo, são espaços de isolamento e de limites que *des-naturalizam* as relações, perpetuando e intensificando o projecto moderno científico que, desde Galileu ou Descartes, propunha racionalizar, dominar e possuir a natureza.

Palavras-chave: Antropoceno, geo-construtivismo, natureza, artificial, cidade inteligente.

Abstract

A disconcerting paradox haunts the present situation of Man on Earth: the moment when it is perceived that human action on the planet has become its main force of artificial constitution and opened a new geological epoch - the Anthropocene - it is also the moment when one realizes that - although our anthropocentric position in the control of the planet seems strengthened to us - is faced with a circumstance of an extreme ecological precariousness of the world.

Not only are the conditions of sustainability of the natural environment concerned, but also a rethinking of the concept of nature, which has been predicted to an early end. On the one hand, we declare the end of nature because, as if losing its own causality, it will no longer be the background, the surrounding and autonomous environment against which we carry out our activity as humans. On the other hand, the end of nature means entering into a historical phase in which, as if the modernization process was complete, a second nature can be established, a hybrid, humanized, artificial nature. Faced with the alarm of the planet's collapse, a geo-constructivist mythology answers: the Earth as a new post-natural planet that can be reconstructed and piloted through the potentials of an absolute engineering.

In sum, the invoked end of nature does not mean its disappearance, but the awareness that in the geological age of the Anthropocene, nature, in a sort of a vicious cycle, can no longer be seen without be in collapsing and/or be in reconstituting.

By reducing the planetary phenomenon to an urban scale, the movement of smart cities exemplifies the ambivalent crisis. As a complex of solutions optimized for the management of natural resources or for reducing the pollution effects, the new ecological cities are proposed as the main stronghold to reverse the tendency of natural degradation of the Earth. At the same time - and especially if we take into account urban complexes built from scratch, such as Songdo (South Korea), Dongtan (China) or Masdar (Abu Dhabi) - smart cities reflect the realization of fully computerized, interconnected environments and synthetically controlled, from transit to vegetation or meteorology. Regimented by ubiquitous technical planning, smart cities are spaces of isolation and limits that de-naturalize relationships, perpetuating and intensifying the modern scientific project that, since Galileo or Descartes, proposed to rationalize, dominate and possess nature.

Keywords: Anthropocene, geo-constructivism, nature, artificial, intelligent city.

*Vede que panorama de prodígio,
Real e imaginário,
Absurdo e verdadeiro,
Sob uma luz de louca fantasia,
A criar, a criar cenários de legendas.*

Teixeira de Pascoaes

*Will the mountains remain unmoved, and
streams still keep a downward course towards
the vast abyss; will the tides rise and fall, and
the winds fan universal nature; will beasts
pasture, birds fly, and fishes swim, when man,
the lord, possessor, perceiver, and recorder of
all these things, has passed away, as though
he had never been?*

Mary Shelley, *The Last Man* (1826)

1. O paradoxo do criador

Numa situação pós-apocalíptica, na qual o ecossistema terrestre foi devastado pelo impacto humano e a sua atmosfera se tornou inabitável, uma cientista anónima regista a experiência dos seus últimos momentos numa espécie de grande estufa artificial – um ambiente controlado e computarizado que, sustentado por uma tecnologia quase perfeita, simula sofisticadamente as antigas condições da biosfera *natural* do planeta. Como último reduto de sobrevivência, o grande habitat artificial não apenas reproduz o extinto mundo natural como, nesse mesmo gesto, inaugura a instalação de uma segunda natureza – uma amostra de uma idealizada *Terra 2* – que alimenta a esperança salvífica de haver qualquer coisa depois do fim. No entanto, oprimida pela clausura programada da nova biosfera e seduzida pelo indeterminado jogo entre o que define e o que sempre renasce, a cientista decide, na sua derradeira resolução, transgredir os limites e regressar ao *primeiro* mundo, sabendo que apenas nessa frustrada hipótese de fuga reside a possibilidade de compreender verdadeiramente as determinações do seu destino.

A cientista de que falamos é a única personagem do filme de Ben Rivers *Urth*¹ (2017). Filmado no controverso complexo científico norte-americano *Biosphere 2.0*², situado no deserto do Arizona, *Urth* ilustra exemplarmente aquilo que podemos considerar como a radicalização de uma hipótese paradoxal: o momento em que a civilização humana é capaz de criar uma biosfera ideal controlada artificialmente, que garante a sobrevivência e a perpetuação da espécie, coincide com o fim da natureza *original*. O carácter paradoxal da situação da cientista advém justamente dessa ideia de coincidência entre o fim e o (re)início: o progresso técnico que leva à materialização utópica de uma segunda natureza artificialmente simulada é, pressupõe-se, o mesmo progresso que leva à falência da primeira *natureza natural*. Perante esta hipótese, não saberemos dizer se, por um lado, a *Biosfera 2* corresponde à concretização de uma conquista técnica sem precedentes, para o qual o progresso sempre se dirigiu, se, por outro, corresponde a uma desesperada solução de recurso, sob os auspícios de um último plano de salvação. Sabemos, em todo o caso, através das notas da cientista, que a constituição artificial de uma segunda natureza controlada não coexistirá em harmonia com o primeiro mundo natural. Pelo contrário, a instalação de uma segunda natureza revela um movimento para a sucessão ou para a substituição, um movimento negativo que, em última instância, assinala a ideia de um apagamento e de um fim.

Falamos da radicalização de uma hipótese, a partir de *Urth*, porque, em certa medida, é já essa hipótese paradoxal – mesmo que em estado mais preliminar – que já se pressente atualmente em relação à condição do Homem na Terra. O momento em que se percebe que a totalizante ação humana técnica sobre o ecossistema terrestre se transformou na principal força de constituição (artificial) do planeta, ao ponto de se defender que se terá inaugurado

¹ O filme pode ser visto em <https://www.labocine.com/film/1514>. Na língua inglesa, “Urth” sugere um jogo de palavras com “us” (nós) e “Earth” (Terra), podendo o filme ser lido como uma espécie de exercício que questiona a relação, intrínseca ou não, entre essas duas noções. Para além deste aspeto, “Urth” é um vocábulo norueguês que, na mitologia nórdica, é relativo à condição de “estar enlaçado num ciclo (vicioso)”, tal como uma fita de Möbius, (Ben Rivers e Timothy Morton, *Fórum do Futuro*, novembro de 2017, Porto) imagem que, como veremos à frente, pode ilustrar o paradoxo relativo à crise ecológica que ameaça, simultaneamente, o Homem e o Mundo, tendo sido o primeiro a desencadeá-la. Por fim, o filme não deixa de nos remeter para um dos mais fundadores textos de ficção-científica, o conto de E. M. Foster de 1909 *The Machine Stops*, no qual os poucos sobreviventes de uma catástrofe ecológica, que deixou o ambiente do planeta inabitável, vivem em cápsulas completamente artificializadas.

² Inaugurado em 1991, o *Biosphere 2.0* continua a ser o maior ecossistema fechado e artificialmente controlado do mundo. Desde a sua criação que têm sido feitos diferentes tipos de experiências científicas para testar as condições de sustentabilidade artificialmente controlada de organismos vivos. Em 1991 e 1994 organizaram-se duas missões, com o “envio” de equipas de cientistas que foram “fechados” no ecossistema, de modo a poder testar as condições de autossuficiência *natural* do sistema e de sobrevivência de seres humanos. Para além de controversas, as missões não foram conclusivas.

uma nova época geológica, o Antropoceno³, é também o momento em que se percebe que – apesar de nos parecer reforçada a nossa posição antropocêntrica no controlo do planeta – se está perante uma circunstância de extrema precariedade ecológica. As condições de habitação na Terra estão cada vez mais comprometidas por crescentes níveis de poluição, pelo diretamente relacionado aquecimento global ou pela necessidade de uma nova gestão dos recursos naturais, ainda por fazer, que responda ao crescimento de uma população global que triplicou desde 1950.

Nos cada vez mais numerosos discursos sobre a crise, o momento presente é frequentemente definido com recurso a uma ideia controversa: estaremos a assistir ao *fim da natureza*. Num livro de 1989, precisamente intitulado *The End of Nature*, Bill McKibben, um dos primeiros a dar visibilidade à hipótese, escreve que “acabámos com a natureza enquanto força independente, (...) os nossos apetites, os nossos hábitos e os nossos desejos podem agora ser lidos em qualquer metro cúbico de ar, em qualquer subida do termómetro”. (McKibben 1989, xix). Teremos passado de exploradores da natureza a engenheiros demiúrgicos que, voluntariamente ou não, empreenderam uma alteração holística dos processos globais que definem o nosso meio ambiente, alterando e refazendo a composição química dos solos, do mar ou da atmosfera. Como que perdendo a sua causalidade própria e contingente, a natureza é percebida como qualquer coisa que deixou de ser a figura autónoma, distante, eterna e impassível, capaz de ditar as suas leis àqueles que a habitam. A sua causalidade, estável e não humana, tornou-se ausente, tendo sido apreendida e dissolvida ao longo da história humana. Cada vez mais, a natureza será (apenas) aquilo que os humanos fizerem. Nesta conceção, o *fim* não será tanto relativo ao desaparecimento propriamente dito da natureza, mas a um refazer da sua condição de existência, devido ao impacto radical que o Homem, enquanto acelerador de processos, tem na transformação dos seus ciclos, na intensificação dos seus ritmos, enfim, na constituição de um novo meio ambiente moldado à imagem dos seus gestos.

³ O termo Antropoceno foi cunhado em 2000 pelo prémio Nobel da química Paul Crutzen e por Eugene Stoermer para nomear o novo período geológico que, sucedendo ao ameno e estável Holoceno, é descrito como aquele no qual a atividade humana na Terra é mais impactante do que qualquer outra, tendo passado a determinar a composição química dos solos, dos mares e da atmosfera. Apesar de o termo já ter sido aceite pela grande maioria da comunidade científica, ainda não há consenso sobre a data do seu surgimento. A maioria dos cientistas defende que terá começado com a invenção da máquina a vapor, na primeira revolução industrial, quando os humanos começaram a depositar as primeiras camadas de carbono na crosta terrestre. Há quem defenda que tenha começado com as primeiras formas de agricultura e há também os que fazem coincidir o início do Antropoceno com o surgimento do próprio Homem. Para os antinaturalistas, como veremos à frente, a partir de Peter Sloterdijk, é esta a hipótese mais válida.

Se as ondas embatem contra as praias, erodindo dunas e destruindo casas, não é devido ao extraordinário poder da Mãe Natureza. É o extraordinário poder da Mãe Natureza alterado pelo extraordinário poder do homem que, no espaço de um século, superou os processos que, lentamente, evoluíram e mudaram de acordo com o seu próprio ritmo desde que a Terra nasceu. (McKibben 1989, 51)

Se, desde o surgimento do Homem, é discutível formular a ideia de uma *natureza pura* – e talvez apenas se possa pensar uma natureza que é sempre híbrida, humanizada/artificializada –, na nova era geológica do Antropoceno, a natureza, numa espécie de ciclo vicioso, não pode mais ser vista sem que, radicalmente, esteja em colapso e/ou em reconstituição.

É no levantamento destas hipóteses que a declaração do *fim da natureza* não se esgota apenas numa filosofia elegíaca ou num impulso para uma revisão da historicização que se fez do termo natureza. No revés da sua negatividade, a declaração apocalíptica desencadeia um efeito prático que se poderá realizar num certo tipo de auto-conhecimento civilizacional. Começemos por admitir que esta terminologia *terminal* carrega em si uma importante desconfiança: a da possibilidade de os investimentos técnicos que nos permitem um domínio cada vez mais culminante do planeta serem também aqueles que o põem em causa. Dito de forma simples, o paradoxo será o de termos sido derrotados pelo nosso próprio sucesso, quando se constata que o culminar do controlo técnico se tornou, em muitos casos, indistinguível da entropia provocada pelos seus efeitos nocivos. É neste sentido que, apesar do desassossego da crise, há uma virtude no novo olhar que o paradoxo desvela: o Homem começa a perceber que o motor da sua evolução é também, potencialmente, o do seu declínio. Para recorrermos a uma imagem de Peter Sloterdijk, teremos começado a duvidar se prosseguir a ofensiva telúrica que domina tecnicamente o globo não implicará “provocar baixas entre as próprias tropas” (Sloterdijk 2007, 105). Ora é na instalação da dúvida e no carácter limite do atual momento que, apesar de tudo, emerge um tipo particular de consciencialização. Ao nos aproximarmos da suposta batalha final “da nossa guerra contra a natureza” (Sloterdijk 2007, 105)⁴, somos diretamente confrontados com a nossa condição aporética: somos, ao mesmo tempo, predadores e presas num tempo definido como a *época*

⁴ De acordo com Sloterdijk, destacando a visão dos *antinaturalistas*, é esta guerra que, em parte, define o Humano: “Os seres humanos tornaram-se seres humanos porque numa fase inicial da sua evolução tiveram a aptidão de se libertarem do absolutismo da natureza. (...) O distante animal *homo sapiens* liberta-se dos constrangimentos ambientais para evoluir como um marginal do cosmos, dedicado à luxúria, à teoria, ao discurso, à utilização de instrumentos, ao porte de armas e à construção de cidades.” (Sloterdijk 2007, 108 e 112). Nesta perspetiva, o *fim da natureza* e o próprio Antropoceno começam com o surgimento do Homem.

das grandes perdas, na qual – sabendo que já não somos Modernos, mas que também não podemos deixar de o ser – se fazem sentir as consequências inauditas de uma fratura original.

Para Timothy Morton, são os paradoxos e as aporias da época do Antropoceno que promovem o que o autor considera ser uma oportunidade para a história do pensamento, um momento privilegiado para a afirmação de uma intuição fundamental: por nos encontrarmos nesta espécie de *loop*⁵, sendo simultaneamente responsáveis e visados, detetives e criminosos – do mesmo modo que, no filme *Blade Runner*, Deckard se apercebe que poderá ser, ele próprio, o inimigo que foi mandado perseguir – a crise ecológica coloca-nos na inquietante posição de um auto-conhecimento radical que, depois das certezas do projeto Moderno, instala a incerteza e nos lança numa imperativa revisão da nossa posição enquanto seres no mundo – obrigando-nos a novas reintegrações mais abrangentes de elementos não humanos – e da nossa posição enquanto seres na História – obrigando-nos a um exame dos percursos percorridos. Para Morton, este exercício reflexivo pode ser resumido num certo tipo de atitude – e de estética – à qual dá o nome de *ecologia negra*: ao contrário da retórica tradicional e romântica que celebra uma visão verde, luminosa, idealizada e impressionista da natureza – que constituiu o objeto distante e passivo da admiração canónica na arte ou da exploração e da análise na ciência –, a nova consciência ecológica parte do princípio de que tal visão romântica da natureza é incompleta e, a existir, se tornou insustentável. Perante uma mudança tão radical do mundo e das suas condições de sustentabilidade, Morton defende que devemos procurar uma certa *negatividade* que questiona os pressupostos culturais, estéticos e científicos adquiridos e incontestados, submetendo-os ao confronto com a realidade interconectada de todas as coisas vivas e não vivas, naturais e não naturais, para descobrir o seu lado mais obscuro, negro e inacessível.⁶ Haverá um universo de elementos e de relações que sempre terá escapado aos muros do nosso cálculo, às margens euclidianas dos nossos mapas, ao perímetro das nossas lentes de análise. A nossa ciência e a nossa imaginação dificilmente serão mais ricas do que tudo o que poderá constituir o que

⁵ “Ecological awareness is a loop because human interference has a loop form, because ecological and biological systems are loops. And ultimately this is because to exist at all is to assume the form of a loop. The loop form of beings means we live in a universe of finitude and fragility, a world in which objects are suffused with and surrounded by mysterious hermeneutical clouds of unknowing. It means that the politics of coexistence are always contingent, brittle, and flawed, so that in the thinking of interdependence at least one being must be missing. Ecognostic jigsaws are never complete.” (Morton 2016, 6)

⁶ “Dark ecology puts hesitation, uncertainty, irony, and thoughtfulness back into ecological thinking. The form of dark ecology is that of noir film. The noir narrator begins investigating a supposedly external situation, from a supposedly neutral point of view, only to discover that she or he is implicated in it. The point of view of the narrator herself becomes stained with desire. There is no metaposition from which we can make ecological pronouncements. Ironically, this applies in particular to the sunny, affirmative rhetoric of environmental ideology. (...) The ecological thought includes negativity and irony, ugliness and horror.” (Morton 2010, 16 – 17).

chamamos real. (Meillassoux 2014, 81)⁷ A ecologia negra representa, então, um desvio em direção a uma heterodoxia da própria ideia de natureza, expondo-a para além do que foi cristalizado pelos processos de subjetivação humana e abrindo, nesse mesmo gesto, cisões no conhecimento que foi inscrito historicamente e que foi dado como permanente e completo.

É a partir deste quadro que procuraremos desenvolver uma linha de pensamento que, no contexto do Antropoceno, reconhece na declaração do *fim da natureza* um sintoma maior de uma *fratura*⁸ essencial entre o Homem e a natureza, que terá conhecido o seu momento decisivo com a Modernidade tecno-científica e que terá evoluído até ao presente sob a égide de formas cada vez mais totalizantes.

2. *Fomos chamados para a formação da Terra*⁹: da natureza como relógio à natureza a fazer

Não há pensamento possível sobre a Modernidade sem que tal pensamento não penetre nas fundações da mentalidade científica que constitui o âmago do seu espírito, enquanto época e enquanto visão do mundo. Compreender a Modernidade como um

⁷ Quentin Meillassoux desenvolve esta ideia no quadro da sua teoria do *hiper-caos*, conceito que procura dar conta da “absoluta contingência das leis da natureza” e, consequentemente, questionar a facticidade das leis da ciência. Para o autor, a necessidade das leis científicas não é qualquer coisa que se possa *demonstrar*, mas, tal como no domínio do religioso, é qualquer coisa em que se pode *acreditar*. Tanto o pensamento de Meillassoux como o de Morton estão enquadrados pelo movimento filosófico do *realismo especulativo* que, numa reação ao correlacionismo kantiano entre sujeito e objeto, questionam a universalidade dos processos de subjetivação humana. Cf. Meillassoux, Quentin. 2006. *Après la Finitude – Essai sur la nécessité de la contingence*. Paris: Seuil.

⁸ Embora a conceção antinaturalista da técnica, a qual enforma diretamente a imagem desta fratura, estar mais presente ao longo das páginas deste texto, não podemos deixar de referir que, nos seus antípodas, a conceção naturalista da técnica representa a outra grande perspetiva relativamente aos modos materiais de transformação humana da natureza. Na conceção naturalista não há cisão e, com exceção de uma instrumentalização tecnocrática do mundo, a técnica é percebida como um prolongamento contínuo da natureza, como um modo de atualizar as formas e as energias que já lá estão inscritas. Desde Lucrécio ou Empédocles, podemos depois reconhecer esta conceção em Aristóteles: “A arte (*techné*) realiza, por um lado, o que a natureza é incapaz de fazer e, por outro, imita-a.” (*Física*, Livro II, 199 a1, 14); em Walter Benjamin: “Quando e como o universo de formas que surgiram independentemente de nós na mecânica, na construção de máquinas, sem que nós as tivéssemos pressentido, e que se tornaram senhoras de nós, vão revelar como pré-histórica a parte de natureza que nelas existe? Em que momento a sociedade atingirá o estado no qual essas formas, ou as outras que delas nasceram, nos vão aparecer como formas da natureza?” (*Paris capitale du 19e Siècle*. Paris: Le Cerf, p. 856); em Ernst Cassirer “A tecnologia submete-se à natureza na medida em que obedece às suas leis e as considera requerimentos invioláveis para os seus próprios funcionamentos. Não obstante esta obediência perante as leis da natureza, a natureza nunca é para a técnica uma qualquer coisa finalizada, na qual as leis estão simplesmente instaladas. A natureza é qualquer coisa que deve ser perpetuamente instalada uma e outra vez, qualquer coisa que deve ser formada repetidamente.” (“Form and Technology”. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1930, p. 44); ou em Gilbert Simondon “Podemos dizer que há uma natureza humana no ser técnico, no sentido em que a palavra natureza poderá ser empregada para designar aquilo que permanece original, anterior mesmo à humanidade constituída no Homem.” (*Du Mode D’Existence des Objets Techniques*. Paris: Aubier, 1958, p. 336)

⁹ “Estamos numa missão: fomos chamados para a formação da Terra.” (Novalis. *Observações*, Fragmento 32)

paradigma histórico e cultural é, antes de mais, procurar compreender as fundações da sua ciência. A conceção de natureza que aí se origina é diretamente extraída das descobertas e da filosofia científica de Galileu, Descartes, Bacon ou Newton. Para Alexandre Koiré, um dos mais importantes pensadores sobre a época, a natureza foi apreendida, na revolução científica do século XVII, pela *ontologia matemática da quantidade*, a qual, como um grande programa holístico, tem como princípio uma *substituição* e uma *fratura* no modo de perspetivar o mundo: “a ciência substitui o nosso mundo de qualidades e de perceções sensíveis, mundo no qual vivemos, amamos e morremos, por um outro mundo: o mundo da quantidade, da geometria reificada. Assim, o mundo da ciência afastar-se-á e separar-se-á inteiramente do mundo da vida.” (Koiré 1968, 43). Se, por um lado, a matemática, “enquanto geometria e doutrina formal dos números e das quantidades abstratas” (Husserl 1954, 25), aparece como o princípio universal de um grande sistema de leis que tudo pode ligar – pondo fim às antigas oposições entre a esfera da terra e a esfera do céu, a esfera da física e a esfera da astronomia, a esfera do devir e a esfera do ser – a Modernidade é também o tempo das grandes fraturas. Para Koiré, é esta a *tragédia do espírito moderno*, esta cisão entre duas verdades – a da vida e a da ciência, a da natureza e a da técnica – que, apesar de reunidas pela *praxis*, constituem um abismo para o pensamento teórico do mundo. O paradoxo dos modernos conhece aqui a sua primeira expressão: quanto maior se tornou a precisão, o rigor e a exatidão das suas medidas de análise e de descrição, maior se tornou o hiato com as próprias realidades tão metricamente representadas. É nesta ideia de hiato, de afastamento e de fratura entre o Homem e a natureza¹⁰, que se encuba progressivamente a ideia do *fim* desta última. Tentaremos, através de duas linhas de desenvolvimento, rever a formação e a evolução desta ideia.

A primeira linha diz respeito à correspondência que se estabeleceu entre a ideia de análise da natureza e a sua conceção como uma entidade passiva e operacionalizável. Se Galileu já anunciara que *o livro da natureza se escreve com caracteres geométricos*, com Newton, a natureza e o mundo são definitivamente formalizados na “ideia de uma máquina como expressão da verdadeira imagem do Universo e como encarnação da verdade científica.” (Koiré 1968, 28). Num livro escrito em conjunto por uma química e filósofa da ciência, Isabelle Stengers, e por um cientista russo, o prémio Nobel da química Ilya Prigogine, encontramos um claro desenvolvimento dessa ideia: “a ciência apresentou ao Homem uma

¹⁰ Se a Modernidade é o momento marcante desta fratura, para os anti-naturalistas, como já vimos com Sloterdijk, esta fratura instala-se com o surgimento do Homem. Por seu lado, Paul Feyerabend reconhece a primeira teoria desta fratura em Parménides, naquilo que considera ser o primeiro argumento da *desnaturalização da natureza*. (2014, 218 – 230)

natureza morta e passiva, uma natureza que se comporta como um autômato que, uma vez programado, continua a cumprir os comandos inscritos no programa” (Prigogine e Stengers 1984, 6). No intuito dos modernos, analisar a natureza correspondeu a transformá-la num mundo silencioso e controlado, encapsulado numa matriz de cálculo que a mantém, paradoxalmente, afastada e isolada do seu investigador e manipulador. Ter-se-á, nesse período de rutura, abandonado a ideia de um mundo preenchido pelas coordenadas simbólicas e subjetivas da intuição e da contingência, mundo no qual a construção de casas, de ferramentas, de campos ou de monumentos era percebida como um gesto que sinalizava e celebrava uma ligação ancestral e íntima com a natureza. Lidar com a descontinuidade do mundo, com a incomensurabilidade da terra ou com a intolerância imprevisível da natureza era também continuar o exercício perpétuo de enraizar a experiência humana nesse universo tempestuoso, ruidoso e conturbado que, apesar disso, era sempre lembrado como o único habitat possível do Homem. Em suma, o momento pode ser descrito como uma passagem do Homem enquanto habitante ao Homem enquanto inventor. Na Modernidade, o Homem *inventa* a natureza porque a transforma romanticamente num grande fundo, cuja principal característica é estar ao dispor: *a natureza como depósito* ou *como reserva*.¹¹ Conhecer é então, por princípio, transformar o objeto conhecido – que posteriormente se há de operacionalizar – numa entidade passiva.

Foi ao criarem essa distância ou fratura – entre o sujeito ativo que analisa e inventa e o fundo passivo que é colocado ao dispor – que os modernos puderam formar o grande *systema mundi*, um único sistema, “governado por leis universais e imutáveis que fazem com que os processos naturais sejam transparentes e previsíveis.” (Taylor 2001, 78). É esta a fase em que o objeto-natureza *analisado*, e reduzido a leis matemáticas, passa a ser *operacionalizado* como se de uma máquina se tratasse. Não será por acaso que as passagens atrás citadas

¹¹ A *natureza como depósito ou como reserva* é um dos temas centrais da filosofia da técnica de Martin Heidegger, em particular, na sua crítica à tecnocracia da ciência moderna, enformada na figura do *Ge-stell*. Na sua conferência de 1953 sobre a técnica, “Die Frage Nach der Technik”, que aqui trabalhamos a partir da tradução inglesa do texto, Heidegger deixa claro que a condição para o programa de cálculo matematizar o real é, através de um processo de redução e de enquadramento (*Ge-stell*), ordenar o mundo como um grande *sistema de informação*, no qual as formas não oferecem resistência e toda a natureza é transformada numa reserva (*Bestand*) ao serviço do Homem. No entanto, há um alto preço a pagar por esta conquista: “[Modern physics] is challenged forth by the rule of Enframing [*Ge-stell*], which demands that nature be orderable as standing-reserve [*Bestand*]. (...) Yet when destining reigns in the mode of Enframing, it is the supreme danger. This danger attests itself to us in two ways. As soon as what is unconcealed no longer concerns man even as object, but does so, rather, exclusively as standing-reserve, and man in the midst of objectlessness is nothing but the orderer of the standing-reserve, then he comes to the very brink of it precipitous fall; that is, he comes to the point where he himself will have to be taken as standing-reserve. Meanwhile man, precisely as the one so threatened, exalts himself to the posture of lord of the earth. In this way the impression comes to prevail that everything man encounters exists only insofar as it is his construct. This illusion gives rise in turn to one final delusion: It seems as though man everywhere and always encounters only himself.” (Heidegger 1953, 23 e 27).

remetam para uma conceção cibernética da noção de natureza – como uma instância controlável e operacionalizável através de comandos programados para reações de *feedback* – e que a imagem do relógio – como assemblagem de partes diferentes operacionalizadas por um *designer* exterior – seja a grande imagem do mundo da mecânica racional de Newton: “a máquina complicada e subtil do mundo parecia ter exigido uma ação inspirada por um desígnio, como Newton não se cansou de dizer, ou, como nos termos de Voltaire: ‘o relógio implica o relojheiro.’” (Koiré 1968, 40).¹²

Para adaptarmos uma fórmula cartesiana, poderemos dizer que o sujeito moderno, emancipado pela técnica e pela ciência, se aproxima da figura do criador divino e se assume *como o senhor e o possuidor*¹³ do grande depósito que é a natureza, agora operacionalizado por um programa de engenharia absoluta. É esse programa que lhe permite ultrapassar as finitudes e assegura o progresso que colonizará todos os domínios do mundo natural, das suas imprevisibilidades e do seu tremor. Do alto do seu império, o Homem não é apenas piloto e operador, é também – e ainda – um contemplador: o espectador que observa, com uma distância segura, o cenário prodigioso desse depósito natural, continuamente arranjado, preparado, montado e artificializado de acordo com a imagem que dele fez. A afirmação dessa *distância* assinala não apenas o domínio da natureza, como também o triunfo sobre o temido originário caos do mundo. A incerteza e a turbulência seriam vencidas pela instalação de uma estrutura organizadora e inteligível – uma espécie de filtro que separa para

¹² Apesar de a Modernidade se fundar, em grande medida, como um programa que rompe com a Escolástica e com o primado da teologia, é curioso como ainda se pode notar a persistência da figura de Deus nos novos princípios científicos de compreensão do mundo e o modo singular como essa figura é conciliada com tais princípios. Se, por um lado, o antropocentrismo mais assertivo do Renascimento coloca no Homem, então emancipado, a responsabilidade de conhecer, analisar e controlar o *relógio* do mundo, por outro lado, a gnosiologia científica da primeira Modernidade é mais ou menos unânime em reconhecer em Deus o grande criador do relógio. Tratar-se-á, em todo o caso, de um Deus projetado à imagem técnica da Modernidade, um Deus que, embora não perca o estatuto do grande relojheiro demiúrgico, será cada vez mais dispensável ao funcionamento cada vez mais aperfeiçoado e previsível dos tornos mecânicos do mundo, agora dissecados e domináveis pelo Homem: “Une fois de plus le livre de la Nature semblait révéler Dieu ; un Dieu-ingénieur cette fois, qui non seulement avait fabriqué l’horloge du monde mais qui devait la surveiller et en prendre soin pour réparer son mécanisme si besoin en était (un bien mauvais horloger, ce Dieu de Newton, objecta Leibniz), manifestant ainsi à sa création sa présence active et son intérêt pour elle. Hélas, le développement même de la science newtonienne, qui découvrait graduellement l’habileté consommée de l’Artisan divin et les perfections infinies de son œuvre, laissait de moins en moins de place à l’intervention divine. L’horloge du monde avait de moins en moins besoin d’être remontée ou réparée. Une fois mise en mouvement elle marchait pour toujours. Une fois l’œuvre de création accomplie, le Dieu de Newton – comme avec celui de Descartes – pouvait se reposer. De même que le Dieu de Descartes et de Leibniz – si âprement contesté par les Newtoniens – ce Dieu n’avait plus rien à faire dans le monde.” (Koiré 1968, 40).

¹³ “Au lieu de cette philosophie spéculative, qu’on enseigne dans les écoles, on peut en trouver une pratique, par laquelle connaissant la force et les actions du feu, de l’eau, de l’air, des astres, des cieux et de tous les autres corps qui nous environnent, aussi distinctement que nous connaissons les divers métiers de nos artisans, nous les pourrions employer en même façon à tous les usages auxquels ils sont propres et ainsi nous rendre comme maîtres et possesseurs de la nature.” (Descartes 1637, 62). Ainda no sentido da nota de rodapé anterior, pode-se assinalar o modo como Descartes não afirma diretamente que *é* o Homem o *senhor e o possuidor da natureza*, visto que esse seria Deus, não deixando, no entanto, de o *comparar* à figura divina.

conceptualizar¹⁴ – que determinaria a relação humana com o real. Como exemplarmente escreveu Clément Rosset, “a ideia de natureza [surge] como um dos ecrãs maiores que isolam o homem em relação ao real, substituindo a simplicidade caótica da existência pela complicação ordenada do mundo.” (Rosset 1973, 5)

A segunda linha de desenvolvimento da ideia de *fratura* entre o Homem e uma conceção originária de natureza completa esta primeira. A radicalização do pressuposto de que o domínio matemático da natureza a transforma num depósito passivo (*natureza morta*) para ser operacionalizado tem como corolário uma fase seguinte dessa conquista, uma fase na qual, pela potência técnica ao dispor, se constata que a ideia de *apenas* transformar a natureza não é suficiente para as possibilidades do progresso; é necessário *criá-la*. Poder-se-ia dizer que a conquista – ou a fratura – apenas se cumpre no momento em que aquilo que o Homem estiver a produzir for considerado natureza. Por outras palavras, a Modernidade cumpre-se quando o Homem deixar de estar limitado às formas e às energias da natureza original, que labora por si e *apenas* pode ser explorada, e passar a criar, ele próprio, uma *segunda natureza*, com formas, matérias e energias inéditas – o Homem, enfim, como aquele que gera.¹⁵ Para Sloterdijk, é este o tema decisivo dos tempos modernos: *a Natureza que há a fazer*.

Sempre que a ideia de obra grandiosa e competência perfeita se torna poderosa, os seres humanos passam a pretender chegar ao lado ativo da Natureza e a apropriar-se de partes da competência criativa que anteriormente era monopólio da *natura naturans* – o útero absoluto, ou seja, a Terra. (Sloterdijk, 2007, 118)

O Antropoceno – enquanto momento em que se começam a recolher provas objetivas de que é o Homem o maior agente, não apenas de transformação, como de formação (sintética) do planeta – parece corresponder à primeira fase em que o projeto moderno se cumpre. O atribulado percurso civilizacional até ao momento presente terá sempre tido como fio condutor uma certa filosofia da realização e do artificial, à qual a técnica procurou dar materialidade, através da sua potência de aceleração e de manipulação dos

¹⁴ É um tema central em Hegel. Como se pode ler na introdução de *The Science of Logic*, “With the categories of the ‘concept’ one can say indeed that we have stepped into the mind of God before the creation of the world—though by ‘world’ we must now understand nothing physical but a universe of meaning instead, and by ‘creation’ the constitution of the conceptual medium that will make any reality, such as already exists or might exist, re-exist as intelligible.” (xlix)

¹⁵ “Existe uma antiquíssima linhagem de fantasmas prototécnicos devotados à emancipação do Homem enquanto criatura sempre criada, gerada e nascida, e que tem como objetivo colocá-lo do outro lado da criação, até ao forno das criações, até ao gerador centro do Mundo.” (Sloterdijk, 2007, 116)

ritmos da natureza. Desde cedo que o Homem terá percebido que a força do seu poder demiúrgico reside na capacidade para acelerar extraordinariamente os processos. O inventor que cria é, em certo sentido, um acelerador. Como podemos ler em Diderot, “a natureza é obstinada e lenta (...), avança para o seu fim através dos níveis mais insensíveis. A arte [*techné*], pelo contrário, apressa-se, cansa-se e relaxa. A natureza leva séculos a preparar grosseiramente os metais; a arte propõe aperfeiçoá-los num dia. A natureza leva séculos a formar as pedras preciosas, a arte reclama que as reproduz num instante.” (Diderot 1753, 14) A percepção de que a técnica acelera incrivelmente os processos de transformação dos materiais e das energias naturais dá origem à ideia de que – por contraste com as lentas, silenciosas e impercetíveis gestações das obras da natureza, como uma floresta ou uma cordilheira – o que se atinge é uma capacidade de criação com características mágicas que aproxima o transformador do estatuto de criador. A metalurgia ou a mineralogia são possíveis exemplos deste carácter alquímico da transformação vista como criação. O que importa aqui é que essa primeira consciência terá evoluído da transformação/produção dos materiais e dos objetos para a transformação/produção do próprio mundo enquanto objeto. Quando se percebe que se pode impor o ritmo humano a todos os processos de constituição de um mundo que outrora laborava lentamente, *apenas por si*, o Homem está pronto para se assumir como responsável maior pelo “projeto paisagístico planetário” e pela “arquitetura de interiores da biosfera”. (Sloterdijk 2007, 121) Nesta perspetiva, talvez possamos dizer que *sempre teremos sido modernos* na medida em que podemos reconhecer um impulso original para criar natureza, através da procura por um acelerar cada vez mais progressivo dos seus processos de transformação. A análise científica do mundo, que o decompõe em leis matemáticas, apenas tornará mais eficiente a operacionalização desses processos de controlo. Tal impulso já carrega em potência o objeto final dessa criação: o planeta inteiro, processado tecnicamente, dividido e matricado, transformado em máquina pilotável. À realização prática deste impulso original, os novos ideólogos da conquista técnica da Terra chamam geo-engenharia ou geo-construtivismo.

De um ponto de vista empírico, esta realização já está em curso na atualidade. O *design total* da Terra está a ser posto em prática através de projetos de engenharia climática (semeação artificial de nuvens ou *cloud seeding*; extração de carbono dos oceanos e armazenamento permanente em profundas formações rochosas; extração de carbono da atmosfera e construção de árvores sintéticas); de engenharia ambiental (alojamento de detritos tóxicos em órbita espacial), de engenharia solar (constituição de uma atmosfera artificial através da fabricação de escudos químicos que filtram a radiação solar e são capazes

de refrigerar o planeta, construção de espelhos que redistribuem a radiação por zonas do globo) ou da biologia de síntese (criação de organismos com características novas ou melhoradas). O antropocentrismo moderno cumpre-se neste limiar de uma nova fase que se instala tecnicamente sobre todo o planeta: “já não é a natureza que faz funcionar a Terra, somos nós. Doravante, são as nossas escolhas que determinam o que vai acontecer.” (Lynas, 2011, 8). No limite, o geo-construtivismo, enquanto derradeira fase do projeto moderno de *fratura* com a natureza, eliminará a própria possibilidade de existir uma alteridade em relação à experiência humana do fazer e do transformar. Escreve Fredric Jameson que “a pós-modernidade é aquilo a que chegamos quando o processo de modernização estiver completo e a natureza se foi para sempre.” (Jameson 1991, ix) Em suma, os tempos atuais expõem com renovada evidência uma das questões fundacionais do problema da técnica: será sempre a criação humana uma irreduzível forma de negatividade? Para analistas como Frédéric Neyrat, não há dúvidas de que o geo-construtivismo se funda nessa hipótese *a-naturalista*. Reformatar artificialmente o planeta não significa tanto instaurar uma divisão entre o homem e o natural, mas, acima de tudo, negar a existência de um dos termos dessa relação, ou seja, negar ou apagar a própria ideia de natureza.

Com a hipermodernidade geo-construtivista, é a *própria ideia de natureza* que desaparece à medida que é substituída por entidades artificiais cujo objetivo é integrar, digerir e reprogramar toda a alteridade natural. (...) Neste sentido, o *anaturalismo* aparece claramente como a condição de possibilidade ontológica das tecnologias cujo objetivoobjectivo é substituir a natureza. O objetivo destas tecnologias de substituição não é apenas *conquistar* a natureza, mas *refazê-la*, substituindo-a pela sua própria potência. (Neyrat 2016, 16).

Apesar do radicalismo da ideologia geo-construtivista existe, no entanto, um importante elemento que perturba os seus desígnios: se a primeira Modernidade ainda não estava desperta para esse problema, o atual plano geomorfológico, que declara poder controlar e recompor a natureza do mundo, não pode ignorar que essa natureza está agora ameaçada por uma crise ecológica que pode vir a pôr em causa o próprio mundo. Os mais convictos insistirão, tal como Bruno Latour alerta, que devemos “apreender de forma determinada todo o sistema terrestre, concebido como uma vasta máquina, que apenas se desregulou porque nós não o controlámos assim tão completamente.” (Latour 2015, 21). Outros dirão, como aponta Neyrat, que “o progresso é doravante o *benefício secundário* do

programa de salvação planetária.” (Neyrat 2016, 14). Independentemente das direções apontadas, apenas é certo que quando a crise ecológica irrompe no programa geo-construtivista voltamos a estar perante o paradoxo do Antropoceno, isto é, perante a incapacidade de perceber se aquilo que se joga no momento presente é a realização, no seu mais alto nível, do projeto tecno-científico da Modernidade ou se estamos apenas à procura de uma solução (artificial) para um problema criado pela progressiva artificialização do mundo.

3. As Cidades Perfeitas e a Natureza Ativa

O movimento das cidades inteligentes – também designadas cidades ubíquas ou cidades digitais – surge-nos como um exemplo paradigmático do problema. Por um lado, assentam o seu planeamento, a sua organização e o seu funcionamento na vanguarda da tecnologia, afirmando-se como uma materialização concreta do progresso técnico. A qualidade da técnica que as sustenta é a de uma exploração maximizada das tecnologias de informação e de comunicação, adaptadas ao contexto urbano (*data-driven urbanism*). Ao serviço da qualidade de vida, da sustentabilidade ecológica ou do ordenamento social, são requisitados processos informáticos como a *internet das coisas*, que inscreve nos objetos propriedades info-comunicacionais, sofisticadas tecnologias de armazenamento e de processamento de grandes quantidades de informação (*big data*) ou de *ordenamento algorítmico*, que aplicam a recolha e a padronização de dados ao funcionamento organizado da cidade. Por outro lado, o planeamento tecnológico que as determina não é apenas o resultado da marcha do progresso, mas é também um reflexo – e, por isso, o movimento procura oferecer-se como solução – dos efeitos nocivos que esse progresso causou, ou seja, a crise ecológica que, sintomaticamente, tem grande parte da sua origem no problema urbano e na massificação industrial a ele associado. Reduzindo à escala urbana o fenómeno planetário, as cidades inteligentes afirmam-se como complexos de soluções otimizadas para a gestão dos recursos naturais ou para a redução dos efeitos de poluição, ou seja, como o principal reduto para inverter a tendência de degradação natural da Terra. Figura-se novamente o paradoxo do filme *Urth*: será o habitáculo artificial onde a cientista toma notas uma conquista técnica ou o último recurso de salvação?

Na verdade, não se tratará tanto de um paradoxo, apesar de termos insistido até aqui nessa formulação, mas dos dois lados indestrinçáveis de uma mesma linha que a atualidade

põe a descoberto. Como escreve Sloterdijk, “o sonho de atingirmos o outro lado da *natura naturans* através do conhecimento técnico da criação irá tornar-se mais virulento do que nunca sob a pressão do desastre ecológico.” (Sloterdijk 2007, 119). Doravante, o progresso apenas o poderá ser se salvar o planeta e o sonho de que fala Sloterdijk parece adquirir a configuração mais perfeita quando pensamos nos complexos urbanos inteligentes *construídos de raiz*, como Songdo na Coreia do Sul, Dongtan na China ou Masdar em Abu Dhabi. Os seus projetos preveem-nos como ambientes urbanos totalmente computarizados, interligados e sinteticamente controlados, do trânsito à vegetação ou à meteorologia. A *inteligência* do sistema operativo da cidade garante o funcionamento harmonioso do espaço urbano, ao mesmo tempo que protege a sustentabilidade do planeta. Em todo o caso, apesar da preocupação com a *primeira natureza*, nem nestes casos estaremos a escapar à instalação de uma *segunda natureza* total, não apenas a das determinações geo-construtivistas que também aqui estão em curso, como também a da pele digital que cobre estas cidades, expoentes máximos de uma informatização absoluta constituída por realidades sintéticas de puros dados quantitativos, dependentes da própria tecnologia para se tornarem sensíveis e nos quais se reconhece cada vez menos a analogia com os referentes contínuos da antiga *natureza dada*.

Como se pudessem materializar os princípios de uma criação *ex-nihilo*, fundando a sua própria *natureza*, as cidades inteligentes projetadas de origem refletem o que podemos considerar um outro exemplo de criação negativa: o seu planeamento é feito, antes de mais, a partir da imagem do que não deve ser, isto é, de tudo aquilo que foi identificado como excesso ou como desviante, de tudo aquilo, também, que poderá ter estado na origem da crise ecológica que o Antropoceno assinala. De certo modo, o movimento das cidades inteligentes propõe-se como uma rutura em relação ao grande projeto universalista e progressista da Modernidade que, por isso mesmo, terá falhado e do qual apenas terá ficado a frustração da sua incompletude. No entanto, se se pode admitir que, justamente por causa da persistência dessa frustração, perpetuamos a disposição de ser modernos, tal rutura ainda não terá verdadeiramente acontecido. No seu design técnico total, as cidades inteligentes, sobretudo aquelas que são construídas de raiz, perspetivam uma outra vez o projeto moderno. Reforçando a fratura entre o natural e o artificial, entre *o que se faz apenas por si* e *o que se fabrica ou se produz*, as cidades inteligentes serão sintomas de novas esferas de isolamento que *des-naturalizam* e *re-naturalizam* os seres e os objetos, em função das relações que devem ser produzidas e das visibilidades que devem ser focadas. São, por assim dizer, espaços que, por concretizarem a ideia de uma artificialização completa, se baseiam na ideia de *limite*, tal como

os laboratórios científicos, as clínicas, os planetários ou os gabinetes de curiosidades da Modernidade já o tinham sido, tal como os museus também o acabariam por ser.¹⁶

Sob qualquer esfera de isolamento esconder-se-á sempre uma perigosa ilusão: determinar não é o mesmo que controlar. Por mais que se determine artificialmente um ambiente ou o próprio planeta, tal não significa que se possa controlar perfeitamente as suas energias e as suas forças. O princípio da determinação é frágil e ilusório ou, como nos mostra *Urth*, é insuficiente para a efetiva realização da existência humana. O *fim da natureza* assinala essa alteração decisiva que está em curso e na qual uma dimensão importante da sua condição “original” está em falência, mas, acima de tudo, assinala que o que foi dado como seguro é, afinal, instável e, cada vez mais, indecifrável. Perante a formulação do *fim*, a natureza poder-se-á definir, pelo contrário, e mesmo que determinada pelo Homem, como aquilo que permanece, mesmo que inabitável ou irreconhecível. Face aos paradoxos e às incertezas, é, apesar de tudo, essa imagem que devemos reconhecer na época do Antropoceno e na disposição da *ecologia negra*: a de uma natureza fragilizada, mas ativa, que, mesmo que já tenha sido lançada na vertigem do seu apocalipse, continua a irromper, ora impercetivelmente lenta e silenciosa, ora ruidosamente súbita e irascível, sob as pegadas do Homem, indiferente aos seus crimes ou às suas esperanças, surda perante os seus cantos ou as suas preces.

¹⁶ “The modern museum can thus be defined as an apparatus laying out a ‘silent’ space criss-crossed by denaturalizing cuts, the space of an exchange put to death, de-animated, and instantly reanimated in a set of new continuities by way of synthetic mediations (elements modulating the phenomenological experience of objects: scenography, display cabinets, zenith- al or focused lighting, para-texts, etc.).” (Normand 2015, 67)

Referências

- Aristóteles. *The Physics*. Vol. I. Books I-IV. (The Loeb Classical Library. No. 228). Cambridge (Mass.): Harvard University Press.
- Descartes, René. 1637. *Discours de la Méthode*. Paris: Vrin, 1973
- Diderot, Dennis. 1753. *Pensées sur l'interprétation de la nature*. (Epub) Paris: Livre France.
- Feyerabend, Paul. 2014. *Philosophie de la nature*. Paris: Seuil.
- Hegel, Georg Wilhelm Friedrich. 1816. *The Science of Logic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- Heidegger, Martin. 1956. "The Question Concerning Technology". In *The Question Concerning Technology and Other Essays*. New York: Garland Publishing, 1977.
- Husserl, Edmund. 1954. *La Crise des Sciences Européennes et la Phénoménologie Transcendantale*. Paris: Gallimard, 1976.
- Jameson, Fredric. 1991. *Postmodernism, or, The Cultural Logic of Late Capitalism*. Durham: Duke University Press.
- Koiré, Alexandre. 1968. *Études Newtoniennes*. Paris: Gallimard.
- Latour, Bruno. 2015. *Face à Gaia – Huit Conférences sur le Nouveau Régime Climatique*. Paris: La Découverte.
- Lynas, Mark. 2011. *The God Species: Saving the Planet in the Age of Humans*. Washington DC: National Geographic Society.
- McKibben, Bill. 1989. *The End of Nature*. New York: Random House.
- Meillassoux, Quentin; Hecker, Florian e Robin Mackay. 2014. "Chez Meillassoux". In *In The Holocene*, ed. João Ribas. Cambridge (Mass.): MIT List Visual Arts Center.
- Morton, Timothy. 2016. *Dark Ecology: For a Logic of Future Coexistence*. New York: Columbia University Press.
- Morton, Timothy. 2010. *The Ecological Thought*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press.
- Neyrat, Frédéric. 2016. *La Part Inconstructible de la Terre – Critique du géo-construtivisme*. Paris: Seuil.
- Norman, Vincent. 2015. "To The Planetarium". In *Art in the Anthropocene – Encounters among Aesthetics, Politics, Environments and Epistemologies*, ed. Heather Davis e Etienne Turpin. London: Open Humanities Press.
- Prigogine, Ilya, e Isabelle Stengers. 1984. *Order Out of Chaos – Man's New Dialogue With Nature*. New York: Bantam Books.
- Rosset, Clément. 1973. *L'anti-nature – Éléments pour une philosophie tragique*. Paris: PUF.
- Sloterdijk, Peter. 2007. "A Natureza por fazer – O tema decisivo da época moderna". In *Crítica do Contemporâneo*, ed. Rui Mota Cardoso. Porto: Fundação Serralves.

Taylor, Mark C. 2003. *The Moment of Complexity: Emerging Network Culture*. Chicago: University of Chicago Press.

Manuel Bogalheiro é professor na Faculdade de Comunicação, Artes, Arquitectura e Tecnologias da Informação da Universidade Lusófona do Porto, na qual dirige o Doutoramento em Arte dos Media. É doutorado em Ciências da Comunicação, especialidade de Cultura Contemporânea e Novas Tecnologias (FCSH-UNL), com uma tese intitulada “Materialidade e Tecnicidade: investigação sobre a objectualidade técnica”, tendo sido bolseiro FCT. Investiga e publica nas áreas da filosofia da técnica, da teoria dos media e da cultura.

Manuel Bogalheiro teaches in the Faculty of Communication, Architecture, Arts and Information Technologies at Lusófona University of Porto, where he is the director of the PhD in Media Arts. He has a PhD in Communication Sciences – Contemporary Culture and New Technologies (FCSH-UNL), with a thesis entitled "Materiality and Technicity: On the Technical Objectuality". He was a FCT research fellow. He researches and publishes in the fields of philosophy of technique, media theory and culture.

Received / Recebido
26 09 2017

Accepted / Aceite
05 03 2018

**CITYSPACES AS INTERIOR SETTINGS:
ON AN *INSIDE OUT EFFECT* IN THE CITIES UNDER NEW CAPITALISM**

*A PAISAGEM URBANA COMO CENÁRIO INTERIOR:
UM EFEITO VERSO-REVERSO NA CIDADE SOB O REGIME DO NOVO
CAPITALISMO*

João Borges da Cunha

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa [PT]

borgesdacunha@gmail.com

Abstract

The German cultural critic, Siegfried Kracauer, trained as an architect and active as a writer and journalist under the Weimar Republic, ended his 1930 article “Abschied von der Lindenpassage” [“Farewell to the Linden Arcade”], on the decline of that specific commercial venue, with the following broad question: “What would be the point of an arcade [*Passage*] in a society that is itself only a passageway?” (Kracauer, 1995: 342). Already suggested in such a perspicuous diagnosis was the fact that the ultimate horizon of the capitalist action on city economy is the overall commodification of urban places. What is implied here, from the onset, is the complete social and economic mobilisation of city spots and urban sites as in a walloping shopping mall (as in J.G. Ballard's dystopic novel *Kingdom Come* [2006]), resulting on a spatial effect in which no limit can be pointed out between the recognized selling station and the non-buying stand. This means that the first boundaries to be breached are those culturally constructed, dividing the allowed from the non-allowed, the private from the public and the provisional from the perennial, what leads to a ubiquitous marketing and gambling arcade. In terms of architectural space, this comes out as an ever increasing undifferentiation between indoor practices and exterior ones. Actually, on an observable *inside out effect*, exterior and public spaces are used to pursue inward experiences: building façades support outdoor advertisements as huge one-page magazine sheets; nightlifers roam and dance the streets as if inside vaulted arenas; graffiti and tags mark the city walls as personal and confessional mementos. In short, and paradoxically, the inside invades the outside.

Within an interdisciplinary approach, crossing cultural theory and analysis with urban aesthetics, this paper will address precisely these city phenomena in the context of which the tradition of bourgeois interiors (Lukacs, 1970) and modern public sphere (Habermas, 1971) were degraded by the cultural transformations of New Capitalism, synthesized by Richard Sennett as when “the institutions inspire only weak loyalty, (...) diminish participation and mediation of commands, (...) breed low levels of informal trust and high levels of anxiety about uselessness” (Sennett, 2006: 181): in other words, the stage set of a life drama in which the disappearance of an outer city scape is the token of a full capitalist incorporation and the threat of a vanishing future.

Keywords: inside out effect; interiors; public space commodification; New Capitalism.

Resumo

Siegfried Kracauer, crítico cultural alemão, arquiteto, escritor e jornalista, politicamente activo nos anos da República de Weimar, conclui o seu artigo de 1930 “Abschied von der Lindenpassage” [“Adens à Linden Arcade”], sobre o declínio, e encerramento, daquele recinto comercial, com a questão de lato âmbito: “What would be the point of an arcade [Passage] in a society that is itself only a passageway?” (De que serviria uma arcada [passagem], se a sociedade é ela mesma apenas um lugar de passagem) (Kracauer, 1995: 342). Sugerido já neste diagnóstico finíssimo, estava o facto de o horizonte último do regime capitalista, sobretudo na economia das cidades, ser a completa mercantilização dos lugares urbanos. O que, desde o início, está, pois, aqui em jogo, é a completa mobilização social e económica dos locais e sítios urbanos como num centro comercial desmedido (à semelhança do que sucede no romance distópico de J.G. Ballard's *Kingdom Come* [2006] [Reino de Amanhã]), resultando num efeito espacial em que nenhum limite pode ser identificado entre uma reconhecida estação de vendas e um balcão onde nada se compra. Isto significa que as primeiras fronteiras a serem quebradas são as culturalmente construídas, separando o permitido do proibido, o público do privado e o efémero daquilo que é perene, o que conduz a esse marketing ubíquo e ao regime militante da aposta no risco. Em termos de espaço arquitectónico, tal resulta numa indiferenciação cada vez maior entre atividades de interior e práticas de exterior. Na realidade, num efeito de verso-reverso [inside out effect], onde espaços públicos exteriores são usados para prosseguir experiências interiores: as fachadas dos edifícios são o suporte para outdoors como enormes anúncios de páginas única em revistas; a vida noturna ocupa e desarruma as ruas como em ringues cobertos; graffiti e tags deixam marcas nas paredes das cidades com se de mementos pessoais e confessionais se tratassem. Em suma, e paradoxalmente, o dentro invade o de fora. Na linha de uma abordagem interdisciplinar, cruzando teoria e análise cultural com estéticas da cidade, este artigo focar-se-á precisamente neste fenómeno urbano, no contexto do qual a tradição do interior burguês (Lukacs, 1970) e da moderna esfera pública (Habermas, 1971) foi desagregada pelas transformações culturais do Novo Capitalismo, sintetizado por Richard Sennett como quando “as instituições inspiram apenas uma fraca lealdade, reduzem a participação e mediação nas ordens transmitidas, engendram fracos níveis de confiança informal e elevados níveis de ansiedade perante a inutilidade” (Sennett, 2007: 124); por outras palavras, o cenário de um drama de vida no qual o desaparecimento de uma paisagem urbana exterior é o símbolo da mais acabada incorporação no sistema capitalista, e a ameaça de um futuro em fuga.

Palavras-chave: efeito verso-reverso; interiores; mercantilização do espaço público; Novo Capitalismo.

Late [New] Capitalism is scratching its piles and trying to figure out where to shit next. All privy doors are closed except one. Buying a washing machine is a political act — the only real kind of politics left today.

J.G. Ballard

'Mr. Pearson? [...] You're not hurt?'

'He missed me. It's over there.'

'I didn't hear a shot. Let's get you indoors.'

'Indoors? We're already indoors. Aren't we?'

J.G. Ballard

THE CITYSPACE

In the comment on Paris across his «Charles Baudelaire: A Lyric Poet in the Era of High Capitalism», Walter Benjamin states a premonitory diagnosis about future life in the cities:

Die Passgen sind ein Mittelding zwischen Straße und *Intérieur*: (...) nämlich den Boulevard zum *Intérieur* zu machen. Die Straße wird zur Wohnung für den Flaneur, der zwischen Häuserfronten so wie der Bürger in seinen vier Wänden zuhause ist. Ihm sind die glänzenden emaillierten Firmschilder so gut und besser ein Wandschmuck wie im Salon dem Bürger ein Ölgemälde; Mauern sind das Scheibpult, gegen das er seinen Notizblock stemmt; Zeitungskioske sind seine Bibliotheken und die Caféterrassen Erker, von denen aus er nach getaner Arbeit auf sein Hauswesen heruntersieht.

(Benjamin, 1991: 539)

[The arcades were a cross between a street and an intérieur. (...) [A] boulevard [turned] into an intérieur. The street becomes a dwelling for the flâneur; he is as much at home among the facades of houses as a citizen is in his four walls. To him the shiny, enamelled signs of businesses are at least as good a wall ornament as an oil painting is to a bourgeois in his salon. The walls are the desk against which he presses his notebooks; news-stands are his libraries and the terraces of cafes are the balconies from which he looks down on his household after his work is done.]

(Benjamin, 1985: 37)

In the same spirit, through the 1929 review on Franz Hessel's *Spazieren in Berlin* [On Foot in Berlin], the celebrated article entitled «The Return of the *Flâneur*», Benjamin restates virtually the same idea. However, he adds to it the notion of the masses¹: «[for] the masses (...), glossy enameled corporate

¹ The mass, as a distinctive character and the main subject of city interactions, enters the discourse of urban sociology by the hand of Max Weber: «the consumers for the local market are made up of large consumers if they are residents and for entrepreneurs, workers and craftsmen who form the great mass» (Weber, 1969: 27). For Weber, it is made clear, the mass is an agent of the economy, whereas for Benjamin, the notion acquires a mid tone between the *political* and what the benjaminian studies consecrated as the *dialectical imagery* (or the dream image) of a *Urgeschichte* [«the fossil,

nameplates are as good a wall-decoration as an oil painting is for the homebody sitting in his living room (...); the fire walls are their desks, (...) and the café terrace the bay window from which they can look down on their property» (Benjamin, 2003: 264).

What is at stake in the quotes above is somehow something further than vivid allegories, which used to help Benjamin's wording in reaching highly sophisticated thoughts. The occasion is instead one of looking back in time, even for Benjamin, in order to reveal the beginnings of a so to speak *spatial turn* that the recent critical theory has sustained, picturing the intellectual movement that stresses *place* and *space* in contrast to the emphasis put on *structures* and *ideas*. Let us name a few, such as the "spatial stories" [*récits d'espaces*] (Certeau, 1984), the "situated knowledges" (Haraway, 1988), the "heterotopias" [*des espaces autres*] (Foucault, 1997 [1967]), and "geohistory" (Soja, 2000). Nonetheless, the one this article privileges the most is the "conceptual triad", as formulated by Henri Lefèbvre in his major work, *The Production of Space* (1991[1974]), which comprehends a "spatial practice", a "representation of space" and "representational spaces" (Lefèbvre, 1991: 33), that Edward Soja turned into the "trialectics of cityspace", out of the analysis of a "*conceived space*", a "*perceived space*" and a "*lived space*" (Soja, 2000: 10-11).

In fact, looking into a historical phenomenon as the one described by Benjamin, I am not only seeking for the origins of an *inside out effect*, what, in a certain way, Soja calls "a kind of reverse

the fetish, the wish image, the ruin» (Buck-Morss, 1990)]; elements of a primal history, when, according to Benjamin's maxim in the «Exposés» of his *Passagen-Werk*: «In dem Traum, in dem jeder Epoche die ihr folgende in Bildern vor Augen tritt, erscheint die letztere vermählt mit Elementen der Urgeschichte, das heißt einer klassenlosen Gesellschaft (Benjamin, 1982: 47) [In the dream in which each epoch entertains images of its successor, the latter appears wedded to elements of primal history <*Urgeschichte*> — that is, to elements of a classless society (Benjamin, 1999: 4)]. By this token, which relates the masses with its ancestral classless aspiration, it's worth recovering, in its full length, the footnote on the aristotelian thought about the theme, in *Politics*, that Louis Wirth inserted in his 1938 doctrinal article «Urbanism as a Way of Life»: «To the size of states there is a limit, as there is to other things, plants, animals, implements; for none of these retain their natural power when they are too large or too small, but they either wholly lose their nature, or are spoiled.... [A] state when composed of too few is not, as a state ought to be, self-sufficing; when of too many, though self-sufficing in all mere necessities, as a nation may be, it is not a state, being almost incapable of constitutional government. For who can be the general of such a vast multitude, or who the herald, unless he have the voice of a Stentor?/ A state, then, only begins to exist when it has attained a population sufficient for a good life in the political community: it may indeed, if it somewhat exceed this number, be a greater state. But, as I was saying, there must be a limit. What should be the limit will be easily ascertained by experience. For both governors and governed have duties to perform; the special functions of a governor to command and to judge. But if the citizens of a state are to judge and to distribute offices according to merit, then they must know each other's characters; where they do not possess this knowledge, both the election to offices and the decision of lawsuits will go wrong. When the population is very large they are manifestly settled at haphazard, which clearly ought not to be. Besides, in an over-populous state foreigners and metics will readily acquire the rights of citizens, for who will find them out? Clearly then the best limit of the population of a state is the largest number which suffices for the purposes of life, and can be taken in at a single view. Enough concerning the size of a state» (VII - 4, 4-14 [Wirth, 1938: 10-11]). This proto-benjaminian conceptualization, between the one envisioning [dreaming] and the ones envisaged [evil dreamt] has a deep resonance in this paper's argument of a chiasmic figure of the public city man enclosed in his interior, and the inner city people flooding the streets with their practices, a political idea collected from that «peculiar dramatism» enunciated in the political writings by José A. Bragança de Miranda, *Política e modernidade : linguagem e violência na cultura contemporânea* [*Politics and Modernity — Language and Violence in Contemporary Culture* {my translation}], epitomized in that «mystery of obedience» [La Boétie] of the 'many' towards the 'few» [Miranda, 2008: 13, 43 {my translation}].

teleology that leads the searcher to find roots and starting points that reflect his or her personal views of the present" (Soja, 2000: 19). On the contrary, I'm actually considering its present counter-culturally driven manifestations and its compulsory irruption in a nearby future, in the fashion of an interrupted revolution, the first steps of which Benjamin has only *conceived*. Nowadays, they can start being *perceived*, and *lived* hereafter.

Such a convolution is happening, and will keep happening, against the backdrop of what Richard Sennett calls the context of New Capitalism. When "the institutions inspire only weak loyalty, (...) diminish participation and mediation of commands, (...) breed low levels of informal trust and high levels of anxiety about uselessness" (Sennett, 2006: 181), people desert the homes they built under an architecture of *interdictory spaces* to go away with a fully prosaic fear (Baumam, 2006: 26).

Under such terms, you might certify how in the modern aesthetics of citylife, the primeval tread about city feelings is the one leading from a land of the free (supported by the dictum about living in post-medieval cities: *Stadt Luft macht frei* – 'the air of the city makes people free' [see Sennett, 1996: 155]), to a risky territory, the realm of crime and the dominion of police surveillance. A biased open space — the sheer exterior —, where the rule of law and the principle of order are simply provisional, since the step into Carl Schmitt's "State of Exception" [*Ausnahmezustand*] is just a matter of how subjectively serious the state of emergency seems to be.

THE CITY ELEMENT

However, previous to the question of *how does it work* and *how will it condition* citylife and cityspaces for days to come, what I've been hitherto naming as an *inside out effect*, it is due a methodological warrant in the line of the benjaminian reflections, the which lead to a *Ur-questioning*: what is the primeval element of cityspace that allows an effect as such, when what has been taking the aspect of inward *spatial practices*, became the motor of an outward *representation of space*, and by then a delirious ground for euphoric, if not dysphoric, *representational spaces*.

The literature about this sort of original backdrop of the people's drive for gathering in settlements, where number, density, and heterogeneity (Wirth, 1938: 10) constitute only a so to speak necessary formal setting, but not in the least a sufficient functional one, has divided itself according to what might have been the decisive element under which all the phenomenon of urbanization as a world movement, if not as an anthropological given, has gained pace and momentum since ancient times, fostering the initial notion of an urban revolution. Actually, the latter has been taken as an indisputable, if not dogmatic, theory based on what Edward Soja

discredits as «the conventional sequence: hunting and gathering – agriculture – villages – cities – states» (Soja, 2000: 20).

As a matter of fact, what seems of the utmost importance to this *elemental* debate is not a train of thought combining different disciplinary approaches from archaeology to paleography, sociology and economy. It is instead a tentative psycho-anthropological conjecture, which acquires its refulgent formulation in the *Ur-term* *synekism*, 'the stimulus of urban agglomeration'. As Soja puts it:

Synekism is directly derived from synoikismos, literally the condition arising from dwelling together in one house, or oikos, and used by Aristotle in his Politics to describe the formation of the Athenian polis or city-state. (...) Synekism thus connotes, in particular, the economic and ecological interdependencies and the creative – as well as occasionally destructive – synergisms that arise from purposeful clustering and collective cohabitation of people in space, in "a home" habitat.

(Soja, 2000: 13)

However clear this *Ur-root* might be, and in the lead for an undeniable pre-ancestor, even a gene, to the *inside out effect* in cityspace, what Soja fails to explain is the mechanism why the sheer interior dimension, the one of the home [*oikos*], moves people to share the same exterior space and therefore, to build a *representational* cityspace [*syne-oikos*].

To trace this missing link, I propose a still more daring approach, relating two concepts by Carl Schmitt, taken from his 1942 controversial intent of a reflection on the Universal History, *Land und Meer* [*Land and Sea*], which is, I argue, more of a benjaminian cultural theory than a scientific one based on historical evidence. The first concept is no other than that of *element*. For Schmitt, encompassing all of its mythic and infra-scientific implications, an *element* is some earthly substance in a deep contrast to humankind's existence, since human life can only be conceived against it:

[M]an is not a creature wholly conditioned by his environment. Through history, he has the ability to get the better of his existence and his consciousness. He is aware not only of the act of birth, but also of the possibility of a rebirth. When in danger or in a desperate situation, circumstances in which the other animals and plants left to themselves are likely to perish, man can save himself and start anew by his perspicacity, the conclusions he draws from his analysis, and the soundness of his decisions. The scope for his abilities and for action on history is vast. Man can choose, and at certain moments in his history, he may even go so far, through a gesture peculiar to him, as to change himself into a new form of his historical existence, in virtue of which he readjusts and reorganizes himself.

(Schmitt, 1995: 5)

In this line of thought it is undisputable that it would have to be an equal *element*, the one mastered by humankind, in order to pass from *oikos* to *syne-oikos* vice-versa. The one, I contend, that even Schmitt misses to perceive as a *Ur*-element in his dualistic account is the mythical *light*, since — it could severely be argued —, he erroneously puts the mastering of *fire* in the end of the line for the universal historical. On the contrary, the *Ur*-ancestor of humankind, its *pater*, is no other than the *pirokleptic* Prometheus, that fire/ light stealer, the champion father of humankind, whose punishment was to be held imprisoned in the Caucasus, just where the first *syn-oikos* started to appear. Why shouldn't they, there, *readjust* and *reorganize* their cityspaces under the benefit of citylights granted by fire, something that only came out in the 15th Century Cordoba, and much later in the 19th Century London?

As well as for the *oikos*, the *synekistic* element is *fire*. As for the fireside [the *house*], light is the controlled environment effect of an urban space [the *city*]. That's the reason why the Marxist dialectics of rural space vs. urban space is completely at pains to the uncontrolled fire. In the collective mind, a natural reason for a devastating bonfire is always a feeble one. Fire brings men together and, as such, their very moral judgement: crime and disregard. In cityspace, under Modern Times, *fire* is bumpered by social alarm, a supreme scandalous entertainment due to a lack of class differentiation: a huge lit building, burnt to pieces, is a representational space of the collapse of a class-ridden society. As Walter Benjamin contends: «The appearance of the street as an *intérieur* in which the phantasmagoria of the *flâneur* is concentrated is hard to separate from the gaslight. (...) A street, a *conflagration*, or a traffic accident assemble people who are not defined along class lines» [second stress added] (Benjamin, 1985: 62).

The second concept I will take up from Schmitt is that of a *space revolution*. As Schmitt observes, in the sequence of his own question about what is a *space revolution*?:

The inhabitant of a big city has a different image of the world than does a farmer. A whale hunter has a vital space that differs from that of an opera-singer. Life and the world are seen in a different light by an air plane pilot, and they have different dimensions, depths, and horizons. The differences in the perception of space are even larger and deeper among various nations and among the various periods in the history of mankind.

(Schmitt, 1995: 28)

Secondly, he concludes:

This redeployment may be so profound and so sudden that it alters not only man's outlook, standards, and criteria but also the very contents of the notion of space. It is in that context

that one may talk of a space revolution. Actually, all important changes in history more often than not imply a new perception of space.

(*ibid.*: 29)

Nowadays, viewing the globe from the outer space, it is obvious that, against the spirit of Schmitt, the struggling stage of this *space revolution* is not being undertaken neither by land, nor air or sea, but under the dominion of *light*: the most illuminated parts of the planet are the ones where *synekism* is at loose.

To the profound redeployment, of space which Schmitt defends is able to sustain a space revolution, I do want to add the argument of the overwhelming post-modernist, if not hyper-human and post-apocalyptic, mechanism of capitalistic incorporation (Jameson, 1991): that ever increasing inversion of values, in which, on the one hand, what is outside is being systematically integrated as essential inwards comfort and commodities². And on the other, the outside cityspace is much more, or even less, than a *syne-oikos*: just a passageway, a mall, a shopping-centre, the *element* of which, like fire, consumption and consumerism are the sheer ignition.

KINGDOM COME

The title of this section is borrowed from the eponymous 2006 novel by J. G. Ballard, verbatim *Kingdom Come*. Its narrative genre is of a simple kind: a crime novel where a murder is committed within the suburbs of London. However its sociological and urban implications are of a broad scope: in the outskirts of a large cityspace people conduct themselves as if there were no outside, public or fixed settlement, but a huge interior surrounding precinct to which the population adopts a feeling of belonging — a circular highway: «the protective shoulders of the M25 were virtually an invention of the advertising industry, or so account executives (...). The suburbs, we would all believe to our last grasp, were defined by the products we sold them, by the brands and trademarks and logos that alone defined their lives» (Ballard, 2006: 4).

But let us go back in time to assert the right lineage of the *space revolution* from which this paper started from. In 1930, the German cultural critic, Siegfried Kracauer, trained as an architect

² As Frederic Jameson well puts it: «For our purposes, therefore, the fact that the living room emerges in a space already built in the older house, while the kitchen is in effect an additional room outside of that, does not seem as significant as the sense that both are somehow equally new, in a way that remains to be evaluated. Indeed, both the now sunken living room and the dining areas and kitchen opened up between the loosely draped external wrapper and the "withering away" of the now unnecessary structural frame now seem to me the thing itself, the new postmodern space proper, which our bodies inhabit in malaise or delight, trying to shed the older habits of inside/outside categories and perceptions, still longing for the bourgeois privacy of solid walls (enclosures like the old centered bourgeois ego), yet grateful for the novelty of the incorporation of yucca plants and what Barthes would have called Californianity into our newly reconstructed environment. We must insist, over and over and in a variety of ways, on the troubling ambiguities of this new "hyperspace."» (Jameson, 1991: 115).

and active as a writer and journalist under the Weimar Republic, ended his article “Abschied von der Lindenpassage” [“Farewell to the Linden Arcade”], on the decline of that specific commercial venue, with the following broad question: “What would be the point of an arcade [*Passage*] in a society that is itself only a passageway?” (Kracauer, 1995: 342). Already suggested in such a perspicuous comment was the fact that the ultimate horizon of the capitalistic action on city economy is the overall commodification of urban places. What is implied here, from the onset, is the complete social and economic mobilisation of city spots and urban sites as in a walloping shopping mall, resulting on a spatial effect in which no limit can be pointed out between the recognized selling station and the non-buying stand. That's the core of Ballard's novel, when a formidable shopping mall transforms the whole entire system of relations into the typical schmittian *space revolution* where an environmental *element* is put totally under (or out of) control. The element, there, starts to be *lighting*, which bears no distinction between the broad daylight and the darkest night. As the novel opens: «The suburbs dream of violence. Asleep in their drowsy villas, sheltered by benelovent shopping malls, they wait patiently for the nightmares that will take them into a more passionate world...» (Ballard, 2006: 3).

This latter is simply the world of terminal consumerism. That's where people, from inside an uprising shopping mall, like in the most class-ridden and hated 'Metro-Centre', start erecting typically exterior shrines to the fainting god of consumerism: «a retail messiah for the age of cable TV» [a shopping channel screen presenter] (Ballard, 2006: 60). And they do so out of the ultimate interior settings, *i.e.*, home appliances: «the modest workstation was almost a neo-fascist altar» (*ibid.*: 55).

The biting question is that the present social theory of New Capitalism seems to reaffirm the diagnosis made a half a century way ahead of his time, by Walter Benjamin when he pointed out that the perspective of a vanishing schism between interior and exterior was the greatest social achievement of *ein Lyriker im Zeitalter des Hochskapitalismus* [a *Lyric Poet in the Era of High Capitalism*]. Likewise, as Richard Sennett states about the contemporary biased heroe, the 'Citizen as Consumer': «Overload prompts disengagement» (Sennett, 2006: 172).

The ironic and fully phantasmal turn of J. G. Ballard's novel, in complete accordance with the *inside out effect* defended to this point, which is willing to haunt cityspaces for way to long, is that the unabashed revolution won't come, as in ancient times, from outside the spot. The «many» will control the «few». But from within.

References

- Ballard, J.G. 2006. *Kingdom Come*. London: Fourth Estate, Harper Collins Publishers.
- Bauman, Zygmunt. 2003. *City of Fears, City of Hopes*. London. New Cross: Goldsmiths College.
- Benjamin, Walter. 1982. *Gesammelte Schriften V.1*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag
- Benjamin, Walter. 1985. *Charles Baudelaire: A Lyric Poet in the Era of High Capitalism*. London: Verso Editions.
- Benjamin, Walter. 1991. *Gesammelte Schriften I.2*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag.
- Benjamin, Walter. 1999. *The Arcades Project*. Cambridge : Belknap Press of Harvard University.
- Benjamin, Walter. 2003. *Selected writings Volume 2, Part 1: 1927-1930*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University.
- Buck-Morss, Susan. 1990. *The Dialectics of Seeing: Walter Benjamin and the Arcades Project*, Massachusetts London: England The MIT Press Cambridge.
- Certeau, Michel de. 1984. *The Practice of Everyday Life*. Los Angeles: University of California Press.
- Foucault, Michel. 1997. «Of Other Spaces: Utopias and Heterotopias». In *Rethinking Architecture A reader in cultural theory*. Leach, Neil (ed.). London: Routledge. pp. 330-336.
- Haraway, Donna. 1988. «Situated Knowledges: the Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminists Studies*, Vol. 14, No. 3 (Autumn. 1988), pp. 575-599.
- Jameson, Fredric. 1991. *Postmodernism, or, The Cultural Logic of Late Capitalism*. Durham: Duke University Press.
- Kracauer, Siegfried. 1995. *The Mass Ornament*,. Cambridge Massachusetts: Harvard University Press.
- Lefèbvre, Henri. 1991. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell.
- Miranda, José A. Bragança de. 2088. *Política e modernidade : linguagem e violência na cultura contemporânea*. Lisboa: Colibri.
- Sennett, Richard. 1996. *Flesh and Stone* . New Haven & London: Yale University Press.
- Sennett, Richard. 2006. *The Culture of the New Capitalism*. New Haven & London: Yale University Press.
- Sennett, Richard (ed.). Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall Inc. Brandeis University.
- Soja, Edward. 2000. *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*. Oxford: Maxwell
- Schmitt, Carl. 1997. *Land and Sea*. Washington: Plutarch Press
- Weber, Max. 1969, «The Nature of The City». In *Classic Essays on the Culture of Cities*.
- Wirth, Louis. 1938. «Urbanism as a Way of Life». Source: *The American Journal of Sociology*, Vol. 44, No. 1 (Jul., 1938), pp. 1-24.

João Borges da Cunha (Lisbon, 1973) holds a Ph.D. in Culture Studies from the Catholic University of Portugal, and a Degree in Architecture from the Faculty of Architecture of the University of Lisbon. His doctoral dissertation, entitled «Representation, immersion and *interiors*: Cultures of Space in *To the Lighthouse* and *Buddenbrook*», provides a comparative reading of two emblematic novels of the 20th century, regarding their spatial, architectural and cultural backdrop. He is an Assistant Professor of Architecture at the Department of Architecture and Urban Planning in Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisbon, where he has been teaching, in under-and-post-graduate level, *Visual Culture*, *Theories of Space*, *Anthropology of Space*, *Geometry* and *Contemporary Culture*, and also working as the department's *Teaching and Learning Coordinator*. He's been a speaker at several international conferences on representation, culture, architecture, space, narrative and fiction, and inter-media studies, with published papers on the subjects. He is a researcher at CECC-UCP and LEAU-ULHT. He is also a writer of fiction, having been awarded with the *Branquinho da Fonseca, Expresso/ Gulbenkian Foundation Literary Prize*, to his novella *Amor de Miraflores*.

João Borges da Cunha (Lisbon, 1973) é doutorado em *Estudos de Cultura* pela Universidade Católica Portuguesa, e arquiteto diplomado pela Faculdade of Arquitetura da atual Universidade de Lisboa. A tese de doutoramento, que defendeu em 2014, com o título «Representação, imersão, *interiores*: Culturas de Espaço em *To the Lighthouse* e *Buddenbrook*», oferece uma leitura comparativa de dois romances emblemáticos do século XX, em trono do respetivo contexto espacial, arquitectónico e cultural. Ensina ainda, como Professor Auxiliar, no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, em Lisboa, tanto nos cursos de Mestrado como de Doutoramento em Arquitetura e em Urbanismo, de cujos ciclos é atualmente Subdiretor, desempenhando também as funções de Coordenador Pedagógico daquele Departamento. Tem participado, com diferentes comunicações, em conferências internacionais sobre representação, cultura, arquitetura, espaço, narrativa e ficção, e estudos *intermedia*, com artigos publicados sobre a temática. É investigador no Laboratório Experimental de Arquitetura e Urbanismo - LEAU/ ULHT e colabora ainda no Centro de Estudos de Comunicação e Cultura - CECC/ Universidade Católica Portuguesa. Ficcionista distinguido com o Prémio *Branquinho da Fonseca, Expresso/ Gulbenkian*, com a novela *Amor de Miraflores*.

Artigo por convite

Article by invitation

AS CIDADES INTELIGENTES E AS NARRATIVAS DE FUTURO

SMART CITIES AND THE NARRATIVES OF THE FUTURE

Herlander Elias

Universidade da Beira Interior, Covilhã [PT]

herlanderelias248@gmail.com

Resumo

De algum tempo a esta parte, temos vindo a passar da *polis* para a *technopolis*. A evolução dos *digital media* tem tornado as cidades numa máquina 2.0. Os cidadãos agora confiam nas imagens do futuro e nas propostas de sustentabilidade, energias renováveis e melhor mobilidade urbana. Enquanto o automóvel é reconfigurado neste novo conceito de cidade, já o telemóvel, o *smartphone*, torna-se o controlo remoto para se aceder à cidade dos *bits* (de informação digital). Na cidade inteligente, o nosso rasto digital é compreendido pela moldura técnica da cidade. Hoje em dia, consumimos também narrativas de futuridade, queremos acreditar que podemos ativamente intervir em cidades inteligentes e que, uma vez tendo o computador saído da caixa, o futuro promete acesso a uma sociedade de informação em que a cidade é o novo palco futurista de acesso a dados, capital, tendências e promissoras indústrias culturais. Mais do que um acervo do passado, as novas cidades inteligentes preparam-se para receber novos cidadãos mais ativos e criativos. Resta saber, respeitando cada cidade a sua narrativa de futuridade, se a realidade se consolidará numa utopia, numa distopia ou numa protopia (que é o mais provável), devido à expansão dos meios digitais.

Palavras-chave: narrativa, futuro, protopia, cidade inteligente, digital

Abstract

It has been a while since we have come from a polis to a technopolis. The evolution of digital media has rendered cities into a machine 2.0. Now citizens trust in the images of the future and in sustainability proposals as well, just as in renewable energies and improved urban mobility. While the automobile is reconfigured in this new concept of city, the smartphone, in its turn, becomes the remote control to provide access to the city of bits (digital information). In the smart city our digital trail is embraced by the city's technical framework. These days we also consume narratives of futurity, we want to believe that we can actively intervene in smart cities. And once the computer is out of the box, the future promises access granted to an information society in which the city is the new futuristic stage to access data, capital, trends and new and promising culture industries. More than just being an archive of the past, the new smart cities are getting ready to welcome new and more active and creative citizens. What is left to know is whether or not reality itself will be consolidated in an utopia, a dystopia or a protopia (which is the most likely), due to the expansion of digital media, even if one respects each city and its narrative of futurity.

Keywords: narrative, future, protopia, smart city, digital

1. Introdução

Historicamente, a narrativa de futuro e o planeamento das cidades sempre estiveram muito próximos, desde a intervenção de Albert Speer para o Terceiro Reich, passando pela alta construção urbana em Nova Iorque; ambos os casos, no século XX, estiveram associados a ideias políticas de futuro, seguindo uma narrativa específica. Porém, é no final do século XX com a expansão da Internet e das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) que, juntamente com a ficção científica ciberpunk se começa a eleger a paisagem urbana japonesa, em especial de Tóquio (no Japão), como um modelo a seguir de cidade do futuro. Hoje em dia, três décadas depois, as realidades de Seoul (na Coreia do Sul); Shanghai, Beijing, Shenzhen (na China), bem como de Tóquio, presenteiam-nos com arranha-céus e infraestruturas tecnológicas que transformam estas cidades em cidades inteligentes. Tal como previsto na ficção científica de William Gibson, a imagem de futuro neste momento tem forte estilo asiático.

Se recuarmos até aos anos 90 quando a cibercultura estava na moda, a Internet se expandia a nível global e a Sociedade de Informação era um programa político de alguns países, constatamos que se tentava já apelar ao conceito de cidade inteligente. Nos EUA falava-se em *Information Society*, mas autores como Mark Taylor falavam de “Netropolis”, Javier Echeverría em Espanha escrevia sobre a “Telépolis” e Neil Postman já tinha escrito livros sobre a “Tecnopolia” ou *technopolis*. Quando comparamos estas visões com as de autores mais recentes, o contexto atual como que prolongou o patamar teórico dos anos 90, atribuindo-lhe mais coerência. Kevin Kelly, por exemplo, diz que por agora nos situamos sem qualquer perspetiva geracional, e que agora estamos presos num “agora” muito curto (2016, LOC 228-5810). Quer isto dizer que no contexto pós-anos 90 a ideia de um futuro planeado de alguma forma falhou, sendo que se encontra mais expansão no hedonismo e no viver cada dia de uma vez. Para autores como Paul Frosh, o que se passa é que “o estar à frente” (N.A.: “edginess”) se encontra associado a um sistema de retórica em que a inovação é a peça-chave (2003, Chapter VI, 150). O que podemos inferir é que, no atual contexto, as ideias dos anos 90 de se criar uma cidade futurista, digital, computadorizada, um ícone da sociedade de informação, estão agora a tornar-se realidades tecnopolíticas, nomeadamente na Ásia que pretende afirmar-se perante a sociedade global. As grandes paisagens metropolitanas de *Blade Runner* (Ridley Scott, 1982) confundem-se entre os ecrãs de ficção e os horizontes geométricos de Shenzhen e Shanghai.

O problema que temos atualmente é que, tal como Kelly sublinha, “seremos simplesmente intermináveis novatos no futuro porque o tentamos acompanhar” (2016, LOC 180-5810, Tradução nossa). O futuro urbano é um futuro veloz. As cidades são máquinas de inovação repletas de públicos competitivos. E não apenas na ficção mas sobretudo na realidade atual. Por isso é que autores como Bauman acreditam que antecipar futuras tendências baseando-nos em eventos passados torna-se cada vez mais arriscado, e frequentemente erróneo. Para Bauman a “vida líquida” é um fluxo de recomeços (2007, 8). E é precisamente neste ponto que vislumbramos as cidades inteligentes e a narrativa de futuro. A cidade inteligente tem a sua própria narrativa de futuro e a narrativa de futuro tem tendência a consolidar-se num modelo de espaço urbano, a sua égide. Poderemos importar para esta discussão dois conceitos que Lyotard refere na sua obra de 1990, *O Inumano*, onde a dado momento se distingue o *proteron* (aquilo que precedeu, o ocorrido), do *husteron* (aquilo que se sucede, o ulterior). A cidade inteligente ergue-se sobre a cidade do *proteron*, a anterior configuração urbana, mas acrescenta-lhe narrativa tecnológica, uma outra imagem de futuro, um outro *husteron*.

Há quem refira, como Bauman, que se deve ter em conta duas áreas distintas; em primeiro lugar as coisas imaginadas (utopia, futuro, projetos); e em segundo lugar as coisas imaginárias (fantasia, realidade não-sólida) (2007, 69). Contudo, quando assistimos a filmes como *Blade Runner*, quando lemos a última trilogia de ficção científica de William Gibson, o que se nota é que a narrativa de futuro passou a ser um estilo de ver a paisagem urbana presente. O futuro deixou de ser planeado, passou a ser uma forma política de fazer um *statement* de superioridade urbana nacional e internacional. Não é por acaso que Gibson diz que Alvin Toffler nos alertou para o Choque do Futuro, mas será isto agora uma Fadiga de Futuro? (2012, 44). Mesmo a ascensão da ficção científica *silkpunk* com autores chineses vem reforçar esta ideia de que o “ir para a frente” implica considerar o passado ou não deturpar a imagem do futuro com apenas ingredientes de velocidade. Em jeito de desalento, Gibson afirma que “não temos futuro porque o presente se tornou demasiado volátil” (apud Hoepker, 2011, 230, Tradução nossa). Aliás, um desafio das cidades inteligentes consiste na criação de melhores condições de vida e não em transformar as cidades em geografias descontroladas.

2._Cidades Inteligentes

Para quem não sabe, o *cyberspace* e a *virtual reality* dos anos 90 foram antes de mais metas tecnológicas, “lugares” para que visionários e tecnólogos inspirassem a indústria, a cultura, os urbanistas e os criativos. Hoje em dia qualquer consola de jogos tem imagens deslumbrantes de alta-definição e a realidade virtual voltou. O novo ícone da indústria de TIC, porém, não é mais o computador, mas sim o smartphone, produto que revolucionou a cultura digital com o momento em que o iPhone renova a categoria ocupada pela Blackberry anteriormente. O que isto tem que ver com cidades inteligentes? Ora, a adoção em massa do Apple iPhone levou a música digital, a realidade aumentada, o GPS, a navegação de páginas web e o acesso a jogos, entre outras coisas, às novas massas digitais. Na era do Google e dos *social media*, os smartphones são o nosso controlo remoto para se experienciar a cidade inteligente. Com um smartphone pode-se chamar o automóvel elétrico, ligar as luzes em casa, falar com o sistema de som associado, descobrir coisas novas escondidas no novo mapa urbano reconfigurado para uma sociedade sempre ligada por *wi-fi* (acesso Internet sem fios).

Houve momentos em que o “ciberespaço” era exatamente o modelo de como o futuro deveria ser (Bell, 2007, 2). Filmes como *The Matrix* em 1999 mostraram essa realidade de conexão direta de máquina a humano. Mas a geração sempre ligada dos dias de hoje preferiu o smartphone, o novo aparelho sempre ligado, íntimo, social, tecnológico e repleto de funcionalidades para se descobrir a cidade inteligente com outros olhos. Em obras como *Blade Runner*, o computador não é uma máquina mais impressionante que a megalópole. O espaço urbano deste filme mostra uma Los Angeles de 2029 que se impõe, e um meio ambiente degradado. Sobre o meio ambiente, William Gibson havia dito em *Pattern Recognition* (2003) que “agora [que o meio ambiente] foi Blade-Runnerizado por meio século de uso e poluição” (146, Tradução nossa), a realidade havia ficado pior em termos de qualidade devido à expansão incomensurável da indústria. As atuais cidades inteligente não querem que a sua geografia fique “blade-runnerizada”. Por isso, os novos públicos do digital e os urbanistas concebem cidades em que a sustentabilidade é um ponto fulcral no desenvolvimento. Para Andrew Berglund o que está em causa agora são as “future-ready cities”, cidades prontas para o futuro de energias verdes, sem automóveis, com acesso Internet constante e com novas interfaces para se aceder à informação na e sobre a cidade (in De Waele, 2013, LOC 573 de 2059).

Embora o *Blade Runner* seja um ícone da ficção científica *ciberpunk* e nos revele cidades sem fim e horizontes poluídos, os andróides e os humanos que aparecem no filme têm nomes ou modelos. Mas, em 1930, David Butler havia realizado o filme *Just Imagine*, onde no futuro que nos é apresentado as pessoas não teriam nomes, mas sim números. Isto não deixa de ser um distopia, como *Blade Runner*. O que as obras mencionadas até aqui têm em comum é o facto de apelarem a uma imagem do futuro em que só há cidade, ou a recriação desta em computador, como acontece em *The Matrix*. Numa obra de carácter excecional, intitulada *The Image of The Future*, de 1973, o autor Fred Polak cria um guia para se compreender como as “imagens de futuro” têm sido presentes ao longo da história da humanidade, com especial desenvolvimento a partir do Renascimento e depois novamente com as metrópoles dos séculos XIX e XX. No seu entender, a imagem do futuro é um conceito, uma construção que se cria no presente para reger o desenvolvimento planeado, bem como a relação do homem com o seu tempo.

Dizia Félix Guattari que “cada civilização e cada época tiveram os seus fins para a história” (apud Deleuze, 2004, 266, Tradução nossa). E o mesmo sucede sobre as imagens de futuro e as imagens de futuro das cidades. Cada época criou a sua imagem da cidade que vem. Argumenta Kelly que as “distopias são cinemáticas e dramáticas” (2016, LOC 205-5810, Tradução nossa). Todas as obras de ficção científica literária e cinematográficas mencionadas até aqui são distópicas e revelam-se também enquanto espaços de *drama*, i.e., ação, intervenção. Na cidade inteligente há uma preocupação para com o futuro. A procura de melhores infraestruturas de TIC, as energias renováveis e a sustentabilidade, bem como a expansão da robótica e dos veículos elétricos drone são alguns dos elementos que compõem o perfil da nova cidade inteligente, que é uma cidade de máquinas e de humanos em coabitação. A cidade inteligente é um local ideal para ascensão de novos media. Repare-se que “A força dos novos media encontra-se também associada com sendo ‘future-savvy’ [N.A: “conhecedor do futuro]: e embora não saibamos como é que será o futuro poderemos estar certos de que será digital” (Green, 2010, 137, Tradução nossa). Uma característica dos habitantes das cidades inteligentes é o facto de serem *savvy*, ou seja, ágeis, espertos, desvolto em lidar com novos media e tecnologias digitais. A cidade do futuro não é uma cidade de leitura fácil, mas a cidade inteligente dos nossos dias é uma cidade que requer uma propensão para as novidades e para o que se parece com futurístico.

Todavia, a cidade sempre foi um acervo, uma memória do passado, com os seus arquivos, museus, bibliotecas e arquitetura. A cidade não tem que ser futurista. Aliás, como Taleb sugere, “o futuro encontra-se maioritariamente no passado” (2012, Book VI, Chapter

20, 1, Tradução nossa). Uma das particularidades de *Blade Runner* era precisamente esse facto de a cidade ser um espaço do novo e um espaço do antigo, um desafio pós-pós-moderno. Viver numa cidade inteligente não ficcional implica ser-se moderno. Para Malpas, “Ser-se moderno (...) consiste em ser-se apanhado pelo inevitável progresso da história: quer dizer quer que se veem as raízes desaparecerem no passado à medida que uma pessoa viaja para um futuro que promete ser radicalmente diferente” (2005, 48, Tradução nossa). E como o futuro promete ser muito diferente, terá de ser construído com um novo tipo de pessoas. Na escola da criatividade do novo milénio, Daniel H. Pink defende que

“O futuro pertence a um tipo de pessoa muito diferente com um tipo de mente muito diferente — criativos e criadores de empatia, reconhecedores de padrões, e construtores de significado. Estas pessoas — artistas, inventores, designers, contadores de histórias, gente preocupada, consoladores, pensadores da integridade — irão agora colher as maiores recompensas da sociedade e partilhar as suas maiores alegrias” (2005, 1, Tradução nossa).

Com isto, Pink quer dizer que o futuro é uma imagem que precede a construção de uma realidade, e que essa realidade, diga-se futura, se faz com base nas pessoas, no perfil que estas pessoas têm com vista a edificar algo substancial e inteligente.

3. Narrativas de Futuro

Há duas coisas a ter em mente. Em primeiro lugar, uma narrativa não tem que ser uma história linear, mas também pode sê-lo, e o futuro pode ser utópico, “metatópico” ou distópico. Como se fala aqui de narrativas de futuro, estamos a prever que a narrativa linear de futuro precisa de uma imagem de futuro. A “metatopia” consiste, segundo Umberto Eco (1989), numa criação de um futuro a partir do presente, seguindo-se para tal vários passos. A utopia implica que algo existe num outro lugar, e que é melhor que a nossa realidade. Já a distopia implica que o que quer que exista num outro lugar, pode ser pior do que o nosso ponto de partida. Na ficção científica, as distopias têm apresentado realidades “blade-runnerizadas” em que algo correu mal e o nosso planeta, as cidades, não conseguiram evitar um certo tipo de catástrofe. Já as utopias tentam mostrar-nos como a nossa realidade pode ser se as coisas seguirem um rumo ideal, de onde os efeitos positivos a colher.

Posto isto, as narrativas de futuro ainda encontram uma outra subdivisão. Como Raven e Elahi bem explicam, a “narrativa de futuridade” é diferente do que se apelida de “futuros”. Segundo os autores, são as narrativas de futuridade que expõem as imagens do futuro. Por outras palavras, são as narrativas que proporcionam as imagens do futuro. Sem narrativa, não há futuro. E se ser moderno é considerar o passado, mesmo sabendo que o futuro pode ser radicalmente diferente, então ser futurista implica considerar o futuro, mesmo sabendo que o passado foi também diferente. Para Raven e Elahi “os futuros” são uma subcategoria das “narrativas de futuridade” (2015, 50). Podemos inferir que o principal, nas ideias de futuro, são as imagens e as narrativas, os conceitos e os argumentos.

Em Gibson ficamos a saber que “O futuro já está aqui; só que não está igualitariamente distribuído” (in Kelly, 2016, LOC 3124-5810, Tradução nossa). Existem as imagens, os conceitos, os protótipos, mas a tecnopolítica dita o acesso a certos meios e espaços com base na lógica de mercado. Um outro tipo de futurismo tem imperado, o da “futurocracia”, que consiste em ter-se agentes a investir em mercados com base em sondagens e previsões (Howe, 2010, 155). Sabendo-se que a cidade inteligente do futuro é uma cidade em que a informação digital e o capital se fundiram, não é de estranhar que muitos financeiros acreditem neste tipo de fluxos de dados. Para Lunenfeld estes futuros são “pós-económicos” (2011, 98). Até porque houve uma crise financeira em 2007 que demoliu algumas imagens esperançosas do futuro. No fundo é tudo uma questão de narrativa, como Raven e Elahi sugerem, ou de “futuridade” como diz Gibson (2012, 8).

Segundo Boym, “as fantasias do passado, determinadas pelas necessidades do presente, têm um impacto direto nas realidades do futuro” (2001, xvi, Tradução nossa). É nisto que consiste a imagem do futuro em Polak, e é assim que se constrói a metatopia segundo Umberto Eco. No entanto, Kevin Kelly prefere o conceito de “protopia”, porque “nem a distopia nem a utopia são o nosso destino final. Ao invés, a tecnologia leva-nos para a protopia. Para sermos mais precisos, a verdade é que já chegámos a protopia” (2016, LOC 213-5810 (rever estes números?), Tradução nossa). E no que consiste a protopia? A protopia é um regime de tecnologia, uma imagem de futuro em que tudo está em constante atualização. Não se pode parar de acompanhar o seu funcionamento. Reina o domínio do temporário, a atualização do indivíduo e o protótipo. Aqui talvez seja interessante termos em conta duas referências de Taleb. Para este autor, nos mitos gregos os dois titãs irmãos, Prometeu e Epimeteu, encerram o segredo da discussão sobre passado e futuro. Enquanto Epimeteu pensava depois do tempo, Prometeu pensava à frente do seu tempo (2012, Book IV, Chapter 14, 1). Poderemos dizer que a narrativa de futuro e todo o nosso conceito de

smart city implicam que sejamos prometeicos, até porque estes espaços se tornam espaços de tecnologia (como no mito do fogo roubado aos deuses). Um dos pioneiros da realidade virtual dos anos 90, Jaron Lanier confessa que “Eu sinto falta do futuro. O futuro deveria ser o nosso teatro. Deveria ser divertido e louco, e obrigar-nos a ver tudo no nosso presente com olhar renovado” (2013, Part XIX, Conclusion). O grande receio é que, em vez de nos depararmos com as cidades futuristas protólicas, sejamos cada vez mais confrontados com um mundo orwelliano que Taleb apelida de um “futuro altamente tecnocrático” (2012, Book VI, Chapter 20, 1, Tradução nossa). Como não sabemos ao certo que futuro será realizado, se bom, ou mau, podemos concordar com Boym, para quem, segundo um ditado popular Russo atual, o passado se tornou mais imprevisível que o futuro” (2001, xiv, Tradução nossa).

Conclusão

Desde os anos 50 que os EUA foram pioneiros com a General Motors a vender uma imagem do futuro em que o automóvel era central no desenho das cidades. No século XXI, com o forte cunho das grandes cidades asiáticas, o centro da imagem do futuro é a cidade inteligente e sustentável. Nesta cidade, o indivíduo pode fazer tudo com acesso garantido através do seu smartphone. Toda a informação acedida e o rasto dos acessos dos indivíduos dentro da cidade transforma a cidade inteligente num computador urbano de *big data*, em que os dados massivos de toda a gente ajudam a cidade a pensar informaticamente como gerir os fluxos de trânsito de pessoas, veículos e como as culturas se organizam no espaço urbano.

O que outrora foram imagens de futuro são hoje realidades. As cidades querem ter menos automóveis poluentes, os edifícios agora são verdes e limpam o carbono do ar. Cada cidade é coberta por um guarda-chuva de acesso *wi-fi*. A cidade inteligente é verde e está sempre ligada ao digital. Tal como a eletricidade, o acesso à Internet na nova cidade *smart* tornou-se uma necessidade de primeira mão. É facto que as cidades continuam a ser arquivos da cultura e do passado, mas as suas linhas urbanas reluzentes revelam que disputam o título de cidade mais futurista e bonita. As cidades são novas máquinas inteligentes. E tentam tornar-se polos atrativos para os públicos mais criativos.

O que podemos dizer é que existe uma construção de uma imagem do futuro. Parte-se do presente, fase a fase, para a edificação desses espaços. Há neste sentido uma metatopia em curso. Se as cidades serão utópicas ou distópicas, tal dependerá do esforço da

tecnopolítica atual. O que é certo é que nestas cidades inteligentes há cada vez mais gente a comprar coisas, pagar transportes e a ter no *smartphone* o seu *digital media* central. É a lógica do computador que impera, e por isso nos encontramos num regime de protopia, em que é necessário nos atualizarmos como se atualiza software. Na nova cidade inteligente, o indivíduo tem de estar bem configurado para o espaço de fluxos em que se tornou a cidade. O que atrai pessoas para estas cidades são as narrativas de futuridade. Já os futuros dependem de como estes espaços são concebidos e se, o que é prometido em termos de imagem, é suficiente para atrair os novos públicos *savvy*, ávidos de frequentar as cidades prontas para o futuro.

Referências

- Bauman, Z. (2007). *Vida líquida* [liquid life, 2005]. Rio de Janeiro, Brazil: Jorge Zahar Editor.
- Bell, D. (2007). *Cyberculture theorists: manuel castells and donna baraway*. New York, NY, US: Routledge.
- Blade Runner* (Ridley Scott, 1982)
- Boym, S. (2001). *The future of nostalgia*. New York, NY, US: Basic Books.
- Deleuze, G. (2004). *On desert islands and other texts* [1953-1974]. Los Angeles, California, US / New York, NY, US: Semiotext(e).
- Eco, U. (1989). *Sobre os Espelhos e Outros Ensaios* (1985). Lisboa: Difel.
- Frosh, P. (2003). *The image factory. Consumer culture, photography and the visual content industry*. Oxford, UK/ New York, US: Berg.
- Gibson, W. (2003). *Pattern Recognition*. New York: G. P. Putnam's Sons.
- Gibson, W. (2012). *Distrust That Particular Flavor*. New York, NY, US: G. Putnam & Sons.
- Green, L. (2010). *The Internet - an introduction to new media*. Oxford, UK/ New York, US: Berg.
- Hoepker, K. (2011). *No maps for these territories: cities, spaces and archaeologies of the future in william gibson*. Amsterdam, Netherlands / New York, NY, US: Editions Rodopi, BV.
- Howe, J. (2010). *Crowdsourcing – como o poder da multidão impulsiona o futuro dos negócios* [why the power of the crowd is driving the future of business, 2008]. Lisboa, Portugal: (Conjuntura) Actual Editora.
- Just Imagine* (David Butler, 1930)

- Kelly, K. (2016). *The inevitable: understanding the 12 technological forces that will shape our future*. Amazon Kindle version. New York, NY, US: Viking, Penguin.
- Lunenfeld, P. (2011). *The secret war between downloading & uploading. Tales of the computer as culture machine*. Cambridge, London, UK: MIT Press.
- Lyotard, J.-F. (1990). *O Inumano: considerações sobre o tempo*. Lisboa, Portugal: Estampa.
- Malpas, S. (2005). *The postmodern*. New York, NY, US: Routledge.
- Matrix, The* (Wachowskis, 1999)
- Pink, D. H. (2005). *A whole new mind. why right-brainers will rule the future*. New York, NY, US: Riverhead Books / Berkeley, California, US; Berkeley Publishing, Penguin Books.
- Polak, F. (1973). *The image of the future*. New York, NY, US: Elsevier Publishing Company.
- Postman, N. (1994). *Tecnopolia - quando a cultura se rende à tecnologia* (1992). Lisboa, Portugal: Difusão Cultural.
- Raven, P. G. & Elahi, S. (15 de Novembro de 2015). The new narrative: applying narratology to the shaping of futures outputs. In *Futures*, Vol. 74, Novembro de 2015, pag.49-61US: Elsevier. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.futures.2015.09.003>
Retrieved from www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0016328715001330 (Access in May 2016).
- Taleb, N.N. (2012). *Antifragile: things that gain from disorder*. iBook ePub version. New York, NY, US: Random House.
- Waele, R. De, & Campbell, L. [Cur] (2013). *SHIFT 2020 - how technology will impact our future*. US: Amazon Kindle ebook version (2014).

Elias é um profissional das Ciências da Comunicação. Desde logo enquanto estudante de Licenciatura que se preocupa com questões de investigação. Elias licencia-se em Ciências da Comunicação e da Cultura na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, em Lisboa, e rapidamente termina o seu primeiro livro sobre "Ciberpunk". Desde 1999 o autor envereda por trabalhar como Jornalista em revistas de tecnologias de informação e entretenimento sobre Internet e vocacionadas para o multimédia.

A cultura digital representa o início da sua investigação nos anos 90 e, até ao presente, permanece como núcleo temático num trabalho em estado progressivo. A sua Dissertação de Mestrado intitula-se "First Person Shooter: O Ciberespaço Subjectivo"; já a sua Tese de Doutoramento é em 2010 apresentada como "A Galáxia de Anime - A Animação Japonesa como New Media". Três dos seus últimos livros são o ensaio "Post-Web: The Continuous Geography of Digital Media" (2013), o romance *noir thriller* "O Homem Completo" (2012), e, o recentemente publicado, "Cloudpunk: A Quinta Vaga do Digital".

Elias is a professional of Communication Sciences. Early as a graduate student he is concerned with research issues. He graduates in Communication Sciences at the University Lusófona of Humanities And Technologies, in Lisbon, and in a fast pace he finishes the

first book on "Cyberpunk". Since 1999 the author endeavours in working as a Journalist on Internet-focused and multimedia-driven, IT news and entertainment magazines.

Digital culture represents his research starting point in the 90s, and until present day it remains a core of issues in progressive work status. His Master Dissertation is entitled "First Person Shooter: The Subjective Cyberspace" while the Doctoral Graduation Thesis is introduced in 2010 as "The Anime Galaxy - Japanese Animation As New Media". Three of the latest works are the essay "Post-Web: The Continuous Geography of Digital Media" (2013), the noir thriller novel "The Complete Man" (2012), and the recently published "Cloudpunk: The Digital Fifth Wave".

Received / Recebido
06 09 2017

Accepted / Aceite
05 03 2018

PÓLIS, POLÍTICA E PROTESTO

POLIS, POLITICS AND PROTEST

Filipe Pinto

Artista e Ensaísta
menewsletter@gmail.com

Resumo

Este ensaio propõe uma digressão que vai da periferia ao centro, do limite ao corpo, do horizonte à política; uma digressão na qual as palavras – e a literatura – direccionam, condicionam e comentam toda a argumentação. Trata-se de um texto sobre determinadas palavras, ou conceitos incertos, que enformam uma certa ideia de cidade – plana, possível, simultânea – e a partir dos quais eclode a política.

Palavras-chave: Horizonte, Limite, Planura, Simultaneidade, Política, Protesto.

Abstract

This essay proposes a digression from the periphery to the center, from the limit to the body, from the horizon to the politics; a digression in which words - and literature - guide and shape and comment on the entire argument. It is a text about certain words, or uncertain concepts, that form an idea of the city - flat, possible, simultaneous - from which politics erupts.

Keywords: Horizon, Limit, Flatness, Simultaneity, Politics, Protest.

1. O horizonte

O mar está plano como o azul do céu – nem ondas nem nuvens. Um cruzeiro desliza rumo ao horizonte; desiste de mais uma cidade intermitente, como são todas as cidades a bordo de um cruzeiro. No horizonte o Sol descendente aguarda-o – é fim de tarde (ou final do dia, como se convencionou chamar ao seu desaparecimento diário, negligenciando a parte do dia que também é a noite). “Digo a uma estudante universitária mais nova, agora que o Sol está muito baixo no céu. A sua luz deve estar a encher as grutas junto ao mar.” (Davis, 2014: 78) Na verdade não é o Sol que desce, é a Terra que roda ao encontro da noite, dada a ordinária rotação que permite a medida diária – *o dia que continua ou se levanta para lá do horizonte é uma*

outra forma de entender a noite que deste lado nos cobre. O horizonte existe porque a Terra é curva, claro, mas o estranho não é a Terra ser redonda, é o mar também o ser; *o oceano, o lago, a poça na rua, até a água num copo, as suas superfícies são curvas, acompanham o obrigatório formato da Terra.* O barco, que em breve desaparecerá no horizonte, desaparece porque acompanha essa curvatura – a superfície abobadada do mar. E entretanto a esteira dilui-se e o rio volta a si, reunido, como após a passagem de um nadador – “(...) [G]osto de dividir em dois tudo/ no teu corpo, assim como este verão/ dividia o mar quando nadava de bruços.” (Coninck, 1996: 41)

Em breve, no alto mar, o barco vai experimentar a forma mais radical do horizonte. Alto mar quer dizer que à volta apenas se vê um horizonte contínuo, redondo. O barco é o centro de uma auréola inóspita – o horizonte circular é como um anel no meio da janela que é a superfície marinha:

j[anel]a

E esse é o perigo do mar – uma superfície permanentemente escancarada, como um vaso, um prato, uma colher.

No mar toda a vida é submarina, o mundo é todo submarino – *onde se é mais lento, denso, silêncio;* o mar só existe para lá da superfície – esta superfície visível é o avesso de um teto, o *teto da baleia*, como se lê numa *Kenningar*. (Borges, 1995: 52) É como se na terra seca existisse apenas deserto e a vida fosse toda subterrânea; ou seja, acima da superfície do mar apenas existe céu, ar, espaço, e não mundo.

No alto mar o dia é sempre total – começa quando o Sol surge no horizonte e acaba quando o Sol desaparece no horizonte; a luz não é ensombrada por montanhas, ilhas ou prédios. Quer dizer, o dia ali apresenta-se como ele é verdadeiramente – claro, plano, sem sombras. No alto mar, o barco é então o centro permanente de uma circunferência vazia – um anel – que o próprio parece transportar, como nos mapas da cidade afixados nas paragens de autocarro nos quais somos sempre o centro do círculo, e da qual parece ser impossível escapar, como impossível é escapar do infinito: “apesar de o finito ser fechado, é sempre possível esperar sair dele, enquanto que a infinita vastidão, por ser sem saída, é prisão.” (Blanchot, 1959: 104)

Ainda que o mar à volta esteja revoltado e balance, o horizonte mantém-se quieto; é aliás essa característica obstinação que lhe permite ser a referência do que é horizontal – *todos os líquidos são horizontais como verticais são as chamas extinguidas por eles.*

“Mais abaixo, sempre mais abaixo do que eu – assim é a água. (...) Como o chão, como uma parte do chão, como o chão modificado. É branca e brilhante, informe e fresca, passiva e obstinadamente comprometida com o seu único vício, a gravidade.” (Ponge, 1942: 57)

Ao apontar a proa diretamente ao Sol, o barco parece ir em perseguição, não do Sol, mas de uma espécie de dia infinito. Enquanto estiver na sua pegada direta, à vista, numa velocidade que consiga acompanhar a tal descida aparente, o dia não acaba nunca. Ao contrário, podemos imaginar igualmente um barco noturno, a fugir do nascer do Sol que o persegue pela popa – enquanto conseguir escapar à luz unânime, o barco não sairá de uma noite infinita. Vila-Matas conta, em *O Mal de Montano*, como certa vez leu que Thomas Browne “se sonhara a si mesmo a contemplar corpos adormecidos desde as alturas e acabara por imaginar que, se alguém sobrevoasse o planeta seguindo a trajectória do Sol poente, veria o mundo inteiro como uma vasta necrópole.” (Vila-Matas, 2002: 37) Sebald refere a mesma passagem do escritor inglês:

“Na América, diz Thomas Browne no seu tratado sobre a inumação das urnas [*The Garden of Cyrus*], os caçadores levantam-se quando os Persas estão mergulhados no mais profundo sono. A sombra da noite vem a reboque estender-se sobre a terra e como quase tudo, círculo terrestre após círculo terrestre, se deita depois de se deitar o Sol, prossegue ele, poderíamos, indo sempre atrás do Sol poente, ver constantemente a esfera terrestre que habitamos cheia de corpos deitados, fila após fila, como se ceifados pela foice de Saturno – um cemitério comprido, sem fim, para uma humanidade epiléptica. (Sebald, 2001: 80-81)

A multidão síncrone de trabalhadores diários adormecidos pelo cansaço presta-se a esta imagem poderosa – metade da humanidade deitada, ausente e desarmada. O Sol não os vê deitados, a Lua não os apanha de pé. “Os vivos tocam a morte de cada vez que dormem.” (Quignard, 2014: 27)

2. O limite

O horizonte sublinha o limite do visível – até onde se vê –, é a linha da opacidade; não é apenas a linha que divide os dois azuis – o horizonte é a promessa, tão falsa como a linha que o define, de infinito. A linha do horizonte comporta-se como a sombra projetada na parede que a criança persegue com a vela (Rui Nunes) – a mesma luz que a produz elimina-a iluminando-a; avançamos um passo e um passo recua o horizonte, e assim sucessivamente.

O horizonte é um dos limites do nosso ecrã – para lá do horizonte é o fora-de-campo. No cinema, o fora-de-campo pertence ainda ao reino do ecrã – ao filme – e não ao nosso espaço de espectadores. O fora-de-campo é a parte invisível da parte visível que é um filme iluminado na tela. Quando uma dada personagem sai para um dos lados do ecrã mas continua a fazer-se ouvir e a intervir na cena, essa é a prova de que existe um terceiro espaço para além do ecrã e da plateia. (O filme de terror, por exemplo, funciona porque demonstra que estamos sempre de costas para alguma coisa; o perigo vem sempre do fora-de-campo – um ruído lá fora, numa outra divisão, o ranger do soalho, etc.) É o fora-de-campo que dá sentido, contexto e possibilidade ao que é visível no ecrã. “O real de uma imagem cinematográfica é aquilo que está fora de campo. A imagem deve a sua potência real ao facto de ser extraída de um mundo que não está na imagem”, diz André Bazin citado por Badiou. (Badiou, 2015: 31) “[É] preciso que o diretor de génio faça ver na imagem o que não está nela, destruindo desse modo a imposição do quadro” (Badiou, 2015: 33), ou seja, permitindo assim ao espectador a fuga à prisão da trela narrativa e visível. Este facto esbate a própria fronteira entre os dois mundos; o real e o ecrã não se encontram no desenho retangular da moldura, pois entre eles existe um terceiro espaço; trata-se de uma convivência complexa, dado que o ecrã também pertence ao real – a este nosso espaço de espectadores –, mas não o que lá se passa; e o fora-de-campo dessa mesma cena projetada não é visível em nenhum dos dois espaços – nem aqui nem no ecrã –, embora pertença (apenas) à cena do filme.

A convivência complexa entre dois espaços acontece igualmente na fronteira, outro limite. “Uma fronteira é uma entidade paradoxal, pois não é redutível apenas aos seus dois lados que tocam os estados; é ainda uma terceira coisa: aquilo que se encontra no meio dos lados que tocam os dois Estados.” (...) Se a fronteira fosse inteiramente redutível aos seus dois Estados, nada os dividiria.” (Nail, 2016: 3) Trata-se de uma membrana sem espessura, sem dono, ou se se quiser, com dono indecível; na verdade, não se trata da ausência de dono, mas, pelo contrário, de excesso de donos – pelo menos dois.

“[O] limite é, em suma, ao mesmo tempo inerente ao singular e exterior a ele: ex-põe-no. É imediatamente e conjuntamente o estrito do seu ‘dentro’ e o desenho do seu ‘fora’. (...) O limite não é nada, mas tem ou afasta dois bordos distintos – tal como uma linha geométrica sem espessura não deixa de ter dois lados.” (Nancy, 2008: 138-139)

Assim, a qual dos dois planos azuis pertence a linha do horizonte? A linha é, claro, aparente – uma orla fictícia –, mas ainda assim poder-se-á supor que, dada a curvatura da Terra, ela terá mais cabimento na superfície abobadada da água terrestre; no entanto, essa superfície marítima é causada pela tensão superficial, nome dado à especial coesão entre as moléculas de água na fronteira com a atmosfera; é devido à tensão superficial que certos insetos – o alfaiate, por exemplo – conseguem sapatear por cima das águas calmas de um lago. “Oceano, que belo brinquedo se podia fazer de ti! Podia, se ao menos a tua superfície fosse capaz de suportar um homem, como por vezes assombrosamente parece, com o teu aspecto de película firme.” (Michaux, 1929: 21). Assim, a linha do horizonte parece ter um dono indecível, tal como a fronteira, pois pode pertencer a um mas é causada pelo outro, isto é, depende dos dois. O problema do limite, da fronteira, da propriedade, assemelha-se à forma como os buracos foram pensados por Kurt Tucholsky.

“Há um buraco onde há qualquer coisa que não está lá. (...) Se houvesse alguma coisa em toda a parte não havia buracos. (...) O mais notável de um buraco é a borda. Ainda pertence ao Algo, mas está constantemente virada para o Nada, é um posto fronteiro da matéria. O Nada não tem posto fronteiro.” (Tucholsky, 1931: 285)

A pele de um buraco – o seu limite, a sua fronteira –, em boa verdade não existe, ou, pelo menos, não lhe pertence. Um buraco é enformado pelo que o rodeia. Um buraco é quando não há nada – é uma forma que apenas possui molde.

*

Num certo sentido, ao sublinhar a área de visibilidade, o horizonte marca o limite do contemporâneo e do contraterrâneo – da convivência, convergência, coexistência, coincidência, da conviência –, do fuso do presente, do que está presente, do estar juntos, de uma

comunidade; para cá do horizonte é todo o mesmo espaço, é todo o mesmo tempo; por isso mesmo *horizonte* serve para designar tipos de limites – temporais ou espaciais – a partir dos quais tudo é outra coisa, como na física teórica, quando se fala do *horizonte de acontecimentos*.

“O horizonte de acontecimentos [*Event Horizon*], a fronteira da região do espaço-tempo a partir do qual não é possível escapar, age mais ou menos como uma membrana de um só sentido em torno do buraco negro: objetos como astronautas incautos podem cair através do horizonte de acontecimentos para o buraco negro, mas nada pode sair do buraco negro através do horizonte de acontecimentos.”
(Hawking, 1988: 94)

Event Horizon designa o limite até ao qual o buraco negro exerce toda a sua força e autoridade, e a partir do qual deixa de ter aquela influência radical, a partir do qual a luz não é sugada pela estupenda força da gravidade daquele corpo pressuposto, a partir do qual, enfim, as coisas que acontecem são visíveis – até ao *Event Horizon* tudo é visível, a partir dele, nada, por isso mesmo o buraco é negro, nem a luz lhe escapa. O *Event Horizon* é o paradigma da ideia de horizonte como linha de opacidade, e é, assim, bem mais decisivo do que o próprio horizonte, o qual é permeável a acontecimentos ocorridos para lá dele, como quando vemos as nuvens iluminadas por baixo. No limite do dia, as nuvens são iluminadas, em tons rosa ou laranja, por uma luz que já não nos pertence (por isso mesmo vem de baixo e não de cima), isto é, são iluminadas por um Sol que já não é nosso porque se dirige agora às terras para lá do horizonte; aquelas nuvens iluminadas por baixo são o último resquício solar do dia que então finda. Quer dizer, o Sol está já fora-de-campo, já abaixo do horizonte, para lá do limite, mas ainda ilumina certos elementos que fazem parte do nosso campo visível – como aquelas nuvens que, por estarem bem acima da superfície, são ainda banhadas diretamente pelos raios solares; (o mesmo acontece no nascer do Sol.) Quer dizer, o dia começa ainda antes de o Sol nascer e finda bem depois de este se pôr.

3. O sono, a comunidade e a política

Partilhar o sol unânime, ser contemporâneo e conterrâneo, ser *camaradas do tempo* (Boris Groys), foi a estratégia de sobrevivência engendrada pelos primeiros homens, quer dizer, viver em comum, para cá do horizonte. Nem só para caçar se juntaram, também o fizeram para dormir, quando, no limite do dia, a luz desaparece. No ensaio 24/7, Jonathan Crary desenha um nexos entre o sono e a comunidade:

“No *Leviatã* de Thomas Hobbes, um dos exemplos marcantes da insegurança do estado natural é a vulnerabilidade diária do indivíduo que dorme face aos muitos perigos e predadores nocturnos. Daí que uma obrigação rudimentar da comunidade seja proporcionar segurança àquele que dorme (...). Sendo a mais privada e vulnerável das condições comuns a todos, o sono, para ser mantido, depende fundamentalmente da sociedade. (...) Para o restabelecimento da despreocupação do sono, para um intervalo periódico de imunidade aos medos, para um temporário 'esquecimento do mal', é fundamental a dependência da vigilância alheia.” (Crary, 2013: 25, 28)

Um homem solitário e sonolento dificilmente sobreviveria ao ataque de um predador noturno e silencioso, ainda que os seus ouvidos se mantivessem abertos e alerta, ao contrário dos olhos palpebrados pelo sono.

A comunidade e a cidade podem ter começado por aqui mesmo, pela necessidade de um sono seguro, ou seja, pelo instinto de sobrevivência. Foi esta existência plural – ou pluralidade humana, como lhe chama Hannah Arendt – que originou a eclosão da política.

“Uma vez que a filosofia e a teologia sempre se referiram ao *homem*, uma vez que todos os seus enunciados seriam correctos se existissem apenas um ou dois homens ou somente homens idênticos, nunca descobriram resposta filosófica válida para a pergunta: O que é a política? (...) A política ocupa-se da coexistência e da associação de homens *diferentes*.” (Arendt, 2005: 83)

Reconhecer que o outro também está presente – co-presente e simultâneo –, é esta a origem da política, e por isso mesmo, esta eclodiu na cidade – lugar onde os homens se juntam.

“A política (...) passou a existir devido apenas ao facto elementar e pré-político da necessidade biológica, que faz com que os homens necessitem uns dos outros na dura tarefa de se manterem vivos [como no sono].” (Arendt, 2005: 75) “A política, dizem-nos, é uma necessidade absoluta para a vida humana, e não só para a vida da sociedade, mas também para a do indivíduo. Porque o homem não é auto-suficiente, mas depende dos outros na sua existência, deverão ser tomadas medidas que afectam a existência de todos, uma vez que sem essas medidas a vida em comum

seria impossível. A tarefa, o fim a que se propõe a política, é salvaguardar a vida no sentido mais amplo.” (Arendt, 2005: 100)

“O *homem* é apolítico. A política emerge *entre os homens*, e portanto claramente no *exterior* do *homem*. Não há, portanto, substância política real. A política emerge no que está *entre os homens* e é estabelecido sob a forma de relações.” (Arendt, 2005: 84)
“Em qualquer parte em que as pessoas se reúnam, o mundo emerge entre elas, e é neste espaço intermédio que são conduzidos todos os assuntos humanos.” (Arendt, 2005: 93)

A política emerge entre os homens, e esse intervalo fundamental – o espaço intermédio – acontece porque partilham o espaço ao mesmo tempo. Foi o encontro – o ser contemporâneo e conterrâneo – que proporcionou a caça, o sono e a sobrevivência, a comunidade e a cidade, e, por fim, a política.

4. O céu

Ao ver o barco a passar, tenho a cidade nas minhas costas; no meio da cidade raramente se vê o horizonte com aquele aspeto de linha contínua e panorâmica que vai de um lado ao outro do ecrã do visível; *o horizonte divide o plano; o céu, mais leve, fica em cima*. Os prédios impõem à cidade um pôr do sol prematuro, encurtam-lhe os dias – podemos perceber a luz a aquecer e a Terra a esfriar. Não é tanto a curvatura da Terra e o horizonte que anunciam a noite à cidade, mas o desenho do contorno – as silhuetas – da cidade construída. Se na Natureza se fala de horizonte, na cidade diz-se horizonte artificial ou panorama urbano ou *skyline*, literalmente, linha do céu. A *skyline* é, precisamente, o contorno das coisas da Terra contra o vazio do céu, é a linha acima da qual nada mais há de visível, palpável, concreto, a não ser céu, sol e nuvens (pássaros e a ocasional aeronave) – as coisas do ar. “Por cima do mundo / só havia azul, azul em toda a parte” (Glück, 2006: 65), precisamente porque a ideia de mundo parece não incluir o céu, parece não incluir o que está acima da terra seca e dos mares.

O céu começa quando a terra acaba? Na *Tisana 41*, Ana Hatherly pergunta: “Sento-me à porta de casa e penso. O céu onde começa? é imediatamente acima do chão? estamos sempre no céu então?” (Hatherly, 1980: 148) Poder-se-á dizer que este céu – o ar – é o verdadeiro espaço da vida, e a terra – o chão –, pelo contrário, está dedicada às coisas da morte; a terra mastiga os mortos (Miguel Torga). É neste sentido que Wisława Szymborska escreve sobre certas imagens icónicas do 11 de setembro:

“Atiraram-se dos andares em chamas.
Um, dois, ainda alguns,
mais acima, mais abaixo.

A fotografia deteve-os na vida,
e agora preserva-os
sobre a terra rumo à terra.

Cada um ainda na íntegra,
com rosto individual
e sangue bem guardado.

Ainda há tempo
para os cabelos esvoaçarem
e do bolso caírem
chaves e alguns trocos.

Ainda estão no âmbito do ar,
ao alcance dos lugares
que acabaram de se abrir.

Só duas coisas posso por eles fazer:
descrever este voo
e não acrescentar a última frase.”
(Szymborska, 2002: 71)

(Nas imagens filmadas dessas quedas de meio quilómetro não se via o choque fatal com o chão, com a terra; esse era denunciado apenas pelo estrondo do embate dos corpos ainda vivos no chão, literalmente pelo *som de morrer*, quer dizer, a morte acontecia fora-de-campo, tal como no poema de Szymborska.) O que mata não é a queda – o movimento pelo ar, o tal espaço de vida –, mas sim o encontro final com o chão. Assim, o horizonte não é apenas o que determina, sublinha e limita a noite e o dia, o visível e o invisível, mas, igualmente, a vida e a morte. (O horizonte representa ainda uma verdadeira fronteira na temporalidade das

coisas; pense-se, por exemplo, no tempo lento da baleia por baixo da superfície (teto) da água e no tempo frenético do inseto – o alfaiate – por cima dela).

5. A planura

O céu e o horizonte são permanentemente entrecortados pelos edifícios da cidade; os únicos momentos de visão desafogada encontram-se junto aos leitos largos dos rios e nas praças. O que nos oferece uma praça? Não é apenas espaço, é abertura e claridade, vista de céu e luz – coisas do ar.

“O que é uma praça? Uma praça é um espaço de ar colocado em frente de um grande edifício. Em frente do Palazzo Pitti, em Florença, há um espaço de ar que não contém nada. E constitui uma das praças mais extraordinárias do mundo. E nela nada mais há do que o Palazzo Pitti. Em frente dos dois edifícios do arquiteto [Ange-Jacques] Gabriel – o Ministério da Marinha e o Hotel Crillon – existe em Paris um espaço de ar chamado nada menos que Praça da Concórdia. No meio da praça há um obelisco autêntico. Sem o obelisco, a Praça da Concórdia seria igualmente grandiosa. Em todo o caso, à parte disso, na praça não há mais nada, absolutamente nada.” (Pla, 1942: 169)

Uma praça é plana. O que fazer numa praça? Isto é, para que serve uma praça? A praça é o elemento não coercivo de uma cidade, não está destinada a uma atividade concreta, é um espaço aberto – espaço de ar, de vida – plano, sem grandes obstáculos, sem sentidos, sem lógica interna. A planura de uma praça pode, por isso mesmo, ser uma espécie de epítome de uma certa ideia de cidade.

“[A palavra "plano"] provém do latim *planus*, que significa nível, plano ou uniforme. *Planus*, por sua vez, está relacionado com uma forma do grego *platys*, que significa 'liso' ou 'amplo'. De *platys* provém *plateia*, que significa 'rua'. A apropriação latina desta palavra, *platea*, tornou-se a raiz da *piazza* italiana, da *plaza* espanhola, da *place* francesa, da *platz* alemã [e da praça portuguesa].” (Summers, 2003: 350)

Uma cidade, mesmo que a sua topografia seja desenhada por colinas, altos e baixos permanentes e incômodos, é uma espécie de entidade plana, com os vários obstáculos, naturais ou não, vencidos pela engenharia. Ruas, túneis, pontes, metropolitano, autocarros,

elétricos, escadas, escadas e tapetes rolantes, elevadores, funiculares, rampas de acesso, ciclovias, são dispositivos engenhosos de que a cidade se serve para vencer as adversidades geológicas, isto é, para se tornar plana; o elevador, por exemplo, nivela todas as alturas – passamos de andar em andar sem nunca alçar as pernas em escalada. (A ponte é, neste sentido, o elemento mais peculiar, porque sendo um dispositivo do ar – do céu, se quisermos – está ligada à terra e é nela que ganha sentido e ação; *a ponte, nome da distância entre duas margens; uma ponte em arco, que permite a flecha da passagem*; uma ponte torna planas em altura as duas margens de um rio – torna-as possíveis simultaneamente –, e, ao fazê-lo, faz-nos planar *entre* a Terra e o céu (Georg Simmel), quase como um pássaro; quanto mais alta, quanto mais aérea a ponte, mais dividimos esse espaço-*entre* com aqueloutro que voa).

“Com leveza dupla de ar e terra, [os velhos naturalistas franceses] mostravam-nos o pássaro como realmente é: satélite minúsculo da nossa órbita planetária, (...) parcela ínfima do território terrestre” (Perse, 1972: 30)

Planura quer aqui dizer espaço desierarquizado, possível, disponível, alcançável e visível. Esta planura teórica, que pretende disponibilizar toda uma cidade ao mesmo tempo, significa afinal que pretende torná-la totalmente presente, isto é, simultânea; mas também contínua; uma cidade quer dizer isso mesmo, continuidade. A cidade é, pois, uma entidade totalmente interligada. A planura tem que ver com facilidade de circulação mas, igualmente, com visibilidade, com os possíveis visíveis, equidistantes – uma cidade simétrica, ou seja, onde as coisas parecem estar à mesma distância (*simetria*), com grau similar de dificuldade.

6. O possível

Podemos pensar que o movimento do possível ao atual é um movimento do que ainda não é para o que é, ou seja, do futuro para o presente, mas, na verdade, o que é determinante no pensamento sobre o possível é conseguir encará-lo como presente e não como algo a vir – o possível é presente, adjacente, lateral, contíguo. Os possíveis só o são quando são simultâneos entre si, e entre si e o presente. É por isto que a simultaneidade forma um plano, ao contrário da linha da sucessividade do presente exclusivo.

O plano é a forma da simultaneidade, como o que acontece numa pintura ou desenho – todas as formas focadas, definidas, como se estivessem todas à mesma distância do observador; como naquelas descrições obsessivas de Robbe-Grillet, em que tudo é visível ao

pormenor, seja a que distância estiver. Numa conferência na San Francisco University¹, em 1989, Robbe-Grillet, ao falar da sua obra como sendo autobiográfica, refere as primeiras imagens que viu da Primeira Guerra Mundial; estas imagens eram, na verdade, gravuras ou desenhos *que tudo acusavam, sempre em excesso*; o instante da morte de um soldado, por exemplo, era retratado com exagero de pormenores e nitidez, onde tudo era límpido, focado e estável, não sofrendo os inconvenientes naturais exercidos pelo movimento, pela distância ou pelo foco seletivo; foi a partir desta ideia que o escritor desenvolveu aquele seu estilo característico, com descrições precisas e obsessivas, nas quais tudo é bem visível, e, claro, simultâneo. Barthes fala em descrição antológica, plana, horizontal – “o objecto de Robbe-Grillet não é composto em profundidade; ele não protege um coração sob a sua superfície.” (Barthes, 1964: 43) O que se oferece, em toda a sua extensão, num só e instantâneo momento, é o que é superficial, plano, sem espessura.

“O verbo 'explicar' provém de *ex-* e *planus*, e o significado de *explano*, *explanare* é 'nivelar' ou 'tornar claro'. O ato de explicar, em outras palavras, consiste em tornar todas as partes de uma coisa igualmente claras, evidentes e manifestas. Neste sentido, (...) 'explicar' significa 'desdobrar'. 'Explicar' pode, portanto, significar mostrar as questões em circunstâncias de máxima clareza, isto é, num plano. Assim se tornam 'explícitas', reveladas.” (Summers, 2003: 349-350)

Se a linha é a forma do horizonte, da fronteira, do limite e da sucessividade, o plano é a dos possíveis e da simultaneidade.

Mas quando falamos de possíveis, falamos igualmente de possíveis que ainda não existem, ou seja, num certo sentido, de impossíveis. Badiou defende que a política não é o campo onde se jogam os possíveis, mas, ao contrário, é onde se jogam os impossíveis; “A afirmação de que o impossível existe. (...) A arte do possível é a política [de fachada] (...) mas se quisermos a política como política do real, é preciso afirmar a existência do impossível.” (Badiou, 2015: 34-35) Impossível quererá aqui dizer que se trata de possíveis ainda não criados, isto é, o verdadeiro exercício da política não se limita apenas às possibilidades dadas, mas, igualmente, à criação de novos possíveis; a situação política é uma situação aberta, não limitada por um número de opções determinado *a priori*. “Quando só acontece o que é possível, nada acontece, no sentido forte desta palavra.” (Derrida, 2002: 44) Assim, num certo sentido, o acontecimento é sempre inesperado, ou seja, *impossível*.

¹ <https://www.youtube.com/watch?v=vYhfREWj-hg> – acedido em 31.10.2017.

7. A simultaneidade

A assunção de uma simultaneidade depende de um equilíbrio da atenção dedicada tanto ao foco como à visão periférica, tanto ao visível como ao fora-de-campo, tanto ao presente como ao possível; isto é, a simultaneidade centrifuga a atenção. Enquanto a sucessividade afunila a visão periférica – tal como a velocidade –, a simultaneidade visa alcançar uma espécie de suspensão em andamento, um pouco como aquelas imagens de que falava Robbe-Grillet. Assim, a visão periférica é um dispositivo de alerta e defesa mas também de possibilidade; a visão periférica estilhaça o suposto funil do presente, transforma o foco em espectro, a linha em plano. *A verdade é única, singular; a perfeição é última, fechada, sem futuro. A possibilidade existe porque não temos acesso a nenhuma das duas.* A simultaneidade é uma coisa e o seu contrário, equidistantes, lado a lado, numa espécie de presente expandido, dúbio, problemático. Este presente dúbio é diferente daqueloutro unitário e linear sobre o qual Henri Bergson escreveu – o tempo (ou o presente) é o que impede que tudo seja dado ao mesmo tempo. (Bergson, 1946: 75) Ora, a assunção de uma simultaneidade implica o estilhaçamento desta linha única que parece esconder e frustrar a alternativa.

Simultaneidade quer dizer ‘ao mesmo tempo’, mas é, fundamentalmente, possibilitada pelo espaço; sem espaço não há simultaneidade, coisas lado a lado, simultaneamente possíveis, visíveis, alcançáveis; ou seja, sem espaço não há política. É a simultaneidade (espacial) que permite a divergência – a simultaneidade é a coexistência espacial, mas é igualmente a forma temporal do espaço. (Lampert, 2012: 10) As regras de trânsito, por exemplo, servem para obviar a simultaneidade, visam acautelar o choque – a coincidência mais radical e trágica. O choque resulta da luta por um mesmo espaço ao mesmo tempo – trata-se do princípio da impenetrabilidade da matéria.

8. O protesto

Uma das formas de pensar o possível no presente é o protesto. Aquele que protesta não acredita na inevitabilidade; tal significa que pensa na opção, na possibilidade, na hipótese, na alternativa; acredita que as coisas podem ser de maneira diferente, isto é, acredita que outro presente é possível, e que *o possível é presente*. É nesta aceção que o protesto se insere finalmente no verdadeiro domínio da política. Uma dada situação é inevitável quando ainda antes de ter acontecido, num certo sentido, já aconteceu; é a negação do tempo, uma aceção apocalíptica e apolítica das coisas – já não há tempo, não temos hipótese, não há nada a fazer, é uma desistência. A condição inevitável leva a uma obediência inevitável, uma rendição à inércia; inércia quer dizer resistência à mudança (do estado presente), como na coercividade de uns

carris de comboio – a tal linha única –, como uma coreografia (a gestão dos gestos), protocolo, receita, pauta, bula, molde, escantilhão, como o cano comprido da espingarda – o seu comprimento serve para instruir o voo irreversível da bala na direção mais mortal. *Apontar implica uma direção e uma ordem, impõe uma execução; aponta-se com o indicador. Desapontar é desobedecer a uma previsão, desordenar; desaponta-se com o dedo médio em riste.* O protesto bifurca o real porque demonstra haver outras possibilidades, outras direções.

Só protesta quem não tem poder – poder executivo, poder de agir diretamente sobre os acontecimentos que motivam o protesto. (O ditador, o tirano, não protesta; protestar seria para ele uma prova cabal da sua falta de poder, uma prova de que o seu absolutismo acabara; um ditador exerce indiscriminadamente o seu poder, e quanto mais indiscriminadamente o exerce, mais o sedimenta, o sublinha, mais o assegura e o torna perene. É por essa razão que o tirano é implacável – qualquer hesitação é lida como impotência, como falta de poder; cada utilização do seu poder tem de ser executada na máxima força, poder total, nos antípodas do protesto.) Uma manifestação, por exemplo, baseia-se na construção de uma imagem poderosa o suficiente para convencer quem detém o poder real (executivo). Uma manifestação é isso mesmo, a construção de uma imagem. Mais precisa do que a palavra *manifestação* é a sua equivalente em língua inglesa. *Demonstration* tem que ver com mostrar algo, tornar acessível, explicar (tornar plano); demonstrar é tornar evidente. O protesto em forma de manifestação – uma *demonstration* – quer criar uma imagem utilizável no futuro próximo; é nessa imagem que se encerra todo o poder criado pela manifestação, e é a utilização dessa imagem que torna poderoso o protesto. (Mas, enfim, a imagem mais poderosa é a da morte resultante do protesto mais radical, da mais radical inação, a greve de fome – *a minha morte tem mais poder que a minha própria vida*).

Reconhecer simultaneidades é já, em si mesmo, uma forma de protesto (contra uma realidade unívoca e inequívoca). Por isso mesmo é possível afirmar que a política provém da cidade (*polis*), claro, mas resulta igualmente de uma experiência da simultaneidade (poli=muitos).

9. O possível é presente

Furar a sucessividade do presente único e fazer eclodir o simultâneo é a atitude política. Perceber na linha da sucessividade a simultaneidade dos possíveis e dos impossíveis é a atitude do ser político – fazer uma comparação (não sucessiva) que disponha lado a lado dois ou mais elementos, dois ou mais possíveis, duas ou mais diferenças.

A simultaneidade da cidade que aqui se ensaia, quer significar a possibilidade de uma utilização poética do espaço urbano, do espaço comum, do espaço plano; utilização poética no sentido de um uso diferente do previsto, atualizando um outro possível simultâneo, uma outra linha do presente. É, enfim, contrapor à palavra *instante* a *duração*, à *linha* o *plano* – iluminar o espaço à volta da linha, o qual é escurecido ou encandeado pelo relâmpago do presente.

No entanto, esta planura *teórica* não invalida a constatação de que a cidade comum apresenta *na realidade* inúmeras proibições, restrições, obstáculos, dificuldades, sejam estas físicas, económicas ou de outro género. E é também por estas razões que a cidade continua a ser o palco preferencial do exercício da política; mas tal acontece apenas quando esta é encarada segundo aquela ideia de planura, de simultaneidade, fugindo à habitual coercividade do quotidiano; acontece apenas quando o possível é encarado como presente (e não como futuro).

Finalmente, o pensamento sobre a simultaneidade serve ainda para repensar a ideia de comunidade, pois se esta pode ser entendida como um dispositivo de exclusão – exclusão dos que não pensam o mesmo, dos que não falam o mesmo, dos que não vivem, fazem, vestem, comem o mesmo, dos que não querem o mesmo –, isto é, a comunidade como a construção de um limite, um horizonte, um dentro e um fora, a simultaneidade, pelo contrário, tende a tornar as fronteiras difusas porque esbate os tempos, confunde os espaços, abre a linha única ao plano, porque permite, enfim, uma cidade desdobrada, ou seja, plana.

Referências

- Arendt, Hannah, *A Promessa da Política*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, (2005) 2007.
- Badiou, Alain, *Em Busca do Real Perdido*. Belo Horizonte: Autêntica Editora (2015) 2017.
- Barthes, Roland, *Ensaio Crítico*. Lisboa: Edições 70, (1964) 1977.
- Blanchot, Maurice. *O Livro por Vir*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, (1959) 1984.
- Bergson, Henri, «The Possible and the Real», in *The Creative Mind*. New York: Dover Publications, (1946) 2007.
- Borges, Jorge Luis, *História da Eternidade*. Lisboa: Quetzal Editores, (1995) 2012.
- Crary, Jonathan, *24/7*. London: Verso, 2013.
- Coninck, Herman de, *Os Hectares da Memória*. Lisboa: Quetzal Editores, 1996.
- Davis, Lydia, *Não Posso Nem Quero*. Lisboa: Relógio D'Água, (2014) 2014.
- Derrida, Jacques e Spire, Antoine, *Para Além das Aparências*. Alcochete: Textiverson, (2002) 2008.
- Glück, Louise, «Paisagem» in *Telhados de Vidro 12*. Lisboa: Averno, (2006) 2009.
- Hatherly, Ana, *Poesia 1958-1978*. Lisboa: Moraes Editora, 1980.
- Hawking, Stephen, *A Brief History of Time*. London: Bantam Books, 1988.
- Lampert, Jay, *Simultaneity and Delay*. London: Continuum, 2012.
- Michaux, Henri, *Equador*. Lisboa: Fenda Edições, (1929) 1998.
- Nail, Thomas, *Theory of the Border*. New York: Oxford University Press, 2016.
- Nancy, Jean-Luc, *O Peso de um Pensamento, A Aproximação*. Coimbra: Palimage, (2008) 2011.
- Perse, Saint-John, *Pássaros*. Lisboa: Hiena Editora, (1972) 1994.
- Pla, Josep, *Viaje en Autobús*. Barcelona: Ediciones Destino, (1942) 1986.
- Ponge, Francis, *Selected Poems*. Winston-Salem: Wake Forest University Press, (1942) 2003.
- Quignard, Pascal, *Morir por Pensar*. Buenos Aires: El Cuenco de Plata, (2014) 2015.
- Sebald, W. G., *Os Anéis de Saturno*. Lisboa: Editorial Teorema, (2001) 2006.
- Summers, David, *Real Spaces*. London: Phaidon, 2003.
- Szyborska, Wisława, *Instante*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, (2002) 2006.
- Tucholsky, Kurt, *Hoje entre Ontem e Amanhã*. Coimbra: Livraria Almedina, (1931) 1978.
- Vila-Matas, Enrique, *O Mal de Montano*. Lisboa: Editorial Teorema, (2002) 2004.

Filipe Pinto, Licenciatura em Artes Plásticas (Pintura) pela FBAUL; Mestrado em Filosofia (Estética) pela FCSH-UNL. Foi co-editor do livro *Estética e Política entre as Artes* (Edições 70, Junho 2017) e organizador dos seminários EPEA 2012, 2013 e 2014. Criou projetos artísticos para as bienais Experimentaldesign, galeria a9))))), revistas Imprópria, ESC:ALA, Intervalo e WrongWrong. Co-criador e cenógrafo da peça *Se Eu Vivesse Tu Morrias*, de Miguel Castro Caldas (Culturgest, 2016). Publicou ensaios e resenhas nas revistas Ara (USP) Artecapiatal, WrongWrong e Cinema, Cadernos Mateus DOC, Catálogo CCC (Guimarães, 2012) e em edições de autor.

BA in Visual Arts by the Faculty of Fine Arts of the Universidade de Lisboa; Master in Philosophy by the Faculty of Social and Human Sciences of Universidade Nova de Lisboa. Co-edited the book *Estética e Política entre as Artes* (Edições 70, 2017). Organized the EPEA (Aesthetics and Politics Between the Arts) Seminar (2012, 2013 and 2014). Created art projects for the Experimenta Biennials and a9)))) gallery, and for digital and print magazines such as Imprópria, ESC:ALA, Intervalo and WrongWrong. Designed the set and co-created the stage play *Se Eu Vivesse Tu Morrias* (Culturgest, Lisbon, 2016). Published several essays and art reviews in magazines such as Ara (USP, Brasil) Artecapiatal, WrongWrong and Cinema, Cadernos Mateus DOC, CCC Exhibition Catalog (Guimarães, 2012) and in self-published editions.

Received / Recebido
06 09 2017

Accepted / Aceite
05 03 2018

DAS CIDADES INTELIGENTES ÀS METATOPIAS URBANAS

FROM SMART CITIES TO THE URBAN METATOPIAS

José Pinheiro Neves

Centro de Estudos Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, Braga [PT]

jpneves@ics.uminho.pt

Resumo

Adoptando a forma de um ensaio teórico inspirado num estudo exploratório, este artigo aborda, em primeiro lugar, a crise do urbanismo devido aos problemas ambientais e sociais. Em segundo lugar, valoriza as novas formas de conceber e planear a vida urbana. Descreve, em seguida, algumas experimentações práticas numa cidade portuguesa de média dimensão, formas ativas e inteligentes de cidadania urbana utilizando as redes digitais, repensando as cidades inteligentes da datacracia. Baseia-se em entrevistas realizadas a participantes num fenómeno que acompanha, como efeito não previsto, o crescimento dos centros urbanos: a paleopolítica dos coletivos urbanos que apontam para a metatopia da cidade ecológica governada pelo comum. Finalmente, esboçam-se algumas questões sobre o futuro das cidades num contexto de crise global do nosso ecossistema.

Palavras-chave: datacracia, urbanismo, sustentabilidade urbana, metatopia, cidades inteligentes

Abstract

Taking the form of a theoretical essay inspired by an exploratory study, this article addresses, firstly, the urbanization crisis due to environmental and social problems. Second, it values new ways of designing and planning urban life. Then, it describes some practical experiments in a medium-sized Portuguese city, active and intelligent forms of urban citizenship using digital networks, rethinking the smart cities of datacracy. It is based on interviews with participants in a phenomenon that accompanies, as an unforeseen effect, the growth of urban centers: the paleopolitics of urban collectives that point to the metatopia of the ecological city governed by the common. Finally, some questions about the future of cities in a context of global crisis of our ecosystem are outlined.

Keywords: datacracy, urbanism, urban sustainability, metatopia, smart cities

O Mallarmé dizia que, na nossa cidade, existe uma outra cidade, e que essa é a cidade dos humanos. Não é apenas a cidade daqueles que a habitam, que são proprietários dela, que nela são forçados a viver. Existe uma outra cidade. Essa frase do Mallarmé pode ser aplicada à política. Além da política formal, existe uma outra política, que tem a ver com a comunidade dos humanos e não com a comunidade daqueles que fazem parte de uma estrutura formal, rígida. Se aceitarmos que a dimensão política essencial é a dos que habitam a Terra no seu conjunto, serão mais fortes politicamente os actos que são capazes de dar sentido a esse habitar humano da Terra. Esta tensão tem de estar dentro da política, senão facilmente é capturada por outros poderes (económicos, militares, de soberania).

José Bragança de Miranda

Perante a catástrofe ecológica e social que se avizinha, o conceito de cidade não pode continuar a ser “distorcido” por uma cegueira do “económico”, no sentido de desprezar o “comum”. O conceito de “cidade inteligente” é atualizado de forma repetitiva como uma cosmética falando do sonho de uma utopia tecnológica em que as cidades seriam geridas, de forma perfeita (ou quase), por algoritmos complexos que as máquinas digitais permitem pela sua capacidade de trabalhar os enormes fluxos de informação. Se tivermos em conta os exemplos já existentes ou previstos de “Smartcities”, o que se avizinha não é nada de bom¹.

No entanto, sugere-se que, apesar de tudo, há um aspeto positivo no debate sobre as *Smart Cities*. Há um lado positivo que talvez consiga transformar ainda e diminuir, pelo menos nos seus efeitos mais cruéis, a catástrofe do humano, o domínio distópico, o perigo iminente, exemplificado por películas de ficção científica como *Blade Runner*. O perigo distópico iminente, glosando o título em português europeu de *Blade Runner* (Perigo Iminente), é também justamente personificado neste filme, num personagem concetual. O filme é, todo ele, um aviso urgente de um futuro próximo. E ela, a catástrofe, não é apenas ambiental, abrange todo o ecossistema onde vive o humano. A catástrofe para

1 Ver o exemplo do projeto de “cidade inteligente”, previsto desde 2012, numa zona próxima do Porto, Portugal (Bosch, 2017).

que *Blade Runner* aponta e nos faz desviar o nosso olhar é a autêntica hecatombe provocada pelas cidades “inteligentes” dominadas pela figura do “empresário”, a destruição criadora defendida pelo *guru* da ciência económica, Schumpeter (Andrade, 2005: 146).

Para se ter uma noção da importância da resistência à catástrofe que se avizinha, descrevemos algumas experiências de urbanizar, de ser cidade que são como pequenas luzes no meio da escuridão. São, acima de tudo, experimentações que se fazem sem dogmatismos, não sendo nem destrutivas como as distopias, nem demasiado sonhadoras, como as utopias. Uma nostalgia virada para o futuro, para o aqui e agora como possíveis que estão a ser concretizados, uma metatopia. “O mundo possível representa uma fase futura do mundo real presente” (Eco, 1989: 202).

Adopta-se, neste texto, a forma de um ensaio teórico inspirado num estudo exploratório. A formulação ensaística, complementada com dados empíricos, pode ser imensamente útil e válida epistemologicamente pelos “indícios” micro que permitem compreender macro-fenómenos emergentes, ou seja, como, a partir de uma experimentação de diferença, podemos entender o que se repete nomeadamente o perigo do discurso tecnológico das *Smart Cities*². Pretende-se articular a reflexão teórica com “distinções entre fenómenos específicos dentro da apreensão abrangente, [...] relações [...] entre proposição abstrata e realidade concreta” (Braga, 2008: 75).

Nesse sentido, a informação empírica baseia-se numa investigação exploratória sobre o movimento estético alternativo na cidade de Braga orientada por Teresa Mora da Universidade do Minho (Freitas et al. 2018). Esta informação foi complementada com informação recolhida em jornais e pela experiência pessoal do autor do artigo que acompanha (participando em algumas atividades), desde há anos, o fenómeno em causa. Também se recorre à comparação com outros exemplos de *common-cities* nomeadamente na Alemanha e na Índia (Bosch, 2017).

Resumindo, este artigo aborda, em primeiro lugar, a crise do urbanismo provocada pelos problemas ambientais e sociais. Em segundo lugar, valoriza as novas formas ecologistas de conceber a vida urbana criticando a perspetiva tecnocrata que se esconde por detrás do conceito de “cidade inteligente”. Descreve, em seguida, algumas experimentações práticas, micro-territorialidades, numa

2 A cegueira não se deve apenas a uma deficiência cognitiva que deveria ser tratada. A cegueira tem origens mais profundas: ela não se reduz a um problema de argumentação lógica. É também algo que atravessa o que sentimos e o sentido comum da justiça. O seu problema é, de algum modo, o seu lado mais forte deve-se ao fato de a ciência económica, suportada pelo predomínio da ambição egoísta do lucro, estar carregada de fetiches religiosos que nos são transmitidos a todo o momento. O discurso dominante dos mercados é sempre “económico” dominando os debates sobre as cidades. Por isso, na visão dogmática e religiosa da economia, não se trata de uma questão de conhecer mas sim de reler os livros sagrados da economia baseados no mito do *homo economicus* que esquece o sentido do comum, o sentido da dádiva e da reciprocidade. “Segundo Benjamin, o capitalismo não representa apenas, como acontece em Weber, uma secularização da fé protestante, mas é ele próprio um fenómeno religioso, que se desenvolve de modo parasitário a partir do cristianismo” (Agamben, 2013).

cidade portuguesa, formas ativas e inteligentes de cidadania urbana utilizando as redes digitais. Baseia-se em entrevistas realizadas a participantes num fenómeno que acompanha, como efeito não previsto, o crescimento dos centros urbanos: os coletivos urbanos que apontam, numa metatopia, para a cidade sustentável, a cidade ecológica governada pelo comum. Finalmente, esboçam-se algumas questões sobre o futuro das cidades e do “comum” num contexto de crise global do nosso ecossistema.

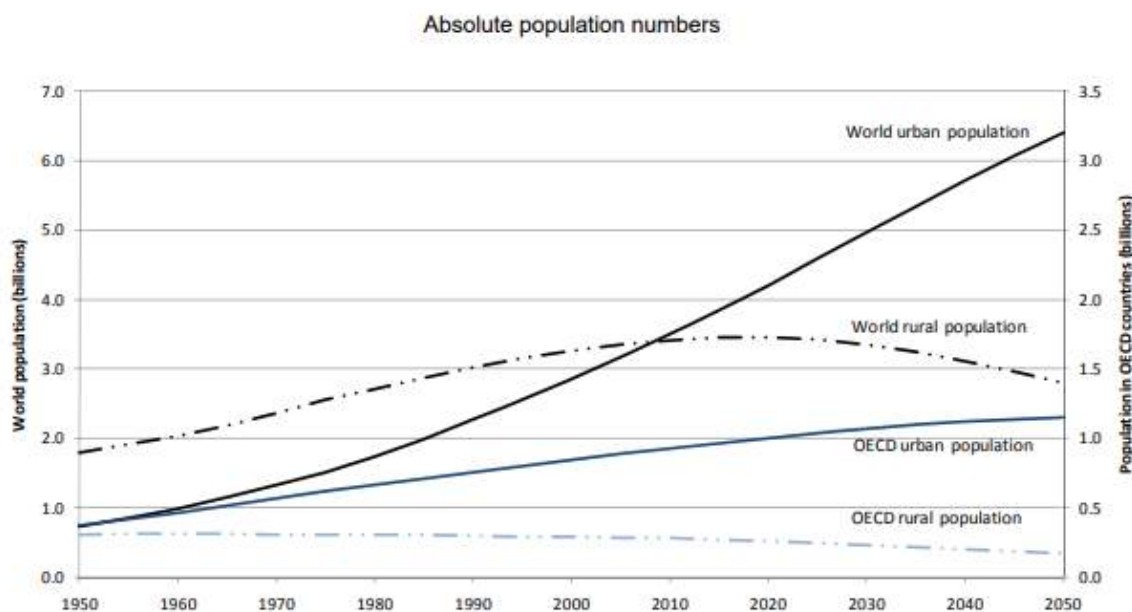
1. Da insustentabilidade das cidades

Perante o futuro negro que se avizinha para o nosso planeta, não é possível continuar a meter a cabeça na areia, como o faz o autismo da gestão urbana da “datacracia”, uma governação das cidades que privilegia o uso, por especialistas e políticos, das bases de dados e dos *big data*³. Tudo indica que

“o esbanjamento, o desperdício e a poluição na biosfera, estão a colocar o planeta à beira de graves crises ecológicas e sociais: mudanças climáticas, desertificação, desflorestação, diminuição da biodiversidade, restrição da água potável e aumento devastador das pegadas ecológicas, que interferem e revelam a grave crise social do capitalismo” (Rodrigues, 2011: 35).

Segundo os dados da Organização das Nações Unidas, em 2007, “cerca de 74% da população dos países mais desenvolvidos vivia em áreas urbanas”. Em 2008, “a população mundial a viver em centros urbanos excedeu o número de pessoas a viver em zonas rurais” (Marques, 2009: 54).

3 “Imersos num enxame de dados, tornando-se fontes de dados, os cidadãos urbanos estão testemunhando a transformação dos regimes tradicionais e cívicos em “Datacracias”, nos quais os bancos de dados desempenham um papel cada vez maior nos processos administrativos de tomada de decisão. Novas ciências sociais quantitativas, usando teorias computacionais para prevenir interações sociais, podem detectar anomalias, comparar cenários e ajustar variáveis para ajudar a construir uma melhor gestão. Mas a mera digitalização não pode, por si só, eliminar todos os obstáculos cognitivos que tanto os governantes quanto os usuários da Internet enfrentam hoje. Apesar de ser um muito útil auxiliar para o processo de tomada de decisão racional, os resultados do *Big Data* podem, quando equivocados, tornar-se instrumentos de controle, repressão e retaliação” (Antunes, 2017. Tradução nossa).

Figure 1.1 Urban and Rural Population in the World and the OECD

Source: Own calculations based on data from the UN Population Database (2009).

Fonte: Kamal-Chaoui and Robert (2009, 22).

Os efeitos das cidades, na crise ambiental, são devastadores ao serem consumidoras de enormes quantidades de energia contribuindo assim para o efeito do aquecimento global (Kamal-Chaoui et al. 2009, 3). Por outro lado, “o funcionamento das cidades depende em muito de longas cadeias de abastecimento”. Não há dúvidas que “os efeitos do pico do petróleo irão ter implicações na população urbana mundial e não só nos países mais industrializados” (Marques, 2009: 54). Tendo apenas em conta o abastecimento alimentar, “as implicações directas do ‘pico do petróleo’ na capacidade das cidades alimentarem uma população urbana crescente poderão ser catastróficas” (Marques, 2009: 54).

Essa situação vai implicar alterações urgentes no processo de planeamento e gestão das cidades, não se podendo continuar com um discurso formal, uma mudança cosmética, carregado apenas de boas intenções ecologistas.

Partindo desta realidade, existem indícios de que emerge um novo urbanismo, uma nova forma de viver nas cidades que recusa a ilusão do *branding* ideológico das “cidades inteligentes” – a datacracia. Na visão tradicional, as novas oportunidades de emprego criadas pelas grandes concentrações urbanas, surgidas com o capitalismo informacional, dão a ilusão que aí está o “El Dorado” do êxito. O marketing das grandes cidades inteligentes, segundo a lógica do “branding”, deveria ter como

prioritário este segmento-alvo e manipular as massas e as grandes empresas (ou as mais “empreendedoras”) de forma a acreditarem nessa grande ilusão⁴.

Façamos uma breve resenha sobre o urbanismo no século XX. Nos tempos posteriores à segunda guerra mundial, a reconstrução das cidades exigiu “um importante esforço de teorização sobre a questão urbana” tendo em conta as “questões de distribuição da renda e da propriedade e da democratização”. Contudo, a teorização “estava fortemente comprometida com a realidade socioeconómica dos países capitalistas”, baseada no pensamento económico neoclássico “com a sua visão acrítica do mundo social” e dos ecossistemas como um todo (Cano, 1989: 63)⁵.

O planeamento tendeu a ser baseado numa perspectiva *top-bottom*, de cima para baixo.

“O planeamento urbanístico tende a valorizar os grandes projetos e as grandes funções urbanas. Os valores que estão subjacentes a este urbanismo são, sobretudo, valores económicos – tornar as cidades competitivas –, valores fundiários e imobiliários. Construámos cidades competitivas, cidades que se especializam e outras que se elitizam. Temos territórios competitivos e territórios consumíveis e se tornam aptos para fins lúdicos” (Vaz, 2017).

A resposta dada pelos políticos tradicionais, através do urbanismo clássico, apostando no planeamento mimético de grandes infra-estruturas, não é suficiente pois implica altos custos financeiros podendo conduzir a um desastre do ponto de vista social e ecológico.

A tendência macro para a urbanização é cada vez maior devido à lógica de expansão do capitalismo e à destruição catastrófica dos modos de vida pré-capitalistas e comunitários, as sociedades “arcaicas” da dádiva (Mauss, 2007). Uma tendência que faz parte da sua genética ou genealogia, está no

4 “Richard Florida, no seu último livro *The New Urban Crisis: How Our Cities Are Increasing Inequality, Deepening Segregation, and Failing the Middle Class — and What We Can Do About It*, [...] descreve os efeitos adversos que o sucesso global das grandes cidades criaria. Esses efeitos seriam resumidos no paradoxo de que cada vez mais gente migra para as cidades em busca de um futuro, mas estas cada vez mais acham mais complicado converter o seu crescimento em bem-estar. As cidades produzem crescimento económico, mas não conseguem partilhar os seus benefícios. Um dos exemplos mais ilustrativos dessa situação é o das cidades americanas revitalizadas pelo fenómeno de *startups* e os gigantes tecnológicos. Áreas metropolitanas que antes estavam estagnadas, como San Francisco ou Seattle, tornaram-se cidades globais graças ao impulso de grandes empresas de tecnologia. Mas, ao longo do caminho, esse processo gerou externalidades negativas, como o aumento exorbitante do preço da habitação e a expulsão de bolsas de bairro em áreas da cidade. Foram criados paraísos urbanos que estão fora do alcance da maioria” (Gutiérrez-Rubí, 2016: 10, Tradução nossa).

5 A crise da urbanização é, acima de tudo, uma crise na forma como gerimos a coisa pública, a res pública. “A crise do território ou da urbanização (cidade é apenas uma metáfora literária) é a crise das coisas públicas, da res publica, e só se clarificará quando conseguirmos clarificar quem nos governa, com que objectivos e, sobretudo, como queremos ser governados para lá das retóricas fechadas onde nos colocam – os mercados, a competitividade, a globalização, o empreendedorismo, a natureza, o ambiente... e outras palavras para rever ou destruir” (Domingues, 2018: 8).

coração da euforia. Nesse sentido, apesar da diminuição acentuada da qualidade de vida em muitas zonas dos grandes centros urbanos, continua-se a desertificar as pequenas cidades e os centros rurais aumentando ainda mais a concentração populacional nos arredores das grandes cidades por questões essencialmente económicas, pelas possibilidades de emprego e de acesso a redes criativas.

Essas grandes cidades estão, para além da degradação da qualidade de vida dos seus habitantes, em vias de serem ainda mais insustentáveis levando muitos dos seus habitantes a sonharem com um regresso utópico a cidades médias, pequenas e aos aglomerados rurais (novos híbridos rurais/urbanos) de origem invertendo o sentido da clássica migração campo-cidade que caracterizou os séculos XIX e XX.

Estamos perante uma relação ambivalente, como diria o sociólogo Zygmunt Bauman, que leva a que, se, por um lado, aumenta a atração para a cidade, por outro também se desenvolve uma repulsão onde milhares de urbanos anseiam, nos seus tempos livres, por migrar temporariamente aos seus locais de origem alimentando a indústria de um turismo rural pouco sustentável, globalista (e não glocalista) que cria a ilusão do nómada e da liberdade.

Os exemplos da degradação da vida nas cidades não faltam: os problemas da poluição atmosférica causada pelo uso do automóvel - o paradigma do capitalismo dos hidrocarbonetos -, problemas no abastecimento de água potável, violência urbana, a desertificação dos centros urbanos, a proliferação de um turismo pouco sustentável, a solidão dos idosos, o aumento dos “sem abrigo”, etc.. De acordo com um relatório da Comissão Europeia, os efeitos negativos das cidades podem ser maiores que os efeitos positivos.

“Tem sido sugerido que os efeitos de aglomeração têm limites e que as externalidades negativas que podem resultar da aglomeração - como congestionamento de tráfego, aumento de preços e falta de moradias populares, poluição, expansão urbana, aumento dos custos de infraestrutura urbana, tensões sociais e maiores taxas de criminalidade - podem superar os benefícios. Além dos custos económicos diretos de uma diminuição na eficiência da economia, há também o custo adicional de um ambiente degradado, problemas de saúde e uma qualidade de vida reduzida” (European Commission, 2011: 4. Tradução nossa).

As cidades tendem a parecer-se cada vez mais “iguais” numa lógica de “não-lugar”⁶, violentas e desumanas, esquecendo a lógica sagrada da “dádiva” e do sentido do comum. Foram criadas seguindo

6 As cidades, nas suas margens e multitudes, são cada vez mais habitadas por “elementos extremados da vida nua [cidadão desprovido dos seus direitos de cidadania], habitantes do não-lugar. Podemos estender a lista, já num *dégradé*, aos imigrantes ilegais sem documentação, aos bairros degradados das minorias étnicas, aos “sem-abrigo”, aos desempregados sem emprego estável [“os precários”], aos infetados com o vírus da AIDS, aos toxicodependentes, à prostituição, etc. Em parte, na sociedade atual, podemos capturar muito disso nas novas condições de existência,

a lógica do “marketing”, “branding” e as necessidades de expansão dos empreendedores com uma “violência criativa”, o lema da inovação económica⁷.

Na verdade, todos sabemos que não são nem os planeadores, nem os agentes políticos tradicionais que moldam de fato as cidades. São os agentes ditos “inovadores” do campo económico que afetam o crescimento das grandes cidades. O mercado domina tudo abalando a aparente autonomia da esfera do comum, a esfera do político (ver os casos de corrupção económica que já se tornou sistémica, segundo alguns politólogos).

2. Das formas de resistir nas cidades

A questão principal será então a de saber como se processa a construção de um novo urbanismo capaz de tornar as cidades do futuro mais sustentáveis e inteligentes. Quais são os fatores sociais, políticos e institucionais que o poderão impulsionar? E uma outra questão que contextualiza melhor o problema: de que forma a tecnologia digital pela lógica colaborativa e pelo seu acesso ubíquo e descentralizado poderá ser mais um fator de cidadania e menos um novo *Big Brother* distópico conhecido pelo domínio do uso centralizado dos algoritmos baseados na gestão da enorme quantidade de informação acumulada pelos *big data*, uma “datacracia” que domina as abordagens sobre as “cidades inteligentes”?

O conceito de cidades inteligentes (*Smart Cities*) tem vários matizes mas tende a ser pensado pela governação da datacracia. A ideia é “automatizar funções do dia-a-dia que sirvam pessoas, edifícios, sistemas de tráfego” (Fernandes, 2016: 19). Contudo, há ainda uma definição do conceito que enfatiza a inteligência, e não a esperteza (tradução literal da palavra inglesa *smart*), da cidadania (*Smart Citizen*) “na forma como permitem que se possa acompanhar, compreender, analisar e planear a cidade como um todo, de modo a melhorar a sua eficiência, equidade e qualidade de vida dos cidadãos” onde a participação e a aposta em lógicas colaborativas predomina (Fernandes, 2016: 19-20).

decorrentes das medidas excepcionais de combate à crise económica, que emergem pela perda de direitos sociais (relativos ao trabalho, ao desemprego, ao acesso à saúde, etc.)” (Salgado, 2013: 44). Ver Giorgio Agamben (1998) e Marc Augé (2007).

7 A teoria neoliberal da inovação do economista Schumpeter está na base dos discursos da inovação promovidos pela “datacracia”. Valoriza-se o papel central do empresário nos processos de inovação. Segundo a teoria neoliberal, “os investimentos nas novas combinações de produtos e processos produtivos de uma empresa repercutem-se diretamente no seu desempenho financeiro de modo que o moderno empresário capitalista deve ocupar ao mesmo tempo um papel de liderança económica e tecnológica. O comportamento empreendedor, com a introdução e a ampliação de inovações tecnológicas e organizacionais nas empresas, constitui um factor essencial para as transformações na esfera económica e o seu desenvolvimento a longo prazo” (Andrade, 2005: 146).

A proposta deste novo urbanismo pode ser assim resumida: os movimentos de uso das novas tecnologias de forma colaborativa devem ser reinventados, pelos agentes públicos do urbanismo municipal e nacional, nas cidades inteligentes (em rede) de média e pequena dimensão (e nos aglomerados rurais que tendem cada vez mais a ser híbridos do urbano/rural) evitando as lógicas verticais de comunicação e de distribuição dos recursos de poder e de recursos materiais.

As cidades médias e pequenas inteligentes articuladas em redes, embora partilhem de problemas comuns aos grandes aglomerados populacionais, permitem uma outra lógica, referida por vários urbanistas e sociólogos, constituindo, até certo ponto, uma alternativa urbana mais sustentável.

“As cidades de pequena e média dimensão são [...] essenciais para evitar o despovoamento rural e o êxodo para as metrópoles e são indispensáveis para o desenvolvimento regional equilibrado, a coesão e a sustentabilidade do território europeu” (Vaz, 2013: 40).

Na perspetiva da Comissão Europeia,

“as características genéricas das cidades de pequena e média dimensão, em especial a sua escala humana, a qualidade de vida, a sociabilidade dos seus bairros, a sua integração geográfica e o seu carácter histórico, constituem em muitos aspetos um ideal de urbanismo sustentável” (European Commission, 2011: 4).

Acentua-se, como resposta provisória, a importância da dimensão política e institucional deste fenómeno, mostrando que a intervenção de uma cidadania ativa e criativa poderá ainda ter um papel relevante no novo urbanismo.

Nesse sentido, exige-se uma nova lógica institucional de urbanização que crie

“canais apropriados de comunicação e, principalmente, de participação da sociedade civil, para a sua manifestação crítica e reivindicatória, em relação às instituições públicas responsáveis pelo atendimento urbano. Uma forma realmente democrática seria o debate ao vivo entre um conselho comunitário e os administradores públicos, e não os velhos processos clientelistas ou os discursos em videoteipe” (Cano, 1989: 82).

A participação cidadã inteligente na gestão e planificação é, por todos os motivos referidos anteriormente, fundamental. “Embora ainda haja muitas incógnitas sobre como esse novo estágio de colaboração e coprodução será definido” (Gutiérrez-Rubí, 2017. Tradução nossa), torna-se também necessário incentivar uma real consciência ecológica sobre os efeitos da crise ambiental nas cidades, de forma a que a economia deixe de ser uma “vaca sagrada” intocável.

“O envolvimento, por meio do planeamento e gestão urbanos 'conscientes da crise climática', pode ajudar a alcançar as metas climáticas nacionais e minimizar as compensações entre as prioridades ambientais e económicas” (Kamal-Chaoui and Robert, 2009: 3. Tradução nossa).

O problema está em ser capaz de induzir um novo espírito comunitário no societal, em criar “comunidade” na “sociedade”, em dar a voz a uma nova geração de animadores e ativistas urbanos apoiados pela “Coisa Pública” (res pública), pela coisa comum⁸.

Existem já algumas pistas: a) formas participadas de urbanismo ligado à cidadania b) formas de cidades inteligentes de média e pequena dimensão utilizando as tecnologias de comunicação e informação não numa lógica de informação no sentido restrito de dados numéricos (“datacracias”), mas antes no sentido de criar condições de “comunicação” em comunidades tecno-eco-humanas mais sustentáveis tanto na dimensão ambiental como sociocomunitária (um híbrido do campo-cidade como já está a emergir com o movimento das hortas urbanas e os coletivos ligados à criação estética); c) movimentos coletivos info-ativistas (ou net-ativistas) que, numa lógica de paleo-política, criam comunidade no social urbano e começam a ser agentes ativos e empenhados⁹.

Assiste-se, nomeadamente nos meios urbanos, à emergência de uma “hiperpolítica que se transformou no prolongamento da paleo-política através de outros meios” (Slöterdijk, 1996: 79). Nas cidades em crise, emergem formas de cidadania de resistência fora dos quadros partidários formais, que promovem um uso das novas tecnologias da informação nas redes sociais que se aproveitam dos limites da representação política (Laclau, 1996: 84-104)¹⁰. Lash e Urry (1993) argumentam que os

8 Carlos Fortuna descreve estas novas associações como (micro)territorialidades ativas. “São lugares onde os usuários manifestam a sua recusa em ser recusados e desenvolvem estratégias de afirmação identitária alternativa. Muitos dos espaços vazios (material e socialmente) das cidades e metrópoles, situados à margem dos processos de regulação e ordenamento urbano, ao serem investidos de novas práticas e significados, constituem uma zona de indeterminação e contingência que funciona como (micro)territorialidade ativa, quer dizer, capaz de mobilizar energias e de produzir ação social. É neste sentido que podemos considerá-las visões dissidentes do social” (Fortuna, 2012: 202).

9 Ver o movimento “Cidades em transição”. O movimento de transição caracteriza-se pelo “reconhecimento de quatro questões fundamentais: 1. A transição para um estilo de vida pautado por consumos de energia drasticamente inferiores ao que estamos habituados irá ser inevitável, e é melhor planejar para essa realidade do que ser apanhado de surpresa. 2. Presentemente, as nossas comunidades não têm suficiente resiliência que lhes permita lidar com os sérios choques, em termos de energia disponível, que se farão sentir, dado o ‘pico do petróleo’. 3. Há uma necessidade de agir de forma colectiva, e de agir agora. 4. Ao libertar a inspiração colectiva daqueles à nossa volta para que proactivamente possam planejar o declínio de uso de energia, podemos criar modos de vida mais conectados, mais enriquecedores, e mais de acordo com os limites biológicos do nosso planeta” (Marques, 2009: 56).

10 Ver o uso inteligente e eficaz das redes sociais, (*Facebook*, *Whatsapp*, *SMS*, etc.) na divulgação das iniciativas, pelos coletivos estéticos na cidade de Braga. Entre 2012 e 2017, foram anunciados, na página do *Facebook* do “Projéctil”, 158 eventos gratuitos, com contribuição monetária (ou outra) consciente, organizados pelo coletivo: concertos gratuitos de música, vídeo-concertos, concertos workshop, cinema, aulas, debates sobre feminismo, ateliers de costura, jantares, jantares de beneficência, feiras, leitura coletiva de poemas, torneios de ping-pong, oficina de malabares, defesa pessoal, skate, resistências artísticas, exposições de pintura, pintura ao vivo, pintura musicada, debates, jam sessions, *Djs*, etc. (Freitas et al. 2018, 46-53).

processos políticos de criação destes novos grupos urbanos envolvem uma identificação estética que ultrapassa as velhas fronteiras dos estados-nações e dos regionalismos. Critica-se a forma obscena de fazer política em que o cinismo e a manipulação, baseada no marketing político, dominam as esferas políticas locais afetando negativamente a governação urbana¹¹.

3. Um exemplo: o caso metatópico do movimento alternativo estético em Braga

No caso estudado na cidade de Braga, o coletivo “Projétíl”, fundado em 2012 e que ocupa antigas instalações fabris, define como objetivos principais a intervenção artística e de

“desconformidade com a maioria dos movimentos artísticos organizados [existentes na cidade], e como tal oferece a oportunidade de conceber e exhibir obras artísticas no contexto das artes plásticas, da música, do cinema assim como participar em eventos sociais e culturais vocacionados para a comunidade” (Freitas et al., 2018: 25).

Noutras associações que funcionam de forma articulada, numa rede informal, pretende-se promover “a cidadania ativa e crítica” com atividades nas questões do género, LGBT, minorias (comunidade cigana) e no combate à instabilidade laboral e às políticas de austeridade” (Freitas et al. 2018, 25). Começaram, nos últimos anos, a surgir outros exemplos em “pequenos locais marginalizados [...] regressando aos primórdios da economia de trocas [diretas] de produtos e oferecendo sessões de cinema, concertos e “jam-sessions”, apelando a uma economia verde e ambientalista com menus vegetarianos, assim como espaços exteriores que promovem o contato com a natureza” (Freitas et al., 2018: 16), pequenas hortas urbanas ecológicas geridas em grupo e ligadas a pequenos “albergues” (geridos através do site *Airbnb*) com preços baratos para turistas alternativos, estudantes universitários do programa europeu *Erasmus*, pessoas marginalizadas (jovens precários), etc.

No essencial, pretende-se transformar os não-lugares das cidades em autênticos lugares humanizados onde se dá ênfase ao

“sentido da hospitalidade, à cooperação [...]. Parece tudo reger-se por normas marginais [...]: servirem vegetariano voluntariamente [cada participante entrega uma contribuição monetária consciente sem haver qualquer obrigação, numa lógica pré-moderna de 'dádiva'], pelos animais

11 “Sloterdijk dá-nos duas versões fortemente relacionadas do obsceno: o cinismo e o desprezo das massas, ambos caracterizam os modos de pensar dos “Últimos Homens”. Não estamos condenados à liberdade, como afirmou Sartre, mas à frivolidade. Žižek descreve como nos reduzimos do *homo sacer* ao niilista “*homo sucker*”, que só está interessado no seu próprio direito à felicidade. O fracasso da comunidade internacional reflete apenas as consequências obscenas da ausência da “grande política”. Os políticos vivem num bordel semântico; eles não apenas têm de ouvir e falar as mentiras de sua própria casta, uma tagarelice carregada pelo discurso esterilizado de sociólogos e cientistas políticos, como também têm que lidar positivamente com a inconfundível presença da mentira” (Tuinen, 2006: 9. Tradução nossa).

que faziam parte do público, como sendo algo natural. Havia um cão, lembro-me de ver um cão na plateia, como se nada fosse” [excerto de uma entrevista] (Freitas et al., 2018: 59).

Tudo “funciona como uma espécie de família, em que cada um oferece o que pode, seja em capacidades artísticas, seja como mão de obra” (Freitas et al., 2018: 60).

Existem indícios de que, para além das utopias ou distopias, a metatopia permite uma espécie de otimismo pessimista. A “metatopia”, ao contrário das utopias e das distopias, é um mundo possível a partir do que existe, baseado no presente, no tempo que se vive aqui e agora. Na metatopia,

“o mundo possível representa uma fase futura do mundo real presente: e por mais estruturalmente diverso do mundo real que seja, o mundo possível é possível (e verosímil) porque as transformações nele operadas mais não fazem que completar linhas de tendência do mundo real” (Eco, 1989: 202).

A ideia de metatopia pode ser vista como uma negação “utópica” que não se distancia da realidade. O que existe é um ponto de partida para um trabalho paciente em rede que pouco a pouco cria a utopia no aqui e agora. Seria, de um certo modo, uma estética política como tendência ou impulso: uma nostalgia ativa de um mundo mágico onde técnica e religião não estariam separadas (Neves 2013). Segundo Teresa Mora, a arte política seria uma “arte que, ao operar ações que se pensam como ações de negação/crítica do mundo em que vivemos, incorpora, com uma intensidade e um potencial alternativo variáveis, o elemento de ruptura e abertura que designo por impulso utópico” (Mora, 2017: 136).

4. Questões em aberto

Sintetizando o que se disse anteriormente, deve-se caminhar para uma outra urbanidade porque o

“modelo atual assente nas energias fósseis, num crescimento contaminador, numa produção quantitativa, produtora de uma crescente poluição exige uma vocação transdisciplinar capaz de criar novas metodologias para que a intervenção profissional se situe numa articulação ético-política. Ecosófica, como diria Guattari, entre os três registos ecológicos: o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjectividade humana” (Vaz, 2017).

A forma de enunciar as cidades e os territórios baseada na datacracia, e no modelo tradicional das “cidades inteligentes”, “tende a ser antagónica das cidades participadas e de cidadania” (Vaz, 2017).

Há, na verdade, um discurso *soft* verde, uma operação de cosmética, que aparece na linguagem dos gestores das grandes empresas e de muitos dirigentes políticos que foi adotado globalmente no discurso de um urbanismo dito “neutral” das “cidades inteligentes”¹². A questão da sustentabilidade, a eminência do perigo anunciado pelo filme *Blade Runner*, envolve uma redefinição do papel das cidades, um repensar da aposta nas *Smart Cities* da datacracia, devido aos seus efeitos negativos catastróficos no equilíbrio do planeta¹³.

Posto isto, formulam-se algumas questões emergentes com o fenómeno das cidades inteligentes e o exército de precários criado pela crise do sistema de emprego.

Qual é a relação do novo urbanismo com o fenómeno da precariedade de muitos jovens? Como vimos atrás, no exemplo do coletivo “Projétil”, encontramos ativistas sociais, muitos deles precários ou desempregados, que adoptam uma estética política não ligada aos partidos políticos tradicionais. Procuram alternativas fora dos circuitos do *mainstream* da criação cultural em espaços onde se sentem reconhecidos e se apoiam mutuamente utilizando, de forma neo-tribal ou paleo-política, as redes sociais, promovendo o “comum” [*commoning*]. Segundo os entrevistados do “Projétil”, os seus membros “afastam-se de conceitos políticos o máximo possível”, não tendo “nenhuma ideologia que queira ser política. [...] É o contrário disso: ires lá [ao “Projétil”] e libertares-te dessas merdas [da política]” (Freitas et al., 2018: 30. Itálicos nossos).

Assistimos à emergência, como ator urbano não apenas nas grandes cidades mas igualmente nas cidades médias e pequenas, da figura do movimento de resistência urbana dos “precários” no seu sentido mais lato. Pode-se falar de um conceito de precariedade que alarga o seu alcance populacional. Ser precário abrange também a forma subjetiva como se sente o trabalho (assalariado ou não) com altos níveis de exigências de produtividade e *stress* laboral. Nestes casos, a relação com o trabalho assalariado seria subjetivamente precária, levando os sujeitos sociais a procurarem alternativas. Serão, de algum modo, uma espécie de novos precários que encaram essa precariedade, não como uma tragédia, como vítimas, mas como um campo de possibilidades. São talvez criadores de uma metatopia, procurando alternativas de vida fora do trabalho assalariado (Vargas, 2016: 313).

12 Tal como defende Catarina Patrício (2017, Tradução nossa), “as cidades inteligentes não podem ser uma operação cosmética. Mas antes a resposta para um problema real: a sustentabilidade geral do planeta Terra”.

13 “Paolo Deganello, que defende um modelo de cidade assente na renovação do património edificado, em detrimento da expansão para territórios desocupados da periferia, que podem ser usados para a prática da agricultura. Itália, referiu, tem o recorde negativo de excesso de construção na Europa: 8% contra a média europeia de 4,7%. Para o arquitecto italiano, é urgente parar com a “cimentificação” de terras agrícolas, medida prevista pela Comissão Europeia a ser posta em prática até 2050. Deganello idealiza uma cidade construída em formato circular, com ligações que partem do centro para toda a periferia, toda ela composta por áreas verdes” (Vieira, 2016).

Uma metatopia baseada no conceito de “dádiva” definido pelo antropólogo Marcel Mauss (2007). Partindo dos estudos da etnografia, Mauss verificou que os sistemas de obrigações nas “sociedades arcaicas” assentavam no que ele designou de dádiva, tendo aspectos paradoxais de uma obrigação de dar livre ou espontaneamente, de receber e de retribuir de modo a criar e a manter relações de aliança. Sugeriu a hipótese de essa dádiva ser universal.

No entanto, as sociedades onde predominam as trocas contratualizadas tendem a não valorizar a dádiva, tendo como ponto de partida os sistemas de troca e equivalência (Mauss, 2007)¹⁴. De certa forma, o desejo egoísta do lucro que se opõe à dádiva, pode, como está a acontecer nas grandes cidades e na perspectiva tecnocrata das “cidades inteligentes”, inviabilizar o sentido do comum [*commoning*], tornando muito difícil a convivência em sociedade.

“O Prémio Nobel de Economia de 1998, [...] o indiano Amartya Kumar Sen, [...] até porque conhece “por dentro” uma “civilização da dádiva”, como a indiana, pôde [...] reconhecer que o desejo egoísta do lucro não só é incapaz de fundar qualquer sociedade, mas tende, justo ao contrário, a inviabilizá-la” (Lanna, 2000: 176)¹⁵.

Uma visão que se opõe “à imagem dominada pela tecnologia das cidades inteligentes”. Na cidade alternativa, o fundamental seria o conceito de comum [*commoning*]: “os cidadãos compartilham, moldam e mantêm juntos o seu espaço de vida baseado nos princípios da economia compartilhada e da democracia direta, mais do que na base da tecnologia” (Bosch, 2017: Tradução nossa). Um dos exemplos mais citados: “as iniciativas dos moradores para impor um uso alternativo da terra no antigo aeroporto de Tempelhof, em Berlim” (Bosch, 2017. Tradução nossa).

Como defende Adam Greenfield,

“em vez de nos dedicarmos a melhorar a inteligência das cidades, talvez devêssemos inverter a premissa e nos perguntar como a intervenção tecnológica poderia apoiar o surgimento de inteligências, de sujeitos e subjetividade nas cidades” (Berardi, 2017: 283).

14 No capitalismo, como dizem os economistas, “não há almoços grátis”. No entanto, nestas experimentações existe a dádiva, “almoços grátis” para os que mais necessitam, sem se cair no assistencialismo assimétrico, na falsa caridade.

15 Um exemplo concreto da civilização indiana da dádiva e da partilha. “Uma cidade inteligente [*smart city*] na Índia é algo completamente diferente de uma alemã. Nas cidades indianas, o compartilhamento [*commoning*] é bastante comum: grandes partes das cidades são autoconstruídas, implantando uma lógica diferente da dos planeadores e arquitetos. [...] Aqui está um tremendo desafio para o planeamento urbano: adaptar o tecido existente das comunidades locais, ao invés de destruí-lo, como aconteceu na China e em muitos outros lugares” (Bosch, 2017, Tradução nossa).

Referências

- Agamben, Giorgio. 1998. *O Poder Soberano e a Vida Nua*. Lisboa: Editorial Presença.
- Agamben, Giorgio. 2013. “Benjamin e o Capitalismo.” <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/520057-benjamin-e-o-capitalismo-artigo-de-giorgio-agamben>
- Andrade, Thales. 2005. “Inovação e Ciências Sociais em busca de novos referenciais.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20 (58): 145–156.
- Antunes, Luiz G. 2017. “The datacracy threat: Information asymmetries leading to power imbalances.” Accessed November 5, <http://www.luli.com.br/datacracy/#3>
- Augé, Marc. 2007. *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: 90 Graus Editora.
- Berardi, A. 2017. “Against the Smart City.” *Revista ECO-PóS*, 20 (3): 277–283. doi:<http://dx.doi.org/10.29146/eco-pos.v20i3.14481>
Blade Runner (Ridley Scott, 1982).
- Bosch, Herman. 2017. “If smart city is the solution, what was the problem?” <http://smartcityhub.com/governance-economy/if-smart-city-is-the-solution-what-was-the-problem/>
- Braga, José L. 2008. “Comunicação, disciplina indiciária.” *MATRIZES*, 2: 73–88.
- Cano, Wilson. 1989. “Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento.” *Revista de Economia Política*, 9 (1): 62–82. <http://www.rep.org.br/pdf/33-5.pdf>
- Domingues, Álvaro. 2018. “Território, planeamento e outras ficções.” *TPU Território, Planeamento e Urbanismo*, 1: 7–29. <http://revistas.ua.pt/index.php/tpu/article/view/6218/4799>
- Eco, Umberto. 1989. *Sobre os Espelhos e Outros Ensaios*. Lisboa: Difel.
- European Commission, DG Regional Policy. 2011. *Cities of Tomorrow. Challenges, visions, ways toward*. http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/studies/pdf/citiesoftomorrow/citiesoftomorrow_final.pdf
- Fernandes, Maria T. 2016. *Cidades Inteligentes: Um novo paradigma urbano. Estudo de caso da cidade do Porto. Dissertação de mestrado*. Porto: Universidade Católica Portuguesa. <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/21641/1/Tese%20cidades%20inteligentes%20-%20estudo%20de%20caso%20.pdf>
- Fortuna, Carlos. 2012. “(Micro)territorialidades: metáfora dissidente do social.” *Revista Terr@ Plural*. 6 (2): 199–214.
- Freitas, Ana, Juliana Pereira, Vânia Alves and Vera Sousa. 2018. *Práticas Alternativas em Braga: o caso do “Projectil”*. Braga: Universidade do Minho.
- Gutiérrez-Rubí, Antoni. 2016. *Smart Citizens. Ciudades a escala humana*. https://www.gutierrez-rubi.es/newsite/wp-content/uploads/2017/11/Antoni-GR_Libro_-Smart-CitiZens.pdf.
- Kamal-Chaoui, Lamia and Alexis Robert (eds). 2009. “Competitive Cities and Climate Change.” *OECD Regional Development Working Papers*. 2.
- Laclau, Ernesto. 1996. “Power and Representation.” In *Emancipation(s)*, edited by Ernesto Laclau. London: Verso Books, 84–105.

- Lanna, Marcos. 2000. “Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva”. *Revista de Sociologia Política*, 14: 173–194.
- Lash, Scott and John Urry. 1993. *Economies of Signs and Space*. London: Sage.
- Marques, Tomás. 2009. “Crise Mundial: Oportunidade de Transição”. *Biosofia*, 52–59.
- Mauss, Marcel. 2007. *Essai sur le don, Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques*. Paris: PUF [Ed. original: 1923–1924].
- Miranda, José B. 2015. “Todos têm uma visão napoleónica da política enquanto estão em casa a ver televisão.” *Jornal de Negócios*, January 15, 2015. https://www.jornaldenegocios.pt/weekend/detalhe/jose_braganca_de_miranda_todos_tem_uma_visao_napoleonica_da_politica_enquanto_estao_em_casa_a_ver_televisao
- Mora, Teresa. 2017. “House on Fire: um caso de arte política e colaborativa.” *Comunicação e Sociedade*, vol. 31: 133–147.
- Neves, José P. 2013. “Aceleração Esteticista ou Estética Política?” *interact. Revista Online de Arte, Cultura e Tecnologia*. 20. <http://interact.com.pt/20/aceleracao-esteticista/>
- Rodrigues, Jacinto. 2011. “Desenvolvimento e sustentabilidade ecológica.” *Revista Angolana de Sociologia*. 7: 35–42.
- Patrício, Catarina. 2017. “Governmentality and Utopicity: a Critique of Smart Cities.” http://www.encontrociencia.pt/files/A4_51400_s4_2_Catarina%20Patr%DDcio_Co_@.pdf
- Salgado, Ricardo S. 2013. “O habitat de significado do não-lugar como espaço político e performativo concreto”. *Sociedade e Cultura*, 16 (1) Janeiro/Junho: 37–46.
- Slöterdijk, Peter. 1996. *No Mesmo Barco: Ensaio sobre a hiperpolítica*. Lisboa: Século XXI.
- Tuinen, Sjoerd V. 2006. “The Obscene Voice. Terrorism, Politics and the End of Representation in the Works of Baudrillard, Žižek and Sloterdijk”. In *Pli. Warwick Journal of Philosophy*. 17 May: 38–60.
- Vargas, Francisco B. 2016. “Trabalho, emprego, precariedade: dimensões conceituais em debate” in *Cad. CRH* [online]. 29 (77): 313–331. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792016000200008>
- Vaz, Domingos M. 2013. “Reestruturação territorial e mobilidade em contexto de baixa densidade: a região da Beira Interior em Portugal”. *Configurações*. 11: 25–42.
- Vaz, Domingos M. 2017. “Repensar a ecologia no urbanismo contemporâneo”. In *Eu sou tu. Experiências ecocríticas*. edited by Ilda T. Castro, José P. Neves, Paula V. Mascarenhas, Pedro R. Costa and Virginia Román. Guimarães: Observalicia.
- Vieira, André. 2016. “Da cidade 'ovo estrelado' à cidade 'ovos mexidos’”. *Público*. June 29, 2016. <https://www.publico.pt/2016/06/29/culturaipsilon/noticia/arquitectura-1736784>.

José Pinheiro Neves (n. 1957) é um sociólogo nascido no Porto, Portugal. Doutoramento em Sociologia (2005) na Universidade do Minho e Pós-Doutoramento em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa (2015). Foi Professor visitante na Universidade de Ciências e Artes de Chiapas, México (2012). Foi um dos fundadores (2010) e é o vice-presidente de um observatório interdisciplinar sobre as relações entre a tecnologia e a ecologia (<https://observalicia.wordpress.com/>). Criador do blogue “Ecosofia nas Redes Digitais” (<http://ecosophyondigitalnetworks.blogspot.pt/>). Tem organizado vários Simpósios e Encontros sobre Ecosofia e Ecologia. É atualmente professor no Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, investigador do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e Mestrando em Agricultura Biológica na Escola Superior Agrária de Ponte de Lima.

José Pinheiro Neves (born 1957) is a sociologist born in Oporto, Portugal. PhD in Sociology (2005) at the University of Minho and Post-Doctorate in Communication Sciences at New Universidade of Lisboa (2015). He was Visiting Professor at the University of Sciences and Arts of Chiapas, Mexico (2012). He was one of the founders (2010) and he is the vice president of an interdisciplinary observatory on the relationship between technology and ecology (<https://observalicia.wordpress.com/>). Creator of the blog «Ecosophy on Digital Networks» (<http://ecosophyondigitalnetworks.blogspot.pt/>). He organized several Symposiums and Meetings on Ecosophy and Ecology. He is currently professor in the Department of Sociology of the Institute of Social Sciences of the University of Minho, researcher of the Centre for Communication and Society Studies and master's degree student in Organic Farming at the Higher School of Agriculture of Ponte de Lima.

Artigo por convite

Article by invitation

MOVING TOWARDS A GREEN TOMORROW: URBAN ALLOTMENT GARDENS AND THE “NEW GREEN CITY”

Nicola Thomas

University of Copenhagen and HafenCity University, Hamburg [DE]
nicola.thomas@hcu-hamburg.de

Abstract

This article will present empirical results from an ethnographic research project looking into the transformation of the Pergolenviertel allotment garden site in Hamburg, Germany. Due to a new housing policy coming into action in 2011, the site was to be closed down and the land used for a new large scale housing project. A group of the affected plot holders however protested against the intended plan by starting a local initiative and filing a law suit against the plan. As a result, the original development plan was changed to allow for approx. 150 of the original 330 urban allotment gardens to remain on the housing development site, together with the new buildings. This was a decision that planners from the district planning department called a pioneering moment for Hamburg's urban development. Based on interviews with key stakeholders, the article will retrace the transformation process and ask how in the process different, often conflicting visions of the future land use were articulated and negotiated, and whether the compromise can be considered as a pathway towards a new, green city of tomorrow.

Keywords: Urban allotment gardens, urban planning, green activism, future, case study research

1. Introduction

Allotment gardens in urban areas are not a new phenomenon, but date all the way back to the industrial city of the late 19th century (Keshavarz and Bell 2016) and have remained a relatively stable element of the urban fabric all the way up into the 21st century. Today however allotment gardens are undergoing major changes that are connected to a shifting attitude towards allotment garden sites as urban green commons in need of modernization and restructuring. An attitude, that is controversial and debated in allotment garden circles and beyond.

Locating itself within this shifting field, this article explores the planned transformation of an approx. 90 year old case study allotment garden site in Hamburg, Germany, which was due to be closed down and re-used as a housing site. A new land-use plan had designated the area as a new housing development area based on a narrated “timescape of futurity” (Bellacasa 2014: 21) that prioritized new housing over the present day garden use. The plot holders were renting the gardens from the municipality of Hamburg and had no formal ownership rights. And yet, they felt a strong attachment and emotional ownership towards the land, and a group formed to fight against the planned re-development by politicizing the plans and emphasizing the role of the land as a green common of high ecological importance for the city of Hamburg. How, in this process of contestation and transformation, was the future of the allotment garden land narrated and negotiated? This is the research question structuring the article.

It will start, in section 2, by discussing the role of urban allotment gardens and nature in contemporary European cities and connect it to changes in environmental planning. Section 3 will describe the methodological approach and methods used, and section 4 and 5 will present and discuss empirical findings. Finally, section 6 and 7 will conclude on what we can learn from the case study regarding the green cities of tomorrow.

2. Urban Allotment Gardens and nature in the contemporary city

In the past few years European cities have experienced a wave of new community gardens springing up, on rooftops, vacant brownfields, forgotten neighbourhood spaces, that have been subjected to a range of academic research. Studies have looked into the social and cultural capital that community gardens help generate (Eizenberg 2013, Firth et al. 2011), the economic role of urban gardens as providing food support (Moran and Fernandez 2014, Seguí, Maćkiewicz and Rosol 2017), the political dimensions and connection to changing governing structures (Certoma 2011, Sonderman 2017, Rosol 2017), gardeners’ motives (Appel et al. 2011) and effects on psychological and physical health of the gardeners (Bauer and Martens 2010). Coldin and Barthels (2013) described the various positive impacts of allotment gardens on the ecological system of cities, and DeSilvey (2003) and Lawson (2004) did a historic review of allotment gardens in Scotland and the United States and their contemporary situation within its urban context.

Despite numerous studies showing the multiple benefits urban gardens have for humans, social groups, neighbourhoods and urban ecosystems, the relationship between allotment gardens and the planning departments remains strained, as both DeSilvey (2003) and Lawson (2004) point out. Spilková and Vágner (2017) show how in Prague the rate of allotment gardens has rapidly been diminishing since 1989, a development that has been taking place across Europe for several years. The geographers Crouch and Warden discuss this in their monograph “The Allotment Garden” and recommend gardeners to “watch out for what the council is doing” (1997: xvi), for instance by participating in planning committees. Possibly the often unclear nature of allotment gardens can play into this development: being neither a space for passive leisure activity, nor a private, individualized green space, nor a public green common. It is often located on visible land, for instance next to train tracks, but at the same time is not accessible due to fences and gates (Crouch and Ward 1997).

These ambivalent characteristics of allotments, together with a heterogeneous user group might explain why the public opinion about allotment gardens varies strongly: from allotment gardeners being one of the last protectors for having control over one’s own time and against the increasing colonization of the private sphere (Zimmer 2016) to allotment gardeners as being completely removed what is going on in the world and only interested in their own spatial needs (Jessen 2016).

This ambivalence of perceptions is noticeable regarding urban green spaces in general. Nature and green spaces have always been a central part of urban development and city planning. However traditionally they were seen as separate units, where “[t]he natural world, the countryside and rural life have been most commonly conceptualized as a backcloth or setting for the city” (Healey 2007: 169). Mentally separating nature from the urban habitat, planners aimed to keep the separation alive, for instance by controlling urban sprawls and designating greenbelt land.

The garden city movement at the early 20th century overcame this division and brought together city life and nature in a unified spatial entity. In his 1902 published book “Garden City of Tomorrow”, the writer Ebenezer Howard combined social and planning visions and proposed the creation of newly constructed self-governing communities, with a maximum resident number of 32.000 people. He saw this as being the best solution to stopping the rapid urban growth taking place at the time. According to Hall (2014), essential to Howards’ planning idea was communal land ownership, self-reliance of the cities in terms of jobs and facilities, and for it to be built on small entrepreneurships - from architects to artists, gardeners, manufactures, merchants etc. Even though some new European towns were built modelled on the garden city idea, it never became a dominant planning ideal. And yet the garden city movement helped to spread the understanding of urban residents’ needs and desires to spend time in urban green spaces.

Now, over 100 years after the garden city movement was introduced, nature is again at the forefront of city planning, though in different, often conflicting roles. On the one hand, according to Healey (2007), there is a growing understanding amongst spatial planners for the interconnectedness between localized activities and planetary ecological, hydrological, climatological and biospheric conditions that calls for sustainable urban planning and protection of urban natural resources on local, national and global scales. This growing understanding is due to the rise of what she calls “New Environmentalism”, that was much influenced by the famous Club of Rome “Limits to Growth” publication of the 1970s and the Brundtland Report of the 1980s, that gave rise to a new perception of nature. From one that, according to Healey (ibid.) could and should be commanded and controlled by humans, towards a more systemic understanding of interdependent ecosystems, species and habitats that needed to be maintained rather than controlled.

At the same time, cities are currently operating within a strict neoliberal framework that tries to ensure the continuous flow of financial investments, and which engages in “neoliberalising

nature” (Castree 2008: 131) through the privatization of natural resources and the reduction of invaluable and complex ecosystems to commodities of pricing (Heynen and Robbins 2005).

This often results in urban green commons such as allotment garden sites that have been owned by local or regional municipalities being sold to private companies and redeveloped. What lies at hand one could argue is a conflict of interest between new environmental-protectionist policies and an economically driven built development.

Conflicts of interest surrounding land use are of course not new, as city planning has always been, according to the planning theorist Forester (2009: 186) about “deal[ing] creatively and pragmatically with differences – differences in priorities, interests, and values, in worldviews and perspectives, in class position, political standing, cultural identity, and more”.

However, what happens when differences grow and professional expertise no longer represents values and interests of all kinds of different communities and stakeholders – which according to Gallent and Ciaffi (2014) is a vital requirement of urban planning? Is this not the dilemma of municipalities today? With this in mind, the positivist view on planning as navigating differences (Forester 2009) and enabling multiparty collaborations (Healey 2007) seems to reach its limits. Here the work of anthropologists Simone Abram and Gisa Weszkalnys (2013) provide new, important insights into the nature of planning. Viewing planning and plans as a “form of promissory note” (ibid: 3), that draws the future into the present, they argue that planning today operate within “changing horizons of expectations and the shifting grounds of government” (ibid: 3). According to Abram and Weszkalnys, a new world of intergovernmentality, shifting relations between multinational organisations, local municipalities and the state all have changed the world of planning, from one that is predictable and stable – where the plan actually refers to a future to be delivered – to a much more hazardous, unstable and fragile kind. Hence, they (ibid: 15) point towards the increasing number of planning failures, time delays, or complete break down of plans, which goes to show that “the relationship between spatial plans and the realities imagined in them is always fragile and multivalent.”

3. Methodology: Ethnographic case study research

The results presented in this paper are based on an empirical study following the grounded theory paradigm by Barney Glaser and Anselm Strauss (1968), that encourages to gather a wide range of different mainly qualitative data, and to repeat and interconnect phases of data collection, analysis and theory generation.

The data collection for this article centers on a selected, spatially well bounded and defined case study, which aims to put the complex relationships that influenced its transformation “under a magnifying glass so that closely interwoven strands can be teased apart” (Poteete, Jansen and Ostrom 2010: 35)” thereby “getting a rich picture and gaining analytical insights about it” (Thomas and Myers 2015: 15).

For the actual research, an ethnographic “doing” was applied, which in this context means that I, the researcher, would frequently collect data material while actively being present in the research field, e.g. during association meetings. Next to field observations and field conversation, the main source of data were semi-structured interviews (between 1 – 2 hours in length) with eight involved stakeholders from different fields: activist plot holders, the central allotment garden representative, leading bureaucrats from the municipal spatial planning departments and external planning consultants. The interviews were then transcribed and with specific research questions in mind, the material was analysed and coded.

In addition to these primary material sources, also secondary sources such as planning and policy documents, protest leaflets and websites were consulted. In order to get an insight into the way the field produced knowledge artefacts and the manner in which it presented it, as well as getting additional contextual information.

Using a triangulation of methods and taking on an ethnographic research approach, the research traced the process of transformation from different angles and tried to understand the interconnections between different elements.

4. Case study: Pergolenviertel Allotment Gardens in Hamburg, Germany

The case study site consists of two large land areas, that are divided by a public foot path and that were represented by two associations: the association “Heimat” (German for Home), and “Barmbeker Schweiz”(German for Barmbeker Switzerland). They are located approx. five kilometers North-East from the City center of Hamburg, in the district of Barmbek. Due to good public transport connections, the inner city of Hamburg is reached within a 15 minute ride with public transport. Barmbek used to have a reputation as being a solid working class district – many social housing projects of the 1920s were realized there – but has become more affluent in recent years, with young families moving to the lively and well connected district, and into the old, well maintained housing stock.

The “Barmbeker Schweiz” and “Heimat” – which will be referred to, for simplifying reasons, as the Pergolenviertel gardens – are located on land the size of 21 ha, which is divided into 330 individual garden plots, some of which are so called live-in gardens, meaning that the renters permanently live on the plot of land.

Even though the garden site has existed for approx. 80 – 90 years, it never had the status of a permanent allotment garden site, but in planning terms was considered a “temporary site”, meaning that public authorities could formally re-use and redevelop the land for other purposes. Several such plans were made in the past decades – one interviewee even mentioned hearing from another plot holder about the seemingly absurd plans for a funicular to be built on the mainly flat land – but all of the plans had failed to be put into concrete action.

In 2011 however, a new housing policy was introduced in Hamburg, and with it, the allotment garden site was designated the housing site for the “Pergolenviertel”, consisting of 10 building sites and sold to different property developers (see B-Plan Pergolenviertel: Begründung zum Bebauungsplan Winterhude 42 / Barmbek Nord 42 / Alsterdord 42).

On the official project website www.forum-pergolenviertel.de, where all the planning documents can be downloaded, under the caption “the district” concrete figures are given: Of the 27 ha large piece of land, 6 ha are designated for 150 allotment gardens, 8 ha are designated for the 10 new buildings (ranging from 3 to 8 storeys in height). In total, 1400 new apartments are to be built, while 60 % percent of these are to be publicly subsidized and rent controlled. However, the rent control is limited to a 10 year period, after which the rent control caps are removed.

The original housing plan never intended to keep any of the original garden plots, though it did designate three land areas as gardening spaces – these are highlighted in Image 1. The spatial layout of these gardening spaces does not adhere to the original plot structure, but was planned top-down, with no intention of keeping any of the plots. The interviewee from

the central allotment garden association compared this top-down planning land dividing measure with cookies being cut out from dough (Anonymous 2017c), and one of the involved garden activist complained about the “land waste” (Anonymous 2017a) that this new land division created.

The fact that 150 plots were rewritten into the plans was the result of a resistance process from a core group of gardeners. How this unfolded, the next section will describe.



Image 1: The landscape plan of the Pergolenviertel project

Source: Bebauungsplan Winterhude 42 / Barmbek-Nord 42 / Alsterdorf 42 „Pergolenviertel“ Landschaftsplanerischer Fachbeitrag; Own added graphics.



Image 2: One gardener's print out of the landscape plan, trying to make sense of the new layout with the help of added notes and drawings.

Source: Own photograph.

5. Retracing the transformation process of the Allotment Gardens

*“We had no idea where all of this would lead to in the beginning.
What was said was: well the gardens cannot stay.”*

(Anonymous 2017d, External Planning Consultant)

Before going into the details, I want to address the problem with using the word “transformation” to study the dynamic of allotment gardens. For, the word “transformation” implies a linearity of intention, action and progress that connects to the logic and interests of the planners. But this linear, future oriented understanding fails to give equal emphasis to the intentions and actions of the garden activists, who aimed to stop the development plans. Being aware of this problem, I would like to stress that in this article’s understanding of the word “transformation” both actions and intentions are included, the desire to develop as well as the desire to prevent development.

The following stages that structure the narration of the transformation process were constructed based on codings from the interview material: the stage of the imaginative and argumentative action, the stage of the planning action and finally the stage of the materializing action.

Stage 1: Imaginative and argumentative Action

“Basically the seeds for what happened were planted a very long time ago. In 1967, the city of Hamburg was growing rapidly, just as it is doing today, and the population forecast said that soon 2 million residents would live in Hamburg. To combat that expected growth, the 10.000 Plan was introduced in 1967, which basically said that 10.000 new dwellings were to be built as quickly as possible, on every possible vacant plot of land.”
(Anonymous 2017c)

The quote comes from the chairman of the central association for allotment gardeners in Hamburg, who in the interview connected the situation of allotment gardens in Hamburg today with imaginations, figures and a concrete policy from half a century ago.

50 years later, the narration is similar, but the figures are different: in 2011, the Hamburger Senate – the political city leadership consisting of 11 senators and 1 mayor - introduced a new housing policy, that formulated the aim of increasing the numbers of newly built dwellings to a binding 6000 new dwellings per year (see Bezirksamt Hamburg-Nord 2012b). Dividing this number amongst its seven districts, Hamburg Nord – the administrative district of Barmbek and with 293.000 residents the second largest district in Hamburg – was

requested to hand out building permits for 900 new dwellings in the year 2012. Stressing the urgency, the policy came with a tight time plan: decisions regarding building permits were to be made by the district planners within 1-3 months, at latest after six months (ibid.). This policy placed pressure on the district planning units to identify new construction land and encourage development to take place on the designated land within a short amount of time. It articulated a strong urgency that requests and legitimizes a faster process of giving building permits to developers due to the narrative that housing is urgently needed. This argumentation paved the way for the rezoning of the Pergolenviertel and the consecutive development plans, that started with the housing policy coming into action after October 2011. At this time, none of the plot holders were aware that the land they were growing their plants and vegetables on, was mentally already being re-developed. Without their knowing, the imaginative and argumentative seeds of action had been planted.

Stage 2: Contractual action

The housing policy and its numbers created a seemingly objective reality, one where housing needs are urgent and need to be addressed. These numbers led to concrete actions, in the form of new spatial plans of different scales. On the official website of the spatial planning department of Hamburg Nord, the construction plan of the Pergolenviertel lists a total of 18 subplans (relating to issues such as climate, transportation, noise, water, trees) related to the development project, that cut across different departmental units. The work on these “subplans” – the so-called framework planning – was initiated in 2011, and was made possible due to the 1997 land use plan, that had already then classified the land of the Pergolenviertel allotment gardens as future housing land. The important planning instrument of the construction plan – important insofar as it must be politically agreed upon by the Senate and is legally binding, meaning no building can take place on designated green areas – was passed in July 2015.

Between the start of the framework planning and the passing of the construction plan, an external consulting company was employed to organize an accompanying participation process for local civic stakeholders. Intended for two years, it ended up lasting five years. One garden activist referred to the participation process as *“enabling us to participate in how we should be kicked off from the land”* (Anonymous 2017b).

Approval of the construction plan can be seen as a key moment in the transformation process – after it had been passed by the senate, the land owner could start to sell off the land to developers and the formal process lead changed hands from the district spatial planning department to the department responsible for unbuilt and green spaces. Now that the land was divided into individual plots for future construction and legitimized through its placement on the construction plan, the promised transformation of the Pergolenviertel land seemed inevitable and in near reach, and steps for a smooth transition in the form of an accompanying participation process had been taken.

“When we found out about the plan, we were completely and utterly shocked. Nobody had told us about the plan to build on the land and destroy all the gardens, the plans had been made behind our backs and we were deliberately left unknowing.” (Anonymous 2017a)

One of the garden activists describes his reaction when he found out about the building plans, leaving undisclosed how or when exactly he found out. This imprecision regarding the “finding out” of the plans was a recurring theme in my conversations with the gardeners, and points towards no official statement being communicated at that point from the planning department.

A core group of 15-20 people decided to protest against the plans by forming a group called “Eden-für-Jeden” (engl.: Paradise Eden for all). In the following weeks and months the group communicated its disapproval of the plans through various means: by placing logos and flyers on nearby public paths (see image 3 and 4), running a website where protest information was uploaded, organizing a demonstration in the district and attending official participation meetings to publicly state their arguments against the project. The main action however was to start an initiative and in August 2012 the group handed in the necessary 6792 signatures to request that the residents of Hamburg Nord were asked to vote whether the allotment gardens should remain or be redeveloped. With the necessary signatures collected, the local district needed to control and confirm the validity of the signatures before the election was made possible. However, the Senate wanted to ensure no election take place, as this could have meant the end of the Pergolenviertel plan. It did so through the means of evocation, whereby the matter is placed from the district level into the politically higher standing body of the senate – as a seldom used way for the Senate to “trump” the local administrative districts, if it strongly disagrees with an important issue. The evocation meant that the planning would have gone towards the higher ministry of urban development and housing in Hamburg and not remain on district level. However, this was not the case – as

the senate did not disagree with the district planning itself, it simply wanted to stop a district election from happening. Because the formal procedures were not followed, the initiative group filed a repeal against the evocation at the administrative court, which however was denied. *“They out-tricked us legally”*, one of the activist gardeners summed up the experience (Anonymous 2017a).



Image 3 and 4: Protest logos and flyers were hung up along the public foot path leading through the garden site.

Source: Own photographs.



Following the court decision, the gardeners were met with another unexpected decision: the court had ruled a few days after the yearly allotment garden contract-dissolving deadline. The national allotment garden law in Germany requests that the dissolving of contracts between the land owners and the plot holders must happen in the fall season, in order to give the gardeners enough time to plan their move accordingly. If the deadline has passed, the contract is valid for another year, thereby ensuring the protection of the gardeners and their seasonal gardening activities.

However, due to large pressure coming from the senate, for the first time in German allotment garden history, a special agreement was made with the central allotment garden association, whose leader agreed to dissolve the contract despite the yearly deadline having passed. For the gardeners this sudden announcement came unexpected and gave them only approx. two months to clear their plot. The following quote illustrates the sudden pressure this translated to for the gardeners:

“I tried to save whatever I could save. The lawnmower I brought to friends, the bush cutter I gave to people from the association (...) the chairs I had I could put into the garden of a friend, we dug out and moved some of my plants into R’s garden (...) my cellar needed to be cleared out (...) It was a logistical question, to relocate all this stuff somewhere else, and at the same time dealing with this huge shock, knowing soon they will come with chain saws and cut down my apple trees.” (Anonymous 2017b)

The planning action had been followed by contractual action, and this meant not only the logistical challenge of clearing a plot of land within a short amount of time, but also accepting the loss of what the plot holders considered their ecological property.

Stage 3: Materialising Action

“We went through different phases. The phase of the horror, the phase of fighting, of grieving, of accepting. I would say now we are in the phase where we are looking ahead.” (Anonymous 2017b)

As part of the agreement between the landowners and the central association of allotment gardeners regarding the contract suspension, additional agreements on compensation measures were made. Those plot owners losing their land according to the allotment garden law needed to be offered a replacement garden. In addition to this, the gardeners received financially compensation for the lost ecological and building structures. One central result of the negotiations was the agreement that on the designated green spaces in the middle of the land (see Image 1), the allotment garden plots could remain. Even though their size was to be reduced (from 600 - 500 m² to 300 - 250m²), the division of the plot was to be made in such a way, that the original layout structure more or less remained. This process was more labour and cost intensive for the responsible district department, but was of central importance for the gardeners, as it enabled the existing ecosystem of the 150 plots to remain largely intact.

From spring 2016 onwards, the stage of the materializing action took place, which meant that the affected plot holders had to clear their plots from all ecological and material structures (plants, bushes, sheds etc.), which was followed by construction and landscaping companies preparing the remaining allotment garden land by creating new path ways, water and electrical infrastructure, and planting hedges around the new plot divisions.

A special agreement was also made regarding existing trees on the land, as the activist group considered the plans to cut them down a drastic intervention into the biosphere and

negotiated for the trees to remain. Following a viewing of all trees and negotiation between the leading activist (who has a background as a biologist), an external tree consultant and the district green space attorney, several trees were placed under protection in the form of a vegetation plan.

During this phase of materializing action, the remaining plots could be accessed, which enabled the plot holders to oversee the construction work and take care of the land by negotiating with the workers. One gardener e.g. told the story of how she saved a wild rose bush on her plot of land from being bulldozed by convincing the construction workers to drive their construction vehicles onto her plot of land from a different access point.

The phase of materialized action, when the plan regarding the restructuring of the green land was being implemented, brought different stakeholders together in a new way, that enabled them to cooperate. As the legal decision regarding the building plan had been decided, and the initiative efforts terminated effectively, as part of the agreement between activists and the district officials the remaining allotment garden land was to be prepared according to the gardeners' needs. Hence a compromise was negotiated, where the existing ecological structure was largely kept intact, and for those losing their garden, a financial compensation was ensured.

6. Narrated Futurity in the context of contested plans

"I as a person can chose to move somewhere else, but the city of Hamburg cannot" (Anonymous 2017b)

In the planning action phase, time-related arguments – both in favour but also against the plan – were narrated by different stakeholders. The planners from the spatial and green space department would during the interview with me stress the housing problem in Hamburg and address the futurity of the Pergolenviertel through the lense of the housing crisis. The Pergolenviertel project is thereby articulated as a promise that will ease the pressure on the present day housing market by providing new attractive housing in green surroundings. The promise of new material order is given emphasis by being materialized in visualisations – an architectural model, a top-down spatial plan illustrating where the housing blocks and green spaces will be located, photographic visualization with children playing in front of red brick buildings. In interviews with planners from the district departments, a selection of the

planning material was brought along and laid out in front of me, in the middle of the table. Not only during the interview with me, also through repeated presentations at closed and also open planning forums, and by being manifested in the official planning documents, did the plans act as a powerful and visual signifier for the promised future.

This differs from the sense of futurity that the activists created and engaged with – here the desired futurity, which they fought for, consisted of maintaining the existing ecological and material form. Rather than making a promise for a new order to be established in the future, the aim was to extend the present order into the future. To promote this vision of futurity, the activists emphasized the richness of the existing ecosystem and species on site: pictures of birds, of old large trees and capturing messages such as “I can no longer live here”, were put on their website. The name of the activist group in itself already transports the message of needing to extend the present order into the future, for Eden is the paradise from which in Christian mythology god expelled Adam and Eve. Having found a new Eden on earth, this Eden does not need any new developments, it simply is a timeless paradise, that needs protection rather than development. The sense of paradise and personal attachment would repeatedly come up during interviews. One of the activist gardeners remembered growing up in postwar Hamburg and how he tried to avoid being in public spaces alone due to his experiences of being beaten up by gangs of young boys roaming the streets. This was not the case on the garden site, where his grandmother rented a garden and which he remembers as being one of the few outdoor spaces he felt safe and protected.

However, in the vision of futurity brought forward by the initiative, the personal attachment was never articulated. Instead, technoscientific climatic arguments were formulated and the role of the site as helping to regulate the climate emphasized.

The planned project was viewed as bringing danger – not only to the species located on site, but to the entire city. *“I as a person can choose to move somewhere else, but the city of Hamburg cannot”* (Anonymous 2017b), one interviewee stressed the urgency and vision of an endangered future city that is becoming the victim of ruthless planning and emphasized the effects of this development by referring to personal observations of reducing air quality: *“When I used to ride my bicycle down the Saarlandstrasse, under those large beech trees and bushes, I could suddenly breathe again (...) that is now gone.. (...) And those are the effects that are already happening, not in some distant future, with the next generation, but now, today, while I live.”* (Anonymous 2017b).

The quote illustrates how the common held assumption, that possible ecological consequences of urban development are only to be experienced in a distant future are

proving to be wrong and it moves the timeline between built development and its ecological costs closer together.

7. Conclusion: The Pergolenviertel case as the way towards a future green city

This article had the aim of retracing the transformation process of the case study garden site in Hamburg by identifying key moments and visions of futurity that played into the process, thereby giving the often forgotten dimension of time in planning contexts a stronger emphasis. It started off by de-constructing the modernistic vision of planning as a definitive promise for a new social and material order delivered in the future. Future in this understanding is empty and completely open to new ideas. The case study then illustrated the ambivalence and insecurity of urban planning today in how to deal with urban green commons, the thin line between a promised plan and a failure to deliver so due to conflicting interest, and planning as multiparty negotiation but also of asymmetric power relations.

What then can we learn from the Pergolenviertel case study regarding the green city of tomorrow?

Firstly, it illustrates how allotment gardens in growing cities, especially if they are located centrally, are under increasing pressure. With a rising pressure on the rental market, and calls to increase available housing stock, they are competing with a concrete need and demand of a built nature. And yet, the Pergolenviertel case study shows how rather than placing both – green versus built use – in opposition to each other in a way that requires an either-or-decision, it is possible to aim for a compromise. This third way was not initially intended, but resulted from the strong protest and an actual law suit against the plans brought forward by a group of gardeners, making their opposition of the redevelopment publicly clear. This shows how important civic participation in the form of legal action against development plans can be, as it can lead to previously unplanned negotiations.

It also shows the strong attachment formed between the users and their plots of land, and how important the creative engagement with ecological spaces that allow for a sense of attachment and ownership is – today, but most likely also tomorrow. It also illustrates the need for planners and political actors alike to understand and value the ecological life already

present in many allotment gardens— rather than seeing it as a plot of land to be cleared and, like an empty canvas, re-filled with new design and new structures.

Cities of tomorrow will have to think of ways to integrate different spatial needs with each other. Rather than thinking along the line of either/or, a new thinking along the lines of “both” and “as well as” is likely to be needed. To integrate different uses with an eye on a future that is already in the making and the potential impacts of present actions and planning decisions - that will be the challenge of the years to come.

Acknowledgements

Research for this paper was funded by the Doc.mobility grant of the Swiss National Science Foundation. I would like to thank the eight interviewees for sharing their experiences and opinions with me. Also I am grateful to Alexa Färber and Anders Blok for helpful discussions and general advise.

References

- Anonymous. 2017a. Personal Interview, Hamburg November 2017
- Anonymous. 2017b. Personal Interview, Hamburg November 2017
- Anonymous. 2017c. Personal Interview, Hamburg November 2017
- Anonymous. 2017d. Personal Interview, Hamburg November 2017

Abram, Simone and Gisa Weskalnys. 2013. Elusive Promises. Planning in the Contemporary World. An Introduction. In *Elusive Promises. Planning in the Contemporary World*, edited by Simone Abram and Gisa Weskalnys, 1- 35. New York / Oxford: Berghahn Books.

Appel, Ilka, Grebe, Christina and Maria Spitthöver. 2011. *Aktuelle Garteninitiativen. Kleingärten und neue Gärten in deutschen Großstädten*. Kassel: Kassel University Press.

Bauer, Nicole and Dörte Martens. 2010. Die Bedeutung der Landschaft für die menschliche Gesundheit – Ergebnisse neuester Untersuchungen der WSL. Landschaftsqualität. Konzepte, Indikatoren und Datengrundlagen. *Forum für Wissen 2010*: 43-51.

Bellacasa, Maria Puig de la. 2014. Making time for spoil. Technoscientific futurity and the pace of care. *Social Studies of Science*, 45, no. 5: 691 – 716.

Bezirksamt Hamburg Nord 2012a Bebauungsplan Winterhude 42 / Barmbek-Nord 42 / Alsterdorf 42 „Pergolenviertel“ Landschaftsplanerischer Fachbeitrag. Accessed February 15, 2018 <http://www.hamburg.de/contentblob/4336982/52f9470e1c04f2ae6c4e4b98020098c9/data/pergolenviertel-gutachten-07.pdf>

Bezirksamt Hamburg-Nord 2012b: Wohnungsbauprogramm 2012. Accessed February 15, 2018 <http://www.hamburg.de/contentblob/3754216/d57bf7568166bc97e59e1df4ee07a6ea/data/wohnungsbauprogramm-2012.pdf>

B-Plan Pergolenviertel: Begründung zum Bebauungsplan Winterhude 42 / Barmbek-Nord 42 / Alsterdorf 42 (Pergolenviertel). Accessed February 15, 2018 <http://www.hamburg.de/contentblob/4336290/35c57b10f2d38e80de138c6916509061/data/winterhude-42-barmbek-nord-42-alsterdorf-42-begrueundung.pdf>

Castree, Noel. 2008. Neoliberalising nature: the logics of deregulation and reregulation. *Environment and Planning A*, 40: 131 – 152.

Certoma, Chiara. 2011. Critical urban gardening as a post-environmentalist practice. *Local Environment: The International Journal of Justice and Sustainability*, 16, no. 10: 977-987.

Colding, Johan and Stephen Barthel. 2013. The potential of Urban Green Commons“ in the resilience building of cities. *Ecological Economics*, 86: 156 – 166.

Crouch, David and Colin Ward. 1997. *The Allotment. Its Landscape and Culture*. Nottingham: Five Leaves Publication.

DeSilvey, Caitlin. 2003. Cultivated histories in a Scottish allotment garden. *Cultural Geographies*, 10: 442 – 468.

Eizenberg, Efrat. 2013. *From the Ground up. Community Gardens in New York City and Politics of Spatial Transformation*. Farnham/Burlington: Ashgate.

Firth, Chris, Maye, Damian and David Pearson. 2011. Developing "community" in community gardens. *Local environment: The International Journal of Justice and Sustainability*, 16, no. 6: 555-568.

Forester, John. 2009. *Dealing with Differences. Dramas of Mediating Public Disputes*. New York: Oxford University Press.

Gallent, Nick and Daniela Ciaffi. 2014. Communities, community action and planning. In *Community Action and Planning. Contexts, drivers and outcomes*, edited by Gallent, Nick and Ciaffi, Daniela, 3-21. Bristol / Chicago: Policy Press.

Glaser, Barney and Anselm Strauss. 1968. *The Discovery of Grounded Theory*. New Brunswick: Aldine Transaction.

Hall, Peter. 2014. *Cities of Tomorrow. An Intellectual History of Urban Planning and Design since 1880*. Chichester: Blackwell Publishing Ltd.

Healey, Patsy. 2007. *Collaborative Planning. Shaping Places in Fragmented Societies*. Houndsmill / New York: Plagrave Macmillan.

Heynen, Nik and Paul Robbins. 2005. The neoliberalization of nature: Governance, privatization, enclosure and valuation. *Capitalism Nature Socialism*, 16, no. 1: 5 -8.

Jessen, Jens. 2016. Wo die Zwerge herrschen. *Die Zeit*, 24, June 2nd 2016.

Keshavarz, Nazila and Simon Bell. 2016. A history of urban gardens in Europe. In *Urban Allotment Gardens in Europe*, edited by Simon Bell et al., 8 – 33. Oxon / New York: Routledge.

Lawson, Laura. 2004. The Planner in the Garden: A Historical View into the Relationship between Planning and Community Garden. *Journal of Planning History*, 3, no. 2: 151 – 176.

Moran, Nerea and J.L. Fernandez. 2014. Urban Agriculture Springs up in Greece. In *Urban Agriculture Magazine* 28.

Poteete, Amy R.; Janssen, Marco and Elinor Ostrom 2010. *Working Together. Collective Action, The Commons, and Multiple Methods in Practice*. New Jersey: Princeton University Press.

Rosol, Marit. 2017. Gemeinschaftlich gärtnern in der neoliberalen Stadt? In *Umkämpftes Grün. Zwischen neoliberaler Stadtentwicklung und Stadtgestaltung von unten*, edited by Kunning, Sarah, Rosol, Marit and Andreas Exner, 11 – 32. Bielefeld: transcript Verlag.

Seguí, Ana Espinosa; Maćkiewicz, Barbara and Marit Rosol. 2017. From Leisure to Necessity: Urban Allotments in Alicante Province, Spain in Times of Crisis. *ACME: An International Journal for Critical Geographies*, 16, no. 2: 276 – 304.

Sondermann, Martin. 2017. Gemeinschaftsgärten, Gemeinwohl und Gerechtigkeit im Spiegel lokaler Planungskulturen. In *Umkämpftes Grün. Zwischen neoliberaler Stadtentwicklung und Stadtgestaltung von unten*, edited by Kunning, Sarah, Rosol, Marit and Andreas Exner, 209 – 232. Bielefeld: transcript Verlag.

Spilková, Jana and Jiří Vágner. 2016. The loss of land devoted to allotment gardening: The context of the contrasting pressures of urban planning, public and private interests in Prague, Czechia. *Land Use Policy*, 52, 232 – 239.

Thomas, Gary and Kevin Meyers. 2015. *The Anatomy of the Case Study*. London / Thousand Oaks / New Delhi / Singapore: Oaks.

Zimmer, Oliver. 2016. Lob der Hobbygärtner. *Das Magazin*, 38.

Nicola Thomas is a researcher and visiting Ph.D. fellow at the Department of Sociology at the University of Copenhagen, where her stay is funded by the Swiss National Science Foundation. She received a Master degree in Urban Studies and Sociology from Vienna University, and worked as a researcher and lecturer at the University of Applied Arts in Basel, Switzerland, in the field of urban development. Currently she is finishing her Ph.D. at the HafenCity University in Hamburg, which looks into Urban Allotment Gardens in the context of entrepreneurial city policies. Her fields of

specialization and interests are urban sociology, green urbanism, community activism and urban ethnographic research.

Received / Recebido
06 09 2017

Accepted / Aceite
05 03 2018

REFRAMING DIGITAL PRACTICES IN MEDIATED PUBLIC OPEN SPACES ASSOCIATED WITH CULTURAL HERITAGE

Carlos Smaniotto Costa

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisbon (PT)
smaniotto.costa@ulusofona.pt

Georgios Artopoulos

The Cyprus Institute, Nicosia (CY)
g.artopoulos@cyi.ac.cy

Aleksandra Djukic

University of Belgrade, Belgrade (RS)
adjukic@afrodita.rcub.bg.ac.rs

Abstract

This article addresses the relationship between digital media technologies (delivered via smart phones, tablets, wi-fi connections) and their use in public open spaces (parks, gardens, squares, plazas, streets, etc.). In the age of ubiquitous and pervasive computing, digital technology is entering the context of the everyday appropriation of the urban environments. Due to the rapid development and increasing possibilities of ICTs for application in the public realm, digital tools challenge a better understanding of the consequences by social scientists and urban designers. This leads to questions about the many ways ICTs affect the use of public open space, the risks included as well as the degree to which these new, emergent, uses fit into the concept of a virtual society. This article focuses on the capacity of ICTs to transform our cities into more social places and contribute to more interesting and engaging ways to navigate and interact with public spaces. It is based on the European COST network CyberParks, in the framework of which several aspects of the relationship of ICTs with public spaces and urban design have been analysed. The results show that ICTs cause and enable innovative outdoor social practices, which provoke spatial and social experts to use them in policies, design and research, in order to produce responsive and inclusive urban spaces. Therefore, aspects such as promoting leisure and recreation, integrating social media and enabling association with heritage will be explored and discussed on the basis of examples already studied in three different countries (Serbia, Portugal and Cyprus). Cultural heritage can be used to influence positively the social cohesion, as it can be promoted in such a way that, instead of provoking tensions and division, would offer spaces of inclusion, increasing everyday experiences and provide a sense of belonging to socially excluded communities.

Keywords: mediated public spaces, mobile technology, cyberparks, spatially distributed narratives, historic cities.

1. Introduction - digital practices in accessing public space

This article is concerned with how ICTs (Information and Communication Technologies) can contribute to transform our cities into more social places, able to respond to people's needs, and an easy and safe place to navigate through and appropriate. It sets up the scientific approach of the Project "CyberParks¹ - Fostering knowledge about the relationship between Information and Communication Technologies and Public Spaces", financed under the H2020 COST-Programme. The Project tackles the opportunities ICTs and their devices (smart phones, tablets, wi-fi connections, etc.) are opening for attaching people to public open spaces- mediating their socio-spatial practices. This is enabling ICTs to be also a tool for social research.

There are many ways to define public open spaces (parks, gardens, squares, plazas, streets, etc.). For simplicity's sake, and because it best captures what people care most about, this work uses the term public space, as places for gathering, social interactions and sharing. It is occupied with the kind of spaces that are characterised as open, inclusive, planned and unplanned, of uncertain function, or lightly regulated (Sennett, 2006).

Williams et al. (2009) suggest that ICTs can promote and facilitate the collective uses through digital media and platforms (such as wikis) that enable collective management and valuation of planning solutions. ICTs could potentially contribute greatly to interpretation and inference of meanings through space occupancy (Hampton et al., 2010). In CyberParks, ICTs are considered as potential for social innovation, by intertwining the real and virtual places, what can bring new and more users outdoors. ICTs can become a motor for enhancing and building up (digital) sense of (real) places (Menezes & Smaniotto, 2017). Indeed, the idea behind CyberParks' approach, is that ICTs can provide tools to exploit intangible cultural heritage assets and their birth territories as shared resources, and through this process to achieve both citizen engagement and participation to heritage preservation and enrichment. Heritage is here defined as anything that helps us collectively understand our present and speculate about our future conditions². The opportunities for habitual interaction and familiar encounters are arguably limited in contemporary urban everyday life (Gilroy, 2004).

¹ COST Action TU1306 CyberParks – is a network funded under the H2020 Framework Programme COST. www.cyberparks-project.eu

² <http://www.heritageexchange.co.uk/>, 2014

2. The lure of mediated public spaces

The Project analysed several aspects of this relationship, and the results show that ICTs cause and enable innovative outdoor social practices which challenge spatial and social experts to use them in policies, design and research in order to produce responsive and inclusive urban places. At the same time, ICTs enable people to capture and share personal experiences in new ways that create new forms of learning, gathering and communication across multiple contexts (Buchem & Sanagustín, 2013).

The consequences of technology pervasiveness in the context of the everyday operation of urban environments are not yet fully investigated. Due to the rapid development and increasing possibilities of ICTs for application in the public realm, digital tools challenge how urban designers and social scientists study and benefit from the technology pervasiveness. This raises questions about the different ways ICTs affect the use of public open space, about the risks that the extensive penetration of ICTs in public space entails, and the processes through which new, emergent, uses and methods of space appropriation fit into the concept of a virtual society (De Souza and Frith, 2012). There are several ways to tackle the degree of integration of ICTs into a cyberpark. The Cyberparks Project focuses on increasing existing knowledge and better understanding current approaches to the co-creation of public open spaces with the support of digital tools and interfaces. In recent years, it has become increasingly clear that interventions designed to encourage citizens (community participation) in policymaking and local development is a practice that offers many important and long-lasting benefits to the space and its users.

Co-creation is the new buzz word in planning. It indicates a *hybridisation* turn in modelling and use of collaborative environments and strategies for planning – hybrid in a sense that these practices go beyond typical participatory design methodologies and involve the appropriation of the space, or the sharing of a common resource, after the policy or design process. Co-creation transcends the mere gathering of facts and involvement of diverse stakeholders, by providing, maintaining, and nourishing a space. Co-creation goes beyond intellectual discussions, and involves sessions of the users talking together, a characteristic which in itself has a positive effect on the implementation of alternatives uses/concepts of designing and appropriating public spaces. Through co-creation, the design and use of these spaces can be more locally rooted and therefore pave the way for fostering willingness and capacities for future collaboration.

3. Post digital era and the mediated public spaces

With the *hybridisation* turn, ICTs add a new layer of interface to public spaces. ICTs deliver therefore another mediation between space and its users. This work argues for the conditions under which ICTs can be used creatively for enhancing the appropriation of public spaces, especially those associated with heritage and historic sites in urban environments. ICTs render the occupation of mediated public spaces even more sensitive to regulation than their equivalent of pre-digital spatial conditions. ICT-enabled mediation can bring back to the contemporary historic city-scapes the micro- and nano-scales of relations that enable place-making and promote social interaction and belonging. ICTs can enhance the capacity of historic sites in hosting intercultural dialogue, communication and shared activities. This can be achieved through the creative application of technological solutions which are capable to facilitate, and sometimes accelerate, the self-organisation of thematic communities that form groups around topics and sites of interest, and actively contribute relevant knowledge to the relevant social groups.

Contextualised in societal challenges for the resilience of urban space, these approaches differ to typical, corporate visions of smart cities. The former differentiates from the latter, which interpret the user of ICT-networked information as consumer. Current corporate visions of smart cities focus on data-consumption and the commodification of access to the big-data of the city (Schnitzer, 2013), and value the citizens' well-being by the ease of access to such resources as public transport, infrastructure and digital media (Peugeot, 2013). These visions of smart cities produce a false sense of accessibility to what is actually a representation of the city as a (cybernetic) machine, and the notion of acquiring a lightweight control over the city's non-interpretable complexity. Alternatively, the approaches to ICT-augmented public spaces tackled in the article are concerned with issues of equal opportunities in accessing other types of urban commons (Bollier & Helfrich, 2015), such as historic sites and public spaces associated with heritage and the patrimony of historic European cities. The ICTs solutions discussed hereafter are responding to this challenge, as they aim to augment and multiply, in a pluralistic way, these opportunities for interaction across space and time, in the virtual projection of historical and individuals' narratives on the physical space of common urban recourses.

Using the capacity of digital tools in data transfer and communication of information of technologies such as GPS, RFID, Bluetooth, wireless beacons, surround sound, augmented reality and mixed reality, can enrich users' experience of public historic spaces as

urban commons, by means of interaction. This becomes possible by the likes of blogs, mobile apps for video and photo sharing, and other Web 2.0 applications (O'Reilly, 2009) that can enhance the degree of personalisation, openness and participation of users and citizens in the management of the public space (Rheingold, 2001). The engagement of users through activism, participation and smart citizenship is further facilitated not only by the operation of large-scale screens and projections in space that are open to everyone (Brignull and Rogers, 2003), but mostly by developing virtual communities, which can be established by specific technological interfaces (Boyer, 1996). The authors suggest that the following steps of user engagement in co-creation could benefit from the use of ICTs:

- Mapping of assets by means of spatially-distributed individual narratives, collective meanings and geo-location of stories;
- Visualisation of real-time (observation) data, and tools for user co-development of visualisation workflows that would be meaningful to them;
- Open-ended practices of data interpretation and enabling users to have meaningful access to real-time data.

4. Heritage, historic sites and spatial narratives

This article proposes that the hybrid condition of physical presence in public space and augmented experience of cultural heritage by digital technologies facilitates the generation of new meanings and interpretations of complex cultural interactions embedded in built and intangible heritage expressions and artefacts. The cognitive process of interpreting data and associated metadata of cultural heritage assets transforms the relationship of the visitor/user from that of a mere encounter with the place into a closer relationship with it, introducing anchors to localised narratives and individual interpretations of the cultural heritage, as this enhanced with digital technologies. The central idea of this understanding is that the cultural expressions could be experienced based on spatial, temporal and other contextual conditions (Calabrese, 2009). This work centres its attention in spatialised assets, i.e., the emergence of cultural heritage associated with a specific public space. Analysing social context would add dimensions to the experience, such as following cultural expressions or experiences by related persons, thus adding a personalised dimension to the cultural heritage.

The three cases below address, and exemplify, the relationship between public spaces, intangible cultural heritage, and associated creative expressions of activities and identities aggregated to them, and opportunities the digital technologies are opening to engage people

with both places and heritage. This work focuses on the possibilities of technology to involve people in the construction, enrichment and enhancement of immaterial heritage via adding to them individual narratives. (Intangible) cultural heritage being a social construct, is subject to changes driven by socio-cultural, economic and technological forces and beliefs. Moreover, heritage is susceptible to tension between conservation of authenticity and these driving forces. It is therefore not in a frozen state, and this poses the challenge how to provide continuity to it in times of growing and rapid development and globalization. The issue is how to enable an environment for co-creation and embodiment of heritage, through individual and crowd narratives, and in present cases, the exploitation of spatial-geographic information related to the heritage and the narratives, in the sense of space appropriation. This leads back to the above-mentioned forces, as they can also provoke the transformation of the layout of the spaces wherein the cultural heritage expression has emerged. Moreover, the interrelation between space, place and heritage, as the *locus* for the construction of identities, connotes to space a subjective, symbolic level, adding to it the “marks” of the people who use it. In this sense, the “issues” - cultural heritage, place, people - are relational. They are interrelated and integrated, assuming dynamics and fluidity across them. Therefore, the mediated public space is considered as the hybrid place for the construction of narratives. The examples below explore the capacity of digital tools to enable users to better interpret and understand the interrelation of intangible cultural heritage and associated spaces.

Serbia: Roman cultural routes

The Roman footprints were left all around the Europe. The Roman Emperors Routes which permeate with Wine Routes along the Danube river gather 20 roman sites and 12 wine regions in the lower Danube. The parts of the Route located in Serbia, consist of archaeological sites and present one of the most important cultural route in the South-Eastern Europe. The Danube was the frontier of the Roman Empire (*limes*) for the long time. The Roman cities that were positioned along the frontier were the military camps and important strategic nodes. Belgrade (Singidunum), Nis (Mediana), Sremska Mitrovica (Sirmium), Viminacium (near Kostolac) were among the most important cities during the Roman times. Sirmium was the capital of the Roman province of Pannonia Inferior, and Viminacium the capital of Moesia Superior. Nowadays, all above mentioned cities, except Viminacium, are the major cities in their regions, and attractive tourist destinations. Cultural tourism and creative cultural tourism are planned to be the milestones for triggering their development, both at the level of policy and master plans. The fruitful combination of culture

and creativity has been the backbone of their development which has boosted tourism (Kumral & Onder, 2009).

ICTs play a very important role for introducing cultural heritage to the tourists, for the education of visitors, and for connecting similar heritage sites. The application of 3D documentation and reconstruction technologies gives incredible opportunity of perceiving non-existing or at least partially visible historical objects and cities. In Roman cities along the Emperor Route in Serbia, several archaeological fragments have been found that together complement the image of the habits and life of its former inhabitants. However, because there are no significant visible remains of their above-ground construction, the historical objects and urban patterns cannot be perceived in their entirety as they once were. Augmented reality is one of the technologies that can add the new dimension to the understanding of important historical moments and events. It combines on the screen of smart phones or tablets information from real world with digital content in popular and innovative ways interpreting archaeological and historical data. Currently the cities of Sirmium, Mediana and Viminacium operate Augmented Reality Infoboards. When accessed from a smart phone, the boards trigger virtual presentation and offer contextual info to the visitors, thus transforming the routes into virtual open-air museum (Figure 1).

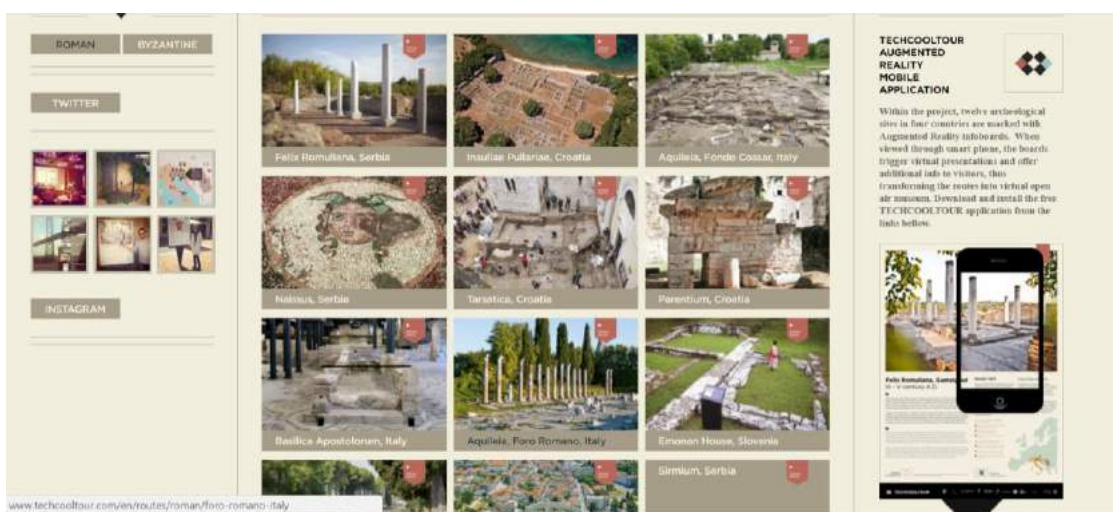


Figure 1: Augmented reality application for Sirmium and other Roman cities.

For example, the Augmented Reality Infoboard of Sirmium includes an animated 3D presentation of Emperor Constantinos II who invites the visitors to come to Sirmium and its imperial palace. Similarly, in Mediana, where the villa of Constantinos the Great was excavated, digital tools were used for the creation of tourist guides and educational platforms. Specifically, Mediana Explorer Elfak app. (Figure 2.) is a game and an education tool at the

same time. The players can learn the facts about history and monuments from the Mediana site, while they are searching for the selected objects (by means of ID markers). When visitors discover an artefact with an ID marker they can explore and interact with its 3D reconstruction. Together with the Medijana app, there is available an Augmented Reality application that enables the users to see hidden floors of the villa decorated with mosaics. This app then serves as a tourist guide for the site presenting historic information in the form of text, photos, video and audio records.



Figure 1: Mediana Explorer Elfak app. (exploring Horem - Vine cellar in a villa and Main Menu).

Another example is the Infoboard of Viminacium that includes the Viminacium GPS Guide and the Viminacium app, both of which applications serve as tourist guides for the archaeological site. They provide contextual information about the site, including different maps and locators (Figure 3.).

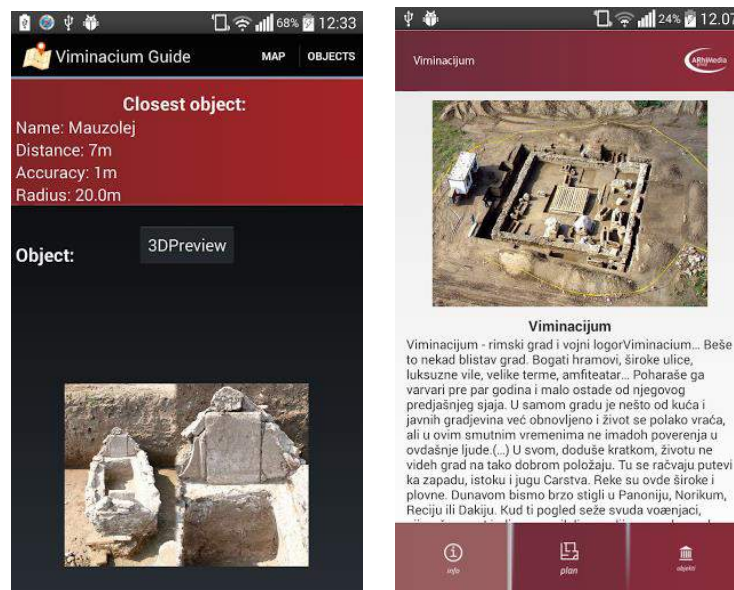


Figure 3: *Viminacium GPS Guide application and Viminacium application.*

Belgrade's Roman fortress is one of the most visited attractions for tourists in the city, but also a very popular place for citizens. Dozens of monuments are located in the Roman fortress. An interactive map (Figure 4) and a tourist guide app provide to its visitors the necessary information about past and present condition of this important site.

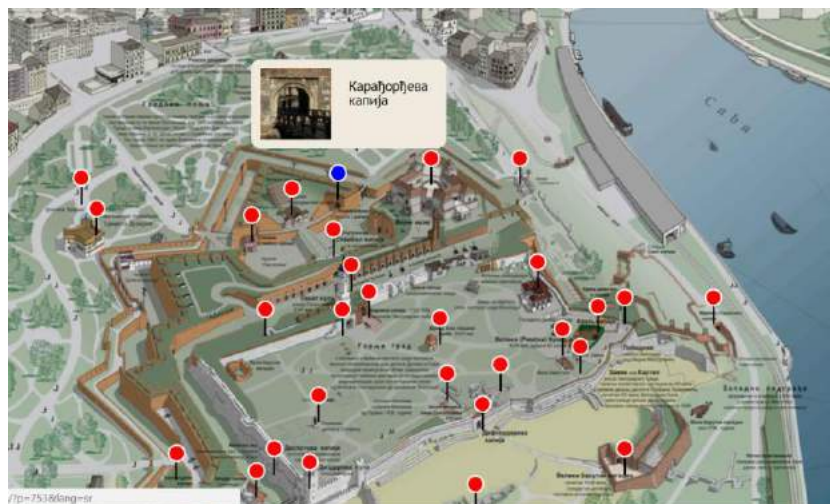


Figure 4: *Interactive map of Belgrade's fortress.*

Lisbon: Mouraria and fado

Fado, the traditional folk music popular in the area of Lisbon in Portugal, has a long history that can be traced back to the early 1800's. Fado is listed as Intangible Cultural Heritage by the Intergovernmental Committee for the Safeguarding of the Intangible Cultural

Heritage of UNESCO since 2011. Fado comes from the word fate, and correspondingly the poetic lyrics are mourning, sorrowfully and melancholy ballads about broken hearts, leaving the city/country, lost sailors, sad widows and bittersweet romances. It is rooted in the working-class neighbourhoods, with Alfama and Mouraria being regarded as the most traditional places to listen to fado. Here fado singers (called *fadistas*) sing fado in small neighbourhood restaurants (*tascas*) and bars, fado clubs, and in professional *casas de fado* (lit., fado houses). The performance comprises a solo singer accompanied by a classical Portuguese guitar. Fado and the fado places boosted the establishment of fado tourism; fado places are celebrated in tour guides, and even some as insider tips. The tourism industry is one of the most relevant economic sector in Portugal, contributing in 2016 with 16.6% to country's GDP³.

Being haunting and about leaving, many fado play in Lisbon and around the River Tagus, building so a strong relationship to the urban fabric and landscape. The texts are usually written by authors who are themselves directly connected to the city, because they live (lived) or grow up there, and ultimately build there their *fadista* identity. Fado (lyrics and music) is therefore a form of storytelling. It keeps alive stories and memories passed down through generations. The traces of the built environment of Lisbon depicted in fado lyrics started attracting the interest of researchers and scholars expanding the existing knowledge about historical conditions and spatial relationships in the city. The search for spatial clues in the lyrics has a scientific perspective that can be used in policies and design of public space towards increasing attraction and the attachment of people.

Situating fado geographically however bears some risks, since the space described in a fado lyric is a fabricated one, even though it is related to reality. Yet, the spatialised data about fado is an emerging research topic, and the article acknowledges that it is a very demanding process to examine the excerpts and song texts in order to disclose information about a spatial connection. There is some pioneer work already done, e.g., Queiroz et al (2014), but an extended study is still awaited.

Mouraria has several interesting characteristics, as it is an ancient and iconic central neighbourhood. It moved from a ghetto of the moors (*mouros*) after the Christian reconquest, to a working-class neighbourhood, declined from the 1970s and is currently being repopulated mainly by new migrants. Recent rehabilitation programmes and population movement are changing the character of Mouraria. The neglected and vacant buildings attracted different migration waves, especially in the 1970s and later in the 1990s, hosting today

³ World Travel and Tourism Council (2017). Travel & Tourism Economic Impact 2017 Portugal, WTTC

strong Bangladeshi, Nepali and Pakistani communities. The immigrants helped to stop the downgrading spiral in Mouraria, recuperating old buildings, opening shops and restaurants. Today the cultural values and identity of the historical fabric and the new inhabitants provoke a clear transformation of the image of the area, making Mouraria a new destination in the city, featuring trendy shops and bars. Through the rehabilitation programme several new open spaces were created (Figure 5), and the existing ones got improved. The creation of these new open spaces was made possible through new types of ownership and provokes a higher frequency of use of public spaces than before.



Figure 5: The winding streets in Mouraria and a new developed pocket park on an empty plot. Photo: Smaniotto 2017

Within the Project CyberParks, the application WAY CyberParks⁴ was tested in Mouraria, in the context of several workshops. This app, composed by smartphone app and a web platform, is meant to be an interface between users and planners (Figure 2). It enables planners to obtain (1) the opinion of different users on specific issues and sites; (2) maintain

⁴ Developed by the CyberParks partner Universidad de Deusto, Bilbao (ES), <http://cyberparks-project.eu/app/monitoring-tool>

an updated database, (3) analyse different users' activities in the same space, and (4) social reporting via text, video or images. The transmission of information between the two components (smartphone app & web) is performed automatically through the cloud. Through the app researchers can pose questions to the users, these are popped up when the last reach pre-defined points of interests. The app enables therefore the users to give their opinion and feedback. The potential of the app results from the interplay of the mobile application (app) with the web platform, while the app is more directed to the user, the web platform that hosts the database, and enables the collection, storage and interpreting of gathered data, is targeted to serve research and planning purposes. This functionality is useful when is applied to the Fado relevant-sites in Mouraria. In the evaluation of the workshops almost all participants mentioned that the engagement with the place was a new and an interesting experience, as they “learned” to see and reflect the Mouraria and its places with a new understanding.



Figure 2: The web app and the web platform. Here, the user's paths and the distance covered. Photo: T. Duarte 2017.

In view of the strong economic and tourist dynamics that are currently taking place in Lisbon, especially in Mouraria, the documentation of historic narratives can become challenging, given the strong "ephemeral" character of the way public space is used by visitors. Moreover, new opportunities arise in historic areas like Mouraria which is now inhabited by migrants who are probably not aware of the existence of fado and its heritage despite of their occupation of the place that is considered as one of the birth places of fado. The use of ICT's tools like the WAY CyberParks enables the documentation of a completely different interpretation of fado, this time collected from the new inhabitants of the place.

Nicosia: the moat of the Venetian Walls in the last divided capital in Europe

The Eastern Mediterranean preserves significant examples of cities whose continuous history can be traced all the way back to Prehistory and Antiquity. In particular, Nicosia, the capital of Cyprus, is considered amongst the most contested urban environments having historically layered pasts and perplexing present-day, as the last divided capital in Europe. Originally the Italian architect Giulio Savorgnan⁵, who designed the 16th century Venetian Walls (1567-70) of the historic city, which were fortified by eleven heart-shaped bastions, designated the 80 metres wide moat as a clear flat space to expose anyone who would try to approach the city walls, the canonical design rule of medieval fortifications (Grivaud, 1992).

Since the beginning of the 20th century numerous activities and uses were hosted into the moat, from sporting events, livestock trade and markets to parades and leisure spaces, waste disposal and farming. In every one of these cases the moat was treated as plains for discharging the outwards pressure of the life and need for expansion of the walled city. The conservation, promotion and re-identification of the Walls by George Jeffery⁶, the first Director of the Department of Antiquities during the British rule, offered a new opportunity for the moat, which beyond its use as an empty space now acquired a symbolic role, that of framing the city and being framed by the walls.



Figure 3: Aerial view of the moat highlights its occupation by multiple uses (park parks, tennis courts, football fields and others). Photo: Google Maps 2017

Despite the reinvented potential of the moat for foregrounding and highlighting the presence of the walls as Cypriot patrimony, after the war of 1974 and the division of the island, and consequently of Nicosia, the urgent and ever growing needs of the city for empty

⁵ www.nicosia.org.cy/en-GB/discover/sights/the-medieval-walls

⁶ www.archmap.org/britishcypru

plots to support its infrastructure and operation led to the fragmentation of the moat, as illustrated in Figure 3. This new reality of the city was intensified by the lack of long term masterplan for the expansion of the built environment with clearly set targets that would preserve and safeguard the identity of the place and exploit the added value of the legacy of the city for social - and tourism - purposes.



Figure 4: The form and dimensions of the old city-walls-moat-newer city section vary along the moat, and arguably this variation impacts the relationship of the moat with the Walls and the two sides of the city. Photo: Georgios Artopoulos, 2017

This has been a great challenge for the Municipality of Nicosia, the local stakeholders and all planners, designers, academics and scholars that are occupied with the study of the city, as it is clearly illustrated in the relevant literature (cf. Pilides and Alpha, 2012: 218). The apparent continuity both in terms of use as well as with regard to the spatial condition, as it is clearly illustrated in the topographical section of this zone of the city (Figure 4), suggests that the moat could become a unique opportunity for the city and play the role of the central open-air resource of Nicosia, where social interaction is nurtured together with history and nature in a contemporary approach to heritage in public space. In doing so the moat offers valuable free space to host various functions, stage social performances, serve the historic core and be appropriated collectively by the citizens and ephemeral users of Nicosia. In this context the moat is not a monument that captures and tries to preserve a static image of the past in order to communicate a hegemonic narrative that is imposed (top-down) to characterise the identity of the place, but rather becomes an active space of the everyday life of the inhabitants of the city.

Within the CyberParks Project, numerous concepts and ICT-enabled practices were generated. In particular, innovative models of user-driven digital platforms were proposed (Bagni et al., 2018), with the aim to facilitate the temporary accommodation of community-

managed activities in the spaces of the moat within the medieval Venetian walls. By enhancing the perception of an overall coherent public space, the platform developed by Bagni et al. attempts to re-establish “the connection of the historical value of the old city wall and the moat with the citizens’ various contemporary social, physical and communal activities, (ibid.) (Figure 5). Additionally, this proposal promotes a self-organised appropriation of the moat through a mobile application that will be freely available, and open, to the public. It is relevant to the argument of this work that this approach to ICTs is expected to enable the enhanced experience of the moat area by citizens and visitors. The authors suggest that some of the activities that could potentially take place in the moat include urban community gardening, social kitchen, social working activities, i.e., public area cleaning, open-air cinema, etc.

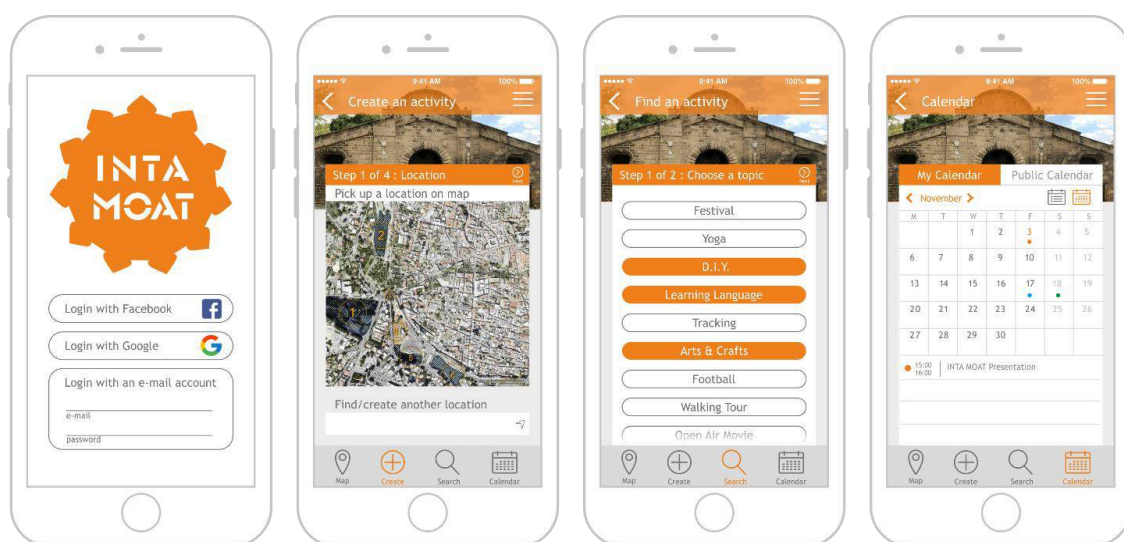


Figure 5: Main sections and login screens. Photo: Joatan Preis Dutra

These ideas envision the positive impact the use of ICTs would have on promoting the moat of the medieval fortification of the old city as a public space that highlights one of the few legacies that unite the two sides of the divided city, that is, its Medieval Walls. It claims that ICTs could contribute to better understanding the role of the moat and reflecting on its current use and level of integration in the public infrastructures of the city.

5. Possible (future) pathways: Enriching Public Spaces with Unique Experiences of Cultural Heritage

Despite the significant spread and use of ICT-based devices in public spaces, there is a lack of coordinated and interdisciplinary exchange of knowledge between researchers and experts from different scientific domains, a gap that the CyberParks Project intends to bridge. The Project and this article suggest that the process of narratives growth is open to the community. Anyone who is interested in and motivated can contribute with own stories to enliven the heritage. Under the right conditions, ICTs could aid and accelerate the following activities, which are expected to promote social engagement and identity building:

- Participation, co-creation and co-management of built heritage and historic sites;
- Promotion of civic interaction in public historic spaces;
- Integration of forgotten sites in the everyday of the city;
- Creating/enhancing narratives from different points of view;
- Use of open air heritage space as a common pool resource;
- Expressing knowledge of historic sites and
- Boosting patrimonial and territorial education (for all).

Mouraria and Fado in Lisbon, the moat in Nicosia, and the Roman sites in Serbia are more than a tradition or a preservation of history, they are a live resource of the cities that can be exploited through modern forms of storytelling, and this with an emergent opportunity: being spatially rooted they can be the motor of creating narrative involving uncountable amount of people and views. This in turn, can result, in a snowball effect, in the production of more narratives and changes. ICTs can support keeping the spatially disseminated assets (and their associated narratives) alive through the next generations – they can inspire people, especially the young ones, to embrace heritage as a source of identity and cultural value.

Co-occupation of public space and co-use of urban resources is a challenge that digital technologies can arguably respond to, and this article promotes the role of heritage as a driver for user interaction in ICT-rich urban environments, in the context of this challenge. The value of heritage is assigned in all types of culturally embedded commons of an urban environment, including squares, parks, sidewalks and riverbanks, buildings and monuments. Hence historic public spaces, bearing cultural values are places that offer opportunities for learning and social interaction – both of which are activities that facilitate engagement of

their users and association with the space (Artopoulos, 2017). Adding value to places through heritage has great potential and this makes it perfect sense to expand, as much as possible, the collection of data on how people represent the heritage in their histories and narratives.

Each of the discussed cases in this article applies the concepts of space, time, and place to problems central to an understanding of society and culture, employing deep maps to reveal the confluence of actions and evidence and to trace paths of intellectual exploration by making use of a new creative space that is visual, structurally open, multi-media, and multi-layered. The overarching goal of this effort is to contribute with insights on the impact of the use of ICTs on citizens' accessibility to urban heritage commons, as pointed out in the "Culture, Cities and Identity in Europe"⁷.

'Devices' of engagement sourced from narrative-based cultural and creative industries, such as an 'exploration for learning' incentive, when integrated in communication interfaces, can serve as a vehicle to empower users. In this approach visitors and citizens of the city, as well individuals and communities that may be excluded could be enabled to raise their voice and participate in the future appropriation models of the public space they relate with (Páez and Darren, 2005). The article suggested that the proliferation of smartphones and ubiquitous Internet access, together with new technical means for user engagement could enable under the right conditions the users, citizens and visitors of historic cities to experience cultural heritage in novel ways. This research is contextualised in the broader inquiry about the parameters and conditions under which strategies that exploit ICTs could add significant value to urban heritage in order to complement corporate approaches to the concept of smart city. The article claimed that digital tools could do so by offering new mediation opportunities to the visitor of a public space, or a historic urban site. Finally, it was proposed that the hybrid condition of physical presence in space and augmented experience of cultural heritage by digital technologies facilitates the generation of new opportunities for appropriation and use of historic public spaces.

⁷ European Economic and Social Committee, and in the Culture Action Europe network, <http://cultureactioneurope.org>

6. Bibliography

- Artopoulos, G. (2017). Simulating Bodily Movement as an Agent for the Reactivation of Forgotten Open Air Spaces in the City. Antoine Zammit and Theresa Kenna (eds), ICiTy, enhancing places through technology. Portugal: Edições Lusófona, 83-98.
- Artopoulos, G. & Bakirtzis, N. (2016). "Post-Digital Approaches to Mapping Memory, Heritage and Identity in the City." In Glenda Caldwell (Ed) *Digital Futures and the City of Today*, UK: Intellect Books, pp. 139-156.
- Bagni, F., Canturi, V., Daouti, M., Dutra, J.P., Ioannou, C., Kikidou, M., Panagiotidi, A., Patelida, M., Savvidis, E., and Varnavas, H. (2018). INTA MOAT: a tool for governing the urban commons. *Hybrid Heritagescapes as Urban Commons in Mediterranean Cities: accessing the deep-rooted spatial interfaces of cities*, Artopoulos, G. (Ed.), USA: The Cyprus Institute.
- Bollier, D. and Helfrich, S. (eds.) (2015). *Patterns of Commoning*. Amherst: Commons Strategy Group.
- Boyer, C. (1996). *CyberCities: Visual Perception in the Age of Electronic Communication*. New York: Princeton Architectural Press.
- Brignull H. and Rogers, Y. (2003). Enticing People to Interact with Large Public Displays in Public Spaces. Human-Computer Interaction INTERACT '03: IFIP TC13 International Conference on Human-Computer Interaction, Zurich, Switzerland.
- Buchem, I. & Sanagustín, M. P. (2013). "Personal Learning Environments in Smart Cities: Current Approaches and Future Scenarios". eLearning Papers, Nr. 35. Available at: www.openeducationeuropa.eu/en/elearning_papers [Accessed 3 August 2016]
- Calabrese, F. (2009). WikiCity: Real-Time Location-Sensitive Tools for the City. In: Foth, M. (Ed.), *Handbook of Research on Urban Informatics: The Practice and Promise of the Real-Time City*, Information Science Reference, pp. 390-413.
- De Souza e Silva A. & Frith J. (2012). *Mobile Interfaces in Public Spaces: Locational Privacy, Control, and Urban Sociability*. New York: Routledge.
- Djukic, A., Aleksic, D. (2016). "Mixed reality environment and open public space design", at International Academic Conference: „Places and Technologies 2016: Keeping up with technologies to improve places- cognitive city”, in organization of: Faculty of Architecture, University of Belgrade, Serbia. In Vanista Lazarevic, E., Vukmirovic, M., Krstic-Furundzic, A., Djukic, A. (Eds.) pp. 761-769.
- Gilroy, P. (2004). *After Empire: Melancholia or Convivial Culture?* London: Routledge.
- Gray, L. E. (2013). "Fado resounding - affective politics and urban life". London: Duke University Press.
- Grivaud, G. (1992). 'Nicosie remodelée (1567). Contribution à la topographie de la ville médiévale', *EKEE* 19, 281-306.
- Hampton, K. N., Livio, O. and Sessions Goulet, L. (2010). The social life of wireless urban spaces: Internet use, social networks, and the public realm. *Journal of Communication*, 60(4), pp. 701-722.
- Ioannidis, K., Smaniotto Costa, C., Šuklje-Erjavec, I., Menezes, M., Bahillo Martínez, A. (2015). The Lure of CyberPark - Synergistic Outdoor Interactions between Public Spaces, Users and Locative Technologies, in Theona, I. & Dimitris, C. (Eds.). *Hybrid City 2015: Data to the People*, Athens: URIAC: 272 - 281.
- Kumral N., & Onder, O. (2009). Tourism, Regional Development and Public Policy: Introduction to the Special Issue. *European Planning Studies*, 17(10), 1441-1443.

- Menezes, M. & Smaniotto Costa, C. (2017). "People, public space, digital technology and social practice: an ethnographic approach". In Zammit, A & Kenna, T (Eds.) *Enhancing Places through Technology*. Lisbon: Edições Universitárias Lusófonas, pp. 167-180.
- O'Reilly, T. & Battelle, J. (2009). What's next for Web 2.0? *Web Squared: Web 2.0 Five Years On*.
- Páez, A., & Darren M. S. (2005). Spatial Statistics for Urban Analysis: A Review of Techniques with Examples. *Geo Journal*, 61(1), pp. 53–67.
- Peugeot, V. (2013). Collaborative ou intelligente? La ville entre deux imaginaires. In: Carmes, M. and Noyer, JM, (eds). *Devenirs urbains*. Paris: Mines Paristech.
- Pilides D. & Alpha, E. eds. (2012). *Fortified Cities: Past, Present and Future*. Nicosia: Bank of Cyprus Cultural Foundation.
- Queiroz, A. I., Alves, D., Fialho, I., Costa, M.L. & Alves, O. (2014). "Paisagens Literárias e Percursos do Fado". Lisbon: FCSH/NOVA.
- Rheingold, H. (2001). Rethinking Virtual Communities. In: Rheingold, H. (ed.) *2001 Edition of The Virtual Community*. Cambridge MA: MIT Press, pp. 323-327.
- Schnitzer, M. (2013). Herbert Reid, Betsy Taylor. *Recovering the Commons: Democracy, Place, and Global Justice*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press. 2010. *Peace Change*, 38, pp. 366–368.
- Sennett, R. (2006). The open city. *Urban Age*. London: Cities Programme, London School of Economics and Political Science.
- Smaniotto Costa, C., A. Bahillo Martínez, F. J. Álvarez, I. Šuklje Erjavec, M. Menezes, M. Pallares-Barbera (2017). "Digital Tools for Capturing User's Needs on Urban Open Spaces: Drawing Lessons from Studies in Barcelona, Lisbon, and Ljubljana". In Certomà, C & Dyer, M (Eds.) *Citizen Empowerment and Innovation in the Data-Rich City*. Springer International Publishing, pp. 177-194. DOI: 10.1007/978-3-319-47904-0
- Smaniotto Costa, C., Menezes, M., Šuklje Erjavec, I. (2015). How Can Information and Communication Technologies be used to Better Understand the Way People Use Public Spaces In: *Planeamento Cultural Urbano em Áreas Metropolitanas*, Carlos Almeida Marques (Ed.), Pp 161-173. Editora Caleidoscópio, Casal de Cambra.
- Williams, A., Robles, E., & Dourish, P. (2009). Urbane-ing the City: Examining and Refining the Assumptions Behind Urban Informatics. In: Foth, M. (Ed.), *Handbook of Research on Urban Informatics: The Practice and Promise of the Real-Time City*. Hershey, PA: IGI Global, pp. 1-20.

Carlos SMANIOTTO COSTA (PhD) holds a diploma degree in Landscape Architecture and Environmental Planning and a PhD degree in Urban and Landscape Planning from the Leibniz University Hannover/Germany. He is professor of Landscape Design and Urban Ecology in the Department of Architecture and Urban Planning at Lusófona University, teaching in master's and PhD programmes. Smaniotto is member of Lusófona's Interdisciplinary Research Centre for Education and Development, where he leads the Experimental Lab on Education, Space and Memories. Smaniotto has been working on a number of national and international research projects covering different issues but all centred on sustainable urban development and transforming cities into more liveable spaces. He has published widely on environmental, social, urban geography as well as urban planning and design issues in professional journals in Portuguese, German, English and Italian. He is one of the initiators and the chair of the COST Action TU1306 CyberParks.

Georgios ARTOPOULOS (PhD), Assistant Professor, Science and Technology in Archaeology Research Center, Cyprus Institute, works on immersive and performative spaces, on virtual environments, modelling and simulation for the study of built heritage and the creative exploration of historical narratives in the context of public open space. Giorgos holds a Master of Philosophy and a PhD, University of Cambridge (UK) with a Doctoral Award from the Arts and Humanities Research Council. Previously he was employed by the Heriot-Watt University, UK, the University of Melbourne, the University of Cambridge and the Aristotle University of Thessaloniki, Greece. Giorgos has contributed in more than 12 International Research Programs and received the Best International Short Film award in Mestre Film Festival, Venice. His work was presented at La Biennale di Venezia, the Royal Institute of British Architects, London, the London Design Festival, Seoul Biennale of Architecture & Urbanism 2017, the Ukrainian Institute of Modern Art, Chicago, the ISEA 2006 and 2008, the British Council, Brussels, the Hong Kong and Shenzhen Bi-City Biennale of Architecture and Urbanism, and in many art exhibitions. His work was published in more than 28 peer-reviewed journals and books of architecture and 35 International Conference proceedings and exhibition catalogues.

Aleksandra DJUKIC (PhD) is Associate Professor at Faculty of Architecture, University of Belgrade, Department of Urban Planning and Urban Design. Her field of professional activities and research is directed on urban design and planning, urban morphology, urban renewal and heritage. She has published four monographies, more than 180 articles and chapters in international and national scientific journals, books, proceedings. She has participated in numerous national and international research projects and workshops and she was a leader of one national research project with international cooperation and Project manager of Interreg Danurb project for Serbia. She was a keynote speaker at three International conferences and she gave a lectures at Universities in Granada, Graz and Bari. She is in the Editorial board of two international scientific journals in the field of architecture and urbanism, and in one national. As an architect and urban planner in practice, she has done more than 50 urban plans and designs, 10 realized buildings and 5 studies in Urban renewal and planning (for UNDP, Ministry, Local government). She has received numerous awards in international architectural and urban competitions, awards in urban practice and two rewards for the best paper at International congresses. She is vice president of Town Planning Association of Serbia and representative in ECTP-CEU.

Artigo por convite

Article by invitation

WOULD URBAN CULTURAL HERITAGE BE SMART? CULTURE AS A LAND FACTOR AND ITALIAN CITIES' SMARTNESS

Mario Neve

Department of Cultural Heritage of the University of Bologna, Bologna [IT]

mario.neve@unibo.it

Abstract

The issue of cultural heritage and the topical subject of “smart cities” don’t seem to be a perfect match when it comes to the prevailing definitions of the nature of cities’ *smartness*. The strong accent and focus on information production and management — then ICT centrality — in basically any mainstream definition of smart cities overemphasises the *computing* version of intelligence, a version which represents an enduring research study field of cognitive science: the idea that human cognition is basically dependent on logic and *calculation*, then it can be studied and simulated by computing machines.

The essay adopts a different notion of smartness: one which associates brains, bodies, and things, according to the “extended-distributed mind” and “material engagement” approaches. In such a perspective, urban cultural heritage reveals itself as the core of *cities’ intelligence*: as the living interplay of bodies, minds, and urban built environment all interacting in giving birth to what is usually called “intangible cultural heritage”.

To develop such an approach, focusing on the current trend of regeneration projects in Mediterranean cities, the essays at first debunks the idea of urban cultural heritage as an (almost exclusively) economic asset, which mistakes city’s smartness (or “creativity”) for the conscious dependency on monopoly rent market laws and tourism flows and fluctuations.

Secondly, the essay presents an example of complexity of urban cultural heritage, namely the Italian one, outlining the cultural, geographical, and historical contexts from which it comes, in order to exemplify why considering to make a city ‘smart’ (or enhance its supposed smartness) in concentrating projects and resources primarily on ICT technologies is meaningless: because the relations put in place by urban cultural heritage are webs of connectivity to be studied taking into account their wholeness.

Finally, on the ground of the underlying assumption that cities are the oldest known form and model of *artificial intelligence* (within the framework of the “extended-distributed mind” and “material engagement” theories), the essay points out the urgent necessity of interdisciplinary research projects being able to look at the interrelations among *all* cities’ parts (including peripheries, decaying zones, suburbs), to bring out the potential smartness any city has.

Starting from urban cultural heritage as the very core of cities’ *mind*, meant as a coevolving assemblage of built environment (*urbs*, the city of stones) and people (*civitas*, the city of human beings), research can play a major role in hampering the speculative exploitation of urban milieus.

Keywords: cultural heritage, place/space, cities’ smartness, artificial intelligence, geography, extended-distributed mind, material engagement theory.

Preliminaries¹

How should we convey cultural heritage? And, above all, should we? Taking into account Hannah Arendt's metaphor, we should. To prevent the occurrence of next generations forced to be “heirs with no testament”:

The testament, telling the heir what will rightfully be his, wills past possessions for a future. Without testament or, to resolve the metaphor, without tradition which selects and names, which hands down and preserves, which indicates where the treasures are and what their worth is there seems to be no willed continuity in time and hence, humanly speaking, neither past nor future, only sempiternal change of the world and the biological cycle of living creatures in it (Arendt 1961, 5).

Following Arendt's metaphor, a testament is the manifestation of a will, a choice. Still, in the case of what UNESCO considers “tangible” cultural heritage is in a way unavoidable that transmission occurs in any case, with or without testament, because basically, when it comes, e.g., to landscapes, choosing of *not* taking a stance means to *have taken* a stance anyway. A stance with many, mostly unwelcome, consequences, as it happens when we are reminded of the vital role played by human factor even once we are confronted with natural hazards.

In an age obsessed with communication - which means the ever growing and extending dimensions of horizontal connections through space - we have not to forget, not to overlook the other pan of the balance: the vertical transmission through time (Debray 2004); which means, in turn, taking care of the ways through which knowledge is generated and shared. Actually, the issue concerning the conciliation, the balancing of communication and transmission (above all, as to the question of attention in education: Crawford 2015) has undoubtedly little appeal today.

Specifically focusing on urban cultural heritage, it can be said that, indeed, places are full of time. They show, if we pay attention to them, their different “time layers” - to use Reinhart Koselleck's metaphor (Koselleck 2002) - that let them making sense for us, as a concretisation of people, activities, relations, matter, ideas, words, images, and so on.

The physical places we live in every day make sense for us because we feel them through an inextricable stuff made of sensations, thoughts, memories (unconscious mostly).

¹ The article was written while the author was a KRAFT Senior Research Fellow, and this research was supported by the Institute of Advanced Studies Köszeg (Hungary). A preliminary version of the essay was presented and discussed at a seminar held as visiting scholar at the History Department of East China Normal University of Shanghai in January 2018.

For such a reason, places can be interpreted as an important component of the collective, social memory of a group or community.

The limited places of our everyday life - the streets of our town, workplaces, home, squares and monuments, and so on - are *naturalised* by cultural habits, routines, meanings acquired by education or social relations.

Historically, in this perspective, modern age marked the beginning of a new experience of places. As transport and communication systems gradually evolved, the relationship between places and knowledge changed.

This means that for a long time social situations and places were considered closely connected, and that imagination often was the one and only way to escape, as it were, the constraints of places' boundaries.

The relationship between physical place and social situation still seems so natural that we continue to confuse physical places with the behaviors that go on in them (...) Before electronic media (...) places defined most social information-systems. A given place-situation was spatially and temporally removed from other place-situations. It took time to travel from situation to situation, and distance was a measure of social insulation and isolation (...) Communication and travel were once synonymous. Our country's communication channels were once roads, waterways, and railroads. Communication speed was limited to the speed of human travel (...) A place defined a distinct situation because its boundaries limited perception and interaction (Meyrowitz 1985, 116).

Urban environment is a mix of different pasts, some of them are official pasts, acknowledged by authorities as part of the history of places (and often characterised by some landmark), some of them are personal, biographical pasts, the personal stories everyone writes and tells by living his or her life (Stiegler 2011).

Places, then, are *living* places thanks to all relations people build to cope with such web of different pasts, in order to feel themselves at home and understand correctly and share the codes and habits which make what it can be defined roughly as the *culture* of the place. Put differently and in a more accurate way, culture for a long time was a *land factor* (Brose 2004). In a sense, it can be affirmed that cultures link themselves to places quite naturally, because of their basic function in the evolution of human groups.

Culture is what stands between us and the environment, so creating our world, with all its hierarchies, priorities, values. We constantly try to reduce the informational indeterminacy to orient ourselves, producing milieus in which cultures play the role biology plays in the environment, assuring a relative stability of conducts.

In such a view, the focus is on dynamic relations and the role of the *technical milieu* in translating (not simply conveying) feelings, memories, expectations, into actions and beliefs.

Urban space synthesises insofar as it builds a space of *common sensitivity*, a space of feeling together. It is the *materiality*, the reified ideas, and cultural traits (Stone, Lurquin and Cavalli Sforza 2007) that make possible the sharing of experiences. Things (namely, the built environment) materialise the relationships among individuals and constitute a social memory. As still vividly summarised by Hannah Arendt:

To live together in the world means essentially that a world of things is between those who have it in common, as a table is located between those who sit around it; the world, like every *in-between*, relates and separates men at the same time (Arendt 1958, 39).

Let us take the example of *traditional knowledge*, which is still part of peoples' daily practices in many countries, though often concealed or marginalised by the processes of modernisation: the oases of the Sahara, the reservoir systems of Yemen, the Iranian *qanat*, the irrigation systems in China, up to the Ligurian terraces and ravines of Puglia and Basilicata in Italy.

What radically distinguishes the landscapes we see today from that of, say, Lorenzetti's cycle of frescoes of *Good Government* in Siena, is the *gap between places and information*. Traditional knowledge, which has produced landscapes like the one portrayed by Lorenzetti, belongs to periods that maintained the overlap between *knowledge* and *practices*, ensuring consistency between the produced *territory* and its *territoriality* as a system of relations. Under these conditions, territoriality was still, in part at least, strongly marked by relations that gave great importance to such places as sources of identity. There was consistency between territory and territoriality because there was consistency between the actions of a society and the culture it referred to (Raffestin 1986: 183).

This is what made culture, or, if you prefer, tradition, a *land factor*: being the real filter, the true boundary between different areas.

But it is the declining role of the land factor of culture which is our main concern here. The fact that the bond between places and cultures has been put in crisis at first by the extension of transportation systems during 19th century, and almost cut later by the electronic media of the 20th and 21st centuries, foreshadowing a situation of cultures circulating globally with no links with their generating contexts.

It is the phenomenon that Elmar Holenstein describes as the “giving out of the mediation in intercontinental connections” and “de-regionalisation of cultural differences” (Holenstein 2004). Due to the pervasive and growing presence of ICT (especially mobile) technologies, today you can have access to cultural differences virtually from any place. The encounter with other cultures that once meant travelling, it is now practised in browsing the Web, joining social networks, and so on. As a matter of fact, as noted by Olivier Roy with regard to religions:

The territorialization of religions resulted in their acculturation, or inculturation to use a more recent term (they establish themselves within an existing culture). Christianity and Islam respectively had an undeniable Westernizing and Arabizing effect (...) But nowadays, “religion” circulates outside all systems of political supremacy (...) in order to circulate, the religious object must appear universal, disconnected from a specific culture that has to be understood in order for the message to be grasped. Religion therefore circulates outside knowledge. Salvation does not require people to know, but to believe. Both, of course, are far from being incompatible in religions which are embedded in culture and where theological reflection is stimulated by contact with philosophy and literature. But not only is this connection no longer necessary, it also becomes an obstacle when it is a matter of circulating in “real time” in a space where information has replaced knowledge (Roy 2013, 5-7).

Culture-from-anywhere does not mean culture-as-a-whole, since, the price to pay is the loss of any local feature, any characteristic, and virtually untranslatable, trait of people, places, and cultures; in brief, almost any meaning that face-to-face interaction usually produces. It is like the passage from local idioms to a national language, which allows much more people to communicate with each other, provided that are eliminated all elements too connected to specific, place-dependent contexts.

Even so, it is still true that “all experience is local” (Meyrowitz in Nyíri 2005, 21) and knowledge is also made of social practices that make possible specific applications of an innovation, and above all constitute the primary sphere in which workers are trained and further knowledge is developed. Electronic media can disseminate the expert knowledge through accurate procedures, but can hardly replace the practices, which always involve some improvisation, creativity, and shared time.

I realise that the reader could object that in order to tackle a topical popular theme like “smart cities” I am going all round the houses, but I beg to differ.

The fact that the world population is predominantly urban now, for the first time in human history, is no longer a novelty. What is less known is the fact that statistics refer to an idea of the city which is

outdated. In reality, a larger amount of people than the statistically certified ones live in dimensions and relations once considered exclusive to the city.

In 2000, William Mitchell epitomised the impact of the Web on urban life by using the catchphrase “Urban Life, Jim – but Not as We Know It” for the subtitle of his bestselling *E-topia*. The question is that the meaning of *city* has changed dramatically indeed, but not exclusively due to the impact of communication and information technologies. The worldwide spread of citified lifestyles and expectations we are witnessing nowadays cannot be exclusively associated any more to the city as intendeds in Western culture: i.e., the European or American city.

The issue of urban cultural heritage itself concerns more and more countries of all continents, partly due to the pressure exerted by globalisation, partly to the growing economic exploitation of cultural assets (with the correlative bottom-up emergence of stances concerning the community dimensions of those assets).

My intention, then, within this general preliminary framework, is to approach the topic of smart cities, particularly as far as Mediterranean cities are concerned, starting from the difficulty in finding an universally valid and accepted definition of what a city is.

Smart cities?

From the point of view of European historians, already in 1963 Roberto Lopez meaningfully gave voice to their frustration in finding out a formula to define city's essence:

Cities are hard to single out. They do not differ from other agglomerations as men from dogs or black from white. In between, there is a broad grey area of inhabited centers that meet some but not all of the tests (...) To assess the historical role of the city, any definition or classification based solely upon figures will not do. A city is a unique corporate entity. Not unlike physical individuals, it lends itself to generalizations which can be quantified or reduced to formulae, but formulae are valid only within the context of one specific historical period and geographic home. Quantity does not adequately represent quality. There has been only one Athens, one Florence, one Paris (...) ‘A city is a city is a city,’ one is almost tempted to say (Lopez 1963, 28, 30 and 32).

Still, when it comes to the currently very topical subject of smart cities it is striking how plain and simple are the definitions proposed.

One of the most renowned interpretations sounds: “Smart cities are those that are able to shift from being just reactive to being proactive, based on the use of better information” (Eric Woods, cited in

Granelli 2012, 39) and is clearly concerned with the improving of cities' life by exploiting information technologies: basically, a city is smart when has better information available and makes good use of it. Another renowned one defines a smart city as one that "uses information and communications technology (ICT) to enhance its livability, workability and sustainability" (Smart Cities Council 2015, 9).

The early definition by the European Commission, instead, while still relying on technological networks, was focused on the subject of energy and the transition to sustainable energy technologies (European Commission 2012).

The Smart City Model, developed by a group of universities led by Vienna, has greatly influenced the way European Union's institutions conceived this topic. Fact is that such model reduces the complexity of cities to six characteristics, so expecting to condense the whole complex urban life into the sum of its would-be basic features, like in a building blocks toy (Giffinger *et al.* 2007).

As noted by Russo, Rindone, and Panuccio (2014, 981), definitions have become more and more inclusive, but basically not taking on the complexity of urban phenomenon:

A Smart City consists of not only components but also people. Securing the participation of citizens and relevant stakeholders in the Smart City is therefore another success factor. There is a difference if the participation follows a top-down or a bottom-up approach. A top-down approach promotes a high degree of coordination, whereas a bottom-up approach allows more opportunity for people to participate directly (European Parliament 2014).

The problem is basically that the idea of smart city itself comes from the world of corporations, specifically IBM and CISCO, and the basic tenets of the model and the language employed has come accordingly (Granelli 2012).

It is not a chance that in the case of the project by IBM for Italy it was used the expression "smart towns", so misunderstanding the nature of Italian cities, whose smallness, when compared to the size of great cities IBM had in mind, was interpreted as if they were indeed urban but at a backward stage along the obliged path to growth. This is a crucial mistake in misinterpreting the concept of *scale*, but on this subject I will return by the end of the article.

For the moment, I have to ask the reader to accept a very concise formulation of my thesis, apologising in advance for not elaborating properly on the subject due to the limited space at my disposal and the ongoing character of the research on which this essay is based.²

So, what is city's *smartness*? Which kind of *intelligence* can be ascribed to cities, not reducible to the computing³ version put in place by the definitions already cited?

Given that the most relevant theories about human mind have established that our minds are not just computing machines processing information, but indeed they are producers and processors of *meanings* (Rowlands 2010, Tagliagambe 2008, Damasio 2003), and that, as previously showed, the relation between people and urban places is a complex one (not just a mutual relation but a *coevolving one*) I contend that not only basically *any* city is smart, but also that the issue at stake is which options of coevolution planning and decision making select among the many evolutionary paths a city can follow; and, as a basic tenet on which the previous statements ground, that the city, seen as an original human environment, is possibly *the oldest known form of artificial intelligence*, which means, as a consequence, that the richness of urban cultural heritage is hardly represented by the mainstream definitions that I quoted earlier.

In order to develop, however in general terms, my argument, I will follow three steps:

- first of all, pointing out the necessity to not mistaking city's smartness (or "creativity") for the conscious exploitation of urban cultural heritage put in place by the current trend of regeneration projects, which intentionally miss for profit the same mark which the idea of smart city should enhance;
- secondly, outlining the cultural and historical contexts from which the Italian urban cultural heritage comes, as an example of the complexity of urban environment;
- finally, I will return to the question of city's smartness, trying to indicate a possible line of research.

Debunking the myth of Mediterranean city

The ways in which Mediterranean cities were represented, the fact itself that so many different urban settlements were gathered together and sorted out under a single common label, are useful examples of the misdirected uses of the past, and of how even well-meaning interpretations can be more detrimental than intentionally spiteful ones.

² A more developed, though provisional, argumentation can be found in my latest book: *Europe's Design: Mapping European Identities through Time*, Springer Publishing, in press.

³ Or their related bureaucratic version.

According to Cattedra, Governa, and Memoli (2012), the paradigm of the so called “Mediterranean city” developed into a three-tier device, whose poles are the “unitary image”, the “image of divergence”, and the “image of the recomposition”. As metaphorical catalysts condensing the mainstream interpretations of the urban phenomenon in the Mediterranean, such images would have appeared in different historical moments, while coexisting later in a somewhat contradictory interplay. The complex picture portrayed by the authors must be here necessarily summarised roughly.

The first image is an outcome (probably one the most enduring and influencing) of the essentialist and continuist interpretation of a supposed “Mediterraneanity” which informs the works of geographers like Vidal de la Blache, Sorre, Sion, and historians like Braudel or Aymard: the urban Mediterranean is a unique model of urbanisation, based on the recurrence of a morphological pattern, a preferential coastal location, and a long-standing networks of exchanges. The Mediterranean city would be cosmopolitan and a cultural model as a cradle of civilisations.

The second image opens a gap in such unitary model, and reveals the bias towards a reading of Mediterranean urbanism through the screen of a modernity supposed as an exclusive distinctive mark of “Western” cities (Benevolo 1993, in part. XVII-XVIII). The Mediterranean city is identified with a stereotypical pattern – largely drawing on the Orientalist rhetoric of “cultural specificity” carefully investigated by Said – which is summed up by the “Arab-Islamic” or “Eastern” city. Privileging the identification of urban morphological and functional features with the cultural-religious traits, such alleged specificity would explain the “resistance” of Mediterranean cities to modernity, to the political form of nation state, in a word its “delay” when compared with “Western” cities, considered as the original and natural-born model of modern urbanism.

Paradoxically, while mainly produced by the reaction to the decolonisation phase within the framework of Cold War, such image was endorsed even by some schools of thought in South and Eastern Mediterranean as an alternative, opposing cultural model, which could re-evaluate the supposed common Arab-Islamic background.

Beyond the efforts made by many authors to remove the preconceived idea of spatial anarchy as a specific character of the Arab-Islamic city, it has succeeded in establishing itself as a key variable and has been conceived as a fact. Within this process, urban disorder - from morphological, economic, and social points of view - becomes functional to the achievement of another urban taxonomy which strongly contributes to the disjunction of the unitary image: the paradigm of 'the Third World city', 'the city of underdevelopment', 'the in-development

city', or 'the city of the South'. These categories, different but similar, are linked to the recognition of the role of the newly independent States on the global scene during the fifties and the sixties of the twentieth century (Cattedra, Governa, and Memoli 2012, 44).

Finally, the third image has arisen recently as, in a sense, a retrieval of the myth of *Mediterraneity*, carried out as a way to re-evaluate the supposed “cultural specificity” of Mediterranean heritage as a postmodern rhetoric, and in light of the recent trendy focus on cultural heritage, as a “creative resource”, so that the “informality” of Mediterranean urban milieus could take the role of a value in itself, meaning

by the term informal: social, ethnic, and linguistic hybridization, musical and culinary tradition, uses of public spaces, self-organization of inhabitants in the absence of the State and public authorities, and so on. Within this perspective, the characters of pre-modernity are seen as opportunities and assumed as new values (...) According to this perspective, the anti-planned practices and the creativity of the informal - which could be considered as some of the main dimensions of post-modernity - would have their origin in the Mediterranean (Cattedra, Governa, and Memoli cit., 45).

Fact is that today the supposed cosmopolitan nature of Mediterranean cities has been enlisted as an economic resource.

As effectively summed up by David Harvey,

the knowledge and heritage industries, the vitality and ferment of cultural production, signature architecture and the cultivation of distinctive aesthetic judgments have become powerful constitutive elements in the politics of urban entrepreneurialism in many places (particularly Europe). The struggle is on to accumulate marks of distinction and collective symbolic capital in a highly competitive world. But this brings in its wake all of the localized questions about whose collective memory, whose aesthetics, and whose benefits are to be prioritized (Harvey 2012, 106).

In the case of Mediterranean cities, through the promotion of international events like Olympic Games, World Cups, World Fairs, G8, urban renewal programmes concerning cities' disused areas (like docklands) or considered in decay (like historic centres), European programmes like the European Capital of Culture, we have witnessed a huge and enduring flow of public and private investments which radically has been transforming large areas of Mediterranean cities, on both shores, mostly led by the monopoly rent logic.

Especially in the case of waterfronts and historic centres, the extensive use of “territorial marketing” and “city’s branding” has produced very popular cultural places, like the MACBA - Museum of Contemporary Art - in Barcelona, the MADRE - Museum of Contemporary Art Donnaregina - in Naples, but also the huge project for the Marseilles’ waterfront *Euroméditerranée*. But the same logic also applies to the regeneration programme in Tunis, as well as to the waterfronts’ projects in Tangier and Casablanca, all mainly driven by investments of global players coming from Gulf countries (Cattedra, Governa, and Memoli, cit., 49-53).

In all these cases, what Harvey calls “the art of rent” (Harvey cit., 74-5, 100-5) is the very engine of change, a force that cannot be simplistically dealt with as a resource to be exploited and controlled to produce the “urban commons” necessary to reduce the gap between the city of stones (*urbs*) and the city of people (*civitas*). Such programmes indeed, while enhancing disused or unoccupied areas, through the *spillover* effect of the rent increase nearby property prices in surrounding districts, so reducing affordable housing chances in favour of high-income residential lots, and forcing the relocation of low-income residents.

It is curious enough that in this recent trend – of Mediterranean cities competing to affirm their brand in order to attract investments – it is quite easy to find similarities with a widespread and trusted strategy of industrialisation, which caused mainly in the 1960’s a radical transformation in many Mediterranean regions.

Such strategy was based on an interpretation of the “growth poles” theory originally developed by the French economist François Perroux (Perroux 1950).

The main tenets of such theory are:

- economic development, or growth, is not uniform over an entire region, but instead takes place around a specific pole (or cluster);
- this pole is often characterised by core (key) industries around which affiliated industries develop, mainly through direct and indirect effects;
- direct effects imply that the core industry gets goods and services from its suppliers, or it supplies goods and services to its customers. Indirect effects can involve the demand for goods and services by people employed by the core and affiliated industries supporting the development and expansion of economic activities (retail);
- the expansion of the core industry implies the expansion of output, employment, related investments, as well as new technologies and new industrial sectors. At a later stage, the emergence

of secondary growth poles is possible, mainly if a secondary industrial sector emerges with its own affiliated industries, so increasing the regional economic diversity.

Growth poles strategy was responsible for settling huge industrial complexes, like in Gabès-Ghannouch (Tunisia), El Hadjar (Algeria), Taranto in Southern Italy.

Such complexes, in just a few years from their opening and in spite of their initial success in terms of employment and rise of the average household incomes of the regions involved, revealed their weak points.

Basically, not only they didn't promote new secondary growth poles, so balancing the growth all over the region, but also they drained all the workforce from other traditional activities so destroying many jobs whose skills were necessary to meet local needs, but above for their vital role of social bond in local communities. Moreover, being strictly dependent on external markets and investments, they were disconnected from the local economies and cultures, as much as they were connected to the international scale of iron and steel industry, chemicals, and so on.

Even leaving aside the huge cost of pollution, such strategy reinforced the existing gaps, while destroying the assets of local social and territorial systems.

Now, if you replace the terms "growth poles" and "industry", by "city brand" and "real estate", it is done.

Indeed, in spite of the apparently striking differences between the two situations, just like the big industrial complexes were disconnected from local cultural, social, and economic orbits (save for workforce and supply chain firms) but strictly connected to the global market of iron and steel, chemicals, etc., so monopoly rent follows a logic which, while investing in concrete (even literally), material things, like buildings and infrastructures in localised areas, it is anyway mainly linked to the financial market, whose very nature is global.

In order to attract external investments cities have to accept competition on the international scale, then implementing big plans and urban developments radically changing not only areas somehow abandoned, like old docks, but also all the neighbourhoods bordering the areas involved, rising dramatically real estate prices, so expelling not-affluent residents and small economic activities, and, above all, attracting all the tourism-related business as well as pushing local business to focus on goods and services for tourists.

This is the contradictory nature of monopoly rent logic applied to urban renewal remarked by Harvey (cit., 109-110): the more "different", the more "unique" a place is or can be represented from a cultural

point of view, the more attractive is to investments, but the more successful are investments the less “different” becomes the place, like in the case of Barcelona:

the later phases of water-front development look exactly like every other in the western world: the stupefying congestion of the traffic leads to pressures to put boulevards through parts of the old city, multinational stores replace local shops, gentrification removes long-term residential populations and destroys older urban fabric, and Barcelona loses some of its marks of distinction (Harvey, cit., 105).

Above all, in the declining role of culture as “land factor”, as already stated, such contradiction appears all the more relevant. But to elaborate properly on this point it is necessary to consider before the complexity (in systemic terms) of urban cultural heritage.

If the “Mediterranean city” has been an image retrieved intentionally from the past as a cover for real estate developments, the image of the Italy of small towns (more than seventy per cent of total), while taking advantage of a rhetoric to gain also economic benefits, is not entirely fictional, and can reveal a useful direction to research.

Complexity of urban cultural heritage

The Italian landscape was widely renowned in the sixteenth and seventeenth centuries, but above all in eighteenth century, the golden age of *Grand Tour*.

Basically, it was this fashion which spread across the continent that gave Italy the fame of a country to be visited.

Such fashion was triggered by a *secular* version of pilgrimage, as it were. Christian culture condemned wandering because it was a metaphor of the sinful soul damned to be eternally errant, while praising instead travelling with the aim of reaching a sacred place, a travel in which prayer was the experience itself of the trip, with its very slow time, stopovers, weariness, weather, encounters, and so on (Dupront 1987).

Such important custom gave the pilgrim a specific, albeit temporary, social status (one of the features Christianity shared with Islam).

In the course of time, travel's *formative character* would trigger the fashion of *Grand Tour*: the idea that travelling can give shape to your mind, enrich your worldview, training yourself to life's uncertainties, giving you discipline, and enlarging your parochial horizons so making yourself more tolerant, in a word, more *enlightened*.

It belonged to the wave of education surge which spread, above all among bourgeoisie between mid-seventeenth and mid-nineteenth century, and whose main literary outcome was the *Bildungsroman*, the educational novel, telling the story of maturation of an individual or a group.

Now, *Bildung* in German stands for “education”, but *Bild* means “image”, so here we are dealing with a concept of education having its fundamental ground on *imagery*.

Young people (above all males from affluent middle class and aristocracy) who wanted to complete their education to be admitted into adult’s world, followed this fashion, so practising an *educational travel*, the *Grand Tour*, indeed.

But which images made the basis on which the educational travel could rely?

Landscapes of course, but above all *urban views*.

With the great fortune of the first bestsellers concerning this experience (one for all, the *Voyage to Italy* by Goethe) this literary genre would become very attractive for publishers and writers, but also for painters and illustrators, because more and more such books were enriched by images, which were reproductions or following the style of *vedutisti*’s paintings.

The view of San Marco’s basin by Caspar Van Wittel (whose son born in Italy would have become the famous architect Luigi Vanvitelli) is likely one of the most famous image of Venice, made by an artist considered the founder of such manner. The familiarity this image inspires, even if it is the first time you see it, it comes from the fact that such image is indeed not only a forerunner of modern photographic postcards, but also, and above all, the one who invented the *archetype* itself. This image was reproduced countless times, either faithfully or in so many variations that today we find it natural to have the impression of a *déjà vu*.

The wide circulation of such images of Italian cities and landscapes gave a crucial contribution to the definition of the myth of Italy as a place for leisure travel, and, above all, as the land in which *travelling across space meant travelling across time*.

Travel guides and the books of travel memories, in giving their preference to some cities, defined a sort of classification of best Italian itineraries, and mostly their model was an itinerary which was a time travel from the contemporary Europe (Milan, Turin), to the Renaissance (Venice, Florence, Rome), Middle Ages (Bologna, Siena), classical antiquity (Rome, Naples) and, finally, the alleged sources of European culture (the archeological landmarks in Campania and Sicily) and nature (Campi Flegrei, the volcanoes).

So Italian landscapes and cities, notwithstanding their tormented territorial history, and in spite of the inequalities and imbalances which marked the different evolutions of the many regions into which

what was called 'Italy' was divided at the time, all these fragments were gathered, were composed in an unique image. The image of Italy produced by the *Grand Tour* was so convincing that when it came to the real unification of the country in a single nation state in the second half of nineteenth century, the chosen image of its cultural heritage was the one produced by the *Grand Tour*, that is the image which foreign travellers created.

And the new medium of photography stressed such choice, in following the model of *vedutisti* as well. If photographic views made by the company which more than any other produced the public image of the recently unified Italy, the Alinari brothers, are taken into account, you can find a careful imitation and restaging of Van Wittel and followers' views.

But we have more. Everybody knows that Rome is the Italy's capital.

Actually, the first capital of the new nation state was Turin just for a few months, and then Florence was chosen in 1864. Florence was capital for six years, and during that time, following the Paris model, an urban plan was implemented to turn it into a capital city.

Among all the modifications carried out, there is one that is particularly meaningful: the observation platform of Piazzale Michelangelo on the hill of San Miniato, the highest vantage point of the city and its surroundings, still an obliged stop for tourists.

Such view is totally alien to medieval and Renaissance Florence. But it was necessary to display the city as a symbol of what Italy was considered to have the most. What nowadays is called *cultural capital*: history and art (Neve 2004).

Still, for all this construction of the myth of Italy, such myth grounded on an enduring reality: the complexity of urban cultural heritage, which, in the case of Italy, was made of the singular relation between cities and countryside and the *density* of relations in the Italian historic centres preserved even after the 19th century, which is the fundamental mark missed by mainstream definitions of smart city I pointed out earlier.

Smallness of towns is not a sign of delay, of backwardness, but a distinctive trait of a complex urban culture which is impossible to understand unless a different concept of *scale* is adopted.

As to the first point, any Italian town took shape along with its countryside, as well as on the horizon of the gaze of any farmer in the fields there was always a city, or, anyway, an urban settlement, as pointed out by the French geographer Henri Desplanques (Desplanques 1969), contrary to what in the rest of France was meant by the term '*ville*' (either a town or a village) because of the blurred border between city and countryside.

It is in this sense that the term '*paesaggio*' (landscape) has emerged in the Italian language, deceptively traced from the French *paysage*, but with a quite diverse sense, just because of the different meaning of the word '*paese*', unavoidably linked in Italy with the mutual glance between the farmer and the citizen.

As to the second point, as it was evident since Middle Ages, the density of relations concerned both the built environment *and* society. Places and their contexts of meaning were not partitioned, as in modern cities, but fitted one inside the other, so setting for work and everyday life activities real *nested networks*. Residents, on the other hand, if their social conditions and mentality could be different, they couldn't avoid to encounter each other and share the same public places, so being obliged to integrate in a small world with forms of sociability which were unknown in villages: a specific, urban way of life, implying the everyday use of money and, for someone, to be open-minded in a certain measure. Moreover, the contrast between the nobility and the middle class was less striking in Italy than in the rest of Europe. At the era of the late medieval commercial revival, the nobles of the cities of Lombardy even interested themselves in the business of the merchants and put some of their income into business enterprises.

It is surely meaningless to try to reconstruct what a citizen of a medieval town perceived exactly. Nonetheless, what both citizens shared was a kind of *consistency* (I could not find a better term) between the urban culture they shared and the matter of the built environment. In the fifties, Francesco Rodolico noted that, at least until the early 19th century, each Italian city showed a distinct aesthetic quality of the built environment, in spite of the great variety of stones, found locally or brought from other places.

Cities like Venice or Milan had for a long time taken their stone from areas far away. However, and here lies the difference, these areas depended on the cities from many economic, political and cultural points of view. Even if, in these extreme cases, the stones were detached from the surrounding natural landscape, they were always 'Venice's stones' or 'Milan's stones', because they were bound to the particular context of the human values produced by each city.

The perceptual difference between Florence and Bologna, even before the differences of topography and in the streets orientation, lies in the mimetic relationship of Bologna with the countryside, the very fact of building materials. Which remain the same not only between town and country, but even in its highest urban manifestations: like in the prevailing architectural motifs, of rural origin, of towers and porches; that of common colours red and ochre - precisely the colour of the earth - of houses and palaces, well different from the shrill white of the facades of houses in Florence, markedly urban,

exported in the countryside to mark the domain of the city over the countryside. In Bologna, on the contrary, the movement in the past centuries has been the reverse. It is the city that has imported rural shapes and colours, because it has acted in the service of its hinterland (Farinelli 2010).

Just by these brief remarks it should be plain why the complexity of the Italian urban networks cannot be reduced to some branding formula or marketing slogan. Even more plain it should be why I contend that any city, as a complex assemblage of people, things, and media, is smart: because “the way we think is the property of a hybrid assemblage of brains, bodies, *and things*” and “the understanding of human cognition is essentially interlocked with the study of the technical mediations that constitute the central nodes of a *materially extended and distributed human mind*” (Malafouris 2013, 15 and 19, italics added).

But Italy provides a good example of networks' complexity as well, in many Southern historic centres, where the intermingling of different material cultures through time established a traditional knowledge in town's building, craftsmanship, agriculture (Laureano 2013), setting them as a meaningful instance of the *theme and variations* paradigm which constitutes the shared ground which Mediterranean material cultures continually reworked throughout history. A still living ground, notwithstanding the homologation induced by forced industrialisation.

As an example, let us consider the plan of most historic centres of Southern Italy, namely in Salento region, in which building and cultivation techniques represent a long-standing and successful *mélange* of different cultural patterns: Neolithic, Greek, Arab, Byzantine, and so on.

As I previously stated, such *mélange* was exploited to build the myth of Mediterranean city, and all that has come since. But if we try to go beyond the screen of the Orientalist myth retrieved by contemporary neoliberal policies, the lessons to be learnt from our investigation into the city as the earliest form of artificial intelligence are many.

Besides the formal aspects (the maze-like plan) which were considered either a distinctive mark of “cultural specificity” or of “anarchy and backwardness”, the way of life made possible by such settlements' structuration, by the interrelation of their parts in an organised whole, and their strict functional connection to the dwelling conception reveal their complexity, their *smartness* (Neve and Santoro 1990).

In such apparent disorder, there is no real mixing, but a *nested* hierarchy of places (Hofstadter 1979), to be figured out like in the famous engraving by Escher, *Print Gallery*: with the observer being led level by level to the paradoxical situation of the subject gazing at one print displayed on the walls of

the gallery containing an urban view in which there is a gallery in which a guy is gazing at a print which contains an urban view...

Here any urban feature is an *in-between* place toward different elements of the global structure. In such a way, the nesting pattern allows, at the same time, a high density of housing, a high degree of domestic privacy, and an extreme fluidity of communication in public spaces.

There is a sort of continuous variations, at disparate scales, on the theme of the *patio*, which is a shared open place for a single house, turning into a semi-public one serving all the houses facing it as a common area in which neighbourhood relations are carried out (as an informal playground for children games or little trades and businesses), and even becoming a square, a larger public space whose character and function as a typical European urban feature (Romano 2015) show once more the smartness of a settlement pattern able to combine efficiently different material and symbolic cultures.

The *recursive* character of this pattern is motivated by the need to guarantee privacy to households while ensuring communication through social groups. Topography is useless here to know the city – exactly like Saskia Sassen remarks about digitally connected contemporary cities (Sassen 2010). To understand a city like these it is necessary walking through their streets, using observation and memory to progressively learn city's forms and relations through places, making reference to any detail or viewpoint (the gaze trained to linear perspective here is of no use) which our path reveal, comparing them step by step, knowing them *phenomenologically*.

The distribution of shops, trade activities, craftsmen's workshops, is also an integral part of such pattern, and it is recently regaining place, after the long period of abandonment due to the already mentioned industrial development driven by the “growth poles” policy.

Fact is that, beyond the comfortable myth of the Mediterranean city and its avatars, these cities are not only examples of a living heritage but a living example of networked urban milieus too: not as an immobile and fixed tradition, but as a successful one *precisely because* was able to change and being evolutionarily fit, to the extent that their patterns are studied anew for their sustainability (Laureano 2013).

The visual representation currently used for networks indeed (Drucker 2014, 82-4) focuses on connections and degrees of connectivity, useful for computing through adjacency matrixes (Barabási 2016), but misleading as far as real networks are concerned. When it comes to urban environments like these the complex intermingling of built places (from the single room to the square) and customs (from the social behaviours in families to conducts in shops, workshops, public offices, workplaces) is

really enabled and regulated by *in-between places* made of shared (while always varying) interactions brains-bodies-things, since “cognition is not a ‘within’ property; it is a ‘between’ property” (Malafouris, cit., 85). Such interactions are the stuff that the feeling-at-home sentiments of inhabitants are made of.

All That Is Solid...

As I have stated since the outset, there is a misunderstanding made by mainstream interpretations of smart city's topic, and it concerns the concept of *scale*. Even in the insightful remarks by David Harvey on scale there is still a patent difficulty in finding in-between level of analysis (besides the overused couple local/global) which could account for the complexity of issues involved (Harvey 2012, 69-70). Most of the time, the notion of scale implicitly or explicitly employed is the *cartographic* one, based only on the quantitative side of reality. But things are more complicated than that.

Actually, it can be affirmed that basically most of the literature concerning cities, in considering scales' issues thinks in terms of the cartographic one⁴.

Fact is that when we think in terms of 'large' or 'small' scales, we are not simply moving along a quantitative range only (Racine, Raffestin, and Ruffy 1980; Péguy 2001; Sayre 2009) but we are implying also *qualitative* and *temporal* issues, whose interactions are *non-linear* (Raffestin 1983). And that scale couldn't be oversimplified was evident since its first definition in geography, dating back to the 2nd century (Neve forthcoming).

Complexity cannot be investigated in terms of a single object or level of observation, since meaning is never context-free, and information is *differential* (Bateson 1972), so it grows insofar as differences grow, which means to the extent *interconnections* grow (Taylor 2001). Then reasoning in terms of scale implies being aware that scale is a *code linking contexts of meaning* (Boisot 1995).

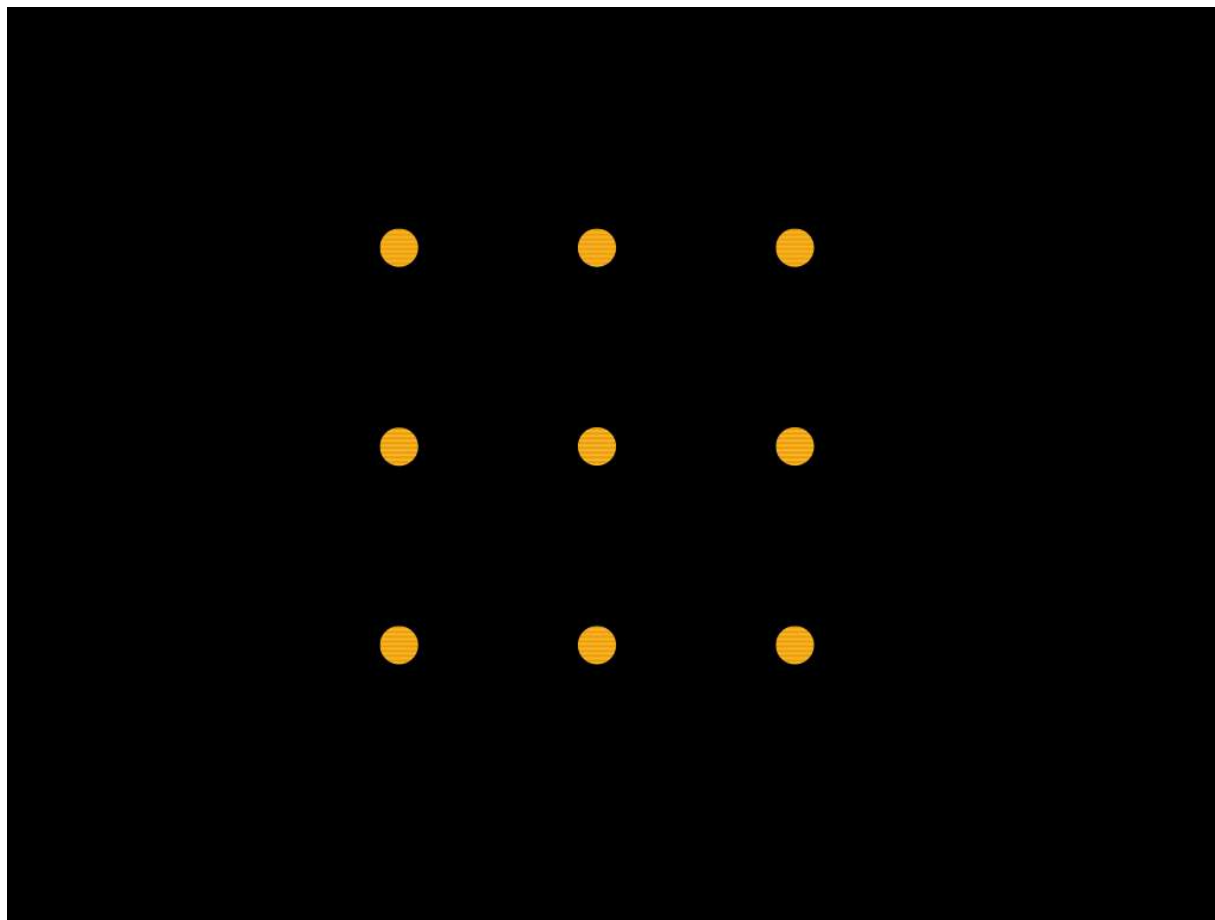
This is why what I called previously “the declining role of culture as a land factor” makes the exploitation of “uniqueness”, “authenticity”, “cultural specificity” pursued by renewal projects driven by monopoly rent ephemeral and detrimental: not just because they are speculative operations, but also because cultures and places are no more strictly related.

⁴ Being maps objects deceptively familiar, they often work the opposite one would expect: while in informal everyday speech we are used to say ‘at a large scale’ thinking about something which covers a great extension, in cartographic terms one refers to the relation between numerator and denominator of scale's ratio. Since 1:500 means that one unit on the map (e.g., 1 cm) is equivalent to 500 units (5 m) on the ground, if I want to represent larger areas, I have to make, so to speak, the denominator ‘grow’ – 1:1000, 1:25000, 1:100000, etc. –, but in this way the numerator ‘shrinks’. This is the reason why a world map is drawn on a very small scale: 1: 40-50 millions, while on a scale of 1:500 we can represent a city block at most.

This does not mean, however, that places are nowadays unable to generate and develop cultures on their own. It is crucial here to focus on the already mentioned gap between the *intensional* nature of places (their singular and endlessly reworked coevolution of people and things building practices, experiences, and conducts) and the potentially *extensional* character of their representations (the possibility to make them circulate outside their original context).

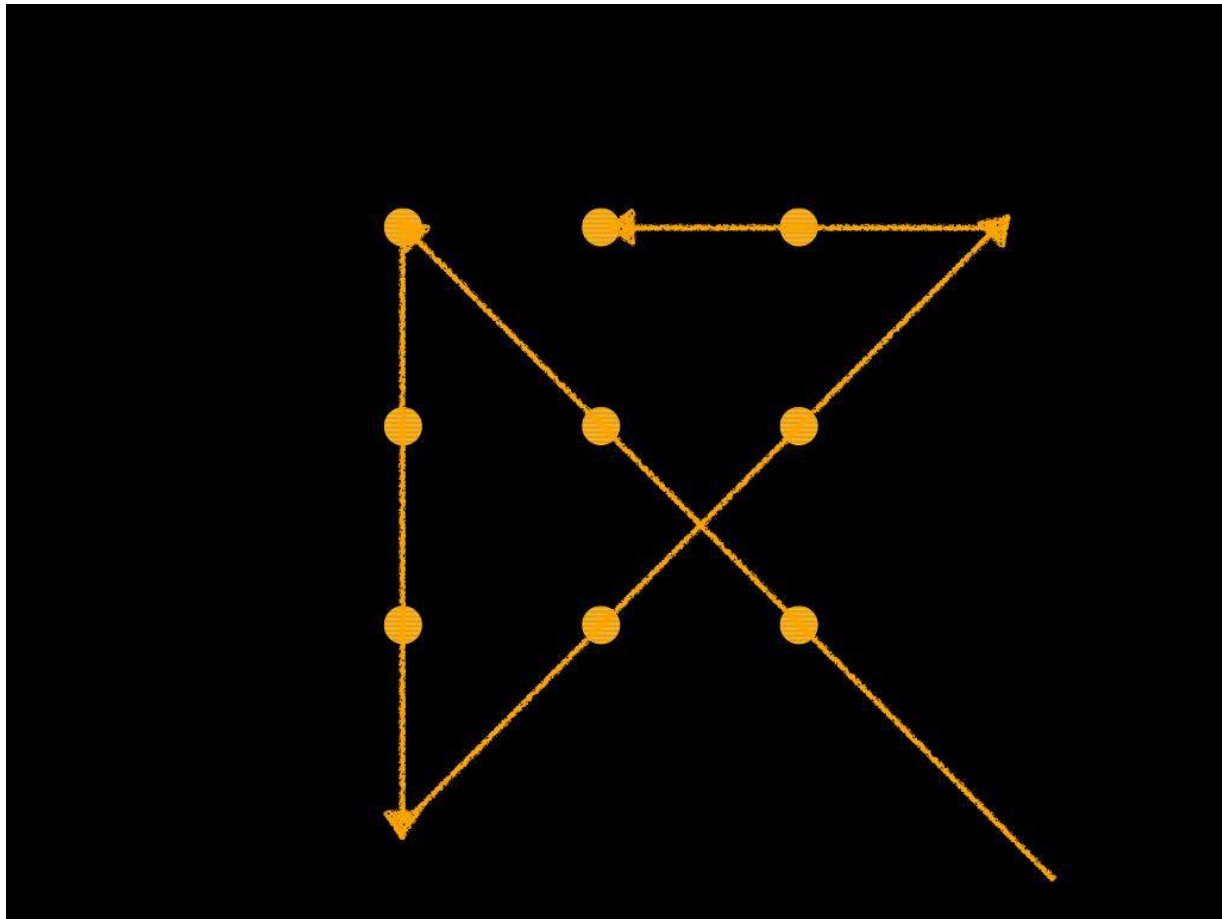
The Net, reducing all communication on the quantitative plane of computing, represents the highest degree of *extensionality* ever reached by a medium. It generates a milieu in which any local feature, any virtually untranslatable trait of a place needs to be previously typified in order to spread along the network: this is the reason why places easily become stereotypes when presented on the Web, e.g., for the purposes of promoting tourism.

In order to clarify the sense of scale at stake here is better resorting to the 9-dots puzzle made famous by Paul Watzlawick (Watzlawick, Weakland and Fisch 1974, 25).



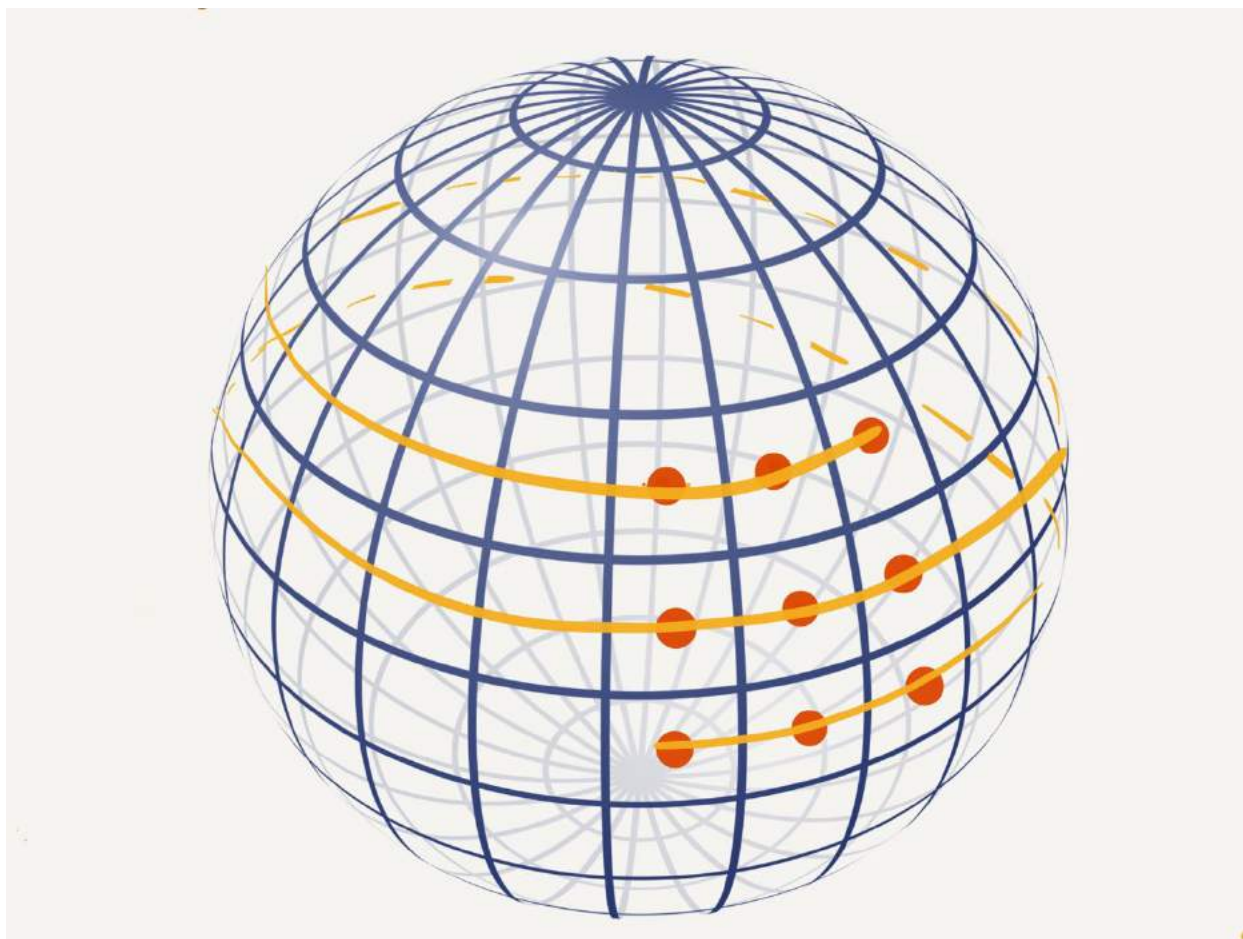
The challenge is to draw four continuous straight lines which connect all of the 9 dots without taking the pencil off the paper. Most of people fails in trying to solve it because they tend to see a *virtual border connecting the outer dots*, they tend to see a border where there is none. But this is a quite normal

behaviour, because of an evolutionary pattern we share with all living beings using light to orient themselves.



The solution is found changing scale, but not a quantitative one. It is necessary to *change context of meaning*, taking into consideration a wider framework than the one apparently delimited by the external dots.

In order to understand the world it is sometimes necessary to access a *further dimension*, as Watzlawick would say to “think outside the box”; just as to solve the 9 dot puzzle you need to think outside the border that you imagined to see in the figure. Think that, when translated onto the globe, the same puzzle can be solved with a *single* continuous line.



Geography teaches us how to see totalities, to move through contexts and changing dimensions without losing the sense of the whole framework. In 2D you are on the geometrical plane, the typical dimensions of maps, what a geographer calls *space*, in which all things are taken into account solely from a *quantitative* point of view.

On the globe, instead, you have the real world of our lives, full of *qualitatively* different peoples, cultures, languages, habits: what a geographer calls a world of *places*: “the geographer is the one who knows that the Earth is round. And being aware of it” (Péguy 2001, 172).

A network doesn’t mean just a web of connectivity and relationships to be imagined *extensionally*, but also *intensionally*, in the sense of stratifications, layers of relations that reduce information’s dispersion and noise. This means that changing scale in a network implies changing context of meaning, since any meaning is related to a context (Tagliagambe 2008).

So, relations put in place by urban networks, above all when belonging to a long-standing culture, are webs of connectivity to be imagined as stratifications, layers of relations, to be studied taking into account their complexity.

The concentration of activities in neighbourhoods densely packed by people and relations is a real effective network model in action. It is no use, then, keeping the usual way of considering urban cultural heritage just as an economic asset, let alone thinking to enhance it by reducing historic centres resides and their *complex wholeness* to gentrified lots or functionally distinct zones.

So, in the end, where is the *smartness* of cities? I prefer to close this article with an example which, I think, can be a living embodiment of what I have tried to develop in this article.

Palermo, in Southern Italy, has been suffering for a very long time, among the various and tragic consequences of the pervasive presence of the Mafia, from the abandonment of the historic centre by residents, shopkeepers, and craftsmen. Recently, thanks to the establishment of an agreement between the city, represented by the municipality council, and immigrants, the historic centre is reviving (Merelli 2016, Tondo 2017). Not only the population of residents has been growing – and still is: in 25 years, more than 60% of the city's historic buildings have been renovated (Tondo 2017) – , but also the little neighbourhood businesses are thriving, namely the local street markets.

The truth is that the historical market is still nowadays a total social fact, using a favourite expression of French sociology, especially of Marcel Mauss, where human mutual relations established through the exchange do not strictly involve economic issues only, but also religious, playful, and integrating issues in various forms. A place in which not only commodities or goods are exchanged but also skills and experience, a place of interrelation and communication as the founding element of every culture (Sorgi 2015, 11).

Pay attention: neighbourhoods and markets are reviving *precisely because a change is taking place* (almost literally): the culture of places is still alive because people (old and new) are adapting it to their needs. Besides, immigrants are quite refractory to some aspects of the town's customary practices because of their *in-between* condition (earning a living while mediating between their culture and the local one)⁵: like the custom of secrecy (*omertà*), binding criminals and victims in a tacit mutual pact of silence against law enforcement (also this being part, like it or not, of tradition). A tradition with which immigrants have broken in reporting abuses and making possible arrests of criminals controlling local street markets (Merelli 2016).

Notwithstanding the limits of such example, it should be plain that when the screen of exoticism which makes urban cultural heritage prone to manipulations is taken away, cities' *wholeness* can be

⁵ Of course the process is not going without troubles. But since entropy is a social loss of memory (Boisot 1995, 138-43) which typically spikes in times of transformation, such a radical change cannot go straightforwardly in communities whose enclosure has been enduring throughout the entire history of the Italian state.

grasped and enhanced only by studying it *systemically*, then by taking into account the interrelations among *all* their parts (including peripheries, decaying zones, suburbs) and the potential of cultural heritage to bring out urban *smartness*: since it is the very core of cities' *mind*, meant as a coevolving assemblage of built environment (*urbs*, the city of stones) and people (*civitas*, the city of human beings).

The scope and scale of the issues implicated by this scenario are ungraspable unless a real interdisciplinary research stance is adopted, getting rid of the old-fashioned and detrimental divide between the so called *hard* and *soft* sciences.⁶

Besides, any analytical attempt would be doomed to failure (or, at least, to very limited outcomes) if not placed within the correct geographical framework in historical perspective. Which means, today, making any effort to think on a cosmopolitan level, working on comparative frameworks, not being intimidated or inhibited by the fundamental issues at stake: like coping with subjects usually considered as exclusive to study fields such as cognitive sciences.

It is in working on this ability to reconcile the city of stones and the city of people, in creatively using local culture to build a common ground (an ability someone could call *resilience*), that any city can bring out its latent smartness, on condition of being aware that is a never-ending job.

Marshall Berman, eight years ago, in recalling the extraordinary path followed all over the world by his classic work *All That Is Solid Melts into Air*, summed up, with a hint of his usual (a little) bitter irony, what happened in New York after the Reagan era, in which his book appeared, with the growing reaction of people to zoning (a planners' favourite in US) and the relative splitting of neighbourhoods into "functional" areas:

They [residents] came to feel crowded streets, human concentration, people pressing together, intimacy between strangers, as primary sources of joy; "public space," sectors of cities that made this joy possible, needed to be nurtured and cared for, not destroyed. Now, too, within cities, despite their many polarizations, the horizon of empathy expanded: people came to see the human benefits of keeping other people's neighborhoods alive, even if they would never go to those neighborhoods or share in that life. Once there was a critical mass of people who not only loved their cities but knew why they loved them, and recognized they had to take care of them, the *Lebensraum* for imperial bureaucrats shrank fast (...) Ironically, though, the collective learning

⁶ It is ironic (and disappointing) that, already in the early sixties, John Burchard, in writing the conclusions to an important collection of essays concerning the city as historical subject could plainly affirm that "all the world tries to be interdisciplinary" (Handlin and Burchard 1963, 251). A firmly held belief not too shared nowadays by academic bureaucracies.

that thwarted [Robert] Moses, and made the world 'love New York' more than ever, generated a real estate boom that has driven out, and keeps out, a great many of the people who 'love New York' most (Berman 2010).

References

- Arendt, Hannah. 1958. *The human condition*. Chicago: University of Chicago Press.
- Arendt, Hannah. 1961. *Between Past And Future: Six Exercises in Political Thought*. New York: The Viking Press.
- Bateson, Gregory. 1972. *Steps to an Ecology of Mind*. San Francisco: Chandler Publishing Company.
- Barabási, Albert-László. 2016. *Network Science*. Cambridge (UK): Cambridge University Press.
- Benevolo, Leonardo. 1993. *The European City*. Translated by Carl Ipsen. Oxford and Cambridge (Mass.): Blackwell.
- Berman, Marshall. 1988. *All That Is Solid Melts into Air: The Experience of Modernity*. 2nd Edition. London and New York: Penguin Books.
- Berman, Marshall. 2010. "Afterword to *All That Is Solid Melts into Air: The Experience of Modernity*. New Edition of a Modern Classic. London and New York: Verso". *Globality Studies Journal* (21), 22 November. <https://gsj.stonybrook.edu/article/all-that-is-solid-melts-into-air-afterword-2010/>.
- Boisot, Max H. 1995. *Information Space: A Framework for Learning in Organizations, Institutions and Culture*. London and New York: Routledge.
- Brose, Hanns-Georg. 2004. "An introduction towards a culture of non-simultaneity?". *Time & Society* 13(1): 5-26. DOI: 10.1177/0961463X04040740.
- Cattedra, Raffaele, Francesca Governa, and Maurizio Memoli. 2012. "Città/Cities." In *Mediterranean Lexicon/Lessico Mediterraneo (Geo-Italy 5)*, edited by Paolo Giaccaria and Maria Paradiso, 39-54. Rome: Società Geografica Italiana.
- Crawford, Matthew B. 2015. *The World Beyond Your Head: On Becoming an Individual in an Age of Distraction*. New York: Farrar, Straus and Giroux.
- Damasio, Antonio R. 2003. *Looking for Spinoza: Joy, sorrow, and the human brain*. New York: Harcourt.
- Debray, Régis. 2004. *Transmitting Culture*. Translated by Eric Rauth. New York: Columbia University Press.
- Desplanques, Henri. 1969. *Campagnes Ombriennes: contribution à l'étude des paysages ruraux en Italie centrale*. Paris: Armand Colin.
- Drucker, Johanna. 2014. *Graphesis: Visual Forms of Knowledge Production*. Cambridge (Mass.)-London: Harvard University Press.

Dupront, Alphonse. 1987. *Du Sacré. Croisades et pèlerinages. Images et langages*. Paris: Gallimard. European Commission. 2012. *Communication from the commission smart cities and communities –European Innovation Partnership*. <http://ec.europa.eu/energy/technology/initiatives/doc/2012_4701_smart_cities_en.pdf> (last access February 2018).

European Parliament. 2014. *Mapping Smart Cities in the EU*, Directorate general for internal policies. <<http://www.europarl.europa.eu/studies>> (last access, February 2018).

Farinelli, Franco. 2010. "Un racconto di due città", *E|C Serie Speciale* (IV) 6: 117-20.

Giffinger, Rudolf *et al.* 2007. *Smart cities: Ranking of European medium-sized cities*. Vienna: Centre of Regional Science at the Vienna University of Technology.

Graneli, Andrea. 2012. *Città intelligenti? Per una via italiana alle Smart Cities*. Bologna: Luca Sossella Editore.

Handlin, Oscar, John Burchard, eds. 1963. *The Historian and the City*, Cambridge (Mass.) and London: the M.I.T Press.

Harvey, David. 2012. *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*. London-New York: Verso.

Hofstadter, Douglas. 1979. *Gödel, Escher, Bach: An Eternal Golden Braid*. New York: Basic Books.

Holenstein, Elmar. 2004. *Philosophie-Atlas: Orte und Wege des Denkens*. Zürich: Ammann Verlag.

Koselleck, Reinhart. 2002. *The Practice of Conceptual History: Timing History, Spacing Concepts*. Translated by Todd Presner, Kerstin Behnke, And Jobst Welge. Stanford, CA: Stanford University Press.

Laureano, Pietro. 2013. *Water Conservation Techniques in Traditional Human Settlements*. Lajpat Nagar, Sahibabad (In): Gopal Publishing.

Lopez, Robert S. 1963. "The Crossroads Within the Wall." In *The Historian and the City*, edited by Oscar Handlin and John Burchard, 27-43. Cambridge (Mass.) and London: the M.I.T Press.

Malafouris, Lambros. 2013. *How Things Shape the Mind: A Theory of Material Engagement*. Cambridge (Mass.) and London: the M.I.T Press.

Merelli, Annalisa. 2016. "The center of Sicily's biggest city was emptied by the mafia. Now it's being reclaimed by migrants", *Quartz*, June 21, 2016. <https://qz.com/704320/migrants-are-bringing-back-to-life-palermos-historical-center-which-the-mafia-had-ravaged/>.

Meyrowitz, Joshua. 1985. *No sense of place: The impact of electronic media on social behavior*. New York: Oxford University Press.

Neve, Mario. Forthcoming. *Pour une géographie des réseaux méditerranéens*. In *Pour un atlas des bords de la Méditerranée*, directed by Philippe Nys. Paris: Éditions Mimesis.

Neve, Mario. 2015a. *Learning from Places : Steps to a Geography of Cultural Heritage*. In *Creative Cities and Sustainability*, edited by Ferenc Miszlivetz, 31-57. Szombathely: Savaria University Press.

Neve, Mario. 2015b. *Through the Looking-Map: Mapping as a Milieu of Individuation*. In *Morphogenesis and Individuation*, edited by Alessandro Sarti, Federico Montanari, and Francesco Galofaro, 111-140. Berlin Heidelberg: Springer-Verlag.

- Neve, Mario. 2004. *The "Comune Sentire": Italian Historic Centres as Cultural Heritage*. In *Italian Reflections: The Identity of a Country in the Representation of its Territory*, edited by Sergio Conti, 136-45. Milano: Società Geografica Italiana - Touring Club Italiano.
- Neve, Mario, and Francesco A. Santoro. 1990. *Il Teatro Della Memoria: Un foglio del Libro delle città pugliesi*. Fasano: Schena.
- Nyíri, J. Kristóf, ed. 2005. *A sense of place: The global and the local in mobile communication*. Wien: Passagen.
- Péguy, Charles-Pierre. 2001. *Espace, temps, complexité: vers une métagéographie*. Paris: Reclus-Éditions Belin.
- Perroux, François. 1950. "Les espaces économiques". *Économie appliquée. Archives de l'ISEA*. 1: 225-244.
- Racine, Jean-Bernard, Claude Raffestin, and Victor Ruffy. 1980. "Echelle et action, contributions à une interprétation du mécanisme de l'échelle dans la pratique de la géographie". *Geographica Helvetica*, (35)5: 87-94.
- Raffestin, Claude. 1983. "Réégulation, échelles et aménagement du territoire". *Médecine & Hygiène*, 1539: 4033-4034.
- Raffestin, Claude. 1986. "Ecogenèse territoriale et territorialité." In *Espaces, jeux et enjeux*, edited by Franck Auriac and Roger Brunet, 173-85. Paris: Fayard.
- Romano, Marco. 2015. *La piazza europea*. Venezia: Marsilio.
- Roy, Olivier. 2013. *Holy ignorance: When religion and culture part ways*. Translated by Ros Schwartz. New York: Oxford University Press.
- Rowlands, Mark. 2010. *The New Science of the Mind From Extended Mind to Embodied Phenomenology*. Cambridge (Mass.) and London: The MIT Press.
- Russo, Francesco, Corrado Rindone, and Paola Panuccio. 2014. "The process of smart city definition at EU level". In *The Sustainable City IX: Urban Regeneration and Sustainability* (2 Volume Set), edited by Nadia Marchettini, Carlos A. Brebbia, Riccardo Pulselli, Simone Bastianoni, 979-89. Southampton: WIT Press.
- Sassen, Saskia. 2010. "Reading the City in a Global Digital Age: The Limits of Topographic Representation" (Selected Papers of Beijing Forum 2006). *Procedia Social and Behavioral Sciences* 2: 7030-7041. DOI:10.1016/j.sbspro.2010.05.057.
- Sayre, Nathan F. 2009. *Scale*. In *A Companion to Environmental Geography*. Edited by Noel Castree, David Demeritt, Diana Liverman, and Bruce Rhoads, 95-108. Oxford (UK): Wiley-Blackwell.
- Smart Cities Council. 2015. *Smart Cities Readiness Guide: The Planning Manual For Building Tomorrow's Cities Today*. <<https://smartcitiescouncil.com/resources/smart-cities-readiness-guide>>.
- Sorgi, Orietta. 2015. *I mercati e i cibi da strada*. Palermo : Regione siciliana (Assessorato dei beni culturali e dell'identità siciliana, Dipartimento dei beni culturali e dell'identità siciliana).
- Stiegler, Bernard. 2011. *Technics and time, 3: Cinematic time and the question of malaise*. Translated by Stephen Barker. Stanford (CA): Stanford University Press.

Stone, Linda, Paul F. Lurquin, and Luigi L. Cavalli-Sforza. 2007. *Genes, culture, and human evolution: A synthesis*. Malden (MA): Blackwell.

Tagliagambe, Silvano. 2008. *Lo spazio intermedio. Rete, individuo e comunità*. Milan: EGEA – Università Bocconi Editore.

Taylor, Mark C. 2001. *The Moment of Complexity: Emerging Network Culture*. Chicago and London: The University of Chicago Press.

Tondo, Lorenzo. 2017. “The resurrection of Palermo: how the mafia battlefield became a cultural capital”. *The Guardian*, March 27, 2017. <https://www.theguardian.com/cities/2017/mar/27/resurrection-palermo-mafia-battlefield-culture-capital>.

Watzlawick, Paul, John H. Weakland, Richard Fisch. 1974. *Change: Principles of Problem Formation and Problem Resolution*. New York-London: W.W. Norton & Co.

Mario Neve, Degree *summa cum laude* in Political Sciences at the I.U.O. of Naples (thesis in Political and Economic Geography), PhD in Urban and Regional Geography at the University of Pisa, Mario Neve is full professor of Geography and currently teaches: *Cultural Geography*, *Geography of Historic Towns and Landscapes*, and *Geography of the Euro-Mediterranean Region* at the Department of Cultural Heritage of the University of Bologna, Ravenna Campus.

He is Program Director of the international MA *International Cooperation on Human Rights and Intercultural Heritage* of the Department of Cultural Heritage.

Among his various teaching and research activities abroad, he has been visiting scholar at the Faculty of Arts of the University of British Columbia of Vancouver (Program in Canadian Studies), at the Robarts Centre for Canadian Studies of York University of Toronto (with a fellowship awarded by the Canadian Studies Faculty Research Award), KRAFT Senior Research Fellow of the Institute of Advanced Studies Köszeg, Hungary, visiting scholar at the History Department of the East China Normal University of Shanghai.

He has published four books and many articles and essays in Italy and abroad. His latest book is *Europe's Design: Mapping European Identities Through Time* forthcoming by Springer.

Artigo por convite
Article by invitation

THE NEW (PUBLIC) SPACE: ON CITIES, SHOPPING CENTERS, POLITICAL DEMONSTRATIONS AND THE FUTURE OF PUBLIC USES

O NOVO ESPAÇO (PÚBLICO):
SOBRE CIDADES, CENTROS COMERCIAIS, MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS E O
FUTURO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Miguel Silva Graça

Research Centre for Territory, Transports and Environment, University of Coimbra,
Coimbra [PT]
miguel.graca@dec.uc.pt

Abstract

"You will find everything sold together in the same place (...): figs, witnesses to summonses, bunches of grapes, turnips, pears, apples, givers of evidence, roses, medlars, porridge, honeycombs, chick-peas, law suites, allotment machines, irises, lamps, water-clocks, laws, indictments"

Eubulus, IV century Greek poet (Athenaeus,
Deipnosophistai 14.640 b-c)

Between the romanticized version of a Greek Agora and the intense contemporary shopping centers there isn't probably a disparity as considerable as we can imagine, since both can be easily mistaken with the ancient markets and the public squares of today. Before, as now, there is a clear separation between the production of discourse and the experience of the symbolic spaces of the city.

It is a fact that shopping centers are, in general, seen and used by people as effective "public spaces" of the contemporary city.

As evidence of this, is the way we see emerge today phenomena that were hardly visible but in public spaces, such as urban tribes, sport celebrations, political demonstrations and strikes, or even deviant events: suicides committed within their areas. Traces that, taken together, make us consider on the true nature of these heterotopic places.

Therefore, if today the urban daily life of Europe's inhabitants is undoubtedly both linked to the use of public spaces and shopping centers, it's not surprising that political demonstrations are nowadays equally visible in city squares and shopping center plazas, where these are also increasingly common.

For example, in Portugal, we have observed since 2007, a systematic use of shopping centers as an arena of political protests, generally against precarious labor conditions; under this thread, this paper will try precisely to map these and other "public" practices that take place at a wide range of privately owned collective spaces in Europe.

Unquestionably, this "quasi"-public condition of contemporary shopping centers will enhance the doubt on what role these retail typologies may yet take part in the construction of the European city, giving a completely new meaning to the well-known Jordi Borja and Zaida Muxí's assertion that "public space (...) is [the place] where society makes itself visible" (Borja, Muxí; 2003:15). By the fact that if we still don't know what are they turning into; we have, however, a strong suspicion: that, in a near future, these will be more "public" than "shopping" places.

Keywords: Shopping centers; privately owned collective spaces; political demonstrations; Portugal; Europe.

Resumo

"Vereis que tudo é vendido junto no mesmo lugar (...): figos, testemunhas para atender a convocações, cachos de uvas, nabos, peras, maçãs, fornecedores de provas, rosas, nêspersas, sopa, favos de mel, ervilhas, processos legais, máquinas de demarcação, íris, lâmpadas, clepsidras, leis, denúncias".

*Eubulo, poeta grego do século IV
(Athenaeus, Deipnosophistai 14.640 b-c).*

Entre a versão romantizada de uma Ágora grega e os intensos centros comerciais contemporâneos não existe provavelmente uma diferença tão grande como a que podemos supor, pois ambos se confundem com os mercados de então e com as praças públicas de hoje. Antes, tal como agora, existe uma clara distância entre a produção de discurso e a vivência "low cost" dos espaços simbólicos da cidade.

É um facto que os centros comerciais são, em geral, vistos e utilizados pelas pessoas como "espaços públicos" efetivos da cidade contemporânea.

E, prova disso, é a forma como vemos emergir hoje nestes fenómenos que seriam dificilmente visíveis fora de determinados espaços públicos, como tribos urbanas, celebrações desportivas, manifestações políticas e greves, ou mesmo eventos bizarros: como suicídios cometidos dentro dos seus espaços. Traços que, juntos, nos fazem considerar sobre a verdadeira natureza destes lugares heterotópicos.

Assim, se hoje o quotidiano urbano dos habitantes europeus é indiscutivelmente tanto ligado à vivência dos seus espaços públicos como dos seus centros comerciais; não será de estranhar que as contestações políticas de hoje sejam tanto visíveis nas praças da cidade como nas "praças" dos centros comerciais, onde as manifestações começam a ser cada vez mais comuns.

Por exemplo, em Portugal, observamos desde 2007, a uma utilização sistemática dos centros comerciais como uma arena de protestos políticos, geralmente contra condições de trabalho precárias; sendo que relativamente a este tópico, este ensaio tentará precisamente mapear estas e outras práticas "públicas" que ocorrem numa ampla gama de espaços privados de uso colectivos na Europa.

Inquestionavelmente, esta "quase" condição pública dos centros comerciais contemporâneos aumentará a dúvida sobre o papel que estas tipologias comerciais poderão ainda vir tomar na construção da cidade europeia, dando um significado completamente novo à afirmação bem conhecida de Jordi Borja e Zaida Muxí. de que "o espaço público (...) é [o

lugar] onde a sociedade se torna visível" (Borja, Muxi; 2003: 15). Assim, e apesar de ainda não sabermos nos que estes se estão a transformar; temos, no entanto, uma forte suspeita: que, num futuro próximo, estes serão lugares mais "públicos" do que "comerciais".

Palavras-chave: Centros comerciais; espaços privados de uso colectivo; manifestações políticas; Portugal; Europa.

I. Introduction: beliefs and misconceptions

The European city has, in the last decades, suffered a significant physical expansion that extended it beyond its own limits; becoming an entity whose scale and complexity makes it difficult to understand its true role and features.

If we find today the term "crisis" linked to its recent evolution, the truth is that the history of the European city, as a whole, is itself a process of dramatic changes that shook its own foundations. Events like the destruction of stonewalls on medieval cities, the introduction of the first hygienist and orthogonal urban plans or even the expansion of automobile were equally critical moments in its history.

Jürgen Habermas pointed out — in his seminal book *The structural transformation of the public sphere* (1962) — that the concept of "crisis" was appropriated from the lexicon of Medicine; referring to the stage of a disease process, in which the body has no strength to recover its normal state or health.

By analogy, the term is used in urbanism to describe a state of degradation of the identity, structure and physical form of a city. However wrongly, because the idea of an urban crisis is, by definition, a misconception due to the fact that the city is an ever changing entity that will never return to a previous or ideal form. Even if the notion of "city" is commonly associated with a certain sense of "nostalgia", linked to circumstances previously lived or attributes that have already been lost; the truth is that the city will never be as it was once before.

Nowadays, notions such [as] "center" and "periphery", "public" and "private" or even "place" (Norberg-Schulz: 1976) and "non-place" (Augé: 1992) are challenged by the hybrid nature of a new urban condition, where renewed outstanding elements appear as meaningful places of the urban landscape, in addition to the traditional network of public spaces.

The new (public) space:
on cities, shopping centers, political demonstrations and the future of public uses

This phenomenon, common to most European urban areas, is today materialized as an hypertext of recreational and commercial facilities — such as shopping centers, stadiums, thematic parks, industrial showrooms, nightclubs or multi-purpose indoor arenas —which structure a network of uses of a post-urban culture, condensed in time and scattered in space.

The contemporary city is therefore structured by a system of heterotopic privately owned collective spaces, that acquires gradually more and more representativeness to city users, as they go "beyond" their mere condition of nodes of intersection of fluxes, representing, instead, an actual possibility of densification of centrality in urban landscape. And that's why, due to this particular condition, we chose to call these privately owned collective spaces as the “new (public) space” of the contemporary city.



Image 1: “The metropolitan street”, Álvaro Domingues (2011)

II. SHOPPING (&) PUBLIC SPACES

Amongst this network of privately owned collective spaces, shopping centers are not only indispensable places of consumption itself, but also "quasi"-urban components that represent increasingly one of the key places of daily life.

However, if going to the "shopping" is a common and universal experience; the actual role of the shopping center is indeed a controversial topic. For some, these typologies have altered the notion of contemporary urban space, reducing public use to collective practices that they consider "undemocratic" (Sorkin, 1992:xi-xv), "militarized" (Davis, 1992:154-180), "artificial" (Jackson, 1985:260), "panoptic" (Elin, 1997:73) and that "reject the activities of a true center" (Whyte, 1988:208), that circumscribe as well the notion of civic space to a set of "consumption oriented activities" (Ghirardo, 1996:66). Others, point out the inevitability of its hegemony in a "generic city" (Koolhaas, 1997:3-12), arguing that consumption is, in fact, "one of the last remaining forms of public life" (Leong, 2001:128-155), at the same time as well that this retail spaces facilitate new "social and coexistence synergies" (Amendola, 1997: 259), provide a "safe urbanity" (Rybczynski, 1995: 210) and are, certainly, one of the most important architectural paradigms of the twenty-first century, in a "world that, itself, has already turned into a shopping mall" (Crawford, 1992: 3-30).

But, most of all, it is difficult to remain indifferent to this ambiguous and complex object, simultaneously "paradise" and "hell" of the contemporary city (Cautela & Ostidich, 2009).

Also, if the shopping center is, by definition, a group of retail commercial establishments that is planned, developed, owned and managed as a single property with the aim of maximizing profit; on the other side, today, shopping centers are more than just mere sites of consumerism. In the scenic environments of its "streets" and "plazas" – like in the historic, dense and compact city – we wander, eat, drink, rest and consume symbols and merchandises. So visiting them nowadays is not so different from going to the "center".

The new (public) space:
on cities, shopping centers, political demonstrations and the future of public uses



Image 2: "Centro Colombo (Lisbon)" and "Via Catarina (Oporto)"
[Images courtesy of Sonae Sierra©]

Due to its particular qualities, the shopping center is — in its essence — an unorthodox and even contradictory object. Simultaneously, a place of business and leisure; open to all, but closed on itself; public in its use, but private in terms of real estate property; with a wide geographical influence, but detailed in its scale; general in its themes, but representative to each individual user.

Along with a broad offer of products and services, we will also find in today's shopping centers, increasingly, a new set of recreational and cultural facilities with a clear goal: to create friendly spaces that invite to stay and consume. Thus, besides being an expression of the actual retail industry — where products are shown, tested and sold — shopping centers are also progressively places where uses, functions and activities — previously reserved to the realm of urban public spaces — are also supported, transforming themselves in highlighted icons of the contemporary European scene, where these commercial structures represent nowadays also nodes of the metropolitan landscape in which they operate.

III. THE EUROPEAN AND PORTUGUESE CONTEXTS

Particularly, in Portugal there were, in the early 2000s, a total of 61 shopping centers with over 5,000 square meters — adding up about 1.4 million square meters of gross leasable area (C&W/H&B, 2002) — this would be a number that would register a continuing increase over this decade, and it would reach in 2009, more than 160 shopping centers with over 5,000 square meters, putting together more than 3.3 million square meters gross leasable area (Aguirre Newman, 2009). Demonstrating that, in Portugal — despite an unfavorable economic scenario — it would prevail, in the late 2000s, a growing trend in the number of openings of average and large sized shopping centers. However, during the following years, from 2010 till today, Portugal would follow a stabilization trend common to most European countries regarding the phenomenon of shopping center's development.

Yet, Portugal — by its nature — consists on a quite unique scenario at a European level. Here, it would be found, in the early 2000s, the highest proportion of European users within the range of 15 to 34 years of age, and the highest percentage of gross leasable area (GLA) per inhabitant of southern Europe (C&W/H&B, 2004). This phenomenon is, moreover, a striking reality in the Portuguese context, as evidenced by the nearly 26 million and 21 million visitors per year (equivalent to approximately 2 million users per month), that

already visited, in the late 2000s, Centro Colombo and NorteShopping; by far the most significant examples of the metropolitan areas of Lisbon and Oporto, since this period (Jones Lang LaSalle, 2008).

In general, development trends would present themselves as quite similar across the European context. From the 1970s to the 2000s the general tendency was of continuous growth, with particular strength in the past decades; notably between 1990 and 2004, when the growth rate was 2.5 times higher than that evidenced in the 30 years before (C&W/H&B, 2004b). And if we restrict the scope of analysis to the last 5 years of this last period, this growth was even more pronounced in Eastern Europe countries — like Poland, Czech Republic, Slovakia and Slovenia — as well as in Greece, which suffered an increase of GLA of over 75% (C&W/H&B, 2005).

But, from 2009 onwards, we would feel a slowdown in this growth rate, although it would reach, at the end of the decade, an overall sum of more than 128 million square meters of GLA in Europe (C&W, 2011). Also, from 2010 till today, the growth rate continued to decrease, existing in 2017 a total shopping center floor space in Europe of 159.4 million square meters of GLA (C&W, 2017).

Therefore — from 2010 till today — it would be witnessed, throughout Europe, to a clear decrease in the rate of openings; although it would also be observed a slight increase of global GLA, consequence not of new investments in this retail sector, but of an opening of projects in pipeline, started before the beginning of the decade and inaugurated in the last years.

Specifically, in Portugal, since 2012, it wouldn't open any large commercial structure — with the exception of Alegro Setúbal, in 2014, with 27.000 sqm GLA, or Nova Arcada, in 2016, with 68.500 sqm GLA, that resulted from the reconversion of Dolce Vita Braga, that had its opening date postponed three times — as it was also canceled or suspended the opening of several shopping centers across the country, as Vivaci Beja or Fórum Setúbal. However, in 2017, some projects, that were in pipeline for several years, like Évora Shopping that was suspended for more than 5 years, or new developments, like Mar Shopping Algarve, are expected to open till the end of the year, probably inaugurating a new phase of expansion of this sector, after a long period of economic and financial crisis in Europe, and particularly in Portugal.

The decrease of openings, however, will not be a phenomenon that will empty the "squares" of the existing shopping centers. Even being a scenario that affects the entire economic sector — from real estate enterprises to tenants — as well as the purchasing power

of the consumers themselves, it will not imply — as it is quite visible at the high levels of intensity of use that these spaces continue to hold today — that shopping spaces are no longer one of the favorite places of city users.

However, the actual scenario of economic crisis will reflect itself in a clear shift in the way people relate to shopping centers. Not only at inducing changes in consumer habits with less purchasing power, which will become more sensitive to use than consumption, as well at the level of the urban image and representativeness of shopping centers, visibly affected by a diminishing rate of apertures and even the closure of several units. Demonstrating that these are not permanent and immutable formulas, but rather consist of flexible and limited duration elements that, as the industrial facilities of other times, might be the future "brownfields" — of forthcoming urban regeneration plans — of a city yet to come.

However, despite the actual international crisis scenario, something remained unchanged: the significant role that shopping centers still have in the urban daily life of contemporary European city. From Lisbon to Istanbul, from Naples to Rotterdam, or from Lille to Berlin, we still find today in Europe a close relationship between city users and its retail spaces.

IV. PUBLIC?

This essay tried to address the actual role of privately owned collective spaces, trying to re-center the view on the way people appropriate the places of contemporary city, putting side-by-side public uses and shopping practices.

However, between the romanticized version of a Greek Agora and the intense contemporary shopping centers there isn't probably a disparity as considerable as we can imagine, since both can be easily mistaken with the ancient markets and the public squares of today.

It is a fact that shopping centers are, in general, seen and used as effective "public spaces" of the contemporary city. Not only the consumption practices, carried out on them, are effective builders of identity, collective memory and new daily life habits; but they are also places that we actually recognize as receptacles of lifestyles and gradually complex socialization processes.

Consequently, the condition of place of centrality that the shopping center progressively gains, mainly in the "non-historic" city, will definitely put into discussion the actual role of the public space itself. And, even though, the distinction between the public and private realm are one of the more striking civilizational cleavages of all times and, both of them, are pillars of the western urban planning; its Hellenistic-well-delimited-and-studied archetypal formulas are also disputable.

If we find, clearly, the roots of this dichotomy — like, Hannah Arendt clarified in *The Human Condition* (1958) — in the ancient Greek opposition between *polis* — as the self-governed, autonomic and independent community of citizens that share a common ground — and *oikos* — as the familiar basic unit that share a common house —; the effective materialization of the public and private space were quite different from the idyllic philosophical definition of these terms.

Much different from Aristotle's and Plato's descriptions, that immortalized the Agora as a participative democratic space; Eubulus, a Greek poet from the IV century described this founding archetype of "public space" in western civilization, basically, as the place where "you will find everything sold together in the same place (...): figs, witnesses to summonses, bunches of grapes, turnips, pears, apples, givers of evidence, roses, medlars, porridge, honeycombs, chick-peas, law suites, allotment machines, irises, lamps, water-clocks, laws, indictments" (Athenaeus, *Deipnosophistai* 14.640 b-c).

Before, as now, there is a clear separation between the production of discourse and the experience of the symbolic spaces of the city. ^[1] Just a few blocks away from where the Athenian Agora was, and still is, located we will find the Syntagma Square. Here, during the more difficult years of the Greek economic crisis, organized protesters and non-protesters gathered around the plaza, making assemblies and taking decisions by raising their hand in the air, like it was more than 2,500 years ago. With one difference, today there's no restriction neither on the speech nor to the voting on women, youngsters, "foreigners" or "slaves".

From "slow protests" — like the one in Tahrir Square, whose occupation in 2011 developed progressively during more than one month — to "fast protests" — like the ones that happened recursively, during the Spanish economic crisis, in Puerta del Sol, that in an afternoon change the configuration of the plaza —; it is witnessed, around the world, to the settling of public space occupation on the political agenda, integrating the participative democratic praxis — i.e. the debate and co-decision and self-organization practices — with the temporary occupation of public space.

Conforming to what Pedro Bandeira would call the ultimate form of "kamp+ism"; that is to say, a protesting form that combine transitory settling ("kamp") and political rhetoric ("ism").

However if today, undoubtedly, the urban daily life of city dwellers is both linked to the use of public spaces and shopping centers; it's not surprising that political demonstrations are today both visible in the "occupied" city squares and the shopping center plazas where demonstrations are also more and more common.

Probably, the first worldwide known example of an occupation of a shopping center has happened in Thailand, in 2010, during the protests organized by the National United Front of Democracy Against Dictatorship (known as "Red-Shirts") in which they occupied the Rachaprasong shopping district, and particularly CentralWorld Shopping that was inclusively set on fire when the Red Shirts anti-government protesters were compulsorily removed from it, after months of demonstrations and the complete blockage of this retail facility.

Another well-known event was "Rolezinhos" in Brazil, a kind of flash mob or gathering of teenagers from the poor suburbs in shopping malls usually just visited by the rich. The first one happened in 2013 when about 6,000 young people turned out at the Itaquera Shopping, in São Paulo. After this one, several other "rolezinhos" took place in São Paulo and also all around Brazil.

However, as it may seem at a first glance, this is not an abnormal phenomenon, but it's instead a global trend. Since the beginning of the past decade, there were numerous political demonstrations in shopping centers all around the world; all continents included, as there are, in all of them, shopping centers and people using them as public spaces.

In Europe, particularly, the demonstrations approach several themes, being most of them related to employment issues (like precarious work conditions or cuts in wages and pensions), but also urban planning and environmental issues or even civil rights, like the ones organized in Spain, in 2013, by breastfeeding mothers (self-proclaimed "lactivists", or lactation activist) in protest for not letting them breastfeed their babies in shopping center retail areas.

The new (public) space:
on cities, shopping centers, political demonstrations and the future of public uses

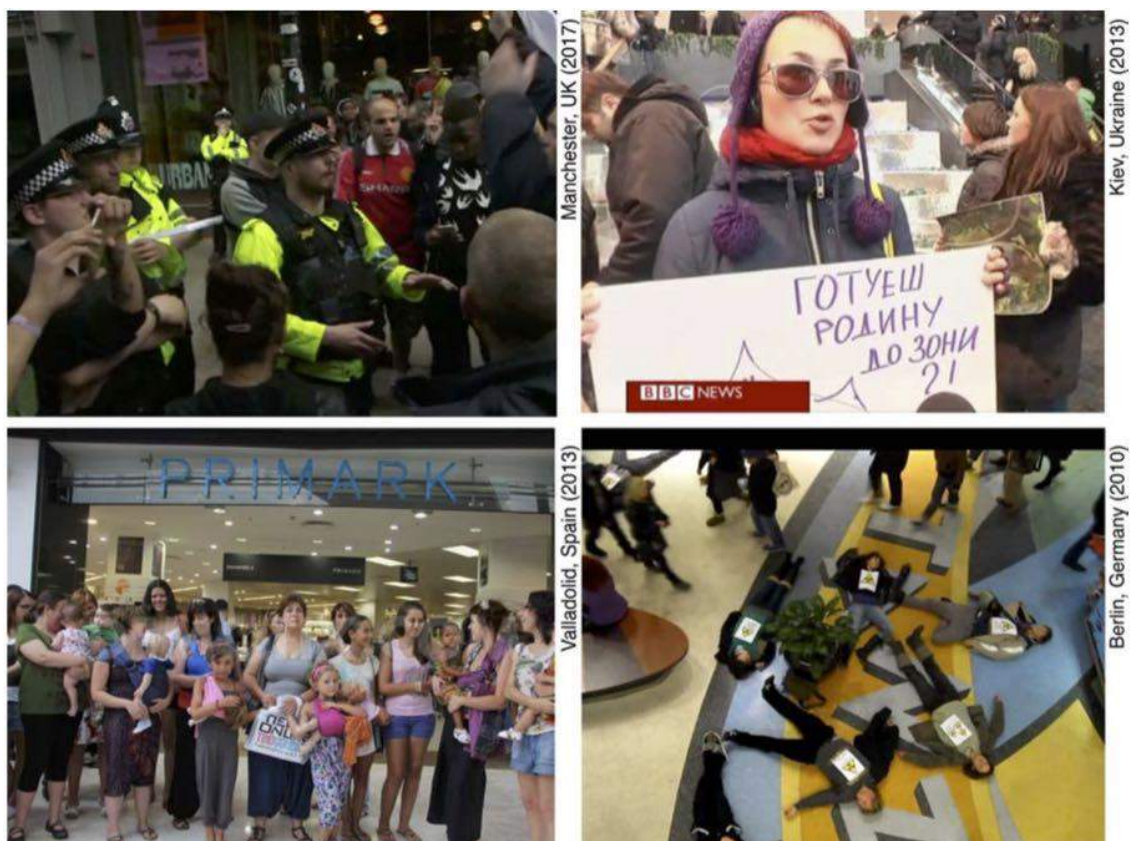


Image 3: Examples of political demonstrations in European shopping centers (2010-2017)

Particularly, in Portugal, we have observed since 2007 a systematic use of shopping centers as an arena of political protests, generally against precarious labor conditions and mainly in the shopping centers of its two main metropolitan areas: Lisbon and Oporto.

The formats used are extremely variable. From flash mobs to scheduled strikes, from sit-in's to die-in's, from silent to megaphone-driven demonstrations, from leaflets to balloons and t-shirt's with messages, from holding signs to playing music, everything is possible when the intention is to protest for a cause.

Another format that also emerged in Portugal is the organizations of “meets”. It's summoned like a flash mob, via Facebook or Twitter, and the goal is youngsters to “meet” in person other youngsters that they only know virtually and follow on the social networks. Similar to Brazilian “Rolezinhos”, the participants come mainly from the suburbs and gather together in the places that they see and reclaim as “public space” to themselves: shopping centers, of course.

In Portugal, in 2014, one of the “meets” — that happened in Vasco da Gama Shopping Center in Lisbon — didn't go well. Youngsters were expelled of the shopping center by the police, some were arrested, both sides were injured, racist accusations rapidly arise. Youngsters reclaimed the right to “meet”, to socialize, and to hang around in shopping

centers. And therefore putting in discussion the right to protest or simply to freely use these “quasi”-public spaces.

Evidence of its new role is the way how we see emerge in them today phenomena that were hardly visible but in public spaces, like political demonstrations, but also like sport celebrations, commemorations, religious events, festivals, fireworks shows, political campaigns, rallies or strikes.

However, and despite the kaleidoscopic possibilities that can be held in these retail typologies, the figure of political demonstration in shopping centers is probably the most striking example of this miscegenation between the public and the private realm of the contemporary city, giving therefore a completely new meaning to the well-known Jordi Borja assertion that “public space (...) is [the place] where society makes itself visible” (2003:15).

Even, if we do not know what role this hybrid typology may yet take part in the contemporary city, these are nowadays formulas that have changed the way we see and use public and private space. But, most of all, shopping centers are today urban elements — accumulating the condition of being both places of consumerism and centrality in contemporary metropolitan regions — that we cannot continue to ignore in the theorization of the present and future of urban public space.

The new (public) space:
on cities, shopping centers, political demonstrations and the future of public uses

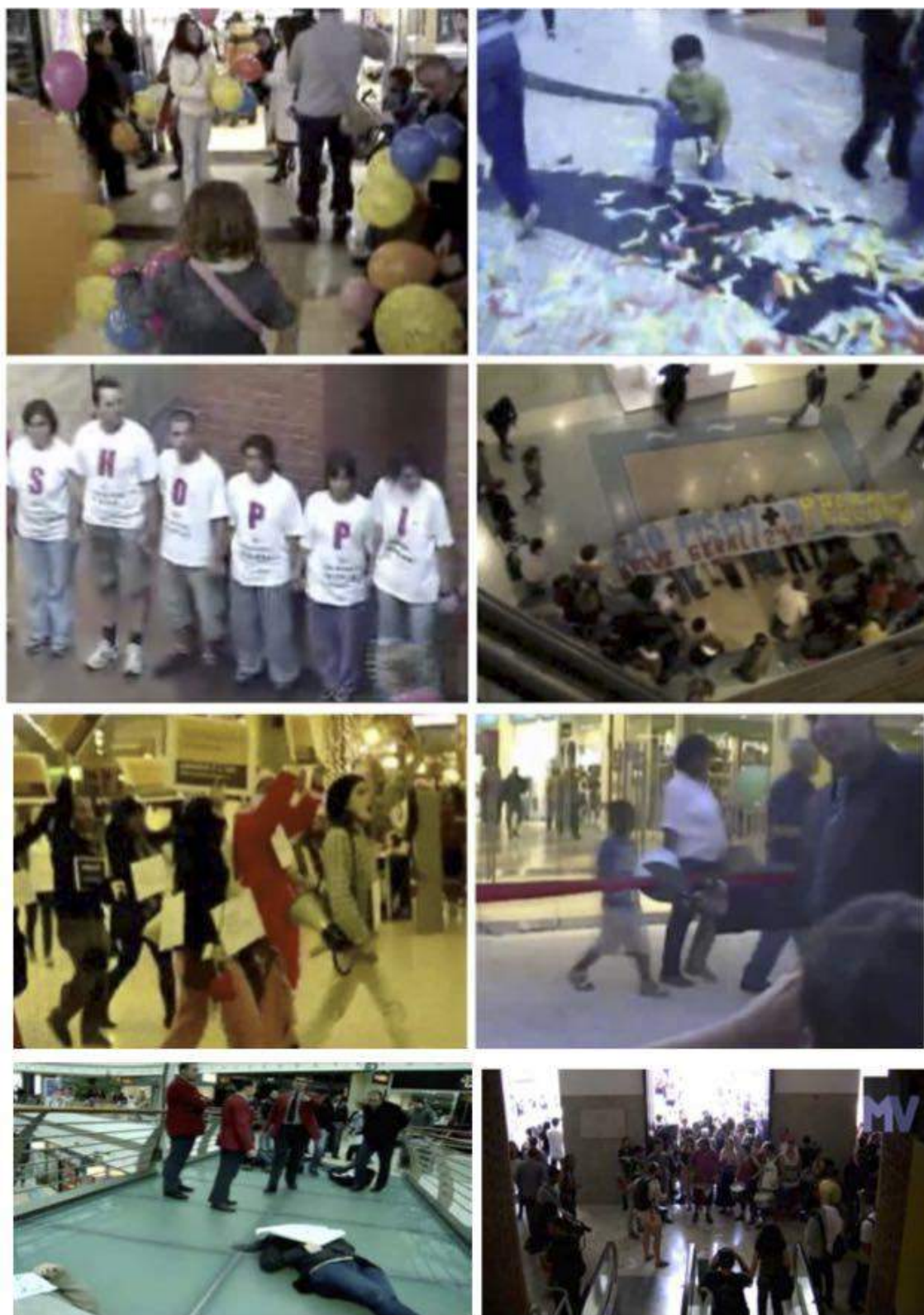


Image 4: Examples of political demonstrations in Portuguese shopping centers
[Via Catarina, Porto (2007); Centro Colombo, Lisboa (2008);
NorteShopping, Matosinhos (2007); C.C. Vasco da Gama, Lisboa (2010);
Fórum Almada, Almada (2011); Dolce Vita Tejo, Amadora (2012);
C.C. Vasco da Gama, Lisboa (2012); Armazéns do Chiado, Lisboa (2013)]

References

Aguirre Newman (2009). “Informação de Mercado Aguirre Newman: 3T 2009”. In *Aguirre Newman*: IMAN.

Arendt, Hanna (1958). *The Human Condition*. Chicago: University of Chicago Press.

Amendola, Giandomenico (1997). *La Città Postmoderna: magie e paure della metropolicontemporanea*. Laterza: Roma-Bari.

Augé, Marc (1992). *Non-Lieux, introduction à une anthropologie de la surmodernité*. Le Seuil: Paris.

Borja, Jordi; Muxí, Zaida (2003). *El espacio público: ciudad y ciudadanía*. Barcelona: Electa.

Cautela, Cabirio; Ostidich, Daniela (eds) (2009). *Hell Paradise Shopping: L'inferno e il paradiso degli acquisti e del consumo*. FrancoAngeli: Milano.

Crawford, Margaret (1992). “The World in a Shopping Mall”. In Sorkin, Michael (ed) *Variations on a Theme Park: The New American City and the End of Public Space*. Noonday Press: New York, pp. 3-30.

C&W/H&B - Cushman & Wakefield, Healey & Baker (2002). “Shopping Centre Development: Portugal 2002”. In *C&W/H&B: Global Research Reports*.

C&W/H&B - Cushman & Wakefield, Healey & Baker (2004). “Where People Shop”. In *C&W/H&B: Global Research Reports*.

C&W/H&B - Cushman & Wakefield, Healey & Baker (2004b). “European Research Group Report”. In *C&W/H&B: Global Research Reports*.

C&W/H&B - Cushman & Wakefield, Healey & Baker (2005). “Shopping Centre Development: European Overview 2005”. In *C&W/H&B: Global Research Reports*.

C&W - Cushman & Wakefield (2010). “Marketbeat - Shopping Centre Development Report: Europe 2010”. In *C&W: Global Research Reports*.

C&W - Cushman & Wakefield (2011). “Marketbeat - Shopping Centre Development Report: Europe 2011”. In *C&W: Global Research Reports*.

C&W - Cushman & Wakefield (2012). “Marketbeat - Shopping Centre Development Report: Europe 2012”. In *C&W: Global Research Reports*.

C&W - Cushman & Wakefield (2013). “Marketbeat - Shopping Centre Development Report: Europe 2013”. In *C&W: Global Research Reports*.

C&W - Cushman & Wakefield (2014). “Marketbeat - Shopping Centre Development Report: Europe 2014”. In *C&W: Global Research Reports*.

C&W - Cushman & Wakefield (2015). “Marketbeat - Shopping Centre Development Report: Europe 2015”. In *C&W: Global Research Reports*.

C&W - Cushman & Wakefield (2016). “Marketbeat - Shopping Centre Development Report: Europe 2016”. In *C&W: Global Research Reports*.

C&W - Cushman & Wakefield (2017). “Marketbeat - Shopping Centre Development Report: Europe 2017”. In *C&W: Global Research Reports*.

Davis, Mike (1992). "Fortress Los Angeles: The Militarization of Urban Space". In Sorkin, Michael (ed) *Variations on a Theme Park: The New American City and the End of Public Space*. Nooday Press: New York, pp. 154-180.

Ellin, Nan (1997). *Architecture of Fear*. Princeton Architectural Press: New York.

Ghirardo, Diane (1996). *Architecture After Modernism*. Thames and Hudson: Singapore.

Habermas, Jürgen (1962). *The structural transformation of the public sphere*. Cambridge-Massachusetts: MIT Press.

Jackson, Kenneth (1985). *Cabgrass Frontier: The Urbanization of the United States*. Oxford University Press: New York.

Jones Lang LaSalle (2008). "Shopping Centre Development: Boom or Bust?". In *Jones Lang LaSalle: On Point*.

Koolhaas, Rem (1997). "La città generica=The generic city". *Domus*. Milano. N° 791, pp. 3-12.

Leong, Sze Tsung (2001). "And Then There Was Shopping". In Chung, Chuihua Judy; Inaba, Jeffrey; Koolhaas, Rem; et al (coord). *Project on the City 2: Harvard Design School Guide to Shopping*. Taschen: Köln-London-Madrid-New York-Paris-Tokyo, pp. 128-155.

Norberg-Schulz, Christian (1996). "The Phenomenon of Place" (orig. 1976). In Nesbitt, Kate (ed.). *Theorizing a New Agenda for Architecture: An Anthology of Architectural Theory 1965-1995*. Princeton Architectural Press: Princeton.

OC - Observatório do Comércio (2000). *Centros Comerciais em Portugal: conceito, tipologias e dinâmicas de evolução* (coord. Herculano Cachinho). Lisboa: Observatório do Comércio.

Oldenburg, Ray (2007). "The character of third places" (orig. 1989). In Carmona, Matthew; Tiesdell, Steve (ed). *Urban Design Reader*. Oxford: Architectural Press, pp. 163-169.

Paris, Mario (2009). *L'urbanistica dei superluoghi*. Rimini: Maggioli Editore.

Pinto, José Manuel Paraíso (1985). "Os Centros Comerciais". *Boletim do Comércio Interno*. DGCI. Lisboa. N.º 1 (Dezembro), pp. 3-24.

Rybczynski, Witold (1995). *City Life: Urban Expectations in a New World*. Scribner: New York.

Sieverts, Thomas (2005). *Entre-ville: une lecture de la Zwischenstadt*. Éditions Parenthèses: Marseille.

Soja, Edward (1996). *Thirdspace: Journeys to Los Angeles and Other Real-and-Imagined Places*. Oxford: Blackwell Publishing.

Soja, Edward (2000). *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*. Oxford: Blackwell Publishers.

Sorkin, Michael (1992). "Introduction: Variations on a Theme Park". In Sorkin, Michael (ed). *Variations on a Theme Park: The New American City and the End of Public Space*. Nooday Press: New York, pp. xi-xv.

Whyte, William (1988). *City: Rediscovering the Center*. Anchor Books: New York.

Miguel Silva Graça, Architect. PhD in Urban Planning (2004-2011), by Universidad de Valladolid, Spain. Degree in Architecture (1995-2001), by Faculdade de Arquitectura - Universidade Técnica de Lisboa, Portugal. Senior Researcher at the Research Centre for Territory, Transports and Environment - Universidade de Coimbra (CITTA-UC), since 2011. Advisor on Public Participation and Participatory Budgeting for the Lisbon City Council, since 2018. High Technician of the High Commission for Migrations, since 2017. Advisor on Housing and Social Rights for the Lisbon City Council, from 2007 to 2017. Author of several books, chapters of books and scientific articles, published in Portugal, Spain, France, Belgium, Great Britain, U.S.A., Greece, Cyprus, Albania, Turkey and Philippines.

Arquitecto. Doutorado em Urbanismo e Ordenamento do Território (2004-2011), pela Universidad de Valladolid, Espanha. Licenciado em Arquitectura (1995-2001), pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Portugal. Investigador do Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente da Universidade de Coimbra (CITTA– UC), desde 2011. Assessor para as áreas da Participação Pública e Orçamento Participativo da Câmara Municipal de Lisboa, desde 2018. Técnico Superior do Alto Comissariado para as Migrações, desde 2017. Assessor para as áreas da Habitação e Direitos Sociais da Câmara Municipal de Lisboa, entre 2007 e 2017. Autor de diversas publicações e artigos, publicados em Portugal, Espanha, França, Bélgica, Grã-Bretanha, E.U.A, Grécia, Chipre, Albânia, Turquia e Filipinas.

Received / Recebido
26 09 2017

Accepted / Aceite
05 03 2018

FUTURE CITIES OF LONELINESS: DYSFUNCTIONAL URBANITIES ON FILMIC MARS

Denis Newiak

Brandenburg University of Technology Cottbus-Senftenberg, Applied Media
Studies [DE]
mail@denis-newiak.de

Abstract

This article discusses cinematic Mars fictions with a hermeneutic approach in their relation to the real-world urban challenges encrypted in these art works. Science fiction movies have long created a collective consciousness of specific imaginations of how city life might look and sound like in the future, condensing our real life beyond the cinematic world, our wishes, hopes and fears into works of art. However, almost all ‘earthly’ sceneries are burdened with connotations. That is why so many filmic future narratives are located in the blank vastness of foreign worlds and their temporarily inexhaustible freedom for speculation – in particular on Mars. Against the historic background of the development of Mars fiction as a movie genre, this paper distinguishes three phases of Mars cinema movies and examines the forms and ideas of urbanity those films create, the societal and urban issues that are preferred by those cinematic scenarios, and how these filmic future ‘cities’ can be understood as critical comments on current and forthcoming questions of urbanity. Starting from Nietzsche’s thought of post-moral mankind as a ‘lonely’ species, it demonstrates, on the basis of selected examples, such as the film *Total Recall* (1990), how Mars science fiction movies deal with dysfunctional communities and the resulting loneliness of the urban human of the future. That makes filmic Mars cities aesthetic projections of ‘earthly’ sociopolitical challenges of urbanization that have been dynamically changing in the course of history since the beginning of 20th century.

Keywords: Science Fiction, Film, Mars, Loneliness.

Individuals and communities are facing an existential crisis in megacities of our days, not least because of evolving urbanization, medialization and individualization of urban every day live. For a long time, thinkers of the future, city planners and economists are trying to develop reliable and accurate scenarios of urban trends, like increasing pollution, gentrification, and migration, and how to deal with them – to date, not always very successfully. At the same time, science fiction movies have long created a collective consciousness of specific imaginations how city life might look and sound like in the future: Nobody who thinks of the city of tomorrow takes into consideration academic or architectural white papers anymore. Instead, he or she imagines filmic dream images of flying cars, omnipresent robots and steel-concrete sky scrapers just like dark rainy streets, cold surfaces, and claustrophobic surroundings – exactly how we know them for instance from Ridley Scott's film *Blade Runner* (1982), from *I, Robot* (2004), or *Elysium* (2013). The cinematic town of the future is more often than not a grim dystopia, an overcrowded 'non-place' of loneliness.

Since the beginning of film history, the aesthetic play with the future is a fixed inventory of cinema. Those futuristic movies therefore always refer to our present day, condensing our real life beyond the cinematic world: our desires, hopes and fears collected in works of art. The science fiction genre and its specific appeal is defined by the chance "to disrupt our entanglement in normality, to breach our acknowledgement of actuality through our thoughts." (Schlemm, 2004, 130) That makes future films aesthetic projections of contemporary trends that could become major challenges in the future, made visible through means of cinema.

However, almost all 'earthly' stages, characters, and requisites are burdened with associations, meanings, and attributions. That is why so many filmic future narratives are located in the blank vastness of foreign worlds and their temporarily inexhaustible freedom for speculation – ahead of it all: the red empty sand of Mars. The emptiness of this world, initially free of any connotations, gives the futuristic literature and especially the science fiction film special aesthetic freedom to deal with complex socio-political discourses, such as questions of postmodern-western identities and socialisation. As I will attempt to show in the following, the increasing sense of isolation in the industrialized regions, especially in the context of progressing urbanization, seems to be the focus of contemporary Mars films – today more than ever.

It is the anticipation of the 'nihilistic' loneliness which Nietzsche predicted for man of occidental postmodernity – that are freed from the pressures of christian morality, but at the same time abandoned from the moral community with god: "What I relate is the history of the next two centuries. I describe what is coming [...]: the advent of nihilism." (Nietzsche, NF-1887,11[119]) – It is the nihilism of impassable loneliness with which people are confronted in an industrialized-

mechanized, individualized, and, above all, urbanized world. They are only getting increasingly isolated in view of current developments like artificial intelligence, geopolitical tensions, and increasing automation.

This paper is based on my first thoughts presented in an article for *Cinemabuch* No. 63 (Newiak, 2018), which I want to enhance from the specific urban context of this issue. In the following, I want to analyse Mars literature and especially the Mars cinema with a hermeneutic approach in relation to the real-world urban challenges and possible solutions encrypted in these art works. Against the historic background of the development of Mars fiction as a movie genre, I want to examine which forms and ideas of urbanity those films create, how these filmic future ‘cities’ can be understood as critical comments on current and forthcoming questions of urbanity, and which societal and urban issues are preferred by those cinematic scenarios. I would like to show that the development of urbanity on Mars in science fiction films can be seen from the beginning of the 20th century until today as a narrative of an increasing isolation in our highly complex postmodern world: As I want to demonstrate on the basis of selected examples, such as the film *Total Recall* (1990), dystopic science fictions are inseparably associated with their absent or dysfunctional communities and the resulting loneliness of the urban human of the future. This is what makes these Mars cities projections of ‘earthly’ socio-political present-day problems that have been dynamically changing in the course of history.

Three phases of cinematic Mars fictions can be distinguished: firstly, the tendency of early Mars books and films to evolve utopian-optimistic imaginations of life on Mars that makes this strange world to a place of longing with positively connoted urban concepts, and that lets Earth and its cities appear as a dysfunctional antitype; secondly, Mars fictions against the background of the cold war and its ideological antagonism, narrating Mars and its inhabitants as a source of evil and permanent threat, largely ignoring the Martians (urban) living conditions; and thirdly, lasting until today, a phase of contemporary Mars science fiction, now less interested in the Martians and their relation to the Earthlings but instead focusing on the human efforts to reach Mars and establish their own settlement on its surface, provoking an accumulation of diverse allegoric narratives and pictures of the first Mars ‘cities’ and their characteristics as critical aesthetic comments on recent societal developments.

In this context, for an accurate conceptual distinction, it has to be said that the urbanities presented by the Mars films do not always meet an intuitive ‘terrestrial’ idea of cities as a typical ‘metropolis’. Rather the imaginative freedom of art has produced its very own concepts of urbanity that are partly incompatible to a conservative definition of cities. Only this ‘thinking outside the box’ makes the specific appeal of these unorthodox fictions and their potential to rethink

traditional urban structures. In how far the Martian communities can be understood as ‘cities’ in an archetypal way differs from phase to phase, from classical urban infrastructures in the early Mars fiction literature, through more idealized utopic versions of the city in the first Mars motion pictures, to mainly settlement-like structures in the contemporary Mars cinema in consequence of changed genre expectations and more ‘realistic’ narrations. Even if the term ‘city’ somehow evades precise and universal definition (Wolf, 2005, 1048), we want to define cities as all permanent agglomerations of buildings, constructed as a shell for the cultural ‘organism’ inside, providing space for living, habitation, work, supplies and sociality, and thereby a place subject to continuous change and interaction with its environment (Maikämper/Krämer, 2015, 10). Interestingly, especially the latest Mars films tend to overemphasize the dysfunctional character of their cities, making them places which still need to become full cities.

The First Extra-terrestrial Urban Utopias

Since ancient times, speculating about the conditions of and on the celestial bodies that surround us is an integral part of mankind’s intellectual history (Zinsmeister, 2008, 10). Written almost two thousands years ago, Lucian of Samosata’s *A True Story* (*Verae Historiae*), for example, narrates an adventurous journey to the moon, whose inhabitants are fighting with the ‘warriors of the sun’ for the colonization of the planet Venus. (Lucian, 1913, 1:247–358)

The blank emptiness of such undiscovered worlds has always been predestined to serve as a stage for social and political fictions. Each of the multiple utopias located on the moon, like Cyrano de Bergerac’s *Voyage to the Moon* from 1657, invites our phantasy to foster the image of a different society and a way of life: While most people on Earth live in simple dwellings under miserable conditions, the author speaks about wealthy and well-nourished cities with ‘houses on wheels’, drivable and retractable according to “weather” conditions and “seasons” on the Moon (Bergerac, 1899, 172–73).

From the beginning, such ‘fudged’ utopian visions on the moon as ‘neutral ground’ functioned as an ‘unsuspicious’ scenery for satirical drawings of reprehensible social and political conditions on Earth: Protected as unreal folly, those seemingly ‘apolitical’ utopian narratives provided some freedom to create a counter-world, criticizing the social reality of monarchist tyranny and economic exploitation (Mehlem, 1996, 19).

At the same time, the appeal of those utopias is created by the fascination of the exotic: Traveling to an unknown place satisfies the romantic idea of turning one’s back on the narrow-minded everyday life and seeking one’s metaphysical happiness and a new god (Mehlem, 1996, 22). On strange planets – so the reader hopes – our encrusted ways of thinking and believing would

have no meaning anymore, all class and role models would be suspended. However, on the way to those new paradises, like in Jules Verne's tales, new deadly dangers are lurking, and at the destination, some sinister monstrosities may be waiting. Yet despite all risks, those adventures are still engaging, as they provide a different way of life compared to encrusted structures on Earth.

For a long time, the moon has been a magnet for utopian literature, nevertheless, it is not the 'perfect candidate' for poetic stories of a different human society: Astronomy discovered that the moon is nothing more than a boring, extremely cold desert stone, without atmosphere, air, or significant gravitation. It is not surprising that Mars, our immediate neighbour planet, replaced the moon as the main stage for extra-terrestrial utopias. Beginning in 1749, for example, Emanuel Swedenborg described the Martians as peaceful vegetarians in his eight volumes of *Arcana Caelestia*. During this time of early Mars literature, we also learn lots about the cities the Martians supposedly live in: Carl Ignaz Geiger's *Earthling's Journey to Mars* from 1790 describes a highly automated futuristic world, with an early foreshadowing of the connection between people and peoples through the means of individual mobility. Also, Eberhard C. Kindermann talks about the martian cities as places of natural grown palaces, where hierarchical and social distinctions are unknown to these places. (Abret and Boia, 1984, 35–40)

Clearly, these visions of utopia on Mars are always connected to an idea of communality, equality and collectively – values which cannot be taken for granted in Europe by the 18th century, but have their disputed 'home' in the high developed city of the future. Notably, such progressive futuristic societies are only made possible by economic, ecological, and intellectual prosperity, based on a high degree of automatization and mechanization, which lay the foundation for a liberal-egalitarian urban social system.

Until the mid 19th century, in the absence of scientific findings, such appealing stories of Mars utopias have been based on pure speculation. This changed, however, with Herschel's and Secchi's presumption that there could be rivers filled with liquid water on Mars. Using sophisticated observation instruments, astronomer Schiaparelli finally gave the impulse for a 'Golden Age' of Mars literature: His report of the observation of so called 'canali' on Mars in combination with a bad translation of his discovery instantly led to the assumption that humanlike beings, as a necessary result, should be living on Mars, busy with the construction of one artificial waterway after another – causing an inflation of Mars novels, which are too numerous to be mentioned. Even scientists could not resist enriching their academic findings with fictional anecdotes of how they imagine the life of the allegedly existing Martians. In many cases, scientific findings provided just keywords for adventurous 'fairytales' located on Mars, where it is not possible to verify the plausibility of such allegations. (Abret and Boia, 1984, 55–6)

What all these Mars fictions have in common is that the Martians usually cultivate a non-violent, fair and progressive life style, and that their way of life appears as a placeholder for the unexpressed expectations of this generation, suffering from difficult living conditions in the new industrial towns, challenged by church's loss of importance, and an increasing medialization of everyday life. While the political manifesto seems to be too abstract or sophisticated, the Martians show a path to a future worth living for, through new concepts of community, made possible through advanced technology, high productivity, and thus an equitable society. (Abret and Boia, 1984, 207–11)

Terrestrial Problems on Red Sand

For the early cinematography, the Moon and Mars are a 'standard repertoire' from the very beginning. The space hype and the growing popularity of the cinema coincide for a good reason: Both provide substitutes for the past moral communities which got lost with the diminishing importance of Christian faith in an industrialized, intellectualized, and urbanized reality. The vast expanses of the universe and especially of the empty deserts of the Moon and Mars provide an inexhaustible free space for any 'projection', an almost eternal 'canvas' for popular scenarios and attractions.

The early Danish motion picture *Himmelskibet (A Trip to Mars)* from 1918, tells the story of a research expedition to the neighbour planet, and pictures its inhabitants as highly kind and welcoming, living in a so to speak 'communist' society with no class driven relations. There are no dark, overcrowded megacities on this 'red' planet Mars, but spacious temple complexes, flooded with sunlight, and open to all Martians and their guests from Earth. A long time ago, even this highly developed and pacifistic society has been violent. To prevent themselves and their interplanetary friends from any war happening again, the Martians stored their hostile past on video tapes – serving as lively memorial, especially for their guests from 'a thousand years lagging behind' Earth. In the year of the end of World War I, neutral Denmark presents specific measures for a peaceful future: abolition of class relations, a life close to nature, culture of memory as everyday practice, and functional urban structures. While the real Earthlings face the full force of abandonment from God in their destroyed cities, nobody is alone in this filmic Mars metropolis.

Soviet silent picture and classic *Aelita*, from 1924, imagines the path to such a classless society from a Bolshevik-ideological perspective. Engineer Loss loses himself while daydreaming when an unidentified radio message is received by several stations on Earth. The main story stays in the young and chaotic Soviet State, authentically showing life in Moscow with its everyday social problems. In Loss' phantasy, he leaves 'war communism' and meets the queen of Mars, Aelita –

not just a beautiful woman interested in practicing the earthly ritual of kissing, but the head of a brutal society of slaveholders. Of course, this place needs a revolutionary liberation, and the guests from Earth bring along some experience. First, Aelita joins the resistance movement, but only to prevent the revolution by deporting the disarmed rebels. Naturally, this conspiracy is incompatible with Loss' Marxist-Leninist worldview, and the trigger for later censorship of the movie. In addition, it is an ironic twist that Loss wakes up after daydreaming of revolution on Mars, and finds himself back in Moscow full of social problems: profane jealousy, living together in the cramped 'kommunalki' apartments, and the struggle for the daily bread.

There are many more relevant Mars movies from the beginning of the 20th century, like the bizarre German propaganda movie *Die Entdeckung Deutschlands* from 1916—some guests from an superior urbanized Mars culture serve as pseudo-neutral observers and verify by their personal visit that the Germans' war production is running on full speed, contrary to their enemies' secret reports (Lange 2014)—, or the Hollywood musical *Just Imagine*, from 1930: whereas mankind on Earth is living in a godless amoral future, the Martians still know what is 'good' and 'bad' (Johnston, 2011, 66). In each of these movies, the Martians provide an "alienated and differentiated look on our earthly conditions" (Innerhofer, 1996, 281) and appear as desirable extrapolations of ourselves into the future. In comparison with our outdated life on Earth, we look at utopian worlds when we are allowed to take a glance at the Martian's futuristic collectively organized cities. That makes Mars a giant 'red canvas' on which almost all unconscious and hidden desires can be projected.

Red Invaders from Mars

After the Second World War, the Mars film genre shows a completely different picture. The red soil does not function anymore as an unlimited free surface for fictional realizations of succeeded societal experiments and developments, but represents the politically pushed fear of a possible invasion of the United States by the Soviet Union. Our previously peaceful and liberal Martians now turn into bloodthirsty beasts, merciless red 'communists', only desiring to enslave US-Americans or to erase the US-American capitalism. Community and collectivism do not serve as a progressive sense of cohabitation anymore, but merely serve to destroy western life style.

Whereas the individual sense of threat to become a victim of a Soviet invasion stays very vague and abstract, the increasing number of UFO sightings appeared to many people unexpectedly real, influencing the science fiction genre. Beginning with the *Buck Rogers* and *Flash Gordon* comics, Mars becomes the home for a highly technologically developed and at the same time extremely aggressive extraterrestrial nation.

There are uncountable examples for this period's Mars invasion movies, such as *Flight to Mars* from 1951, the classic *War of the Worlds* and *Invaders from Mars*, both from 1953. In each case, the hostile masses of Martians try to subordinate or exterminate US-American people with some form of complex technology.

Interestingly, during this period of Mars cinema, we do not get any substantial access to the way the Martians live on their planet. We witness their actions only from an earthly perspective through the eyes of western rich earthlings, while these films do not develop any real interest on the Martians, their society and motivations. On the contrary: They are stylized into enemy stereotypes, representing everything that is hated in the conservative white Anglo-Saxon United States of these days. Needless to say that the real enemies of a liberal democracy simultaneously sat in the *House Committee on Un-American Activities*, imposing occupational bans and imprisonments against film-makers, actors and intellectuals.

A Filmic Space Race

In the 1960s, the Cold War reached its peak: While the Soviet Union and the United States fight to be first in space and on the moon, astronomy is developing at a rapid pace. There are first unmanned missions to Mars, and they are sending pictures of a lifeless inhospitable world back to Earth. All hopes to encounter complex forms of life on Mars finally pass away.

But that did not result in an end of the Mars cinema – instead, the genre was booming again: Maybe Mars is a dead world *now*, but it may have been a habitable second Earth a long time ago, and it seemed to be a realistic goal that once humans would reach the red planet and found a settlement, maybe in 20, 50 or a hundred years (Markley, 2005, 270). As long as dead Mars cannot be inhabited, it is the mission of the movie genre to fill this scientific and technological vacuum, to '(re-)animate' Mars through aesthetic speculations.

But the Mars movie genre did not only adapt to the new academic standard of knowledge, but also changed to socio-political discourses: “in constructing images of Mars and Martians, human beings inevitably constructed images of themselves and their own world” (Crossley, 2011, 82). At the end of the 20th century, it is not the ideological ‘system conflict’ anymore that is dominating the narratives around Mars. Instead, the early fundamental questions of societal concepts and especially of the liveable city of the future return to the genre – this time, producing images of loneliness instead of communities.

The US-American science fiction action film *Total Recall* (1990) is a good example on this development, forming the starting point for the third boom phase of Mars films. Main actor Arnold Schwarzenegger embodies construction worker Quaid, comfortably living in a futuristic

city together with his wife, played by Sharon Stone. But Quaid is unable to enjoy the security and wealth of his life – and dreams of Mars, every day and every night. In this future world, the red planet is colonized by the dictator Coahaagen who exploits inhabitants and soil on behalf of Earth's military. While there is a rebellion sprouting on Mars, Quaid decides to make a virtual but adventurous 'trip' to Mars which is implanted as a 'real' memory into his mind. We become witnesses of Quaid fighting as a secret agent against villains and conspirators on Mars in front of a hopeless scenery of red-light districts and mining catacombs. During his mission, Quaid not only doubts the difference between imagination and reality, but is confronted with almost all relevant public discourses of the early 1990s: the privatization of public services (in his case of air supply), exploitative working conditions, the power of the industrial-military complex, the spreading of screen media in daily and public life, the induced fear of terrorism, the future of cityscape.

There have been many critical comments characterizing the movie as extremely violent, but a clear majority of film reviews acclaimed the movie's unusual political ambition, its reference to minorities, third-world-colonialism and totalitarian tyranny. The world we get to know in *Total Recall* consisting of faceless housing complexes, dubious amusement districts, and aggressive advertisement, is characterized by automated daily routines, ubiquitous media machines, and complex security facilities, a place of terror of consumerism and social inequality. There cannot be "any trust, any love, any empathy." in this place. "[...] Fear and loneliness are plentiful in this world, technological intelligence and emotional coldness inevitable." (Thal, 1990, 290)

Science-fiction legend Philip Kindred Dick is the author of the novel *We Can Remember It for You Wholesale* from which the movie is adapted. Like in other stories written by Philip K. Dick – such as *Blade Runner*, *Minority Report* and the latest Amazon-series *The Man in the High Castle* – the dystopia of *Total Recall* lies in the growing individual isolation in an increasingly complex, mechanized, and economized societal reality. Dystopia for Philip K. Dick means the loss of meaningful communities in a world of loosely connected subjects, who are no longer forming functional *societies* but just abstract *networks*, leading rather parallel than interconnected lives in small anonymous apartments and faceless jobs.

That makes *Total Recall* primarily a film about the swelling feeling of loneliness in the anonymous city of the future, and according to that, it is an allegory of a growing phenomenon in a highly urbanized and developed society like the one we live in.

I want to argue that the preference for plots of loneliness in contemporary Mars films is not only a distinctive characteristic between the early Mars fictions and their tendency towards utopian collectivism in contrast to latest films, but that the thematics of loneliness as a central postmodern phenomenon is the main characteristic of the contemporary Mars science fiction. I

would even suggest that the mediation between communitarisation and loneliness is the key issue of all popular filmic formats – nowadays such as in the past.

While *Total Recall* still models a typical complex city on Mars, a ‘metropolis’ in the narrow sense with a straightforward problematization of urban challenges in the postmodern world, today’s Mars movies are more concentrating on a possible first exploration and habitation of Mars, adjusting to technological and academic progress, promising a soon-to-be real mission to the red planet. The nature of the imagined life on Mars has thus changed significantly. They now most of all present research facilities and habitats as the first small settlements or man-made ‘cities’ on Mars. At the same time, the films are clearly dominated by a privileged thematization of loneliness under postmodern urbanized conditions.

Let me demonstrate this trend based on some more examples from the third and most recent boom of Mars motion pictures since the beginning of the 21st century. One of the most popular examples is *Mission to Mars* (2000), a story of the second manned mission to the red planet – fuel fire, disabled maneuverability, and psychological borderline experience included, in accordance to genre convention, and with no any other surprises. Interestingly, the narration gains steam when the team arrives on Mars and there is only one survivor of the first mission, living in loneliness for several years and on the border between insanity and hopelessness in its autarkic Mars habitat. Only when he meets the second team, the lone survivor is gaining new hope.

The development becomes clearer if one looks at the last years of film production. For the last three years, there has been a minimum of one big cinema film with Mars as the main setting.

Mark Watney is *The Martian* in a very popular novel and motion picture from 2015 who stranded on Mars and is waiting for his rescue, a modern Robinson Crusoe story against the backdrop of Mars’ red desert. Till his salvation, the astronaut lives completely isolated. Only the hope of a reunification with a human community keeps his survival instinct alive. Watney is not really dependent on other humans for pragmatic reasons (despite many hurdles, he manages to keep food production, water recycling and air supplies running), but rather due to his need for communication, interaction, and thus communitization.

In *Approaching the Unknown* (2016), the astronaut William Stanaforth is alone for his complete (ego-)trip from Earth to Mars. On his journey, the water supply system malfunctions, but he does not return to the safe human community on Earth, and decides to accomplish his mission – if required, even after his death. Remembering his life on Earth, he talks about the feeling of being alone amidst thousands of people in a city. Stanaforth’s story is one of hope to find a new meaningful community within himself through a meaningful task, although it throws him back to a stolid experience of abandonment, which ultimately makes his mission impossible.

In *The Space Between Us* (2017), we get to know the teenager Gardner who is born on Mars amidst adult astronauts as the first ‘native’ Martian. He needs to stay on the planet as his organism has adapted to the lower gravitation. His research facility, a small independent city, provides security and comfort, but this academic ‘utopia’ is a prison for the young man. His short trip to Earth gives him a sense of how a romantic community with another person feels like, but the boundaries between the two planets and its two lone individuals temporarily remain insurmountable. But the film gives a positive outlook that even these ‘natural’ borders can be overcome through sacrificial strenght of will and scientific progress.

While our film heroes are flying to Mars, for countless people on Earth the red planet is an unattainable place of longing – maybe precisely because of the chance to become part of a new form of collectiveness which got lost in the overcrowded impersonal cities of our times. Nonetheless Mars is moving closer: NASA’s plans for the first mission to Mars in the 30’s of our century becomes more and more concrete attainable, and the private sector discovers Mars as a lucrative business. A foundation from the Netherlands even plans to send a handful of volunteers to Mars for a permanent settlement, without any chance to return, and multibillionaire Elon Musk is making enormous efforts to construct a reusable Mars rocket to settle a whole Mars city with thousands of people.

One more century of nihilistic loneliness?

Until today, the surface of Mars has always been an oversized screen for our collective hopes, aspirations, and dreams. They have been projected into the red desert with the help of the cinema projector. Nowadays, science fiction is reaching for our life in the social reality beyond the cinema. In the near future, we will begin to imitate those filmic fictions through our real life.

But if we can read the history of Mars in the cinema as a development of an increasing loneliness, what does this mean for the utopia of a new sense of communality in our future cities on Earth and beyond? Do technological and scientific progress of our days lead us into a future of different kinds of sociality and a new experience of closeness, or do we rather have to live for one more century in a ‘nihilistic loneliness’ as Nietzsche postulated 130 years ago?

Encoded in the symbols of film, the Mars cinema has always implicitly suggested recommendations on how to deal with urban challenges of postmodernity, above all with the increasing sense of isolation in the city, and adapting to the surrounding socio-political conditions. In the early Mars literature und the first Mars film phase, the genre was initially dominated by imaginations of utopian ideal cities as substitutes for the lost moral bond with god at the end of 19th century – characterised by a classless, close-to-nature and peaceful urban community, made

possible through material abundance and technological progress. The later Mars movies focused on Mars as a place of dysfunctional urbanity, characterized by chronic loneliness. In particular, *Total Recall*, allegorically calls for overcoming the exploitation of people and nature by the state and the industry, for the recession of privatization of public commodities, and a critical handling and regulation of new types of media technology – Only that makes it possible to establish a postmodern kind of urban communality. Finally, in the latest Mars cinema, we can observe an overemphasis of the return to idealized forms of interpersonal closeness, a reestablishment of a sense of communality through friendship and romance, common (scientific) goals, and the overcoming of spatial and temporal borders between postmodern individuals. Even if it often remains abstract and allegorical, the preference of narratives of loneliness and recommunity in the Mars movies becomes an expression of the increasing feeling of isolation in the highly urbanized societal reality of our days. Naturally, this feeling cannot be resolved by the aesthetic means of art, but cinema can provide a speculative dispositive of how our world could look and sound like after Nietzsche's 'two centuries of nihilism'.

References

- Abret, Helga and Lucian Boia. 1984. *Das Jahrhundert der Marsianer: Der Planet Mars in der Science Fiction bis zur Landung der Viking-Sonden 1976*. München: Heyne.
- Bergerac, Cyrano de. 1899. *A Voyage to the Moon*. New York: Doubleday and McClure.
- Crossley, Robert. 2011. *Imagining Mars. A Literary History*. Middletown: Wesleyan University Press.
- Innerhofer, Roland. 1996. *Deutsche Science Fiction 1870 – 1914: Rekonstruktion und Analyse der Anfänge einer Gattung*. Wien/Köln/Weimar: Böhlau.
- Johnston, Keith M. 2011. *Science Fiction Film: A Critical Introduction*. Oxford/New York: Berg.
- Lange, Britta. 2014. *Die Entdeckung Deutschlands. Science-Fiction als Propaganda*. Berlin: Verbrecher.
- Lucian, of Samosata. 1913. *Lucian; with an English translation by A.M. Harmon. In eight volumes. Volume 1*. London: W. Heinemann/New York: The Macmillan.
- Maikämper, Moritz and Krämer, Steffen. 2015. *Von Science-Fiction-Städten lernen: Szenarien für die Stadtplanung*. Bonn: Bundesamt für Bauwesen und Raumordnung.
- Markley, Robert. 2005. *Dying Planet. Mars in Science and the Imagination*. Durham: Duke University Press.
- Mehlem, Axel. 1996. *Der Science-Fiction-Film. Ursprünge, Geschichte, Technik*. Alfeld: Coppi.
- Newiak, Denis. 2018. “Der Mars als Leinwand – Filmische Zukunftsszenarien vor roter Kulisse.” In *Cinema – Das Filmjahrbuch* 63: Zukunft. Marburg: Schüren: 137–51.
- Nietzsche, Friedrich. 2009. *Digital critical edition of the complete works and letters, based on the critical text by G. Colli and M. Montinari, edited by Paolo D'Iorio* Berlin/New York: de Gruyter. <http://www.nietzschesource.org>.
- Schlemm, Annette. 2004. “Science Fiction und die Revolution: Erfahrungen vom Mars.” In *Out of this world! Reloaded: Neue Beiträge zu Science-Fiction, Politik & Utopie*, edited by Lutz Kirschner and Christoph Spehr, 129–34. Berlin: Karl Dietz.
- Thal, Ortwin. 1990. “Die totale Erinnerung (Total Recall).” *Medien und Erziehung* 34, no. 5 (October): 287–90.
- Wolf, Klaus. 2005. “Stadt.” In *Handwörterbuch der Raumordnung*, edited by Ernst-Hasso Ritter et al., 1048–54. Hannover: Akademie für Raumforschung und Landesplanung.
- Zinsmeister, Annett. 2008. *welt[stadt]raum. Mediale Inszenierungen*. Bielefeld: Transcript.
- Filmography:
- Aelita* [feature film] Dir. Jakow Protasanow. Meshrabpom-Rus, USSR, 1924. 111 mins.
- Approaching the Unknown* [feature film] Dir. Mark Elijah Rosenberg. Department of Motion Pictures, Loveless, Hinkson Entertainment, US, 2016. 90 mins.
- Blade Runner* [feature film] Dir. Ridley Scott. The Ladd Company, Shaw Brothers, Blade Runner Partnership, US, 1982. 117 mins.
- Die Entdeckung Deutschlands* [feature film] Dir. Georg Jacoby and Richard O. Frankfurter. Mars-Film München, D, 1916. Approx. 60 mins.
- Elysium* [feature film] Dir. Neill Blomkamp. Media Rights Capital, QED International, Alphacore, Kinberg Genre, US, 2013, 109 mins.
- Invaders from Mars* [feature film] Dir. William Cameron Menzies. National Pictures Corp., US, 1953. 77 mins.
- I, Robot* [feature film] Dir. Alex Proyas. Davis Entertainment, Laurence Mark Productions, Overbrook Films, Mediastream IV. US, 2004, 115 mins.

Just Imagine [feature film] Dir. David Butler. Fox Film Corporation, US, 1930. 109 mins.
Himmelskibet (A Trip to Mars) [feature film] Dir. Holger-Madsen. Nordisk Films Kompagni, DK, 1918.
The Martian [feature film] Dir. Ridley Scott. Scott Free Productions, Kinberg Genre, TSG Entertainment, US/UK, 2015, 141 mins.
Mission to Mars [feature film] Dir. Brian De Palma. Touchstone Pictures, Spyglass Entertainment, US, 2000. 114 mins.
The Space Between Us [feature film] Dir. Peter Chelsom. Huayi Brothers Pictures, Los Angeles Media Fund, Southpaw Entertainment, Scarlet Fire Entertainment, Virgin Produced, US, 2017. 121 mins.
Total Recall [feature film] Dir. Paul Verhoeven. Carolco Pictures, US, 1990. 113 mins.
War of the Worlds [feature film] Dir. Byron Haskin. Paramount Pictures, US, 1953. 85 mins.

Denis Newiak, M.A. studied European Media Studies at the University of Potsdam, Germany, and Film Studies at the Free University of Berlin. He also studied abroad at the University of Copenhagen, and conducted research at the Library of Congress in Washington, D.C. Denis Newiak is currently a Ph.D. candidate at Brandenburg University of Technology in Cottbus-Senftenberg, Germany, studying narrations and representations of loneliness in serial televisual entertainment. He holds a scholarship from the Friedrich Ebert Foundation and is member of the Brandenburg Center for Media Studies.

Received / Recebido
25 09 2017

Accepted / Aceite
05 03 2018

REVISTA DE COMUNICAÇÃO DE LINGUAGENS [PT]

A *RCL - Revista de Comunicação e Linguagens* é uma publicação semestral da área das Ciências da Comunicação, criada pelo Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens (CIC Digital - Centro de Investigação em Comunicação, Informação e Cultura Digital/**atualmente ICNOVA (Instituto de Comunicação da NOVA)**).

O Conselho de Redacção aceita artigos e resenhas originais, de acordo com normas publicação internacionais disponíveis em [Instruções para Autores](#). Os artigos enviados à Redacção serão objecto de arbitragem científica.

A chamada de artigos e resenhas para os volumes da RCL serão anunciados semestralmente. Para a submissão de trabalhos, é necessário efectuar o [Registo](#) no sistema OJS, e posterior acesso ou autenticação. Os autores devem acompanhar o processo editorial em curso.

Antes de submeter o seu artigo completo, consulte as [Políticas de Secção](#), as [Instruções para Autores](#) e a [Política de Revisão por Pares](#).

Todos os trabalhos devem ser submetidos online, através da plataforma OJS, disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/rcl/index.php/rcl/index>

PROCESSO DE REVISÃO POR PARES

Todos os artigos submetidos à secção Ensaio da revista *RCL* serão avaliados através de um processo de revisão cega por pares (double blind peer review). Os autores dos artigos devem assegurar o seu anonimato garantindo que o ficheiro submetido não permita a sua identificação nas informações ou propriedades de documento.

O processo editorial da *RCL* divide-se em três fases.

1. Avaliação pelos editores

Após a conclusão com sucesso do processo de submissão online, os artigos são lidos e avaliados pelos editores da secção de modo a verificar se o artigo se enquadra ou não nos critérios editoriais da revista (segundo o seu carácter original, a pertinência do tema e a clareza na abordagem). Os artigos recebidos que não se enquadrem, parcial ou integralmente, nas Políticas de Secção e que não assegurem o anonimato do autor serão, de forma automática, recusados. Caso o artigo seja rejeitado, por não se adequar aos critérios editoriais ou às normas da revista, a decisão será comunicada ao autor no prazo de 1 mês.

2. Revisão cega por pares

Caso o artigo seja aceite pelos editores, será dado início ao processo de revisão cega por pares. O artigo é reencaminhado, através do sistema online, a dois revisores com evidentes competências na área ou no tema do artigo. Os revisores não conhecem a identidade do autor da submissão; o autor não conhecerá a identidade dos revisores. Os revisores estarão particularmente atentos aos seguintes critérios: originalidade e relevância do artigo em relação a outros trabalhos sobre o mesmo tema; coerência metodológica; contributo evidente para a área de estudo; clareza na argumentação; qualidade da escrita.

Os pareceres podem conter as seguintes recomendações: recusa do artigo; aceitação com obrigação de proceder a alterações; aceitação sem alterações. A decisão final sobre aceitação de um artigo para publicação após a revisão cega por pares é da exclusiva responsabilidade dos editores e será comunicada ao autor no prazo de 5 meses após a sua receção. A comunicação da decisão será acompanhada dos pareceres dos revisores.

No caso de serem sugeridas modificações ao manuscrito, o autor tem 1 mês para proceder às alterações pedidas pelos revisores e entregar a nova versão do artigo através do sistema online da revista.

3. Edição de texto

Segue-se uma revisão de texto, sobre a qual o autor se deve pronunciar no espaço de 1 semana. Após a formatação e paginação do artigo, o autor terá oportunidade de aprovar a prova final em formato pdf do seu artigo.

POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

SUBMISSÃO ONLINE OBRIGATÓRIA

O registo no sistema e posterior acesso ou autenticação são obrigatórios para a submissão de trabalhos, bem como para acompanhar o processo editorial em curso.

INSTRUÇÕES PARA AUTORES

Propostas

As propostas, em inglês ou português devem conter:

- resumo (400 palavras);
- 3 a 5 palavras-chave;
- 5 referências bibliográficas;
- breve referência biográfica (200 palavras).

Os textos completos devem seguir as seguintes diretrizes:

Referências bibliográficas

As referências bibliográficas devem seguir o sistema Autor-Data do [The Chicago Manual of Style](#) (e não Notas de rodapé e Bibliografia)

Referências de obras audiovisuais

A citação de obras e excertos audiovisuais, no corpo do texto ou numa “Filmografia” no final do artigo, deve seguir as normas do British Universities Film & Video Council, disponíveis aqui.

Imagens

Cada texto pode conter até 4 imagens, inseridas ao longo do texto, e não no final. Todas as imagens devem conter uma legenda com o formato "Imagem 1: conteúdo da legenda | (c) informação sobre direitos de autor". Não serão publicadas imagens sem legenda ou sem indicação dos direitos de autor.

Regras de formatação do texto

Título

Garamond, tamanho 14, centrado

Corpo do texto

Garamond, tamanho 12, parágrafo 1,5; justificado, com primeira indentação de 1,25.

Margens

Superior 2,5 cm; Inferior 2,5 cm; Esquerda 3 cm; Direita 3 cm

Títulos de secção

Garamond bold, tamanho 13, alinhamento à esquerda. Sem indentação depois do título.

Notas

As notas de rodapé/final de página, devem seguir a numeração árabe.; Garamond; tamanho 10, parágrafo espaço simples 1,0; alinhamento justificado.

Citações

Todas as citações devem ser indicadas por aspas duplas “...”;

As citações dentro de citações devem ser indicadas entre aspas simples ‘...’

As citações com mais de 3 linhas devem surgir separadas do corpo do texto com recuo / indentação de (1,25cm), mantendo de resto a mesma formatação do corpo do texto.

Bibliografia

- Quebra de página após a última frase do corpo do texto do artigo, antes da bibliografia
- Título centrado, Garamond negrito, tamanho 14
- Garamond tamanho 13 para itens da bibliografia
- Espaço duplo entre cada item
- Espaço simples para o mesmo item com indentação de 5 caracteres relativamente à primeira linha

Ex.: Esta é a primeira linha do item

esta é a segunda linha

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. Os autores devem verificar a conformidade dos trabalhos submetidos aos requisitos abaixo indicados, caso contrário os textos podem não ser considerados.
2. A contribuição é original e inédita e não se encontra sob revisão ou para publicação por outra revista.
3. São aceites textos em Português, Castelhano e Inglês.
4. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em [Instruções para Autores](#), bem como o limite de palavras definido nas [Políticas de Secção](#).
5. Os ficheiros para submissão encontram-se em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (desde que não ultrapassem 2MB). As imagens, tabelas e diagramas estão incluídas no texto.
6. O título, o resumo e as palavras-chave serão introduzidos na secção Metadados do formulário de submissão online. Os artigos em Português e Castelhano devem preencher estes dados na língua original e em Inglês.
7. Em caso de submissão a uma secção com revisão por pares (ex.: Ensaaios), as instruções disponíveis em [Assegurando a Revisão Cega por Pares](#)
8. Ao enciar a submissão, assegure-se que todos os hiperlinks estão activos e funcionantes.

DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTORAL

Os textos publicados na RCL têm uma Licença Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Foram feitos todos os esforços para identificar e creditar os detentores de direitos sobre as imagens publicadas. Se tem direitos sobre alguma destas imagens e não foi corretamente identificado, por favor, contacte a RCL e publicaremos uma correcção num dos próximos números.

<http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0>

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Os nomes e endereços fornecidos nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

Números de revistas publicadas

Número: 1
Organização: Adriano Duarte Rodrigues
e Maria Augusta Babo
Revista: As Máquinas Censurantes Modernas
Ano: Março de 1985

Número: 2
Organização: Tito Cardoso e Cunha e
José Bragança de Miranda
Revista: Espaço Público
Ano: Dezembro de 1985

Número: 3
Organização: Maria Augusto Babo
Revista: Textualidades
Ano: Junho de 1986

Número: 4
Organização: Adriano Duarte Rodrigues e
Pedro Jorge Braumann
Revista: Tecno-Lógicas
Ano: Dezembro de 1986

Número: 5
Organização: Chaké Matossian
Revista: As Paixões
Ano: Novembro de 1987

Número: 6-7
Organização: Adriano Duarte Rodrigues e
José Bragança de Miranda
Revista: Moderno/ Pós-Moderno
Ano: Março de 1988

Número: 8
Organização: Nelson Traquina
Revista: Jornatismos
Ano: Outubro de 1988

Número: 9
Organização: Francisco Rui Cádima e João
Mário Grilo
Revista: Televisão
Ano: Maio de 1989

Número: 10-11
Organização: Maria Augusta Babo
Revista: O Corpo, o Nome, a Escrita
Ano: Março de 1990

Número: 12-13
Organização: Emídio Rosa de Oliveira
e Maria Teresa Cruz
Revista: A Experiência Estética
Ano: Janeiro de 1991

Número: 14
Organização: Tito Cardoso e Cunha
Revista: Estratégias da Persuasão
Ano: Dezembro de 1991

Número: 15-16
Organização: João Pissara Esteves
e José A. Bragança de Miranda
Revista: Ética e Comunicação
Ano: Julho de 1992

Número: 17-18
Organização: Adriano Duarte Rodrigues
Revista: O Não-Verbal em Questão
Ano: Janeiro de 1993

Número: 19
Organização: José Bragança de Miranda
e António Fernando Cascais
Revista: Michel Foucault: Uma Analítica
da Experiência
Ano: Dezembro de 1993

Número: 20
Organização: José Augusto Mourão
Revista: Figuras
Ano: Dezembro de 1994

Número: 21-22
Organização: Mário Mesquita
Revista: Comunicação e Política
Ano: Dezembro de 1995

Número: 23
Organização: João Mário Grilo e
Paulo Filipe Monteiro
Revista: O que é o Cinema?
Ano: Dezembro de 1996

Número: 24
Organização: Paulo Filipe Monteiro
Revista: Dramas
Ano: Janeiro de 1998

Número: 25-26
Organização: José Bragança de Miranda
Revista: Real vs. Virtual
Ano: Março de 1999

Número: 27
Organização: Nelson Traquina
Revista: Jornalismo 2000
Ano: fevereiro de 2000

Número: 28
Organização: José Bragança de Miranda
e Eduardo Prado Coelho
Revista: Tendências da Cultura
Contemporânea
Ano: Outubro de 2000

Número: 29
Organização: Maria Augusta Babo
e José Augusto Mourão
Revista: O Campo da Semiótica
Ano: Maio de 2001

Número: 30
Organização: Francisco Rui Cádima e Jorge
Martins Rosa
Revista: Pop
Ano: Outubro de 2001

Número: Extra
Organização: Maria Lucília Marcos e José
Bragança de Miranda
Revista: A Cultura das Redes
Ano: Junho de 2002

Número: 31
Organização: José Gil e Maria Teresa Cruz
Revista: Imagem e Vida
Ano: Fevereiro de 2003

Número: 32
Organização: Paulo Filipe Monteiro
Revista: Ficções
Ano: Dezembro de 2003

Número: 33
Organização: Maria Lucília Marcos
e António Fernando Cascais
Revista: Corpo, Técnica, Subjectividades
Ano: Junho de 2004

Número: 34-35
Organização: José Bragança de Miranda
e Eduardo Prado Coelho
Revista: Espaços
Ano: Junho de 2005

Número: 36
Organização: Tito Cardoso e Cunha
e Hermenegildo Borges
Revista: Retórica
Ano: Dezembro de 2005

Número: 37
Organização: José Augusto Mourão
Revista: Arte e Comunicação
Ano: 2006/2007

Número: 38
Organização: António Fernando Cascais
Revista: Mediação dos Saberes
Ano: Dezembro de 2007

Número: 39
Organização: Margarida Medeiros
Revista: Fotografia (s)
Ano: Junho de 2008

Número: 40
Organização: Maria Augusta Babo
e José Augusto Mourão
Revista: Escrita, Memória, Arquivo
Ano: Outubro de 2009

Número: 41
Organização: José Bártolo
Revista: Design
Ano: Outubro de 2010

Número: 42
Organização: Pedro de Andrade
e José Pinheiro Neves
Revista: Genealogias da Web 2.0
Ano: Março de 2011

Número: 43-44
Organização: Maria Teresa Cruz e
Manuel José Damásio
Revista: Analítica dos Novos Media
Ano: 2011/2012

Número: 45-46
Organização: José Bragança de Miranda e
Catarina Patrício
Revista: Movimento e Mobilização Técnica
Ano: 2016

Número: 47
Organização: Margarida Medeiros e
Teresa Castro
Revista: Cultura Visual/ Visual Culture
Ano: 2017

Número 48
Organização: Catarina Patrício
Revista Cidades do Futuro/Cities of the
Future
Ano: 2018

